



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Globalização e Trabalho: os trabalhadores nas *packing houses* de manga do
Vale do São Francisco**

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa

**Recife - PE
2016**

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa

Globalização e Trabalho: os trabalhadores nas *packing houses* de manga do Vale do São Francisco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Co-orientador: Professor Dr. José Fernando Souto Júnior

**Recife - PE
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- F311g Feitosa, Rodolfo Rodrigo Santos.
Globalização e trabalho : os trabalhadores nas packing houses de manga do Vale do São Francisco / Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa. – 2016.
317 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Profª. Drª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
Coorientador: Prof. Dr. José Fernando Souto Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016.
Inclui Referências, apêndices e anexos.
1. Sociologia. 2. Sociologia do trabalho. 3. Globalização – Aspectos sociais. 4. Manga – Produção. 5. São Francisco, Rio, Vale. 6. Trabalhadores – Controle. 7. Brasil – Nordeste. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Souto Júnior, José Fernando (Coorientador). III. Título.
- 301 CDD (22. ed.)
UFPE (BCFCH2017-014)

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa

Globalização e Trabalho: os trabalhadores nas *packing houses* de manga do Vale do São Francisco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: 30/11/2016.

Banca Examinadora

Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (PPGS/UFPE - Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Dra. Beatriz Medeiros de Melo (Titular Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Professor Dr. José Fernando Souto Júnior (Titular Externo - Coorientador)
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Professor Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Titular Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Dr. Ludovic Alexandre Jacques Aubin (Titular Interno)
PNPD/Capes – LAERural/UFPE

Professor Dr. Francisco Jatobá de Andrade (Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Àquelas que muito me ajudaram e sempre trouxeram luzes nos momentos difíceis dessa jornada, Maria das Graças Santos Feitosa, Ana Paula Andrade Ramos e Maria de Lourdes Feitosa.

AGRADECIMENTOS

A formação em nível de Doutorado é um processo complexo, extenso e árduo, no qual comumente se conta com o auxílio e incentivo de muitas pessoas. No presente caso, essa caminhada não teria sido concretizada sem a contribuição de diversas pessoas, as quais merecem as estimas devidas.

Agradeço a minha mãe, Maria das Graças S. Feitosa, pelos ensinamentos e pelo apoio incondicional, bem como pelo estímulo e incentivo à conclusão do curso. Estímulo que esteve igualmente presente nas palavras de apoio das minhas tias Lourdes Feitosa, Inácia Hosana, Margareth Feitosa e Patrícia Santos, em nome das quais externo minha gratidão aos demais familiares pelas palavras de estímulo ao longo dos estudos acadêmicos.

Agradeço a minha namorada Ana Paula A. Ramos pela ajuda na fase de conclusão da tese com leituras prévias do texto, mas, acima de tudo, pelo seu carinho, compreensão e apoio.

Devo agradecer também as orações e apoio do Sr. Elias Brasilino dos Santos, da Sra. Maria do Carmo Santos e da Sra. Ivonete Carlos Andrade.

Expresso um agradecimento especial à Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, minha orientadora e coordenadora do Programa do Doutorado Interinstitucional. Ao longo desse Doutorado pude obter dela mais que uma orientação acadêmica, encontrando, quando necessário, estímulo, auxílio, oportunidades e, acima de tudo, compreensão nas circunstâncias em que o cronograma da pesquisa sofreu interferências pelas vicissitudes da vida. Para além dos inúmeros atributos de competência técnico-científica que lhes são pertinentes, a paciência e a compreensão também foram marcas de destaque na orientação desta Tese, motivos pelos quais a Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti se tornou uma figura marcante em minha formação. Sem sombra de dúvidas, um espelho de excelência profissional e carreira acadêmica. À Senhora Professora Salete, minhas desculpas pelas falhas ao longo dessa jornada, meu muitíssimo obrigado e meu abraço afetuoso.

Ao Professor José Fernando Souto Júnior, coorientador da pesquisa, agradeço as contribuições e as sugestões de melhorias ao trabalho.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE que contribuíram direta e indiretamente para a realização do Doutorado Interinstitucional, em especial àqueles com quem tive a oportunidade de aprender no transcurso do cumprimento dos créditos, a saber, Maria Eduarda da Mota Rocha, José Luiz

Ratton, Remo Muteznberg, José Carlos Wanderley, Rosane Alencar, Liana Lewis, Breno Fontes, Jonatas Ferreira e Maria N. Wanderley.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, José Luiz Ratton, Silke Weber e Jorge Ventura, os quais me fizeram amadurecer aspectos importantes do estudo, sinceros agradecimentos.

Merece menção também o professor Alessandro Bonanno, que em sua mais recente passagem pelo PPGS fez importantes considerações acerca da pesquisa, as quais foram de grande relevância na construção do texto final.

Aos membros da banca de defesa da Tese que se disponibilizaram a contribuir com suas considerações e avaliações também externo meus agradecimentos.

Não poderia deixar de reconhecer, neste instante, a contribuição dos Professores da UACS-UFCG e do PPGCS-UFCG à minha formação profissional, tendo aprendido com estes as bases do conhecimento sociológico. A lista é extensa e a todos devo reconhecimento, de modo que externo meus agradecimentos a cada um deles, nas figuras dos docentes que me orientaram, à época, nos trabalhos de conclusão do Bacharelado e do Mestrado, os Professores Dr. Anderson Moebus Retondar e Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, cuja competência e presteza contei em todos os momentos, restando expresso o zelo e a dedicação daqueles que o compõem.

Agradeço igualmente à UFPE, UNIVASF, CAPES e FACEPE pela estrutura e apoio concedidos ao Programa de Doutorado Interinstitucional em Sociologia, coordenado pela Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (PPGS/UFPE) e Lúcia Marizy Souza Riberio de Oliveira (UNIVASF)

Aos colegas de sala do Doutorado, Alberto Dias, Hermógenes, Vanderlei, Miguel, Edimar, Janedalva e José Ricardo, com os quais tive o prazer de dialogar durante esse período de formação, desejo muito sucesso em suas carreiras.

À Ana Maria Costa deixo explícito também meu agradecimento pela colaboração e auxílios prestados nos diversos momentos.

Agradeço a Júlio César pelo auxílio na composição das imagens utilizadas na tese.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no qual atuo como docente, agradeço pelas concessões necessárias ao cumprimento dos créditos e à conclusão da tese.

E aos amigos, Erbs Cintra, Aline Rocha e Pedro Noronha, pelo incentivo e apoio importantes durante essa caminhada, ratifico minha gratidão.

RESUMO

Esta tese trata das mudanças envolvendo o trabalho e os trabalhadores das *packing houses* de mangas da região do Vale do São Francisco no Nordeste do Brasil. O estudo, realizado entre os anos 2013 e 2016, problematiza essas alterações face à inserção deste contexto produtivo no âmbito dos circuitos e fluxos proporcionados pela globalização dos alimentos. Neste sentido, a entrada do Vale do São Francisco nos mercados agroalimentares globais é apreendida como uma dinâmica particular, que coloca atores, empresas e instituições locais em interação com tendências e padrões difundidos globalmente, emergindo deste contexto alterações contundentes no mundo do trabalho. Processos produtivos e relações de trabalho que envolvem os produtos de exportação passam a ser afetados pelas lógicas de controle e intensificação do trabalho. O estudo tem um recorte metodológico qualitativo, cujo material de análise é composto por entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores, por observações sistemáticas realizadas nos espaços de produção, assim como por relatos e depoimentos de outros atores sociais envolvidos na realidade da produção e exportação de mangas na região. Os dados oriundos das entrevistas são tratados sob a perspectiva da análise de conteúdo com identificação de padrões compreensivos nas falas dos atores e respectivas quantificações. A reflexão em torno dos dados é conduzida à luz da Sociologia, perpassando os estudos rurais, aqueles pertinentes ao mundo do trabalho, assim como a literatura que versa sobre a globalização e suas características. Na análise dos dados também se incorpora os debates existentes em áreas afins como a antropologia, a geografia e a economia. Os resultados obtidos apontam para a configuração de um panorama complexo e marcado por contradições no que pesa aos reflexos da globalização no trabalho nas *packing houses* de manga do Vale do São Francisco. Neste contexto, as ações de resistência cotidiana dos trabalhadores atingidos por rigoroso controle e elevada intensificação nas rotinas de trabalho, são entendidas como reflexo da interação entre realidades produtivas locais e mercados globais.

Palavras-chave: Globalização. Produção de Manga. Vale do São Francisco. Nordeste do Brasil. Controle do trabalho.

ABSTRACT

This thesis deals with the changes involving the work and the workers of the packing houses of mangoes of São Francisco Valley region in the Northeast of Brazil. The study, conducted between 2013 and 2016, debates these changes due to the inclusion of this productive context within the scope of the circuits and flows provided by the globalization of food. In this regard, the entrance of São Francisco Valley in the global agri-food markets is recognized as a particular dynamic that inserts actors, local companies and institutions interacting with trends and globally widespread standards, emerging, from this context, trenchant changes in the working world. Production processes and working relationships, which involve the export products, become affected by the control logic and intensification of work. The study has a qualitative methodological approach, whose material of analysis is composed by semi-structured interviews conducted with workers, through systematic observations made in the production spaces, as well as through stories and testimonials from other social actors involved in the reality of production and export of mangoes in the region. The data from the interviews are treated from the perspective of content analysis with the recognition of comprehensive patterns in the speech of the actors and their quantifications. The reflection around the data is conducted in the light of Sociology, running through the rural studies, those related to the working world, as well as the literature that deals with globalization and its features. In the data analysis we also incorporate the existing discussions in related fields, such as anthropology, geography and economy. The results point to the configuration of a complex landscape and marked by contradictions regarding the consequences of globalization at work in the mango packing houses of the São Francisco Valley. In this context, the daily resistance actions of workers affected by strict control and high intensification of work routines, are understood as a result of interaction between local productive realities and global markets.

Keywords: Globalization. Mango production. São Francisco Valley. Northeast of Brazil. Control of work.

RESUMEN

Esta tesis trata de los cambios envolviendo el trabajo y los trabajadores de las *packing houses* de mangos de la región del Valle de San Francisco en Noreste de Brasil. El estudio, realizado entre los años 2013 y 2016, problematiza estas alteraciones delante a la inserción de este contexto productivo en el ámbito de los circuitos y flujos proporcionados por la globalización de los alimentos. En este sentido, la entrada del Valle de San Francisco en los mercados agroalimentarios globales es aprendida como una dinámica particular, que echa actores, empresas e instituciones locales en interacción con tendencias y padrones difundidos globalmente, emergiendo de este contexto alteraciones contundentes en el mundo del trabajo. Procesos productivos y relaciones de trabajo que envuelven los productos de exportación pasan a ser afectados por las lógicas de controle e intensificación del trabajo. El estudio tiene un rasgo metodológico cualitativo, cuyo material de análisis es compuesto por entrevistas semiestructuradas realizadas con trabajadores, por observaciones sistemáticas realizadas en los espacios de producción, así como por relatos y declaraciones de otros actores sociales envueltos en la realidad de la producción y exportación de mangos en la región. Los datos oriundos de las entrevistas son tratados bajo la perspectiva de análisis de contenido con identificación de padrones comprensivos en los discursos de los actores y respectivas cuantificaciones. La reflexión referentes a los datos es conducida a la luz de la Sociología, pretiriendo los estudios rurales, aquellos pertinentes al mundo del trabajo, así como en la literatura que versa sobre la globalización y sus características. En el análisis de los datos también se incorporan los debates existentes en áreas relacionadas como la antropología, la geografía y la economía. Los resultados obtenidos apuntan para la configuración de un panorama complejo y marcado por contradicciones en lo que toca a los reflejos de la globalización en el trabajo en las *packing houses* de mangos del Valle de San Francisco. En este contexto, las acciones de resistencia cotidiana de los trabajadores atingidos por riguroso controle y elevada intensificación en las rutinas de trabajo, son entendidas como reflejo de la interacción entre realidades productivas locales y mercados globales.

Palabras clave: Globalización. Producción de mango. Valle de San Francisco. Noreste de Brasil. Controle del trabajo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Polo Petrolina/Juazeiro na região do Submédio do Vale do São Francisco.....	16
Gráfico 1 – Valores exportados mundialmente - Manga, Mangostões e Goiabas (1990-2013).....	69
Gráfico 2 – Volumes exportados mundialmente - Manga, Mangostões e Goiabas (1990-2013).....	70
Gráfico 3 – Volume exportado por país - Manga, Mangostões e Goiabas (1980-2013).....	73
Gráfico 4 – Principais países exportadores - Mangas, Mangostões e Goiabas (2013).....	75
Gráfico 5 – Valores exportados pelo Brasil - Total de Frutas/Manga (2003-2015).....	76
Quadro 1 – Principais frutas exportadas - Valores negociados (2010-2015) (US\$ 1.000).....	78
Gráfico 6 – Evolução da área plantada de manga - Brasil/Regiões (1990-2014).....	79
Gráfico 7 – Produção de mangas de exportação - Brasil/Nordeste (2004-2015).....	80
Quadro 2 – Produção por estados exportadores de manga (2003-2015) (ton.).....	81
Gráfico 8 – Produção de mangas nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA (1990-2014).....	82
Gráfico 9 – Volume exportado de manga por país de destino (2004-2015).....	83
Figura 2 – Desenho básico da estrutura de uma packing house de manga.....	125
Figura 3 – Colocação das mangas no maquinário de processamento na Empresa Palmer.....	127
Figura 4 – Processo de embalagem das mangas na Empresa Palmer.....	130
Figura 5 – Processos produtivos básicos nas <i>packing houses</i> de manga.....	134
Quadro 3 – Número de ocorrências de limitações dos ambientes físicos nas falas dos trabalhadores antigos das <i>packing houses</i>	146
Quadro 4 – Mapeamento dos aspectos indicativos de “controle” na IN/SARC nº12/2003.....	157
Quadro 5 – Principais processos fiscalizados nas <i>packing houses</i> das empresas investigadas.....	162
Quadro 6 – Formas de fiscalização direta reportadas pelos trabalhadores das <i>packing houses</i>	167
Quadro 7 – Ocorrências comuns de controle entre trabalhadores das <i>packing houses</i> de manga do VSF.....	170
Quadro 8 – Dimensões básicas de controle sobre o trabalhador existentes nas <i>packing houses</i> de manga do VSF.....	174
Quadro 9 – Frequência de expressões associadas aos sentidos da conduta de controle sobre a comunicação das embaladoras das <i>packing houses</i>	176
Figura 6 – Percepção dos trabalhadores contemporâneos das <i>packing houses</i> quanto às áreas de atuação do controle comportamental.....	178
Figura 7 – Percepção dos trabalhadores antigos das <i>packing houses</i> quanto às áreas de atuação do controle comportamental.....	180
Quadro 10 – Principais características associadas ao trabalho das embaladoras contemporâneas das <i>packing houses</i> de manga do VSF.....	185
Quadro 11 – Exemplos de associações à ideia de autocontrole nas falas das Informantes C14 e C32.....	186
Quadro 12 – Ocorrências de associações relativas à ideia de intensificação do trabalho contidas nas falas dos trabalhadores das <i>packing houses</i>	202

Quadro 13 – Estratégias utilizadas pelos trabalhadores antigos das <i>packing houses</i> contra os protocolos de segurança e sanidade.....	235
Quadro 14 – Formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores das <i>packing houses</i> em relação às dinâmicas de controle e intensificação do trabalho.	243
Quadro 15 – Caracterização geral das empresas investigadas na pesquisa.....	299
Quadro 16 – Lista de informantes secundários da pesquisa.....	300
Quadro 17 – Lista de informantes primários da pesquisa.....	303
Quadro 18 – Produção e Exportação de Mangas, Mangostões e Goiabas - Principais países (2003-2013).....	315
Quadro 19 – Área plantada de manga - Total nacional e regiões (1990-2014) (ha)....	316
Quadro 20 – Volume e Valores exportados de manga - Principais mercados brasileiros (2004-2015).....	317

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação de mangas e percentual nos valores totais de frutas exportadas (2003-2015).....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROSTAT – Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro
ALICEWEB – Análise das Informações de Comércio Exterior (meio Web)
APHIS – *Animal and Plant Health Inspection Service*
BPA – Boas Práticas Agrícolas
CFO – Certificado Fitossanitário de Origem
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI – Equipamento de Proteção Individual
EurepGap – *Euro Retailer Produce Working Group Good Agricultural Practice*
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FAOSTAT – *Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistics Division*
GlobalG.A.P. – *Global Good Agricultural Practice*
HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Points*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IBRAF – Instituto Brasileiro de Frutas
ILO – *International Labour Organization of the United Nations*
ILOSTAT – *International Labour Organization of the United Nations Statistics Division*
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIP – Manejo Integrado de Pragas
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NTE – Normas Técnicas Específicas para cada produto
NTGPIF – Normas Técnicas Gerais para a Produção Integrada de Frutas
NTEPI MANGA – Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada de Manga
ONU – Organização das Nações Unidas
PIF – Produção Integrada de Frutas
PNSQV – Plano Nacional de Segurança e Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal
PCCC – Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SICASQ – Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
TN – *Tesco Nurture*
USDA – *United States Department of Agriculture*
VALEEXPORT – Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco
VSF – Vale do Submédio do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	26
1.1As orientações teóricas.....	26
1.2 As questões da pesquisa.....	34
1.3 O recorte proposto.....	35
1.4 O desenho metodológico qualitativo.....	39
1.5 A observação sistemática, o diário de campo e o exercício analítico.....	43
1.6 Atores entrevistados, outros depoimentos e as nuances do campo.....	46
1.7 O tratamento dos dados.....	53
2 GLOBALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E A INSERÇÃO DA REGIÃO DO VSF NOS CIRCUITOS GLOBAIS.....	56
2.1 Regiões conectadas e mercados integrados: a fase contemporânea da globalização dos alimentos.....	62
2.2 Mangas de Exportação e o Vale do São Francisco nos Circuitos Globais.....	68
3 A MANGA DO VSF NO CIRCUITO DAS FRUTAS DE EXPORTAÇÃO.....	85
3.1 A manga de exportação do VSF: circuitos, variedades e qualidade.....	86
3.2 As <i>packing houses</i> do VSF: controle de qualidade, contingenciamento de ricos e os mercados globais.....	94
<i>3.2.1 Os selos de certificação: entre o controle e comunicação simbólica....</i>	<i>105</i>
3.3 Processos e atividades nas <i>packing houses</i>.....	123
4 O TRABALHO NAS PACKING HOUSES DE MANGA DO VSF: ENTRE PROCESSOS GLOBAIS E INTERAÇÕES LOCAIS.....	136
4.1 Alterações produtivas e melhorias estruturais: os imperativos das certificações e as consequências aos trabalhadores das <i>packing houses</i>....	140
<i>4.1.1 Memórias e Lutas diárias.....</i>	<i>145</i>
4.2 Controle, regulação e rastreabilidade nas <i>packing houses</i>: o monitoramento do trabalho.....	150
<i>4.2.1 O controle sobre o trabalho nas <i>packing houses</i> de manga do VSF.....</i>	<i>159</i>
<i>4.2.2 O controle do trabalho e as ressonâncias sobre os trabalhadores.....</i>	<i>173</i>
<i>4.2.3 A identificação do trabalho executado e o controle estendido.....</i>	<i>183</i>
4.3 Mercados globais e ritmos locais: a intensificação do trabalho nas <i>packing houses</i>.....	188
<i>4.3.1 O trabalho na safra e na entressafra.....</i>	<i>196</i>
<i>4.3.2 Trabalho intenso ontem e hoje.....</i>	<i>200</i>

4.4 O trabalho contemporâneo nas packing houses de manga para exportação: um indicativo de quê afinal?.....	205
5 DINÂMICAS GLOBAIS E RESISTÊNCIAS LOCAIS.....	217
5.1 Articulações teóricas para a compreensão da resistência dos trabalhadores.....	221
5.2 A organização social da produção e os trabalhadores das <i>packing houses</i>: processos e resistências.....	230
<i>5.2.1 Análise das práticas de resistência.....</i>	234
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258
REFERÊNCIAS	267
APÊNDICES.....	296
ANEXOS.....	314

INTRODUÇÃO

As ciências sociais, de modo geral, possuem algo que talvez poucas ciências tenham de fato, o fascínio pelos seus objetos de estudo. Fascínio que advém da necessidade de compreender algo que lhe é próximo, algo que lhe envolve, ou que está atrelado à descoberta do distante, do “outro”, residente na curiosidade acerca dos infindáveis universos sociais, econômicos, políticos e culturais. Encantamento que precisou ser “domesticado” pelos preceitos do adequado pensamento científico, sendo necessária e devida a sua instrução em prol da objetividade e da neutralidade. Como nos ensina Weber (2001), ainda que a escolha do objeto perpassasse por certa afinidade subjetiva, a persecução da objetividade e o rompimento com os juízos de valor são os caminhos para o exercício do conhecimento científico no campo dos estudos sociais.

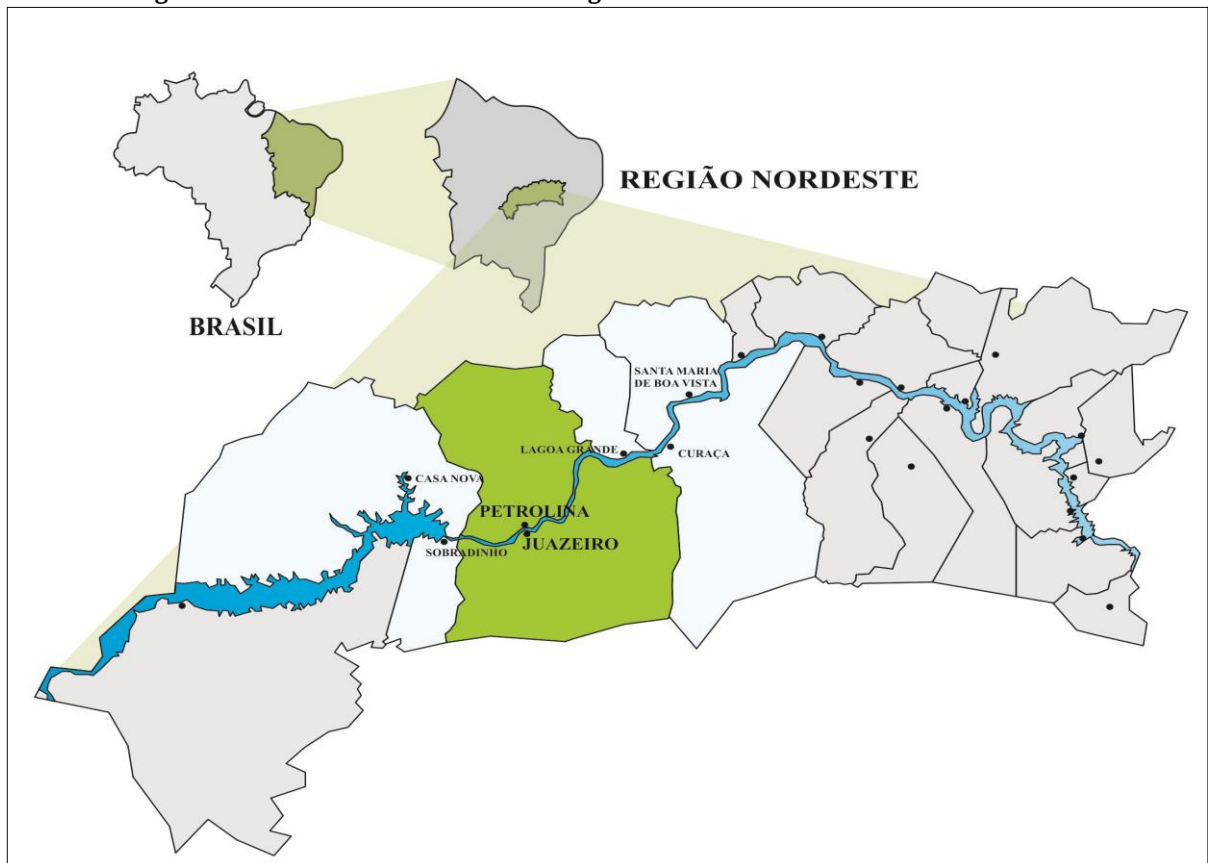
A globalização é um desses fenômenos que encanta e desafia os pesquisadores, provoca e instiga-os à investigação, pois: é um fenômeno complexo e vasto, atuando em múltiplas dimensões da condição social (IANNI, 2000); às vezes vem de “fora” e às vezes é constituído “aqui dentro”; amplia e constrange as potencialidades das instituições e dos sujeitos e interfere nas construções identitárias (CAVALCANTI, 1999a); torna, ao mesmo tempo, homogêneas e plurais as experiências e construções identitárias; e em torno do qual pouco consenso se firmou (HELD; MCGREW, 2001). Entendida assim como um conjunto de processos que atuam sinérgica ou contraditoriamente, a globalização promoveu e promove mudanças severas em diversas dimensões e segmentos da sociedade contemporânea.

De maneira particular, os esforços analíticos no campo da Sociologia têm sido de grande contribuição à compreensão desse fenômeno, quer seja em arranjos teórico-explicativos totais, quer seja através do estudo de algum aspecto a esse atrelado ou dele decorrente. Em verdade, o caráter desafiador da globalização, enquanto objeto passível de análise, no que se refere à sua compreensão, bem como dos temas, processos, dinâmicas e contextos a ela transversos, tem sido um dos principais combustíveis da teoria sociológica mais recente. Contudo, é preciso frisar que parecem ser mais plausíveis e confiáveis as chaves de entendimento nas quais a globalização segue perceptível à inteligência sociológica, não como um movimento uniforme de vetores causais e consequenciais precisos e imutáveis, a independe da sociedade sobre a qual atua, mas sim como algo diferente disso. Neste sentido, se apresenta aceitável, portanto, tal como sugere Giddens (2010, p. 23) o fato de que “[...] a globalização não é, portanto, um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica”. Este complexo de processos

que a formam tem origem nas mais variadas esferas da sociedade. Logo, “a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica” (GIDDENS, 2010, p. 21).

É por meio das possibilidades que se abrem a partir desse pressuposto que, por exemplo, o mundo do trabalho e os espaços produtivos inseridos nos circuitos do mercado se tornam compreensíveis nas dinâmicas da globalização. Assim sendo, o presente estudo se caracterizou como um empreendimento analítico conduzido sob os princípios da Sociologia, cujo intento foi justamente o de investigar as mudanças na produção e no trabalho, ocorridas no ambiente das *packing houses* das grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do Vale do São Francisco – VSF¹ no Nordeste brasileiro.

Figura 1 – Polo Petrolina/Juazeiro na região do Submédio do Vale do São Francisco



Fonte: Elaborado pelo autor

¹ Conforme indica o MMA (2006), a região do Vale do São Francisco está atrelada à bacia hidrográfica do Rio São Francisco, se estendendo, pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. No que tange ao destaque econômico produtivo da agricultura irrigação, compreende cidades como Petrolina, Lagoa Grande-PE, Santa Maria da Boa Vista-PE, Juazeiro-BA, Casa Nova-BA e Sobradinho-BA. Seguindo o padrão já adotado por Cavalcanti (1995, 1996, 1997), para fins de exposição, ao longo do texto a sigla VSF será utilizada para se referir ao território produtivo da fruticultura irrigada, sobretudo o nicho de produção e exportação de mangas, destacando-se os municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Assim, no transcorrer da análise a sigla VSF representará este universo mais específico, uma circunscrição menor que a definição geográfica física desta extensão territorial.

A moderna agricultura irrigada do VSF encontrou na fruticultura um segmento próspero para expansão e consolidação produtiva. Forjada a partir da ação estatal na construção dos perímetros públicos irrigados, bem como da atuação do capital privado na composição dos grandes empreendimentos, este território produtivo ocupa, hoje, lugar de destaque na balança de exportações nacionais, em especial quando se refere à produção de mangas e uvas (CAVALCANTI, 1997; CAVALCANTI; SILVA, 1999). O rápido e intenso crescimento em torno desta espacialidade, assim como sua inserção direta no âmbito dos circuitos e transações nos mercados, promoveram, ali, severas mudanças contribuindo para incluí-la no conjunto das regiões globais (CAVALCANTI, 2009). Há assim, grosso modo, dois grandes ciclos de mudanças que atuaram mais diretamente sobre a condição do trabalho: um primeiro marcado pela instalação e desenvolvimento primário da fruticultura, no qual os fluxos migratórios e a relativa abundância de oportunidades de emprego foram significativos; e um segundo caracterizado pelas já estabelecidas e consolidadas cadeias produtivas da uva e da manga, acessando e sendo influenciada diretamente pelos mercados globais, onde estão presentes elementos como flexibilização, subemprego, precarização e diversos outros fenômenos tangentes à realidade do trabalho (CAVALCANTI, 1997, 1999b, 2014b; CAVALCANTI; MORAES; FEITOSA, 2015).

O estudo aqui apresentado trata, portanto, de questões pertinentes a esta realidade produtiva, em especial ao segmento da mangicultura do VSF, onde o trabalho desenvolvido no campo e no âmbito das *packing houses* é direta e indiretamente influenciado por processos atrelados à exportação. Para a execução da pesquisa, foi necessário reconhecer previamente que o universo produtivo em torno da manga era inegavelmente amplo, e que pressupunha produtores de diversos portes, bem como arranjos de produção e comércio os mais variados. Por isso mesmo, visando à instrumentalização da investigação, um recorte da realidade total foi realizado. Assim, a pesquisa foi circunscrita ao estudo das condições e realidade produtiva de seis² das maiores empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF.

Com base neste recorte preliminar, a análise desenvolvida também tem como limites inferenciais e explicativos o trabalho e os trabalhadores que atuam no espaço produtivo das *packing houses*. Estas se caracterizam como espaços de beneficiamento pós-colheita, onde são realizados tratamentos fitossanitários, o embalamento e o acondicionamento da manga

² Estas seis empresas figuram no *ranking* das dez maiores exportadoras da região, sendo, portanto emblemáticas e mesmo representativas da realidade produtiva encontrada nesta região, tanto no que pesa estrutura e organização da produção, quanto no que diz respeito às relações de trabalho e suas condições. As empresas serão destacadas no texto por pseudônimos, os quais remetem a variedades de mangas de exportação produzidas no VSF. Uma caracterização destas empresas encontra-se no Apêndice A, página 297.

destinada à exportação, circunscrevendo etapas e processos cruciais na cadeia das frutas frescas. A escolha deu-se pelo fato de compreendermos que, nesta especialidade produtiva particular a interferência dos ajustes produtivos em prol da adequação para mercados ocorre de maneira mais incisiva. No espaço produtivo da fazenda (área de cultivo/produção), onde a manga é plantada, manejada e colhida, o trabalho é relativamente similar tanto nas grandes empresas produtoras de manga cuja produção visa essencialmente a exportação quanto nas empresas médias e pequenas que cultivam esta fruta para comercialização em mercados locais, regionais e nacional.

Construímos as questões da pesquisa considerando que, dentre os impactos da globalização econômica sobre o território produtivo do VSF, distinguem-se aqueles que se manifestam através de mecanismos dos mercados globais atuantes diretamente nos espaços das *packing houses*. Assim, a hipótese, testada nesta investigação, foi se a inserção do segmento da manga de exportação do VSF, nos mercados globais, promoveu a configuração de uma conjuntura ambígua quanto às formas e condições dos trabalhos realizados nas *packing houses* das grandes empresas voltadas a estes mercados. A sistematização desta hipótese, bem como das questões-problema que orientaram esta tese e a consequente incursão analítica, partiram da suspeita de que processos e movimentos pertinentes à globalização econômica reverberaram diversas alterações no segmento da mangicultura de exportação e, em especial, nas condições do trabalho realizado na *packing houses*.

Encontramos no recorte proposto, portanto, uma realidade desafiadora ao olhar sociológico que relaciona, por um lado, os impactos decorrentes da transformação de elementos técnicos, produtivos e organizacionais específicos, derivados dos ajustes requeridos para a participação competitiva nos mercados globais e que modificaram contundentemente a forma do trabalho e suas condições, e por outro, as ações dos indivíduos trabalhadores na contraposição às mudanças profundas no ambiente de trabalho. Esta relação reflete, por sua vez, a própria tensão imbricada no contato entre o “local” e o “global” nas dinâmicas globalizantes. Sob esta perspectiva de entendimento, as variações desta tensão são, por assim dizer, geradoras de singularidades e suscitam, pois, as heterogêneas manifestações da globalização em todo o mundo. No nível do segmento pesquisado, estas variações também ocorrem entre as unidades de produção e suas respectivas relações e formas de trabalhos que envolvem a maneira como o contexto social local processa as dinâmicas produtivas, organizacionais e mercadológicas, difundidas e expandidas na globalização dos alimentos. O ambiente produtivo das *packing houses* se estabelece segundo os ajustes levados adiante pelas gerências dessas empresas e se refletem diretamente em transformações físicas das condições

de trabalho, enquanto notoriamente fragilizam-se os laços empregatícios e aumentam o controle e a rigidez da rotina de trabalho.

No entanto, consta claro o fato de que a mobilização e resistência dos trabalhadores de maneira formal e informal tendem a redimensionar o que poderíamos denominar “pacote de ajustes produtivos”, adotados pela empresa. Tais ajustes, por sua vez, são tensionados pelos atores sociais quando representam perdas consideráveis para a classe de trabalhadores. Foi em torno desta problemática que o presente estudo foi realizado com os seguintes objetivos: compreender como as adequações produtivas para o atendimento às exigências dos mercados globais modificaram (positivamente e negativamente) a dinâmica do trabalho nas *packing houses* das grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do território do VSF; verificar se a configuração contemporânea do trabalho nesses espaços produtivos é indicativa de situações precárias de trabalho; compreender como os indivíduos trabalhadores das *packing houses* agiam na resistência aos possíveis prejuízos acarretados pela globalização econômica.

Incursionamos, assim, em uma seara bastante profícua para a teoria sociológica contemporânea, longe de ter sido esgotada em suas possibilidades (JOLIVET, 1998). Como aventa Ianni (2011), a globalização tem a capacidade de gerar situações e questões bem mais rápido do que a ciência tem a capacidade de instrumentalizar estudos e possíveis respostas. Precisamos estar atentos ao fato de que a dinamicidade particular das novas fronteiras agrícolas, em especial aquelas que atendem diretamente os mercados internacionais, a exemplo da região do VSF, provocam a necessidade de maiores debates (FAVARETO, 2010; LIMA; MIRANDA, 2001). As investigações que aludem diretamente ao mercado e às condições de trabalho na produção agrícola assumem papel de relevância nos estudos contemporâneos da sociologia rural, particularmente, quando pensadas nos espaços agrícolas constantemente transformados pelas conjunturas dos mercados globais (MARSDEN; CAVALCANTI, 2001). Esta pesquisa buscou compreender as conformações assumidas pelo trabalho nas *packing houses* de manga típicas nessa região agrícola, na tentativa de contribuir para o conhecimento do campo acadêmico destacado.

A tentativa de apreender, aqui, as consequências no mundo do trabalho, decorrentes da inserção de determinado território produtivo de agricultura irrigada moderna, no âmbito dos mercados globais, é, por assim dizer, o grande esforço do presente estudo. Sob a formação de um panorama possível de análise recai a necessidade imperativa do estabelecimento dos principais recortes analíticos, das balizas referenciais de diálogo, assim como dos percursos metodológicos escolhidos no transcurso do exercício da pesquisa de campo.

Em virtude das particularidades deste estudo, no que tange ao exercício da pesquisa de campo, compreendemos ser relevante a existência de um capítulo particular para tratar de questões teóricas e metodológicas específicas. Um segmento textual com este fim consolidará adiante os elementos necessários para uma exposição transparente e menos tortuosa do caminho da pesquisa, ainda que não exima o texto, em completo, deste último caráter. Acerca deste aspecto, qualquer evidência no transcurso da leitura dos achados da pesquisa é integralmente imputável ao autor, cuja pena nem sempre reflete, no todo, a possível clareza de entendimento que o mesmo venha a ter em torno da realidade estudada. Além da Introdução e das Considerações Finais, a tese conta com cinco capítulos, onde se desenvolvem as discussões e análises devidamente concatenadas, os quais seguem apresentados a seguir.

O primeiro capítulo trata das perspectivas teóricas e metodológicas adotadas. Nele, estão congregadas explicações preliminares que circunscrevem o objetivo do presente trabalho dentro de uma área discursiva particular. Deste modo, este segmento do texto serve ao interesse de esclarecer o leitor acerca dos principais vínculos teóricos e referenciais com os quais se dialoga, ao longo do texto, e, em torno dos quais, a narrativa analítica é erguida, com vistas à compreensão da realidade escolhida para investigação. A grande importância deste capítulo está no fato de que o mesmo problematiza e informa sobre os caminhos metodológicos que foram utilizados em todo o processo de pesquisa de campo e análise dos dados. Assim, encontrar-se-ão neste capítulo algumas reflexões selecionadas, primordiais pelas suas naturezas, que se não representam integralmente, ao menos sintetizam os pormenores do fazer científico na análise das questões sociais sob o prisma da sociologia.

Neste primeiro capítulo, discutimos os elementos desta investigação de natureza qualitativa. Para tanto, inicialmente, demonstramos os referenciais teóricos que os servem de orientação na discussão da realidade proposta para estudo, apresentando também as questões da pesquisa. No âmbito desse capítulo primeiro, segue discutido, ainda, o recorte metodológico, no qual a pesquisa se beneficiou de dois instrumentos de coleta de dados, a saber, observação direta sistemática e entrevistas de tipo semiestruturado. Por um lado, a observação sistemática foi acionada, inicialmente, com o propósito de “abrir a mente” do pesquisador, e, assim, concedeu ao mesmo a capacidade de analisar criticamente, e até mesmo, de refazer as questões norteadoras da pesquisa. Sob outra perspectiva, a observação direta devidamente sistematizada serviu também à apreensão de informações essenciais ao entendimento da realidade observada, sendo crucial para sustentar algumas das afirmativas expostas adiante. Por fim, cabe neste segmento a discussão em torno das entrevistas, que compuseram o material de análise tratado de forma pareada com as informações e percepções

advindas da observação, sob o enfoque dos referenciais teóricos que serviram de bússola para a pesquisa empírica. Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo como forma interpretativa de tornar as informações do *corpus* de dados inteligível e, por conseguinte, fazer a estruturação da argumentação explicativa.

O segundo capítulo traz consigo a discussão teórica sobre o recorte utilizado neste estudo, a fim de abarcar a globalização. Entendida como fenômeno de amplo impacto sobre as mais diversas dimensões (econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, etc.), a globalização se apresenta inapreensível e mesmo incompreensível se não forem realizados os devidos cuidados de observação e análise. Encontra-se, nessa parte do texto, o espaço da reflexão teórica de uma das dimensões da globalização, aqui apropriada para a compreensão da realidade social e produtiva investigada, a saber, seu aspecto econômico (CAVALCANTI, 2009). Assim, discutimos, primordialmente no capítulo dois, a natureza econômica da globalização e da globalização dos alimentos, para a compreensão acerca da inserção de regiões e territórios como o VSF nos seus círculos. Interessou-nos, aqui, dialogar também sobre a percepção dos processos de formação dos mercados globais na integrada economia globalizada, pensando como a inserção do território produtivo do VSF, nos circuitos comerciais globais, suscita alterações nas dinâmicas de trabalho nas *packing houses* de manga.

Panoramicamente, então, dois tópicos examinados nesse capítulo, fazem as discussões adensadas cabíveis. O primeiro, que se limita ao debate dos mercados globais na Economia contemporânea integrada, como evidência de um momento histórico particular do Capitalismo, aciona referenciais pontuais na tentativa de uniformizar e apresentar as principais características e implicações atreladas a esses mercados. Correm subjacentes, segundo esta ótica, os comentários relativos à apropriação e incorporação de peculiares territórios produtivos pelos mercados globais e circunstâncias e conjunturas que asseveram ou reduzem discrepâncias no nível da economia internacional. O segundo tópico, por sua vez, destrincha a discussão anterior, tratando exclusivamente da produção de mangas para exportação no território produtivo do VSF e da inserção deste segmento, no circuito dos mercados globais. Decorre daí a constatação das características mais gerais da referida inserção, bem como suas consequências diretas na conformação do segmento de produção agrícola enfocado. Ganham visibilidade, neste instante, dados estatísticos secundários coletados de fontes institucionais, devidamente formatados por cortes informativos atrelados à estrutura da argumentação. Tais dados, de produção, comércio e outras informações são utilizados direta e indiretamente, e provêm dos seguintes órgãos/instituições: *Food and*

Agriculture Organization – FAO, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – Valeexport.

O terceiro capítulo analisa especificamente o universo da produção de mangas para exportação do VSF, buscando compreender especificidades ligadas a este segmento da produção agrícola moderna. Revelamos, neste trecho da tese, as particularidades que envolvem as dinâmicas de trabalho nas *packing houses*, entendendo esses ambientes produtivos enquanto uma parte significativamente importante na cadeia de produção visando aos exigentes mercados internacionais. Há um espaço específico, neste capítulo, para tratar da dimensão do controle de qualidade e das certificações que emergem como aspectos diferenciais nas cadeias de alimentos frescos, sendo de grande influência na composição do contexto produtivo observado neste estudo. Sob esta perspectiva, seguem descritos, no tópico 3.3, as atividades e processos desenvolvidos nesses espaços, os quais são cruciais à excelência qualitativa que deve estar associada às mangas de exportação.

No quarto capítulo, tratamos das modificações ocorridas no trabalho realizado nos singulares espaços de produção das *packing houses*. Sendo assim, foram incorporadas em tal capítulo, relações e encadeamentos, sob o método da análise de conteúdo, oriundas dos relatos dos trabalhadores destes espaços de produção: tanto aqueles que trabalharam nas *packing houses*, em momento histórico anterior, quando os fluxos de transações comerciais do segmento da mangicultura com o mercado global ainda eram pouco expressivos e incertos, quanto trabalhadores que se encontravam em atividade laboral no momento da execução da pesquisa, com os referidos fluxos consolidados e em ampliação. Embora realizemos, em alguns momentos, discussões buscando enfatizar características específicas de cada um destes momentos (o ontem e o hoje do trabalho nas *packing houses* do VSF), o que segue apresentado, neste trecho, em muito, dista de uma assimilação evolutiva, pois cabe aqui somente a identificação e apresentação de pontos de distinção e/ou similaridade entre o trabalho e as suas condições segundo apreendidas pelos trabalhadores nesses distintos momentos. O quarto capítulo explora algumas indagações particulares, a saber: afinal, a globalização econômica trouxe o quê de positivo e negativo às condições de trabalho e aos trabalhadores das *packing houses*? Contemporaneamente, então, o trabalho nas *packing houses* é um indicativo de quê? Tendo como orientação estas questões, retomam-se os

argumentos expostos nos tópicos precedentes, a fim de construir uma síntese, na qual conste o retrato atual do trabalho e sua(s) forma(s) nas *packing houses* da manga de exportação do VSF.

Encadeiam-se, neste sentido, os argumentos teóricos, as evidências e informações provenientes da observação direta sistemática, assim como também o cruzamento das análises de conteúdo, propostas em torno de categorias e indexações específicas. Ademais, os teóricos referenciais que nortearam o nosso entendimento geral acerca da globalização (acionados mais enfaticamente no capítulo segundo), foram novamente trazidos à tona, neste capítulo, quando oportuno à condução conjuminada dos raciocínios. Sob esta lógica, são apresentadas as influências da globalização sobre as conformações do trabalho, abordando a própria dinâmica produtiva agrícola em foco e os espaços particulares das *packing houses*. A fim de formatar uma análise razoável, alguns aspectos econômicos específicos da globalização foram retraçados na conjuntura das alterações ocorridas no mundo do trabalho, a saber, os mercados globais, a economia integrada, as mudanças organizacionais nas empresas, entre outros. Outros elos também foram igualmente acionados e discutidos quando oportuno. As análises que tomaram corpo neste segmento da tese foram produtos da intersecção entre as teorias e exemplos alhures arrolados na bibliografia investigada e as inferências ancoradas na sistemática observação direta que foi realizada na pesquisa de campo.

No quinto capítulo, buscamos discutir alguns dos elementos conflitantes inerentes à globalização econômica, debatendo a partir das evidências apreendidas em campo aquilo que Bauman (1999), Giddens (2010) e outros pensadores apontam ser uma das características fulcrais deste fenômeno, a saber, seu caráter contraditório. Esta substância particular, proeminente nos processos que conjuntamente forjam a globalização, é capaz de aproximar territórios produtivos localmente instituídos dos consumidores mais distantes e improváveis, ao mesmo tempo em que insere uma cisão social, sem tamanho, no arranjo das relações de produção deste mesmo território. É esse, portanto, o tom do tópico final do referido capítulo, sendo sua estruturação concebida com o intuito de debater tanto as possíveis mudanças negativas quanto as modificações de caráter positivo sobre mundo do trabalho nas *packing houses* da manga de exportação do VSF. Esse capítulo contém uma reflexão crítica acerca das dinâmicas econômicas globalizantes que faz saltar a ideia de articulação social dos trabalhadores, no posicionamento frente aos prejuízos promovidos por algumas das mudanças provocadas por tais dinâmicas. Subjaz a este entendimento, a lógica de que as ações dos indivíduos são parte da expressão do local no confronto relacional com o global. Deste modo, aventou-se que as dinâmicas globalizantes de caráter econômico transformam e promovem

mudanças nos territórios produtivos, mas não de modo uniforme, não sem se deparar com a resistência e a contraforça dos atores locais.

Uma postura compreensiva que refuta a apreensão da difusão dos processos que formam a globalização econômica como um “caminho inquestionável” a se impor aos diversos territórios produtivos que se lançam nos mercados integrados, é o tom geral do que segue discutido, neste capítulo. Dentro deste contexto, acreditamos que a globalização é mesmo, tal como sugere Robertson (1999, p. 48) “[...] o encontro problemático entre formas de vida”, inclusive na seara econômica, equivocadamente entendida como desprovida de laços sociais não propriamente orientados ao lucro, como consta em alguns escritos de natureza liberal. A existência latente do “contraditório” e do “conflituoso”, no bojo dos processos de globalização econômica, está, imprescindivelmente, amarrada ao desnível de forças existentes, neste jogo de relações em que trabalhadores e organizações empresariais aceitam, ajustam e/ou repelem as tendências difundidas pelas forças destes processos. Embora o viés analítico desta tese se limite preferencialmente à observação destes dois elementos, é inegável que outros (Estados, instituições transnacionais de regulação financeira, blocos econômicos regionais, organizações do terceiro setor, etc.) são substancialmente articulados e constrangidos no referido jogo de relações.

Assim, uma ideia crucial é levantada neste capítulo, e parte, justamente, da leitura da realidade social investigada, especificamente no que tange às ações e articulações dos trabalhadores em prol do refreamento de algum prejuízo específico, decorrente direta ou indiretamente dos processos atrelados à globalização econômica, sob o prisma das ações de resistência cotidiana. Eis que vislumbramos, nestas ações, a partícula do contraditório, aquilo que emerge do impacto entre os processos econômicos globais e os arranjos produtivos locais, aquilo que constrói o diverso e o singular em meio às tendências homogeneizantes. Tomando como referência as indicações de Scott (2000, 2002, 2011), foram descritas e analisadas, nesta seção do capítulo, ações de resistência, as quais, de modo sutil, apareceram, recorrentemente, na fala e nas práticas dos trabalhadores ouvidos nesta pesquisa. Estas ações, que representam táticas de boicote ou sabotagem, são acionadas em circunstâncias particulares dotando-as de significado especial. A função do tópico segundo do capítulo seis, portanto, é fazer a leitura das ações mencionadas, sendo que as mesmas serão entendidas não apenas como ações de resistência que demonstram insatisfação dos sujeitos para com algum aspecto de sua atividade laboral, mas como elos de coesão social e substância da identidade dos trabalhadores das *packing houses*.

As considerações finais trazem consigo a síntese das principais questões debatidas nos capítulos anteriores: iniciando com a discussão sobre a formação de uma economia globalizada, a partir da formação dos mercados globais e a consequente integração de territórios e segmentos produtivos específicos nestes circuitos; perpassando pela inserção particular do VSF e da mangicultura de exportação, no chamado mercado global; incorporando a reflexão e seus impactos em torno das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF; as ambiguidades da globalização, visíveis na condição de impactos positivos e negativos sobre o trabalho e os trabalhadores dessas *packing houses* e finalizando com a análise das ações de resistência e seu significado na atual condição do trabalho frente à globalização econômica.

Na tentativa de somar ao campo científico dos estudos rurais sobre a globalização, reunimos também algumas ideias e reflexões que decorreram do trabalho feito e da realidade analisada. Estas, por sua vez, ao mesmo tempo em que congregam as principais considerações sobre o contexto investigado, pretenderam contribuir para a delimitação de novas questões que se somam ao debate dessa área acadêmica que se debruça sobre as questões do trabalho, no universo rural, no contexto de globalização.

1 DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETO E TÉCNICAS DE PESQUISA

A discussão, a seguir, visa o esclarecimento das opções e escolhas realizadas na condução da pesquisa. A apresentação do problema e das questões da pesquisa requer um momento particular, a qual tem espaço aqui, atendendo aos pressupostos da clareza e da objetividade para a construção do conhecimento. Desse modo, encontram-se, nesta seção, também os esclarecimentos pertinentes aos aportes teóricos dos quais nos beneficiamos, nas reflexões e análises realizadas na tese, os quais estiveram presentes ao longo do texto, e, também, nos instantes dedicados à apreciação dos dados coletados em campo.

Igualmente, evidenciamos as opções metodológicas, os usos e apropriações dos instrumentos de coleta dos dados, esclarecendo as motivações e implicações decorrentes dos procedimentos adotados. O modo como os dados foram tratados, nesta tese, também estão devidamente apresentados no último segmento deste capítulo.

1.1 As orientações teóricas

A realização deste estudo requereu a definição de premissas e interlocutores teóricos, a partir dos quais construímos o problema e a perspectiva analítica do texto, assim como o esclarecimento das balizas metodológicas que orientam a delimitação do objeto e as técnicas de coleta e análise dos dados. Desta forma, os entendimentos que aqui se apresentam, foram, em verdade, estabelecidos como percursos teórico-metodológicos que tiveram início nas fases preliminares do estudo, isto é, nas definições e escolhas concebidas, inicialmente, no projeto de tese, mas que também sofreram ajustes no transcurso do exercício prático da pesquisa. O conhecimento no campo da sociologia, ao se apresentar como um constructo, possui não apenas amarrações diretas com os pressupostos teóricos selecionados para a orientação das questões, uma vez que apenas se interpela a realidade social no nível científico a partir de concepções anteriores que mapeiam o quase infindável campo de indagações possíveis, mas também, e de maneira muito especial, com a sensibilidade e capacidade adaptativa do pesquisador, quando confrontado pelos imponderáveis da investigação empírica.

No que tange aos marcos teóricos, foi necessário delimitar os principais eixos de discussão, em especial da sociologia da agricultura e dos alimentos, aos quais o presente estudo se vinculou diretamente na tentativa de apreender o universo pesquisado. Do ponto de vista das conexões primárias, a pesquisa sustentou-se muito fortemente nos aportes da sociologia latino-americana: em torno do processo de modernização da agricultura

(ABRAMOWAY, 1992; CAVALCANTI; MOTA, 2003; DELGADO, 2005; KAGEYAMA; SILVA, 1990; VEIGA, 1991); das transformações mais pontuais na estrutura produtiva que reverberam diretamente na condição do trabalho e emprego rural (CUNHA, 2008; DE LA O, 2006; VALLE 2004), assim como das condições produtivas da moderna agricultura exportação (CAVALCANTI, 1997, 1999a, 2004; CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003).

Igualmente se beneficiou das contribuições da sociologia do trabalho para compreender as dinâmicas das relações sociais de produção no universo rural. A este respeito, portanto, fizemos uso de conceitos e proposições analíticas que versam diretamente sobre precarização do trabalho, sobretudo em virtude das reestruturações produtivas, cujas consequências afetam igualmente o trabalho na agricultura e no mundo rural (ANTUNES, 1999a, 1999b, 2001; BONANNO; CAVALCANTI, 2014; CASTEL, 2013; RIELLA; MASCHERONI, 2015). Desta forma, inevitavelmente, temáticas como a informalidade, flexibilização contratual e outras questões transversais ao conceito geral de precarização, também figuraram na incorporação teórica realizada. Assim, autores, como Buainain e Dedecca (2010), Cacciamalli (2000) e Druck e Franco (2007), foram acionados como interlocutores do debate proposto, na exata medida em que permitira enriquecer a compreensão dos contornos particulares da precarização do trabalho em contextos produtivos, marcados pela articulação fragilizada entre espaços de produção local e mercados globais.

A particularidade das dinâmicas de trabalho, envolvendo as chamadas novas fronteiras agrícolas de exportação, tem sido contundentemente debatida na seara da sociologia rural (LIMA; PRIES, 2006; NOVICK; CARILLO, 2006; TUBIO, 2001). Os estudos latino-americanos, neste sentido, são emblemáticos, tanto em virtude da profundidade dos estudos empíricos quanto da consolidação de aportes metodológicos para tal. Cavalcanti e Mota (2003), Cavalcanti e Silva (1999) e Gomes da Silva (1999) podem ser apontados, nesta linha, como exemplos de debates apropriados, em decorrência das contribuições em torno de questões afins com o objeto abordado.

O estudo foi orientado no sentido de compreender os impactos advindos da inserção de um determinado contexto produtivo no âmbito das relações globais de mercado, intencionando o entendimento de quais foram as alterações ocorridas nas dinâmicas do trabalho realizado nas *packing houses* das grandes fazendas exportadoras de manga no VSF. Neste contexto, foi decisiva a apreciação preliminar de pesquisadores como Lara Flores (1998, 2006), Murmis e Bendini (2003) e Tubio (2001), por meio dos quais acessamos, em nível teórico, a dinamicidade das configurações rurais do trabalho sob a égide das reestruturações produtivas promovidas pelo capitalismo.

A partir de tal investimento teórico, indagamos à luz dos pressupostos de Chesnais (2000), as estruturas e as dimensões teóricas da globalização e da difusão do capitalismo, especialmente a partir do movimento de integração mercadológica. Considerando a amplitude e distinção das abordagens acerca do fenômeno da globalização, optamos por integrar aos referenciais teóricos autores como Castells (1999a, 1999b), Held e McGrew (2001), Giddens (2010) e Sassen (2010), os quais imprimiram ao presente estudo direcionamento peculiar em especial ao combinar esse tipo de abordagem com as referências da sociologia rural latino-americana e da sociologia do trabalho.

Ao utilizarmos alguns dos preceitos teórico-metodológicos sinalizados por Sassen (2010), caminhamos no entendimento de que o estudo do global também se realiza, em efetivo, por meio da compreensão das facetas escalonadas de dinâmicas e processos modificados localmente frente a conjunturas globalizantes, tal como ocorre, contundentemente, nas alterações do mundo do trabalho, quando conformadas em sistemas mercadológicos particulares. Em orientação próxima, Castells (1999a, p. 412) salienta que o processo de reestruturação do capitalismo, na década de 1970, impulsionado pela crise do desenvolvimento econômico, levou a “uma nova forma de capitalismo” cuja essência é uma “economia global”. É justamente na particularidade de uma formação econômica global que o capitalismo contemporâneo se distingue de suas antigas formas.

Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária. Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentando superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais (CASTELLS, 1999a, p. 142, grifo do autor).

Esta nova forma de capitalismo enunciada por Castells (1999a) possui ainda outras duas características essenciais: a flexibilidade organizacional e o maior poder para o patronato, em suas relações com os trabalhadores. A flexibilidade organizacional dá forma aos empreendimentos capitalistas e permite a articulação produtiva em nível global. Em termos organizacionais, esta flexibilidade está intrinsecamente interligada à “jornada flexível, bem como uma ampla série de sistemas de trabalho, inclusive trabalho autônomo e subcontratações recíprocas” (CASTELLS, 1999b, p. 418). Contudo, nos é mais relevante a característica que diz respeito à perda de poder dos trabalhadores nas formas de relação com o

patronato. Este elemento em especial tem grande importância na concepção das novas formas de trabalho que se desenvolvem nos espaços urbanos e rurais.

O estudo de processos e fenômenos frutos da globalização requer, imprescindivelmente, uma notória sensibilidade do pesquisador, na exata medida em que esse, quando em exercício analítico, deve ter cuidado para não incorrer no equívoco de apreender tais processos e fenômenos como práticas deslocadas de um território específico, ainda que este não se construa propriamente sob a lógica integral das relações locais de poder (LALANDA, 1998). Destacamos sob esta direção, portanto, a necessidade proeminente de compreender as dinâmicas globais em sua inscrição real e concreta nas espacialidades socioeconômicas específicas. Ainda que estudando, por exemplo, a condição global de determinado mercado específico e o modo como sua operação tem limitado a atuação normativo-regulatória do Estado Nacional através da criação de fronteiras de trânsito cada vez menos restritivas de mercadorias, capitais e pessoas, não se está por completo distante das conformações locais de um conjunto de relações que cooperam e/ou concorrem para a consolidação ou não deste tipo de conjuntura mercadológica específica delimitada. Como destaca Giddens (2010, p. 22), “a globalização não diz respeito apenas ao que está ‘lá fora’, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá ‘aqui dentro’, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas”.

Outro componente teórico de grande valia às análises expostas nesta tese diz respeito às formulações de Scott (2000), sobretudo quando apontamos a existência de ações de resistência da classe trabalhadora, frente aos impactos negativos decorrentes dos ajustes produtivos para a inserção em mercados globais. As ações tipificadas, nesta pesquisa, figuram como algo muito próximo ao que Scott (2000, p. 45) denomina como “una gran variedad de formas de resistencia muy discretas que recurren a formas indirectas de expresión” (verbais e não verbais). A apropriação específica deste autor permitiu-nos incursionar, analiticamente, nos contextos sociais a partir de suas lógicas ocultas, não explicitamente externadas, apreendendo, assim, construções discursivas (verbais e não verbais) ocultas dos grupos dominados/subordinados.

El análisis de los discursos ocultos de los poderosos y de los subordinados hace posible, creo yo, una ciencia social que revela contradicciones y virtualidades. Que alcanza a penetrar profundamente, por debajo de la tranquila superficie que a menudo presenta la adaptación colectiva a la distribución del poder, de la riqueza y del rango social (SCOTT, 2000. p 39).

Compreendemos, no âmbito das circunscrições dos aportes teóricos, a necessidade imperativa de estreitar ligações analíticas com estes outros campos estabelecidos de saber. Isso promoveu não apenas o aperfeiçoamento discursivo mas, ao mesmo tempo, implicou no adensamento de certas reflexões conceituais sobre o capitalismo e o desempenho dos intensos fluxos de mudança por ele promovidos. Incorporamos, nesta direção, elementos e questões apresentados por autores como Benko (1998), Cicoella (1998), e M. Santos (1998, 2006), cujas reflexões somam ao entendimento construído acerca da realidade observada.

No Brasil, o avanço do capitalismo em sua forma tardia, marcado pela tônica assimétrica promoveu discrepâncias notáveis, contemporaneamente, relacionadas ao desenvolvimento econômico intra e inter-regional. Nos chamados países de capitalismo periférico, as mudanças promovidas pela reestruturação produtivas são inúmeras, especialmente no mundo do trabalho. Em face das particularidades históricas que remontam, na grande maioria dos casos, aos processos de estruturação de setores econômicos marcados pela implementação tardia e incompleta de paradigmas produtivos, tais países desenvolveram um conjunto muito vasto de situações ligadas, de maneira geral, à precarização do trabalho (OLIVEIRA, M., 2002). A década de 1980 no Brasil foi marcada por um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, impulsionado, sobretudo, pela precarização do emprego (CACCIAMALI, 2000). Em face ao problema, o Estado brasileiro adota um conjunto de medidas no intuito de flexibilizar as relações de trabalho, sustentando-se recentemente no discurso da redução dos encargos sociais, o que acaba por agravar o cenário de precarização do trabalho e do emprego (ANTUNES, 2000; BUONFIGLIO, 2001; OLIVEIRA, M., 2002). Dentre estas medidas, podemos citar: a lei das cooperativas profissionais, de 1994; a desindexação salarial (com a MP do Plano Real), em 1995; o Decreto denunciando a convenção 158 da OIT, em 1996 (a qual limitava a dispensa imotivada e havia sido ratificada pelo Brasil em 1995 e promulgada por meio do Decreto em 1996); o Projeto de lei restringindo o exercício da greve nas atividades consideradas essenciais (incluindo multas diárias elevadas, aplicadas ao sindicato que não cumprisse ordem judicial); a instituição do trabalho por tempo determinado, do trabalho voluntário (sem encargos sociais e trabalhistas), do “banco de horas”, do trabalho por tempo parcial, da suspensão do contrato de trabalho, com a apresentação da PEC 19, dentre outras. Na verdade, todas estas medidas fazem parte de uma postura política peculiar, adotada por grande parte dos países da América Latina durante esse período, inclusive o Brasil, o que faz com que se tenha configurado, no século XXI, um cenário crítico de precariedade nas condições de trabalho, bem como um grandioso mercado de trabalho informal.

Segundo Dedecca e Baltar (1997), os países desenvolvidos presenciaram, no pós-guerra, a expansão do emprego assalariado nos setores público e privado, motivada, em grande medida, pelo desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social. Todavia, a crise posterior, o processo de reestruturação produtiva e a tendência à liberalização econômica deram margem ao crescimento de atividades não regulamentadas, ditas informais. Não por acaso, Castel (2013) destaca justamente esse processo de ampliação do trabalho informal, do trabalho precário, do subemprego e da subocupação como a tendência geral que irá promover o dilema em torno da estabilidade da sociedade salarial, sendo esta a “nova questão social” pelo fato de pôr em risco os princípios de coesão social, através da geração de abismos sociais e econômicos cada vez mais incontornáveis.

Na América Latina, em decorrência da constituição incompleta do sistema fordista e da inexistência efetiva do Estado de Bem Estar Social, a situação de informalidade e da precariedade no mundo do trabalho, sempre ocorreu de um modo ou de outro, tendo sido sempre uma realidade palpável em terras brasileiras desde o pós-guerra. Todavia, é nos anos 1980, sobretudo a partir da desestruturação do mercado de trabalho, que se intensificam os estudos em torno das questões do trabalho no novo contexto econômico-produtivo promovido pelas políticas neoliberais (CACCIAMALI, 2000). Não obstante, a década seguinte foi marcada pela desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, tendo este cenário se tornado estímulo à informalização (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). Neste contexto, novas e velhas formas de trabalho informal se articulam em tornos de atividades produtivas formais impulsionadas pela reestruturação produtiva e por um panorama de precarização do trabalho e do emprego que são cada vez mais crescentes.

De modo geral, embora a parte da população ocupada com a agricultura tenha reduzido com a expansão industrial e com o surgimento do setor de serviços, ainda assim, ao final do século XX, ela representa importante parcela do contingente total economicamente ativo. Contudo, “as relações de trabalho e produção agravadas por polarizações ocupacionais” existentes no universo rural destoam do grau de desenvolvimento alcançado pelo país no setor industrial (BUAINAIN; DEDECCA, 2010, p. 134). É interessante frisar o fato de que, em espaços de agricultura dinâmica integrada a mercados globais ocorrem, em geral, configurações de trabalho mais complexas, difíceis de serem encaixadas nas formas básicas de contratação da mão de obra. Além disso, Cunha (2008) destaca que a retração do emprego no setor agrícola não é uma tendência homogênea, uma vez que nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste ainda é comum este setor responder por mais de 25% dos empregos ativos. Esta

situação, em muito, está ligada à produção de alto valor agregado, como a soja e a fruticultura.

Como enfatiza Cavalcanti (1997, p. 84), a fruticultura é um dos segmentos mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola, e a inserção da região do VSF no circuito econômico global deu-se através das “possibilidades abertas com o processo de globalização e seus desdobramentos na agricultura, associados às mudanças nos padrões alimentares nos chamados países do Norte”. É em meio a este cenário, por conseguinte, que “frutas como uva e manga destacam-se enquanto mercadorias orientadas prioritariamente para os mercados internacionais, ainda que mantenham fortes vínculos com os mercados regionais e nacional” (CAVALCANTI, 1997. p. 83).

Com o processo de modernização da agricultura brasileira e as dinâmicas de reestruturação produtiva, surgem posicionamentos teóricos que apontam para a configuração de um “novo universo rural brasileiro” marcado pela expansão e difusão da lógica capitalista (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, 2004b; WANDERLEY, 2000). Elementos como um novo arranjo relacional entre os espaços urbano e rural, expansão do trabalho assalariado no meio rural, desenvolvimento tecnológico no âmbito produtivo, bem como desenvolvimento técnico-científico em torno de tal espaço produtivo, são alguns dos caracteres típicos do “novo rural” (DEL GROSSI; SILVA, 2002a, 2002b). Dentro desta lógica, das posturas analíticas difundidas, tem se destacado contemporaneamente aquelas que buscam “compreender os processos de reprodução do mundo rural não mais sob a égide da civilização agrária, mas inserido em uma sociedade urbano-industrial” (WANDERLEY, 2009, p. 63).

É oportuno mencionar, a partir das colocações de Cavalcanti (1996), que a região do VSF encerra dinâmica de complexidade peculiar, sendo marcadamente entrecortada por uma “variedade de atores que participam desses processos sociais relativos às novas tendências de organização da agricultura”, não apenas no espaço nacional, mas também “no espaço internacional”. Além disso, o universo social em questão, em face da própria dimensão de mercado globalizado (CHESNAIS, 2000) redimensiona os vínculos produtivos e comerciais nacionais e transnacionais (BONANNO, 2003; BONANNO; CAVALCANTI, 2011; CAVALCANTI, 1999a).

O dinamismo imbricado no âmbito deste novo mercado global engendra também diferenças significativas acerca das relações econômicas de produção e circulação de mercadorias (FRIEDLAND, 1994b). Sob esta orientação, os atores sociais inseridos no universo em discussão se constituem de forma variada, tal seja a “resposta a esse processo, de acordo com os seus objetivos na esfera da produção, como também na esfera da reprodução,

distribuição e consumo, enquanto produtores e trabalhadores” (CAVALCANTI, 1996. p. 112). Ainda nessa mesma linha de pensamento, os novos usos da terra – visíveis em espaços da agricultura irrigada – muito embora sinalizem uma nova configuração regional dos espaços produtivos, reduzindo, inclusive, as barreiras comerciais entre o local e o global, não representa a ampliação de melhores possibilidades de distribuição de renda e emprego. Pelo contrário, estes novos espaços produtivos agrícolas dominados pela moderna produção, técnica e cientificamente orientada a maiores índices de produtividade, acabam por acentuar “diferenciações”:

Entre trabalhadores porque ao lado dos requerimentos próprios ao trabalho na produção agrícola, devem também qualificar-se para outras exigências, no setor de serviços que se multiplicam, incorporando vários trabalhos especializados e incrementando o valor agregado aos produtos. Entre produtores, porque para tornar os produtos adequados aos mercados globais devem introduzir uma nova dimensão da gestão da produção, para a qual o controle de tempo e conhecimento, constituem-se em marco das diferenças e da competência que os distinguem no mercado (CAVALCANTI, 1996. p. 113).

A realidade social estudada exigiu uma distensão analítica mais profunda, tendo sido concretizada através da interlocução com abordagens teóricas que transitam por campos distintos da sociologia. Isto requereu, contudo, uma atenção especial no sentido de não violar as particularidades teóricas e metodológicas, desses campos e saberes específicos, articulando-os com a devida cautela. Neste sentido, a compreensão da dinâmica social estudada, reconhecida em sua inerente complexidade, foi alcançada por meio de um arranjo metodológico articulado, o qual permitiu a apreensão do “local”, no nível das relações e condições de trabalho, enquanto dialogicamente constituído nas reverberações estruturais da face econômica da globalização. Assim, foram utilizadas ferramentas metodológicas capazes de serem articuladas coerentemente com as opções teórico-analíticas, a partir das quais elaboramos o entendimento acerca da realidade social investigada. Foi sob este viés, portanto, que em tomadas analíticas comparativas com outros estudos da sociologia rural latino-americana notamos, não apenas a recorrência de trabalhos balizados pela adoção de instrumentos metodológicos qualitativos, mas também o êxito alcançado com emprego articulado de técnicas e métodos desta natureza (BARROS, 2007; LARA FLORES, 2006; LIMA; PRIES, 2006). Os referidos casos foram incorporados ao conjunto de diálogos que realizamos nesta tese, sendo oportunamente acionados, para enfatizar as particularidades que cercam a formação e a investigação desses contextos produtivos em relação com instâncias globais.

1.2 As questões da pesquisa

As mudanças promovidas pela globalização são amplas e vigorosas, redefinindo territórios e regiões face às tendências dos mercados. De acordo com Bonanno (2003, p. 191), os circuitos globais de produção e consumo, difundidos pela globalização econômica, “se desenvuleven libremente alrededor del mundo incluyendo, pero también excluyendo, regiones y grupos sociales”. Neste sentido, as regiões e territórios conectados por estes circuitos são marcadas de modos diferenciados por esse processo, o que atribui à globalização dos sistemas agroalimentares um caráter social, na medida em que afeta os atores e as relações sociais nessas espacialidades. O desenvolvimento da pujante fruticultura de exportação no VSF é um caso emblemático nesse contexto de alterações e modificações de uma área produtiva, em decorrência da difusão dos mercados globais.

A rápida ascensão econômica do VSF, durante a última década do século XX, não apenas trouxe destaque à região como promoveu alterações severas nas formas de organização produtiva e nas relações de trabalho (CAVALCANTI, 1997; BONANNO; CAVALCANTI, 2012). Ao mesmo tempo, contradições e conflitos emergem deste contexto como decorrência direta dessa e outras alterações (CAVALCANTI, 1999a; CAVALCANTI; SILVA, 1999), trazendo a essa espacialidade uma efervescência sem igual. O interesse pelas relações de trabalho nesse território emergiu no sentido de compreender como um fenômeno tão amplo como a globalização modifica direta e indiretamente as condições de trabalho locais.

A fim de sistematizar um objeto para refletir as modificações referidas e os efeitos que elas acarretam aos trabalhadores, optamos por estudar tais questões em torno da produção da manga. As relações de trabalho no ambiente das *packing houses* de exportação no VSF ainda conta com poucos estudos empíricos, tendo sido este um dos grandes motivadores da pesquisa. Além disso, no que diz respeito a essa cultura, o VSF é a maior região produtora e exportadora do país o que reforçou a nossa escolha acerca desse segmento produtivo. Ademais, a mobilização massificada dos trabalhadores temporários em época de safra para a atuação nas *packing houses* foi algo que sempre nos trouxe indagações sobre como se configuraria o trabalho desses atores sociais.

A problemática da pesquisa gira em torno da compreensão de como a inserção da manga produzida no VSF nos mercados globais tem alterado as condições de trabalho dos indivíduos envolvidos nas atividades das *packing houses*. Nesta perspectiva, as exigências e

requisitos impostos pelos importadores e consumidores a essa manga exportada *in natura* tem requerido mudanças de ordem técnica e organizacional que afetaram a organização e a rotina de trabalho nesses ambientes produtivos. Foi acerca dessa realidade social e econômica que realizamos nossas indagações, tendo se constituído como o contexto a partir do qual questionamos os aspectos pertinentes às condições de trabalho. Igualmente a Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 48), entendemos que “por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada”.

Tomando como objeto o trabalho nas *packing houses* das grandes empresas exportadoras de manga do VSF, buscamos investigar justamente a sinuosidade existente entre esse trabalho e as modificações promovidas pela inserção dessas empresas nos circuitos globais. Utilizamos um recorte que possibilitou escutar tanto os trabalhadores antigos como trabalhadores atuais desses ambientes de produção, a fim de melhor compilar informações a respeito dessas modificações e influências no mundo do trabalho. Esse campo das relações de trabalho no meio rural tem sido especialmente emblemático no destaque das contradições decorrentes da globalização, como destacado em diversas incursões analíticas (VENEGAS, 1995; CAVALCANTI; RAMOS; SILVA, 1998; CAVALCANTI; MOTA, 2003b).

A presente pesquisa teve como lastro algumas questões básicas, a partir das quais outras se desenvolveram, sendo estas: como as exigências produtivas requeridas pelos mercados globais afetam as formas e condições trabalho nas *packing houses*? Concretamente, quais são esses impactos? Esses impactos refletem apenas o pioramento nas condições de trabalho, ou possuem algum efeito diverso? Como os trabalhadores se posicionam frente a esses impactos? Assim, essas questões que constituíram a problemática da pesquisa acabaram por induzir novas indagações no transcurso das atividades de campo, demonstrando quão rica é a realidade social em questão, bem como o quanto a mesma requer novas incursões científicas. Existe ainda um série de entendimentos a serem construídos sobre esse universo socioeconômico.

1.3 O recorte proposto

A formação de um *corpus* analítico em uma pesquisa de caráter qualitativo é peça chave para a composição de um razoável material de análise, capaz de “dizer” algo sobre a

realidade em estudo. Esse procedimento remete não apenas ao passo inicial de pré-definição do que vai ser analisado para responder a uma dada questão. Pelo contrário, a composição do conjunto de materiais que formam a base de análise de um investigador qualitativo é etapa que se estende para além do momento juvenil da pesquisa, isto é, quando da apresentação do projeto, do delineamento das questões e do levantamento de algumas hipóteses. Em efetivo, esta composição é um *constructo* que remete também as idas ao campo e a certas tomadas de decisões, após as impressões primeiras advindas das incursões e retornos para esclarecimentos, ou seja, se processa em efetivo, também, em estágio mais avançado da pesquisa. E assim o foi no presente estudo.

A propositura inicial desta pesquisa havia se constituído com vistas a abranger quatro grupos de sujeitos específicos (trabalhadores atuais e antigos das *packing houses*, gestores deste espaço de produção e membros de sindicatos representativos dos trabalhadores), os quais, ao final consolidariam em seu conjunto um *corpus* de dados cada, a ser trabalhado sob a perspectiva analítica de conteúdo. Não tardou muito para que entendêssemos que este desenho preliminar seria inviável de ser executado por algumas razões. A primeira delas diz respeito ao reexame das questões de pesquisa confrontadas com as informações obtidas após incursões de sondagem realizadas, com mapeamento de empresas, atores importantes no cenário produtivo e comercial, conversas e aproximações com informantes secundários, e identificação de outros elementos característicos da realidade pesquisada. Compreendemos, a partir de então, que para conduzir o estudo das modificações no universo do trabalho existente no espaço produtivo das *packing houses* de manga do VSF decorrentes da introdução deste território no circuito dos mercados globais tal como proposto, algumas escolhas e enfoques precisariam ser tomados. Essas, por sua vez, implicaram na possibilidade de discutir, mais aprofundadamente, as questões das mudanças no trabalho e sua configuração nos espaços de produção para exportação. Ao mesmo tempo, significaram limitar nossa investigação aos grupos dos trabalhadores atuais e antigos.

Realizamos a opção de incorporar o grupo dos gestores das empresas como informantes secundários no escopo da pesquisa. Essa definição esteve relacionada a uma circunstância em específico que se refere ao fato de que a oitiva formal desses atores com a entrevista gravada quando cogitada por nós, nas incursões de campo, foi recebida com bastante receio, sobretudo em virtude da possibilidade de não autorização das instâncias administrativa superiores. Tentamos acionar estas instâncias, em quatro das seis empresas visitadas, verificando notória resistência quanto a esse processo de entrevistar membros gestores da empresa acerca das questões de trabalho nas *packing houses*, sendo, na maioria

dos casos, quase inacessível o contato com quem de fato respondia por tais autorizações. Nas outras duas empresas, a entrevista nos foi negada a princípio pelos próprios gestores imediatos das *packing houses*, afirmando eles se tratar de políticas das empresas a não concessão de entrevistas desta natureza. Avaliando a possibilidade de que a insistência em torno dessas entrevistas pudesse trazer-nos a limitação do acesso aos ambientes de produção observados, optamos por não incluir esse grupo entre os entrevistados. Mesmo sem a realização das entrevistas gravadas, ainda assim, estes informantes contribuíram significativamente à pesquisa, tendo sido, todos eles, solícitos no acompanhamento e nas observações realizadas às *packing houses* e nas explicações e respostas acerca das indagações que realizamos³. Estas informações foram sistematizadas como evidências de campo oriundas da observação sistemática e do contato com outros atores da realidade investigada, que não propriamente os trabalhadores, não deixando de somar à compreensão da realidade.

Souto Júnior (2013, p. 3) se refere à importância da ação sindical no VSF, tanto no “plano estrutural” quanto no “plano conjuntural”, conjuminando forças em prol da luta por melhores condições de trabalho frente ao empresariado. Esta mobilização dos trabalhadores em torno da figura do sindicato se torna visível anualmente no emblemático processo de discussão e negociação das convenções coletivas de trabalho. Considerando essa relevância, intencionávamos, no projeto de pesquisa, realizar a oitiva de atores envolvidos com o sindicato a fim de compreender os processos de enfrentamento às modificações nas rotinas de trabalho nas *packing houses*. Todavia, o refinamento das questões, ao longo das incursões de campo, nos proporcionou maior clareza em torno do que pretendíamos compreender da realidade social investigada. Este processo é também o reconhecimento das limitações da pesquisa no sentido do uso do recurso tempo e do trato adequado que deve ser dedicado aos dados coletados.

Ponderando todas essas questões, decidimos não incluir os representantes dos sindicatos como entrevistados da pesquisa, uma vez que as informações a serem transmitidas necessitariam ser constituídas em um novo *corpus* de dados, por se tratarem de falas de atores em posição distinta daqueles envolvidos diretamente no universo de trabalho. Este mesmo conjunto particular de dados iria requerer o minucioso trabalho de quantificação e sistematização sob a perspectiva do método da análise de conteúdo delimitado no estudo. Consideramos também que, embora fossem suscitados na entrevista a tratar das mesmas temáticas que os trabalhadores, considerando a posição de fala desses sujeitos, obteríamos um

³ No Apêndice B, página 300, encontram-se as especificações dos informantes da pesquisa, bem como o respectivo código de classificação utilizado para apresentação no corpo do texto.

corpus com elementos muito diversos daqueles pontualmente levantados pelos empregados nas *packing houses*. Isso resultaria em um novo grupo de dados, cujo pareamento analítico com as informações dos trabalhadores poderia nos distanciar das questões mais pontuais que pretendemos responder com essa investigação. As dimensões do controle no cotidiano das rotinas de trabalho e os mecanismos pelos quais eles se exercem nos pareceram mais compreensíveis e fáceis de serem captados pelos trabalhadores submetidos corriqueiramente a estas circunstâncias

Compreendemos que o processo de pesquisa é a condução de certas escolhas e, mais do que isso, o ato de saber lidar com estas na construção do *corpus* e no direcionamento da análise. Deste modo, ponderando as questões envolvidas na incorporação do grupo de atores representantes sindicais como parte dos entrevistados, optamos por não incluí-los na circunscrição desta pesquisa⁴. Sob esta escolha pesou também duas preocupações levantadas por Bauer e Aarts (2012) quanto à definição do tamanho do *corpus* de uma pesquisa: uma que se refere ao bom uso do recurso tempo e a outra ao fato de saber compor um material que efetivamente se preste a análise no escopo da pesquisa.

Desta forma, a perspectiva pragmática e não muito encantadora do cálculo custo/benefício que a oitiva desse grupo referido poderia ser pouco vantajosa e muito custosa à pesquisa não traduz integralmente o que foi levado em conta na opção realizada. Este posicionamento um tanto reducionista não traduz a posição adotada nesta pesquisa. É necessário sublinhar a este respeito que a opção por não incluir esse grupo de atores não se deveu simplesmente à limitação de tempo para análise dos dados, mas sim em decorrência de entendermos tais informações como constituidora de um *corpus* caracteristicamente distinto do que foi construído com a oitiva dos trabalhadores. O que se tem aqui é uma evidência de que a imersão no campo de pesquisa por meio das sucessivas incursões, da aproximação com os atores que fazem parte do universo investigado, tomados em suas múltiplas relações e patamares dimensionais, o que abarca, inclusive, contextos outros que não os enfocados na pesquisa, provoca efeitos significativos na investigação e no investigador, a considerar as alterações que ambos estão suscetíveis a sofrerem quando da reflexão desta experiência. Tais efeitos também reverberam em maior clareza do objeto e definições quanto à sua apreensão, o

⁴ Embora não tenham sido incorporados como entrevistados com análise pontual desses dados, tais atores foram ouvidos durante a pesquisa no sentido da formação de um entendimento contextual das dinâmicas de trabalho na fruticultura de exportação no VSF. Foram incluídos no conjunto dos informantes secundários da pesquisa um membro da diretoria do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Pernambuco, bem como dois membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina-PE.

que entendemos ser o caso da escolha apresentada, na medida em que visou ao aprimoramento e precisão das questões da investigação.

Levando em conta os postulados de Bauer e Aarts (2012) acerca da constituição de um *corpus* cujo delineamento seja detentor das condições de relevância e homogeneidade, constituímos, no campo deste estudo, dois grupos de entrevistados sobre os quais a análise de conteúdo recaiu como método. Assim, na perspectiva construtiva da análise, os dados oriundos dos entrevistados do grupo de trabalhadores atuais, são provenientes de trinta e seis entrevistas, sendo seis atores por empresa, dentre as observadas. Definimos por trabalhadores atuais aqueles que trabalharam em 2015 como empregados contratados fixos (permanentes) ou safristas (temporários). Neste sentido, sobre esses foi possível levar adiante a apreensão analítica de um ciclo que corresponde propriamente à temporalidade sincrônica da temática do trabalho e seus contornos característicos no universo produtivo das mangas de exportação. O outro grupo de entrevistados foram doze trabalhadores antigos das *packing houses* dessas mesmas empresas, sendo dois de cada empresa. Estes informantes, por sua vez, responderam às questões da entrevista retratando uma realidade que remonta aos momentos da consolidação das relações comerciais em nível global envolvendo o nicho produtivo da mangicultura no VSF. Logo, o material textual oriundo destas entrevistas transcritas corresponde a um ciclo diferente, pois as falas dos informantes remetem às condições de trabalho e suas características típicas de anos anteriores⁵.

Algumas incursões comparativas foram realizadas com o intuito de evidenciar diferenças e similitudes entre as condições de trabalho assumidas contemporaneamente nas *packing houses* de manga e aquelas vigentes em momentos anteriores. Tais relações foram pertinentes ao entendimento das transformações nas condições de trabalho ao longo dos anos, sendo, neste caso, interessantes para captarmos a dimensão dessas alterações que se impuseram aos trabalhadores em decorrência do aprimoramento produtivo e dos ajustes requisitados para a participação nos criteriosos circuitos do mercado global.

1.4 O desenho metodológico qualitativo

As explicações acerca da multiplicidade de estados subjetivos podem ser compreendidas a partir da observação do comportamento real, da criação das situações artificiais para a investigação ou da indagação às próprias pessoas sobre o significado de suas

⁵ O Apêndice B, página 300, contém listagem com as informações básicas de cada trabalhador entrevistado, assim como o tipo de vínculo, as funções desempenhadas e a empresa na qual trabalhou.

condutas. O elemento que perpassa por todas estas metodologias qualitativas é a necessidade de descrever a existência das variabilidades. As pesquisas qualitativas possuem singularidades, tais como: a compreensão como princípio do conhecimento; a adoção do estudo de caso como ponto de partida da coleta de dados; a ênfase na historicidade, no contexto e na perspectiva dos sujeitos da pesquisa; a primazia dos acontecimentos e conhecimentos cotidianos; a inclusão da argumentação como fator de generalização dos resultados; a aceitação da influência de crenças e valores; a análise do fenômeno em seu contexto natural, entre outras (GUNTHER, 2006).

É claro, todavia, que a natureza da pesquisa qualitativa não a distancia de critérios formais, tais como: a clareza na formulação das perguntas, a consistência do delineamento da pesquisa, a explicitação dos paradigmas teóricos, a adoção de regras consistentes, a congruência dos resultados, etc. Pelo contrário, pode-se dizer que o percurso histórico destas metodologias tem sido um crescente aprendizado em torno da formalização e do rigor (DEMO, 1998; GOLDEMBERG, 2004).

Em verdade, o conjunto de escolhas e opções metodológicas feitas por um cientista social o direcionam para certas restrições inferenciais, e, assim, é para toda e qualquer escolha. Destacamos, com isso, pois, em primeiro lugar, que a atuação desta ciência, como a de qualquer outra, é sempre limitada na apreensão da realidade, reconhecendo que, por mais ousado e abrangente que se pretenda determinado empreendimento científico, o mesmo estará sempre subjulgado ao império da incompletude; em segundo lugar, a restrição que se confere a qualquer análise científica no campo da sociologia está diretamente interligada ao arsenal metodológico selecionado como caminho norteador na construção do conhecimento, sendo assim, toda e qualquer escolha metodológica indica perdas e ganhos na dinâmica construtiva do conhecimento.

Os empreendimentos qualitativos possuem elementos específicos que podem ser identificados a partir de uma prescrição que revele seu próprio escopo. Em tal delineamento, os temas preconizados pelas pesquisas qualitativas tocam as pesquisas exploratórias, o estudo do cotidiano, do transitório e do sentido da ação e a avaliação das políticas. E ainda segundo sugerem Deslauriers e Kérisit (2008), a preconização do contato direto com os grupos em análise, o caráter repetitivo do processo de pesquisa, a não subordinação à revisão bibliográfica, a construção progressiva do objeto de pesquisa e a flexibilidade dos postulados, constituem as peculiaridades da pesquisa qualitativa.

Para Martins (2004), as abordagens qualitativistas evoluíram no debate com seus críticos, superando alguns limitantes históricos, como a capacidade de generalização

inferencial. Neste contexto, uma arma eficaz contra as desconfianças que possam vir a se apresentar ao uso deste tipo de metodologia é a descrição minuciosa das técnicas e procedimentos utilizados na construção da compreensão da realidade. Este tipo de procedimento tende a afastar incongruências, além de cobrir a pesquisa da transparência necessária ao fazer científico. Como destaca Goldenberg (2004, p. 45), “a tarefa do pesquisador é reconhecer o *bias*⁶ para poder prevenir sua interferência nas conclusões”. Nesta orientação, quão mais claro e explícito forem os caminhos e atitudes metodológicas adotadas pelo pesquisador, mais controlada a interferência da subjetividade será, uma vez que a mesma não pode ser extinta em sua completude, mas apenas controlada. Aproximamo-nos mais dos requisitos de científicidades quão mais claras e explícitas forem as descrições acerca dos métodos e dos dados utilizados na investigação, pois,

A representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica (GOLDENBERG, 2004, p. 50).

A pesquisa qualitativa aparece, então, como um “lugar de imaginação”, no qual o pesquisador, diante dos desafios que a compreensão da realidade impõe, usa de sua astúcia com vistas à utilização de ferramentas que lhes possibilite “acessar adequadamente a realidade” (LAVINE; DIONNE, 1999, p.193). Sem sombra de dúvidas, o apelo à imaginação e à bricolagem é um dos argumentos fascinadores da pesquisa qualitativa, no exato sentido em que se contrapõe à execução “padronizada” das pesquisas quantitativas (DENZIN; LINCOLN, 2006). Porém, ao mesmo tempo em que o uso da criatividade na construção do conhecimento sobre a realidade social encanta e fascina, ele dificulta esta construção para aqueles que se distanciam dos rigores metodológicos. O segundo aspecto a ser destacado diz respeito à faculdade de, no uso deste tipo de metodologia, poder fazer uso de várias fontes de dados.

Em resumo, o pesquisador pode, para assegurar os progressos do saber, apoiar-se em várias fontes, o vasto leque de todos os tipos de documentos, de uma parte, e as próprias pessoas que vivem as situações, fenômenos ou acontecimentos ou que podem simplesmente testemunhá-los, de outra. Às vezes, será possível atingir todas essas pessoas, mas preferir-se-á, com muita frequência, ater-se a uma amostra, consideradas as dificuldades que afetam a maioria dos trabalhos de pesquisa, a natureza do problema tratado e o objetivo pretendido ao abordá-lo (LAVINE; DIONNE, 1999, p. 194).

⁶ Segundo a autora, o referido termo, de uso comum entre os cientistas sociais europeus norte-americanos, “pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito” (GOLDENBERG, 2004, p. 45).

São diversos, pois, os instrumentos de coleta de dados e modelos de interpretação à disposição na pesquisa qualitativa, sendo que a escolha de cada um tem implicações específicas no tipo de dados que serão formados, bem como exige uma formação específica do pesquisador para o uso adequado deste instrumento. Questões como a ocultação dos mecanismos de dominação, a superestimação de dados etnográficos, a incapacidade de produzir resultados generalizáveis e a difícil isenção do pesquisador, estarão sempre no âmbito das principais objeções feitas aos métodos qualitativos.

Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias pré-noções pelas pré-noções dos que ele estuda ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do cientista e da sociologia espontânea de seu objeto (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 50).

Em meio a essas críticas sobressaem, às vezes, opiniões que acreditam que o nascimento das metodologias qualitativas atende à necessidade de valorização de saberes marginalizados. Para além das eventuais ressalvas, as abordagens qualitativas possuem um potencial imenso, que não fora ignorado no âmbito desta pesquisa. Somente, pois, iluminado por estes pressupostos, nos foi possível, o abandono do receio acerca das alterações do recorte metodológico. O desafio imposto pelo campo de pesquisa implicou em refazer, ou ao menos redefinir, os graus e as linhas de densidade dos instrumentos metodológicos qualitativos (DENZIN; LINCOLN, 2012; DUARTE, 2002). Esses, por sua vez, ao serem aplicados através desse novo recorte, demonstraram não apenas uma capacidade inegável de preencher muitas das lacunas possíveis, em virtude da não aplicação dos questionários, mas também iluminaram todo um campo de informações e questões que dificilmente seriam alcançadas no patamar de densidade inicialmente proposto para os instrumentos de natureza qualitativa.

Neste sentido, é importante que exista sempre no horizonte do sociólogo a preocupação em realizar a construção do saber, sendo essa pautada, o mais profundamente possível, na realidade social que pretende compreender.

A realidade sociológica é sempre uma construção que se fundamenta num universo factual. Ao investigador cabe encontrar, através dessa construção, o essencial de um real, por vezes, quotidiano e anulado pelas rotinas comportamentais. O discurso do

sociólogo é tanto mais fundamentado e melhor entendido quanto mais «enraizado» for na realidade que pretende explicar (LALANDA, 1998, p. 872).

O universo social em sua pureza é um terreno enevoado, completamente novo, e aberto a explorações, sendo requisito de sucesso, portanto, a posse de uma característica essencial definida por Weber (2001, p. 131) como a “premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário”. De acordo como este autor, essa exigência que se faz ao historiador e ao sociólogo é a capacidade que lhes permitirá captar, nos elementos da realidade social, aqueles cujas conexões são revestidas de significado. Em outros termos, o “enraizamento” do discurso do sociólogo em uma dada realidade social sinaliza, ainda que indiretamente, a capacidade de distinção entre os elementos essenciais e secundários, é isto que torna a análise e os estudos nesta ciência algo diferente de simples reproduções discursivas da realidade.

Considerando, pois, que os métodos de pesquisa são, por excelência, definidores das ferramentas e os instrumentos que auxiliam o pesquisador na construção do conhecimento acerca de determinados aspectos da realidade social, é de grande valia uma abordagem analítica que contemple a utilização de mais de uma dessas ferramentas. A possibilidade de contar com mais de uma forma de coleta de dados é uma realidade que não deve ser ignorada por nenhum pesquisador, na exata medida em que este uso de ferramentas múltiplas pode sinalizar o aprimoramento analítico, ou mesmo a ampliação da capacidade compreensiva do estudo (GOLDEMBERG, 2004).

Optamos, assim, por uma pesquisa ancorada nos métodos qualitativos, usando a observação direta e as entrevistas semidiretivas como formas de coleta de dados. A composição do seguimento descritivo-analítico, ancorado na observação e nos depoimentos dos informantes secundários da pesquisa, junto às análises de conteúdo das entrevistas transcritas, formam, pois, o recorte metodológico qualitativo desta tese.

1.5 A observação sistemática, o diário de campo e o exercício descritivo

Alami, Desjeux e Garabuau-Mussaoui (2010, p. 66-67) denominam “observação organizada” algo muito próximo daquilo que aqui se optou por nomear de observação direta sistematizada. Esta técnica de coleta de informações aprimorada pela antropologia é um recurso valioso no estudo de realidades sociais que requerem uma maior cautela do investigador em virtude de seu caráter melindroso. Justamente por isso, a referida técnica acabou por se configurar como peça chave na pesquisa ora em exposição, não apenas pelo

fato de permitir vislumbrar “o que decorre das expressões não verbais e dos automatismos, tudo aquilo que está profundamente interiorizado e que o entrevistado não necessariamente restitui por intermédio de seu discurso” (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MUSSAOUI, 2010, p. 66-67), mas também pelo potencial de desvelar a realidade em estudo através do presenciamento de circunstâncias, situações, relatos que não seriam conseguidos de outra forma senão na condição de observador.

A observação no âmbito deste estudo visou à inserção nos ambientes de trabalho das *packing houses* das grandes fazendas exportadoras de manga do VSF. Foi intenção, neste caso, o uso dessa ferramenta no sentido de propiciar o entendimento das relações de contratação dos trabalhadores (permanente e safrista), das relações cotidianas de poder no trabalho, das características do trabalho no beneficiamento pós-colheita em suas etapas e características. Neste sentido, a observação realizada em muito se ancora nas concepções de Jaccoud e Mayer (2012), percebendo tal ferramenta como uma atividade contínua e prolongada, através da qual o investigador visualiza ações, reações, situações e comportamentos que lhes interessam na circunscrição de sua pesquisa. De acordo com esta premissa, a observação não se limita, de forma alguma, ao conhecimento de tais fenômenos tão somente pelas categorias que os sujeitos criam, estando esta observação suscetível de ser “traduzida” pela ótica analítica do pesquisador no instante de sistematização dos dados. Sob esta perspectiva,

Este procedimento se harmoniza com uma sociologia que coloca no centro de seu objeto de estudo, não fatos constituídos, à maneira de Durkheim, mas sim ações coletivas e processos sociais que podem ser em parte apreendidos por meio de interações diretas, cuja significação – cabe não negligenciar – não é determinada previamente (JACCOUD; MAYER, 2012. p. 255)

A observação também serviu ao propósito de lastrear a realização de descrições detalhadas (nos termos de uma descrição densa) acerca do conjunto de fenômenos que se pretendeu investigar, auxiliando, assim, o próprio processo subsequente de análise dos dados, sem, contudo, ignorar a premissa distintiva que separa o instante descritivo do instante analítico no âmbito da sistematização e reflexão dos dados.

No escopo metodológico desta pesquisa, a observação ocupou, em verdade, o lugar de instrumento metodológico complementar, na exata medida em que os resultados advindos da utilização deste método compõem conjuntamente com os dados oriundos das entrevistas. Optamos, portanto, no âmbito da realização da observação direta, pela adoção de uma postura cuja ênfase se deu mais na esfera do entendimento de certas relações, a partir do modelo

interpretativo, contribuindo para a compreensão das situações vivenciadas pelos trabalhadores rurais e pelo sentido atribuído por estes sujeitos a tais situações, tendo sido essas questões tocadas de modo intenso, na realização das entrevistas.

A observação foi realizada considerando as condições da realidade social que se apresentaram ao pesquisador e, dessa forma, foi afetada pelas limitações e oportunidades do contato com os atores sociais. A visita às *packing houses* foi sempre antecedida por contatos telefônicos e até mesmo pessoais explicando o caráter científico da mesma. Ainda com essas exposições e a reincidência dos contatos, nossa entrada nas empresas só foi permitida parcialmente, o que pressupunha horários restritos em datas específicas, sempre devidamente monitorados e em ambientes pontuais. Comportamento que se mostrou padronizado entre a maioria destas empresas como prática comum das gestões no sentido de minimizar o acesso às instalações de processamento. Em certa medida, muito do diferencial produtivo destas frutas exportadas encontra-se no processamento pós-colheita, o qual é responsável por agregar melhores atributos visuais e estéticos a essas mercadorias, explicando parcialmente o cerceamento do acesso a essas instalações. A qualidade desses bens é definida “pelas imagens e símbolos, valores que lhe são agregados”, dinamizando a globalização dos alimentos e valorizando processos produtivos como aqueles realizados nas *packing houses* (CAVALCANTI, 2004, p. 18).

Ainda assim, pudemos sistematizar quatro visitas em cada uma das empresas, duas em momento de safra e duas em período de entressafra, visualizando a realidade do ambiente de trabalho e as rotinas de produção nesses instantes distintos. A observação foi um instrumento de coleta de dados que esteve sempre atrelado ao uso do diário de campo, o qual se mostrou fundamental no momento apropriado de descrição das condições de trabalho e subsequente cruzamento dessas informações com os dados obtidos nas entrevistas. Como a utilização do diário de campo *in lócus* às vezes significava uma postura receosa dos atores que nos recebiam para as visitas às *packing houses*, algumas vezes ele foi construído em suas instâncias parciais ainda no estacionamento das empresas a fim de não esquecer nenhum aspecto que havia nos ocorrido no transcurso da visita.

Como nos mostra Clifford (2008), o exercício descritivo-analítico que faz parte da etnografia foi possível à Antropologia pelo aprimoramento da capacidade de observação do pesquisador. Ainda que não tenhamos realizado algo parecido com uma etnografia, nos beneficiamos desses ensinamentos a fim de imprimir maior vigor à fase de observação, realizando o melhor aproveitamento possível do tempo em que nos foi permitido visualizar e apreender as funções, atividades e organização produtiva no ambiente das *packing houses*. A

utilização da descrição antes e durante processos de análise da realidade social facilitam a exposição e transmite ao leitor mais detalhes do que foi investigado, motivo pelo qual optamos por assim conduzir a elaboração desta tese.

1.6 Atores entrevistados, outros depoimentos e as nuances de campo

Quando pesam as determinações que levam o investigador à escolha dos sujeitos a serem entrevistados no âmbito de uma pesquisa qualitativa certos pontos especiais precisam ser tomados de forma transparente. Merece menção, neste contexto, o fato de que a composição de uma “amostra” de entrevistados com vistas a uma análise qualitativa dessas, nem sempre segue os mesmos parâmetros aplicáveis à composição de uma amostra em um projeto quantitativo. Com isso se quer dizer, por exemplo, que a dimensão de representatividade da amostra em uma pesquisa qualitativa nem sempre é passível de ser enquadrada nas mesmas premissas “calculáveis” de uma amostra que se prestará ao trato exclusivo da estatística. Como sugere a citação destacada em sequência a este repeito, os quesitos de seleção dos sujeitos que comporão a amostra não são os mesmos:

O objetivo não é obter efeitos de pertença, como em uma pesquisa quantitativa macrossocial, mas de perceber a diversidade de práticas. Os critérios de seleção de pessoas por encontrar não visam à representatividade da população, mas buscam seu significado social, pois as variáveis de pertença são pouco relevantes na escala microssocial, na qual dominam os feitos de situação (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MUSSAOUI, 2010, p. 74-75).

Mas isso não significa dizer que se esvai qualquer necessidade de consideração sobre, por exemplo, o número de sujeitos a serem entrevistados em uma investigação qualitativa. Como é sabido a este respeito, a saturação dos dados alcançados com a aplicação de uma dada técnica de coleta de dados (entrevista, grupo focal ou outro) é o indicativo maior de que o *corpus* possui tamanho suficiente para gerar análises e inferências. Sob esta lógica, a definição preliminar do quantitativo de indivíduos a serem entrevistados em uma pesquisa qualquer pode variar tanto para mais quanto para menos, a depender justamente da saturação das informações coletadas. É neste sentido mesmo que a constituição do *corpus* é movimento interativo no qual “uma boa distribuição de poucas entrevistas ou textos ao longo de um amplo espectro de estratos tem prioridade sobre o número absoluto de entrevistas ou textos no *corpus*” (GASKELL; BAUER, 2012, p. 485).

Outro aspecto que requer comentário é o fato de que a saturação é única em cada pesquisa, possuindo vinculação com a dispersão de estereótipos e estratos sociais dentro grupo que se pretende investigar. Embora não haja fórmula precisa quanto a um valor numérico para a saturação do *corpus* de uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas, a literatura apresenta genericamente certos referenciais. Com base em suas próprias experiências de pesquisa, Alami, Desjeux e Garabuaui-Mussaoui (2010, p. 75) entendem que, mesmo apreendendo a diversidade de tipos sociais distintos no universo de uma análise, “quando se alcança certo número entre 12 e 15 entrevistas, aparece certa redundância ou saturação dos dados”. Há que se imaginar, todavia, que a especificidade de cada campo de investigação implicará na alteração destes números.

Na pesquisa que foi conduzida a saturação do grupo de trabalhadores atuais das *packing houses*, essa foi alcançada por volta da trigésima entrevista realizada. Esse número maior, se comparado ao referencial acima apresentado, é perfeitamente explicado pela variedade de funções que caracterizam o trabalho de cada um destes sujeitos e pela apropriação dessas distintas funcionalidades no escopo da produção nas *packing houses*. Assim, a cada trabalhador entrevistado que realizava uma função diferente (carregador, embalador, montador de *packs*, etc.) uma informação nova era levantada, ainda que inquiridos acerca das mesmas questões praticamente. Ainda que a saturação tenha ocorrido por volta da entrevista de número trinta, compusemos este grupo com um total de trinta e seis entrevistas, a fim de alcançar a devida proporcionalidade das funções.

No caso dos trabalhadores antigos das *packing houses*, o grupo de entrevistados foi constituído com um número menor de atores, justamente em virtude do recorte mesmo da pesquisa que definiu para este grupo apenas aqueles sujeitos que trabalharam nas empresas produtoras de manga, no início do processo de expansão das exportações da fruta *in natura*, nos primeiros anos do século XXI. Sobre este número limitado, gostaríamos de explicitar que foi bastante difícil encontrar esses trabalhadores, pois a maioria já está distante da realidade do trabalho nas *packing houses*. Pela rede de contatos que conseguimos estabelecer ao longo da pesquisa, realizamos a aproximação com estes atores, que foram acessando seus antigos colegas de trabalho e assim chegamos ao número de doze atores sociais⁷ que se dispuseram a

⁷ Ainda acerca do número de entrevistas do grupo de trabalhadores antigos das *packing houses* é oportuno salientar que, como é plausível de se imaginar, encontrar estes sujeitos em meio a uma realidade tão ampla, foi algo que nos requereu muitos contatos. Achar essas pessoas só nos foi possível por meio do contato de outros atores e suas respectivas redes de contatos com os trabalhadores de hoje e de ontem. Nossa perseverança foi necessária para alcançar estes atores sociais participantes dessa recente história da produção da manga de exportação. Contudo, muito mais importante e significativo foi a boa vontade e disponibilidade desses

nos conceder a entrevista para a pesquisa. Neste caso em especial, é preciso frisar que a saturação não foi propriamente alcançada em sua integralidade, por isso mesmo compreendemos que essa circunstância reduz a capacidade inferencial de uma análise sustentada exclusivamente nestas informações. Esse grupo de entrevistas é tratado, igualmente ao grupo de entrevistas dos trabalhadores atuais, sob a perspectiva da análise de conteúdo, nos cabendo cautela no que diz respeito às conclusões possíveis com este material. Sempre que admissível, portanto, buscamos tomar estas informações em paralelo com outros dados da pesquisa, que não propriamente aqueles provindos da análise de conteúdo. Assim, foi comum quando do tratamento do *corpus*, a utilização de informações complementares coletadas na observação direta, provenientes das anotações do diário de campo ou dos depoimentos de outros atores sociais que se constituíram informantes acerca do campo estudado.

Em se tratando da incisão histórico-temporal que delimita o período em que as entrevistas foram realizadas, devemos frisar que as entrevistas (dos trabalhadores atuais e antigos) foram realizadas no biênio 2015-2016. Entendemos como algo razoável dar voz aos sujeitos em um mesmo período a fim de evitar qualquer ressonância que pudesse decorrer de um maior distanciamento temporal entre as entrevistas, ainda que se reportem os dois grupos de entrevistas a momentos distintos. Portanto, o movimento dos processos históricos e das próprias trajetórias pessoais, sobretudo quando se pensa a esfera mutável e dinâmica da economia voltada para exportação, como é o caso pesquisado, tendem a ter seu fator de impacto diminuído quanto às interferências possíveis nas entrevistas, quando essas são tomadas em períodos similares, isto é, com menores intervalos de extensão. Partimos, neste contexto, do pressuposto de que todas as falas remetem, em algum nível, a um dado contexto histórico-temporal, uma investigação que se proponha apreendê-las estará menos propensa a inflexões possíveis da variação deste contexto quão menor for o intervalo temporal em que estas falas são tomadas. Isso porque, embora os trabalhadores de ontem (antigos trabalhadores) se reportem a uma realidade do passado, alguns deles são afetados por memórias do presente (contato com outros trabalhadores que atuam contemporaneamente nas *packing houses*) e, assim, transpassaram nas falas suas próprias digressões e comparações entre as realidades dos trabalhadores de ontem e de hoje.

Todas as entrevistas realizadas na pesquisa tiveram horário e local definidos pelos entrevistados. Seguimos o princípios de que as entrevistas deveriam ser conduzidas todas em

informantes que nos possibilitou “achar” esses doze trabalhadores em um universo de amigos, vizinhos, conhecidos, familiares, etc..

ambiente neutro, portanto, longe do espaço de trabalho, buscando sempre o maior conforto e espontaneidade na comunicação com os informantes. Neste sentido, a maior parte das entrevistas ocorreram nas residências dos trabalhadores. Quando não, foram realizadas em outros espaços indicados pelos mesmos, seguindo a conveniência do tempo e horário disponível para a realização. Em todas as circunstâncias conseguimos obter a atenção necessária durante o período de realização das entrevistas.

As entrevistas que foram realizadas na pesquisa foram de tipo semidiretivo⁸. Levamos em consideração para tal opção o fato de que, em uma entrevista com desenho semidiretivo, o roteiro não é uma armadura impenetrável, muito pelo contrário, ele estará aberto a novas incorporações quando estas puderem adir novas informações e/ou esclarecimentos. Como bem frisam Alami, Desjeux e Garabua-Mussaoui (2010, p. 99), “o roteiro de entrevista resta uma tela maleável, ele evolui conjuntamente com as entrevistas em função da efetiva pertinência de questões e da aparição de novas práticas que se queira descobrir”. Essa maleabilidade, permitida pela entrevista de tipo semidiretivo quanto à aplicação prática de seu roteiro no ato da entrevista, foi diversas vezes utilizada nesta pesquisa, justamente no instante em que se mostrava útil ao adensamento de algum ponto ou ao saneamento de qualquer incerteza que restasse da resposta de um informante. Neste sentido,

A entrevista semidiretiva de face a face trata-se de uma entrevista realizada com base em uma estrutura flexível. Ela procura reconstruir as práticas sociais quando o roteiro é desenvolvido nesse fito, desvelar as interações sociais e as estratégias, e assim obter opiniões e representações sobre dado tema (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MUSSAOUI, 2010, p. 66, grifo dos autores).

Assim, embora parta de uma estrutura programática, através da qual os caminhos da entrevista estão preliminarmente delineados, a entrevista deste tipo possibilita a arquitetura de uma nova série de questões devidamente contextualizadas capaz de adensar as informações a serem emitidas pelos sujeitos entrevistados. Essa tipologia se presta bastante eficiente quando não se pretende limitar novas informações possíveis de serem elencadas, para além do que se havia programado inicialmente, cabendo ao entrevistador o uso dosado destas novas questões a fim de não perder completamente a trama básica do roteiro inicial.

Como qualquer relação social, a realização da entrevista é um “jogo complexo de múltiplas interações”, é preciso, pois, realizar este jogo em parceria respeitando a dinâmica conversacional de cada entrevistado (POUPART, 2012. p. 215). Tomando como referência a

⁸ O roteiro básico utilizado nas entrevistas semiestruturadas realizadas na pesquisa consta no Apêndice C, página 305.

ideia de que a entrevista é uma “arte de fazer o outro falar”, é preciso que o pesquisador faça um uso apurado da descrição e da flexibilidade, “encenando” elementos que facilitem a fala do outro. Cabe frisar ainda que o processo de relação que proporciona uma entrevista perpassa pela boa comunicação do pesquisador, tendo esse que ser capaz de “tocar” o entrevistado e despertar, no mesmo, a vontade de comunicar algo da forma mais completa.

A entrevista não se resume a uma gravação. Aliás, ninguém se conta a um gravador, mas a *alguém*! O entrevistador é esse *alguém* que se faz eco de uma gargalhada ou de um soluço, alguém que reage, não um simples ‘gravador humano’. Há, como referimos, uma relação interpessoal onde ressaltam expressões não verbais, silêncios, palavras que se dizem com mais intensidade ou, pelo contrário, se sussurram quase a medo. À medida que a confiança se instala, o discurso adensa-se, a história deixa de ser banal e recheia-se de pormenores particulares. Acontece, por vezes, que a narrativa é feita em diferentes graus de profundidade; num primeiro tempo o entrevistado apenas situa espaços e personagens, marca datas numa história que parece igual a tantas outras. Só a atenção do investigador consegue dar conta de contradições, vazios de sentido e, não raras vezes, é num segundo momento que o entrevistado é levado a retomar o mesmo percurso, esclarecendo zonas de sombra deixadas na primeira ‘versão’ da narrativa (LALANDA, 1998, p. 881, grifo do autor).

Assim, as entrevistas que foram realizadas no escopo desta pesquisa estiveram sempre norteadas pelos pressupostos acima apresentados, e por isso mesmo estivemos atentos, inclusive, para as preocupações da boa condução e da ética na preservação do anonimato dos informantes. A este respeito, é preciso destacar que optamos por codificar cada informante, a fim de construir a condição de anonimato dos mesmos no presente texto. Igualmente, optamos por preservar as empresas em que estes trabalhadores atuaram e atuam. Para tanto, utilizamos uma codificação específica para cada uma delas⁹. A adoção dessa prática preserva tanto a identidade dos atores e instituições quanto resguarda pesquisador. Este tipo de conduta foi também utilizado por Mota (2003) no estudo de uma realidade social também marcada pelas relações de trabalho no contexto da fruticultura.

Alami, Desjeux e Garabua-Mussaoui (2010, p. 88) sinalizam a importância que possui a dimensão da flexibilidade no fazer da pesquisa em ciências sociais, a qual, devidamente ponderada com a rigidez típica de qualquer metodologia científica, é crucial para o sucesso de uma investigação qualitativa que aborde sujeitos em qualquer fase interrogatória. O exercício de pesquisa realizado foi exemplar quanto à importância da mencionada competência adaptativa, ou seja, da maleabilidade, flexibilidade que devem compor o arsenal de atributos de um exitoso pesquisador que faça uso das metodologias qualitativas, ou que se

⁹ O Apêndice A, página 297, contém as informações pertinentes às empresas, enquanto o Apêndice B, página 300, traz as informações pertinentes aos informantes da pesquisa.

lance sobre um campo de investigação cheio de melindres. No processo de investigação que foi conduzido, circunstâncias e situações apresentaram-se emblemáticas quanto à necessidade desta competência adaptativa, muitas das vezes, requerendo seu uso combinado com certa engenhosidade ou de maneira sagaz. Isso porque as aproximações com o campo de pesquisa e o processo da observação colocaram o pesquisador em contato com outros sujeitos que não propriamente aqueles que, conforme previamente planejados, seriam escutados no âmbito das entrevistas, mas detentores de informações preciosas acerca da realidade social em estudo.

Acessando a rede de contatos desenvolvida em outro momento (FEITOSA, 2012), pudemos conversar com técnicos agrícolas e outros profissionais que estiveram envolvidos com a produção da manga de exportação, que vivenciaram tanto as rotinas de campo nas fazendas como também tiveram experiências no universo das *packing houses*. Embora a concessão de entrevistas formais¹⁰ não nos tenha sido autorizada por eles, ainda assim as informações foram valiosas não só para o entendimento da realidade estudada, como também foram cruciais para acessarmos os trabalhadores envolvidos no processamento da manga de exportação do VSF.

Remetendo diretamente às situações vivenciadas no transcurso desta pesquisa, é preciso fazer menção a outra virtude que deve estar presente no investigador social e ser acionada conjuntamente à flexibilidade e à engenhosidade (perspicácia), a saber, a sensibilidade. Essa, por sua vez, diz respeito ao potencial de “sentir” cada sujeito que se coloca em relação ao pesquisador no campo de pesquisa e a partir dos quais as informações são coletadas e a realidade começa a ser desvelada em suas relações e processos internos.

Em uma das aproximações às *packing houses* que foram realizadas, ocorrida em período de entressafra, no qual o ritmo de trabalho é menos intenso e volumoso, teve-se o oportuno acompanhamento integral da visita por parte do gestor geral desse espaço de produção, cujo nível de perícia quanto à maioria dos processos ali desenvolvidos pareceu algo diferente da média. Por diversas vezes, o referido gestor foi indagado quanto aos aspectos de produção, às rotinas de trabalho e diversos outros elementos. Contudo, identificamos certo incômodo desse gestor, sutilmente aparentado no franzir de cenho de seu semblante, quando eram seguidas as perguntas acerca dos “trabalhadores”, e de fato não foram poucos os casos, pois a curiosidade era devidamente direcionada. Eis que ao nos darmos conta do desconforto

¹⁰ Como estes atores encontram-se envolvidos no circuito de produção da fruticultura, todos se mostraram temerosos quanto à divulgação de informações, mesmo tendo sido esclarecido o caráter da pesquisa e o cuidado com o anonimato deles na composição do texto final. Respeitando a opção destes atores e mantendo os laços que haviam sido criados em outros momentos, conduzimos as relações de modo que proveitosamente por meio dessa rede de contatos acessamos os trabalhadores das *packing houses*.

provocado no informante, com a repetição de determinado termo e temendo o inconveniente de ter cessada tão receptiva acolhida por parte do gestor que não medira palavras em suas explicações, acionamos o atributo da sensibilidade, e depois de suavizar o leve incômodo com uma sequência de questões sobre qualidade do fruto exigida pelos mercados, retornamos à temática do trabalho, mas tratando os atores alvo de nosso interesse não mais como trabalhadores, e sim como “funcionários”.

O que importa destacar, na situação acima descrita, é o fato de que coube ao pesquisador a habilidade de sentir em que medida sua entrada no campo (independente da aproximação) é aceita simpática ou antipaticamente pelos sujeitos informantes, isto é, a sensibilidade de saber quando calar, de saber quando mudar o tom da conversa, de saber quando trocar uma simples palavra por outra buscando melhor aceitação de seu interlocutor. No nível do discurso teórico, em efetivo, as questões aqui estudadas são pertinentes a sujeitos trabalhadores. Entretanto, no nível das interações do campo de pesquisa, no qual estão em jogo as dimensões da empatia, das relações de poder, dos segredos empresariais, a depender do informante ou do contexto a palavra “trabalhador” pode soar subversiva, ou sinalizar uma intenção outra da pesquisa, a qual os sujeitos do campo não precisam saber em detalhes, sob pena de não se obter informação alguma.

É válido supor, neste contexto, que a flexibilidade tomada a rigor com os preceitos metodológicos científicos, bem como a sensibilidade e a engenhosidade, são habilidades de grande serventia ao pesquisador qualitativo. Conste claro que as mesmas não são acionadas tão somente nas tarefas de campo, nas quais, por vezes, o pesquisador é colocado diante de situações inesperadas e delicadas. A este respeito, inclusive, as palavras de Da Matta (1978) ao instruir-nos acerca do *anthropological blues* são emblemáticas, pois dão conta das circunstâncias que o etnólogo vivencia em sua dupla jornada de tornar o familiar exótico e de tornar exótico o familiar. Tanto para os antropólogos sociais, com os quais este autor discute diretamente, como também para os sociólogos ou qualquer um que pretenda êxito na investigação qualitativa, “é preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade”, é necessária a habilidade que lhes permite distinguir os sentidos por detrás das ações, dos gestos e dos silêncios (DA MATTA, 1978, p. 35).

A arte de manusear tais atributos é requerida também nos instantes introspectivos da pesquisa, quando das reflexões e tomadas de nota, quando das definições dos arranjos teóricos e metodológicos realizados em prol da apreensão adequada do objeto de estudo. Na pesquisa qualitativa, mais que em qualquer outra, a rigidez ao protocolo preliminar e o engessamento da técnica pode trazer, a depender do caso, mais danos que benefícios, como era de se supor.

Em grande medida, as circunstâncias de campo com suas nuances, vislumbres e ocorrências diversas acabam por tensionar o pesquisador, seu aparato teórico e seus recortes metodológicos. Nesta tensão que é gerada pela relação do pesquisador em ação no seu campo de estudo, reside não apenas parte da enorme beleza da investigação sociológica, mas também a inventividade de retrabalhar os delineamentos preliminares selecionados para a abordagem da realidade em estudo. No campo de pesquisa somos todos desafiados direta ou indiretamente, e alguns desses aparentemente insuperáveis dilemas com os quais o pesquisador lida ao longo do processo o fazem ver e rever suas escolhas, definições e arranjos metodológicos, tal como ocorreu-nos nesta pesquisa. O sucesso do pesquisador mediante tais situações se dá pelo enfrentamento direto desses dilemas.

1.7 O tratamento dos dados

O processo de análise foi caracterizado pelo pareamento da realidade informada pelos dados, do referencial teórico e das questões debatidas pela pesquisa. Foi, portanto, o estágio decisivo de demonstração dos resultados obtidos com o dado estudo, considerando as escolhas e caminhos percorridos pelo pesquisador.

A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos "tipos", "qualidades", e "distinções" no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos (BAUER, 2012, p. 190).

Partindo deste pressuposto, utilizamos a análise de conteúdo como ferramenta para compreender as entrevistas, tomando essas como o *corpus* de textos construídos no processo da pesquisa. O procedimento de identificação de códigos, unidades e categorias se realizou afinado com o aporte teórico utilizado como referência na pesquisa. Merece um destaque importante o fato de que a análise de conteúdo tem como realidade analítica o *corpus* de texto, que, no caso desta pesquisa, foi construído a partir da transcrição das entrevistas. Desse modo, “a metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade, [...]” (BAUER, 2012, p. 203). Este exercício de análise foi realizado, neste estudo, através da enumeração, contagem e sistematização dos componentes textuais e dos encadeamentos significativos contidos nas

entrevistas transcritas referentes às questões da pesquisa. Desta forma, a respeito dos aspectos que foram avaliados na análise, realizamos esta sequência de atividades de enumeração, contagem e sistematização, utilizando os preceitos da técnica de análise categorial.

A análise de conteúdo em material verbal do tipo da entrevista coloca o analista diante de complexas questões. Estivemos atentos, neste sentido, às considerações sobre o arranjo possível de ser organizado quanto à coexistência dos dados da análise horizontal (com evidência nos elementos gerais proveniente do conjunto de entrevistas) e da análise vertical (que destaca os elementos particulares enunciados isoladamente por cada interlocutor destas entrevistas). Devidamente dosada, o que emerge dessa complementaridade é a possibilidade de melhorar a qualidade final da informação a ser trabalhada.

Assim, buscamos realizar a sistematização dessas informações e associações realizadas pelos trabalhadores em suas falas no sentido de compor o entendimento acerca das transformações e características que revestem o trabalho nas *packing houses*. Conseguimos identificar, neste sentido, uma série de aspectos referentes à elevação do controle e da intensidade do trabalho em relação à reestruturação dos processos de organização produtiva e ampliação das transações de exportação. Em consonância com Bardin (2011, p. 48), entendemos que a análise de conteúdo pode ser apreendida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, indicadores capazes de permitir visualizar a importância de aspectos e elementos referentes à determinada temática em consequência de sua recorrência na fala dos entrevistados. Além disso, por meio da análise de conteúdo também foi possível congregiar as relações associativas entre uns e outros argumentos presentes na comunicação verbal dos trabalhadores.

A escolha por esse mecanismo de interpretação da realidade atendeu ao interesse de captar os sentidos nem sempre transparentes dos fatos e relações sociais, buscando com a aplicação dessa técnica, construir algumas categorias e associações capazes de traduzir parte dos processos e relações aos quais os trabalhadores pesquisados estão submetidos, nesse contexto produtivo peculiar. Seguindo essa linha de raciocínio, “a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p. 147, grifo do autor).

Ao utilizarmos as entrevistas de diversos atores sociais para a composição do *corpus* de análise foi preciso a devida cautela para não dissipar as diferenças contidas nas falas dos entrevistados. Esse tipo de texto é sempre um “discurso marcado pela multidimensionalidade

das significações expressas, pela sobre-determinação de algumas palavras ou fins de frases”, o que exige do investigador uma atenção redobrada na formação de categorias (BARDIN, 2011, p. 94). Por fim, é oportuno salientar que, assim como qualquer outro modelo de tratamento de dados qualitativos, a análise de conteúdo não figura como prova irrefutável da realidade. Ainda assim, se constituiu um mecanismo de interpretação bastante coerente, permitindo-nos averiguar os pressupostos em causa.

2 GLOBALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E A INSERÇÃO DA REGIÃO DO VSF NOS CIRCUITOS GLOBAIS

A globalização, enquanto objeto passível de compreensão analítico-científica, tem gerado discussões e debates de diversas naturezas, que vão desde a contestação da realidade efetiva do mesmo até à definição de aparatos teóricos e metodológicos para a adequada compreensão do fenômeno. De acordo com Held e McGrew (2001, p. 11) “não existe definição única e universalmente aceita para a globalização”. Isso aumenta as discordâncias existentes no campo teórico. Assim como ocorre com alguns outros conceitos essenciais ao entendimento da realidade social contemporânea, a globalização é um pomo da discórdia entre correntes teóricas das ciências sociais.

Entendida como processo que modifica radicalmente a estrutura organizacional e cognitiva das sociedades atuais em suas diversas naturezas constitutivas (econômica, política, cultural e tecnológica), ou mesmo apreendida como uma face político-ideológica da severa realidade de estratificação promovida pelo capitalismo, o que resta indiscutível acerca da globalização é que este fenômeno reside entre as temáticas mais efervescentes da atualidade. Como ironicamente coloca Bauman (1999, p. 7), “a globalização está na ordem do dia: uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros”. De uma maneira particular, este autor questiona o modo como em muitas análises a globalização é lida de forma acrítica e simplória, sendo interpretada equivocadamente ora como causa, ora como remédio para grande parte dos problemas sociais recentes.

As controvérsias existentes em torno da ideia de globalização é algo comum a “todos os conceitos nucleares das ciências sociais”, na medida em que seu sentido exato é controverso (HELD; MCGREW, 2001, p. 11). E é justamente neste ponto tortuoso da estrada que residem, simultaneamente, a beleza e o desafio que emanam do estudo deste fenômeno. Tomada em sua totalidade como objeto, desafio de ousadia notória, reservado aos grandes teóricos, ou apreendida sob a circunscrição de determinado(s) aspecto(s), tal como pretendido neste trabalho, a globalização fascina e instiga as mentes dos cientistas sociais. Dentro deste contexto, nos situamos próximos ao entendimento de Ianni (2011), o qual destaca que as rupturas decorrentes da globalização promovem modificações substanciais no tecido social, pois,

Trata-se de uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica, provocando obsolescências e ressurgências de realidades e formas de pensamento, bem como o desafio de se taquigrafarem as novas realidades, formas de sociabilidade, jogos de forças sociais, formas de vida e trabalho, modos de ser, compreendendo, evidentemente, novos conceitos e novas categorias, com os quais se buscam a “compreensão” e a “explicação” da realidade (IANNI, 2011, p. 344).

Para dar conta desse exercício de compreensão das mudanças promovidas direta e indiretamente pela globalização, é preciso que se estabeleçam algumas balizas. Neste sentido, do mesmo modo que Giddens (2010, p. 23, grifo nosso) entendemos que “a globalização não é um processo singular, mas *um conjunto complexo de processos*. Esses operam de uma maneira contraditória ou antagônica”. Dessa definição deriva a possibilidade de apreender outras dinâmicas que se associam direta ou indiretamente, em maior ou menor grau à globalização. Tal perspectiva nos permite observar tanto a formação dos sistemas agroalimentares e o estabelecimento de uma nova configuração na divisão internacional do trabalho, quanto o impacto no universo dos trabalhadores das regiões agrícolas que participam dos circuitos e fluxos de produção e negociação de bens.

Outro elemento significativo a ser destacado é fato de que a globalização marcadamente representa a ligação de distintas localidades, quer sejam territórios, regiões ou países, em geral promovendo a difusão de padrões comportamentais, econômicos e políticos. Conste claro que isso não significa a anulação do local, muito pelo contrário, a ligação que se constrói entre essas diferentes instâncias, ocorre como um movimento dialético, em que acontecimentos locais podem também interferir nas instâncias globais (GIDDENS, 2010). Nacionalismos locais, movimentos de defesa identitária e a resistência de trabalhadores frente aos imperativos da precarização generalizada são evidências de que a relação entre global e local não representa a submissão integral de um ao outro.

Da mesma forma, é imperativo que reconheçamos que a globalização é também um movimento promotor de desigualdades e desequilíbrios, que acabam por gerar uma série de consequências a alguns dos atores sociais (GIDDENS; HUTTON, 2004b). O superdesenvolvimento do capitalismo e a difusão de suas lógicas fazem parte da globalização, conforme nos apresenta Ianni (2000, p. 58), “globalizam-se as instituições, os princípios jurídicos-políticos, os padrões socioculturais e os ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo”. Esse ambiente comportou uma série de transformações não somente econômicas, mas também políticas que trouxeram graves prejuízos à dimensão social. Não obstante, B. Santos (2011) demonstra quão severos são os

reflexos econômicos da globalização sobre os países periféricos e semiperiféricos, tornando clara a necessidade de tomar criticamente as temáticas de estudo que tangem à globalização.

A relação entre o capitalismo e a globalização parece-nos um ponto elementar na configuração de novas e velhas desigualdades sociais, o que provoca não somente o entendimento na perspectiva da disposição das economias nacionais, mas também sugere a apreensão de contextos, nos quais regiões e territórios passam a se relacionar mais intensamente, em virtude da composição de sistemas econômicos específicos. O capitalismo sempre mostrou sua propensão à expansão universal, à difusão de suas práticas e modelos e subjugação dos outros modos de produção (MARX, 1984). Consoante a este modelo e aos os movimentos de acumulação, em suas fases colonialista e imperialista “desde que o capitalismo desenvolveu-se na Europa, apresentou sempre conexões internacionais, multinacionais, transnacionais e mundiais” (IANNI, 2000, p. 14). A discussão sobre essa questão é vasta e preenche muitas páginas das literaturas econômica e sociológica, sendo tarefa quase infundável a reflexão minuciosa dos termos desse debate, o que não nos impede de pontuar brevemente duas questões.

Conforme Braudel (1987), não existe entre o passado e o presente uma ruptura integral capaz de formar uma descontinuidade entre processos históricos. Sob esta perspectiva, acreditamos que a economia capitalista contemporânea, mantenedora de abismos e desigualdades sociais (PIKETTY, 2014), está ligada historicamente ao desenvolvimento do capitalismo, cujos fundamentos de sua expansão residem na própria natureza do capital e sua condição incessante de ampliação. Contudo, há evidências que essa mesma economia contemporânea é significativamente distinta da estrutura que serviu de base para o florescimento desse modelo produtivo. Somente no século XX, o capitalismo experimenta, em efetivo, uma condição verdadeiramente global, desbancando suas condicionantes espaciais. Tendo vencido as barreiras do Estado-nação e se expandido pela espada do neoliberalismo (SANTOS, B., 2011), na nova economia contemporânea as forças produtivas elementares do capitalismo “entram em contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos e modos de vida, culturas e civilizações” (IANNI, 2000, p. 172).

Essa economia integralmente globalizada diz respeito, pois, ao período recente da história, no qual o neoliberalismo se constituiu hegemonicamente (SANTOS, B., 2001). Com base no uso da racionalidade técnica e das novas tecnologias, o mercado financeiro se torna um dos símbolos dessa nova economia ao passo que representa a condição suprema de mobilidade do capital. Esse processo histórico de formação da nova economia tem íntima

ligação com a nova tecnologia informacional e, sobretudo, com a liberalização dos mercados financeiros, pois

Embora o processo de globalização financeira possua extensas raízes históricas e tenha se expandido aos poucos no último quarto de século, pode-se ver sua aceleração desde o final da década de 1980. [...] Isso é para enfatizar que a desregulamentação e a liberação do mercado financeiro foram os fatores básicos que fomentaram a globalização, permitindo a mobilidade do capital pelo mundo e entre segmentos diferentes da indústria financeira, como menos restrições e uma visão global das oportunidades de investimento. A nova tecnologia foi fundamental para permitir o comércio quase instantâneo pelo mundo todo e gerenciar a nova complexidade trazida pela desregulamentação e pela engenhosidade financeira (CASTELLS, 2004, p. 83).

As regiões de todo mundo passam a ser alvo possível de investidas do Capital, basta que se configure ali a possibilidade de maiores lucros e rendimentos. Essa condição de abertura global das economias provocou vários resultados, sendo um deles “a capacidade e a disposição de buscar investimentos mais exóticos e potencialmente mais rendosos” por parte dos capitais estrangeiros no setor privado das economias emergentes (VOLCKER, 2004, p. 118).

A expansão global do capitalismo esteve atrelada ao uso e difusão de toda sorte de aperfeiçoamentos técnicos comunicacionais e administrativos aplicáveis ao processo produtivo por intermédio da incorporação de diversas tecnologias como a automação e robotização de tarefas, o uso de sistemas avançados de computação, as redes transnacionais interativas de logística, o monitoramento em tempo real, que, em conjunto, tornaram viável a existência de produções e mercados de alcance global (CASTELLS, 1999a). Estes aperfeiçoamentos, por sua vez, acabam por se tornarem variáveis que “intensificam e generalizam as capacidades dos processos de trabalho e produção” (IANNI, 2000, p. 195). Essas conexões entre modelos produtivos, inovações tecnológicas e estrutura econômica sempre estiveram no horizonte da teoria social sob diversas abordagens, não tendo passado despercebido seus reflexos diretos e indiretos no aspecto da criação e reprodução de novas e velhas desigualdades.

As configurações atuais do capitalismo globalizado comportam uma série vasta de processos encadeados, que vão

[...] desde a acumulação originária à concentração e centralização do capital; do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas ao desenvolvimento e à modernização das relações de produção; da nova divisão internacional do trabalho e da produção à constituição do mercado mundial,

influenciando ou articulando mercados nacionais e regionais; das formas singulares e particulares do capital ao capital em geral (IANNI, 2000, p. 180).

Esses processos constituem as configurações produtivas e comerciais que se estabelecem em vários segmentos da economia, fazem parte, por assim dizer, dessa modelagem contemporânea do capitalismo, afetando os mais variados atores e setores. No âmbito das discussões empreendidas nesta tese, pesam relevantes as implicações que essa nova economia tem para com as expansivas relações entre regiões variadas do planeta. Mas é preciso, contudo, olhar para essa questão com atenção, pois se trata também de arranjos que se formatam com características qualitativas diferenciadas tal seja a região em relação, pois a globalização não tem as mesmas implicações para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, do mesmo modo que significa situações diferentes para o capital transnacional e trabalhadores locais, e, neste sentido, a sociologia latino-americana tem colaborado para desvendar essas desproporções (COSTILLA, 2005).

Um elemento importante que merece menção diz respeito às trajetórias históricas de cada região na definição de sua própria inserção em circuitos globais contemporâneos. Ao observarmos a realidade do VSF, é possível apreender uma série de processos envolvendo atores e instituições diversificadas que culminaram com a composição de uma região de produção frutícola de exportação. Tais processos nem sempre ocorrem de forma completamente harmoniosa, e muitas das vezes destacam certas incertezas quanto às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social empreendidas pelo Estado para espacialidades como a em estudo (ARAÚJO, T., 1995; CARVALHO, O., 2003). Ainda assim, se observarmos alguns elementos no que pesa à estruturação econômico-espacial do VSF notaremos, tal como sugerem Feitosa (2015) e Pimes (1991), que até meados do século XX, este segmento geográfico do semiárido, hoje caracterizado pela pujante fruticultura de exportação, não possuía grandes atributos distintivos em relação a outras espacialidades do sertão do Nordeste, embora já no fim do século anterior ações expandindo as redes de comunicação e transporte favoreceram a economia local de alguma maneira.

É a partir dos anos 1940 que intervenções de cunho logístico-estrutural estimularão o desenvolvimento de atividades econômicas na região do VSF. A construção do porto fluvial de Petrolina em 1944 e da ponte rodoferroviária Petrolina/Juazeiro em 1959, assim como a conexão desta espacialidade com outros centros comerciais do Nordeste através das rodovias federais BR-232, BR-235, BR-407 e BR-428, são exemplos desse tipo de intervenção (PIMES, 1991). Essas ações do Estado se somam, na segunda metade do século XX, aos novos direcionamento assumidos pelas políticas públicas relacionadas à gestão dos recursos

hídricos da região Nordeste, em uma transformação processual que culmina com o delineamento da região do VSF, tal como se apresenta contemporaneamente. Dentro deste contexto, as distintas fases e posturas assumidas pelo Estado na gestão dos recursos hídricos e promoção do desenvolvimento, caminhando desde os primeiros planos de irrigação¹¹ com a ampliação progressiva da esfera privada na participação de lotes produtivos, até a definição da Política Nacional de Irrigação e Drenagem em meados da década de 1990, na qual os espaços produtivos irrigados estarão orientados diretamente pelas dinâmicas de mercado, marcam o tom das mudanças que envolvem a transformação do VSF e sua inserção em nichos econômicos diretamente conectados com mercados globais.

Certamente que essa breve menção às políticas de gestão de recursos hídricos e fomento à agricultura irrigada não apreende a totalidade dos movimentos do Estado e das forças políticas e movimentos locais que estiveram atrelados à composição histórica da fruticultura de exportação do VSF. Como bem observado por Cavalcanti (1997) essa trajetória histórica é complexa, marcada por posições específicas do Estado e dos agentes envolvidos tal seja o período e as questões específicas em jogo à época. Neste sentido, uma visão processual da constituição da fruticultura na região do VSF deve envolver as seguintes fases segundo P. Silva (2001): o período inicial dos pomares experimentais à beira do Rio São Francisco entre 1950 e 1975, onde a atuação de migrantes visionários foi significativa, inclusive para despertar a compreensão do Estado acerca do potencial econômico ali escondido; a fase de constituição do polo agroindustrial atrelado à fruticultura com vistas ao mercado interno, marcado pelos elevados subsídios e investimentos públicos no período de 1975 a 1985; os anos entre 1985 e 1994 em que se desenvolveram a base exportadora no polo Petrolina/Juazeiro; e, por fim, o período que circunscreve os últimos anos do século XX e início do século XXI, onde a fruticultura de exportação tem consolidado seu complexo produtivo com o incremento de novas tecnologias de manejo das culturas e, sobretudo, aprimorado o beneficiamento pós-colheita atingindo os elevados padrões de qualidade exigidos pelos mercados internacionais.

Nesse sentido, a apreensão da globalização dos sistemas agroalimentares e seus reflexos em contextos particulares de produção, cujos contornos da organização da produção e das relações de trabalho têm se transformado na tentativa de melhor atender demandas de mercados internacionais, perpassa pelo senso crítico acerca da profundidade e do caráter

¹¹ De acordo com Feitosa (2015, p. 27) são emblemáticos, neste período, o Programa Plurianual de Irrigação de 1969 e o Programa de Integração Nacional de 1970, uma vez que marcam a ampliação do conhecimento do Estado sobre os recursos naturais disponíveis e o seu direcionamento prático às atividades econômicas.

dessas transformações (CAVALCANTI; MOTA, 2003), mas igualmente pela apreensão das trajetórias históricas constitutivas destas espacialidades e das forças políticas e sociais ali envolvidas (CAVALCANTI, 2015). Nessa linha de raciocínio, a região do VSF inseriu-se nos circuitos e fluxos dos mercados de frutas frescas, ascendendo ao posto de grande exportadora nacional. Como nos alerta Cavalcanti (1996, 1999c), não há como compreender a região do VSF e sua inserção nos mercados globais sem considerar a atuação de diversos atores na composição desse universo produtivo. Trabalhadores, agricultores familiares de pequeno e médio porte, grandes empresas que atuam na produção da uva e manga, assim como os sindicatos e o próprio Estado são alguns dos envolvidos nesse processo que aproxima regiões e põe em relação atores distintos com interesses nem sempre convergentes.

2.1 Regiões conectadas e mercados integrados: a fase contemporânea da globalização dos alimentos.

Os processos e estruturas relacionados à globalização dinamizaram a economia como um todo. As reformas tecnológicas, o aperfeiçoamento produtivo bem como a reestruturação do trabalho, levaram a produção a patamares incriveis, tanto no âmbito das atividades industriais quanto na esfera da agricultura e da produção de alimentos. Essa condição produtiva diferenciada na agricultura foi forjada no Brasil, em meados do século XX, quando as políticas de crédito rural e incentivo ao incremento tecnológico de grandes produtores permitiram a modernização do espaço agrícola nacional (DELGADO, 2005), tendo sido um passo preliminar importante para a sucessiva emergência de novas regiões de agricultura dinâmica e consequente composição dos complexos agroindustriais (KAGEYAMA; SILVA, 1999). Esse movimento de transformações na agricultura, em face do movimento da globalização, atua de maneira mais ou menos intensa, em diferentes regiões do planeta, no universo rural latino-americano, contudo, as experiências em diferentes países têm apresentado algumas características comuns. As mudanças em ritmo acelerado promovidas pela globalização se caracterizam:

[...]por la intensificación del dominio del capital multinacional, sobre el agro, expresado en la difusión de diversas formas de flexibilización laboral, del aumento de la pluriactividad y de la profundización de la articulación subordinada de los productores a las cadenas agroalimentarias en las que predominan los controles externos y las decisiones provenientes de las grandes empresas transnacionales, del deterioro/expulsión de los productores familiares, de la reconfiguración territorial y la redefinición de los actores sociales a escala local (BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2003, p.41).

As alterações na forma de organização do capitalismo expandidas pelas políticas neoliberais foram o terreno propício à reestruturação dos sistemas agroalimentares (BENENCIA; QUARANTA, 2003). Esse movimento na América Latina esteve atrelado à configuração do agronegócio e à crescente participação dos capitais transnacionais nos empreendimentos agrícolas, os quais adotaram como referência, segundo Giarraca e Teubal (2006, 72, grifo dos autores), “el modelo agrario estadounidense, en donde se originó la *agricultura industrial*”. Essa produção agrícola capitalizada e moderna faz parte do cenário contemporâneo do mundo rural latino-americano, mas convive e se articula, segundo seus próprios interesses, com a pequena produção de arranjo familiar (BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2003). Uma tática que por sinal possui raízes mais antigas às quais se referem as estruturas de poder local, nas quais os grandes empreendimentos agrícolas se estabeleceram tempos atrás. Os movimentos de expansão e retração do latifúndio absorvente tal como demonstra Prado Jr. (2007) e a destituição da condição do trabalhador-morador nas frentes de trabalho da monocultura que aponta Wanderley (2011), são alguns dos inúmeros exemplos possíveis dos modos pelos quais o capital se estabelece em relações locais de poder acionando, por sua conveniência, formas tradicionais de trabalho e produção.

No âmbito da globalização, e mais especificamente da globalização dos alimentos, é impossível não imaginar que a fixação dos grandes capitais nas novas regiões que se tornam protagonistas como fornecedoras de produtos, não seja revestida pelas dinâmicas de concentração e centralização do capital. Ianni (2000, p. 19) indica que essas dinâmicas revelam-se, às vezes, muito mais “transparentes e inexoráveis”, promovendo a articulação entre “empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças estratégicas e planejamento de corporações, tecendo províncias, nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos.” Tais dinâmicas correspondentes aos movimentos do capital conectam as estruturas de apropriação econômica com as realidades locais, mas também regionais e nacionais. São decisivas para a interpretação das formas de sociabilidade e das relações de poder, dos confrontos e das resistências que marcam indivíduos e coletividades em espaços de produção e vida (WANDERLEY, 2002).

A globalização dos alimentos que se apresenta contemporaneamente foi delineada por modificações ocorridas ainda no final do século XX e marcaram a passagem de um sistema produtivo massivo que atendia às expectativas do fordismo para um sistema, no qual a flexibilidade e mobilidade do capital avançam vigorosamente descentralizando a produção e rompendo as fronteiras (BONANNO et al., 1994). Conforme sugere Harvey (2008), o

questionamento do acordo de cavalheiros que havia se estabelecido entre o capital e trabalho na maré de um sindicalismo contido, construiu ocorrências que marcaram a derrocada do modelo fordista e aventaram a possibilidade de um capitalismo menos limitado, tanto pelo Estado como pelo poder de contestação dos trabalhadores sindicalizado. No entendimento de Marsden (1999), a formação do terceiro grande regime alimentar se deu através do panorama político e econômico que se institui a partir da crise dos anos 1970, quando as bases da acumulação e regulação controladas pelo Estado não atendem mais aos interesses dos capitais em expansão e ávidos por maior mobilidade.

O sistema agroalimentar contemporâneo é marcadamente mais flexível e descentralizado produtivamente que os anteriores, pois, consoante apresenta P. Silva (2001, p. 22), “a constituição de um circuito global de produção e consumo de alimentos, e o aumento da capacidade das corporações de transporem os limites nacionais” são devidamente atrelados ao menor poder regulador do Estado, em prol da formação desse novo sistema. Essa nova fase, efetivamente global na produção, circulação e consumo, marca a ascensão de um novo padrão de consumo ancorado em padrões de alta qualidade estabelecidos pelas classes mais abastadas das economias desenvolvidas. Isso não significa dizer, de modo algum, que a produção massiva direcionada a mercados de médio poder aquisitivo com a produção de alimentos de larga utilização tenha sido encerrada. Produtos agrícolas como soja, café, arroz, trigo entre outros, cujas produções se tornaram exponencialmente maiores durante o período pós-guerra e representam, na periodização proposta por Marsden (1999), a segunda fase dos sistemas agroalimentares, ainda permanecem em crescimento, atuando significativamente tanto nas grandes economias como em mercados emergentes de grande porte, a exemplo da Índia, Brasil e Rússia. Apenas a título de exemplo a esse respeito, se observarmos a produção mundial do óleo de soja¹², item processado que representa o típico produto nessa segunda fase dos sistemas agroalimentares, veremos que de 1990 a 2011 a produção total saltou de 15.921.826.000 milhões de toneladas para 41.924.158.000 milhões de toneladas.

Neste sentido, a globalização dos alimentos em sua fase recente congrega tanto a produção massiva quanto os produtos para mercados especializados. De acordo com P. Silva (2001, p. 27), a chamada crise do comércio agrícola a partir dos anos 1980 e o acirramento no comércio de produtos agrícolas promoveram mudanças significativas na estrutura produtiva de países latino-americanos, as quais subsidiaram tanto a diversificação da agenda de produtos de exportação, quanto fortaleceram os itens já tradicionais desta agenda (GÓMEZ,

¹² Conforme dados consultados pontualmente no banco de dados Faostat. Base disponível em <<http://faostat3.fao.org/compare/E>>.

1992). É nesse contexto, em que ocorre a emergência de novos produtos agrícolas e a consequente fragmentação dos espaços nacionais, nos quais regiões pontuais vão se estabelecendo economicamente em torno da produção de determinados itens.

As reformas políticas e econômicas, assim como os pacotes financeiros impostos aos países endividados, reorganizam as regiões e os lugares que passaram a se submeter ao domínio do mercado, com a proliferação das plataformas exportadoras de produtos agrícolas. Essas condições dotaram as comunidades, as regiões e os Estados-nação de novos nichos, ou funções especializadas na economia global. Por outro lado, as medidas de ajuste estrutural adotadas por aqueles países quebraram as barreiras que limitavam as inversões estrangeiras, facilitando o desenvolvimento de cadeias globais de suprimento de alimentos – como os produtos frescos - e de novos lugares de produção (SILVA, P., 2001, p. 27).

A fruticultura de exportação é um dos segmentos que se sobressaem nessa conjuntura, possuindo bastante expressão na América Latina. Em países como Argentina, México, Chile, Brasil e, mais recentemente, Equador, Peru e Honduras, as transformações regionais e locais promovidas pela especialização produtiva foram marcantes e significativas na modelação de territórios produtivos singularmente caracterizados (NOVICK; CARILLO, 2006). Articulam-se e se relacionam nesses espaços, novos e velhos atores do poder político local, capitais nacionais e transnacionais, modernas agriculturas de precisão com arranjos familiares de produção de subsistências, atores individuais, coletivos e institucionais, trabalhadores e empresas, formando assim uma complexa teia de articulações cuja riqueza do ponto de vista analítico é incontestável (MURMIS; BENDINI, 2003).

No caso brasileiro, a cadeia da fruticultura inserida nos mercados globais se estabeleceu fortemente marcada pela intervenção do Estado que, através de políticas públicas visando à ampliação da agenda nacional de produtos agrícolas de exportação, proporcionou a formação de espaços produtivos singulares. De acordo com Bustamante (2009, p. 164), mais de trinta polos fazem parte da base produtiva e comercial da cadeia da fruticultura nacional, incluindo tanto a produção para o abastecimento interno quanto os itens de maior valor qualitativo voltados à exportação, destacando-se, neste sentido, as regiões “Baixo Jaguaribe-CE, Assú e Mossoró-RN, Alto Piranhas-PB, Juazeiro-BA, Petrolina-PE, Sul de Sergipe e Norte de Minas”. Esses espaços se formaram com base na agricultura irrigada, inicialmente incentivada pelo Estado, mas logo envolvida pelo capital privado.

A inserção desse novo setor deu-se, principalmente, através de um arrojado programa de agricultura irrigada, desenvolvido na região semiárida do Nordeste, estimulado pelo setor público e que teve imediato envolvimento da iniciativa privada. Hoje, nos principais vales úmidos da região, como o Vale do São Francisco, um número considerável de empresas públicas e privadas desenvolvem projetos de

agricultura irrigada com base em tecnologias de ponta (avançados níveis de automação), subsidiando a implantação de agroindústrias locais e/ou filiais de empresas do centro-sul do país. [...]. Destaca-se, contudo, a produção de uma grande diversidade de frutas tropicais voltadas, prioritariamente, para mercados internacionais como o Mercado Comum Europeu, os Estados Unidos e, agora, também para países do Mercosul (GOMES DA SILVA, 1999, p. 308).

Em se tratando da ampliação dos circuitos de negociação e comercialização nos sistemas agroalimentares globais, é preciso destacar que esse movimento é marcado pelas relações de diversos atores, perpassando inclusive por ações do Estado. São diversas as situações em que o Estado realiza intervenções no sentido de reduzir barreiras e estreitar laços entre produtores e compradores, desde que o Brasil passou a se inserir nos mercados de exportação das frutas frescas.

No entendimento de Bonanno (1999, p. 31), “o desenvolvimento econômico pós-fordista global e as políticas de livre comércio utilizam o Estado para aumentar a mobilidade de capital [...]”, sendo que as intervenções deste agente passam a colaborar com o estabelecimento e manutenção de velhos e novos fluxos de mercadorias e capitais. Cabe pontuar a este respeito que o Estado desempenha papel relevante na conformação dos circuitos de exportação acessados pela fruticultura nacional. Para além das ações infraestruturais e políticas que contribuíram para a composição de um segmento produtivo frutícola competitivo no VSF (CAVALCANTI, 1999c; RAMOS, 2001; SILVA, P., 2001), existiram também aquelas que subsidiaram o atendimento dessa produção aos padrões e exigências dos mercados importadores, contribuindo, neste sentido, para o estabelecimento e manutenção dos elos que conectam este espaço de produção especializada a outros países e regiões do mundo.

O Estado atuou nessa região não apenas no estabelecimento de políticas públicas de controle produtivo e sanitário como o PIF – Produção Integrada de Frutas¹³, mas também através da intervenção nas negociações com importadores ou consumidores interessados em adquirir o fruto brasileiro. Essas relações de negociação afetam diretamente governos e grandes capitais (nacionais e transnacionais, sobretudo), colocando-os diante de questões comuns envolvendo a facilitação e o estreitamento de laços econômicos. Quando o interesse de compradores e vendedores esbarra em restrições dos mercados, é o momento em que o Estado é acionado a fim de facilitar as relações. A exportação de mangas para o Japão foi um caso emblemático, neste sentido, pois as negociações envolvendo os dois países estenderam-

¹³ Sistema de controle e rastreamento produtivo nacional implementado na década de 1990. Mais informações disponíveis no tópico 3.1.

se por mais de duas décadas, quando, somente em 2004 o Brasil conseguiu acessar efetivamente esse mercado asiático¹⁴.

Outra frente importante da atuação dos governos nacionais se refere à diminuição das barreiras sanitárias quanto às produções já fiscalizadas internamente. Esse ponto específico é alvo de debates sobre os riscos globais envolvidos na difusão de pragas e doenças associadas às culturas agrícolas, e neste sentido, muitas são as condições impostas a exportadores e importadores visando de um modo geral à segurança alimentar global. Ainda assim, quando os mecanismos internos de controle e inspeção da produção de mangas foram ganhando reconhecimento internacional, novas facilidades se estabeleceram em antigas parcerias comerciais, como foi o caso da derrubada de algumas exigências sanitárias¹⁵ por parte do Canadá no que se referia à importação de frutas do Brasil no ano de 2004, facilitando os fluxos de exportação nacional em culturas como mamão, melão, uva e manga.

Há que se considerar ainda que até a ausência de participação do Estado, em certos casos, cumpre o papel de não impor barreiras à circulação de produtos e capitais ou afetar as condições de produção e exportação. Essa postura acomodada, reflexo da perda de hegemonia sofrida pelo Estado frente aos capitais que conduzem parte dos movimentos da globalização agrícola, corresponde na percepção de Marsden (1999, p.79), ao fato de que “o papel diferenciado da intervenção estatal, principalmente até os anos 80, em nível nacional, foi entrando em colapso, abrindo caminho para capitais globais mais amplos [...]”. Assim, diante desses capitais que condicionam e influenciam as conformações dos mercados agroalimentares pelo planeta a hegemonia gerencial do Estado seria enfraquecida pelas próprias condições e requisitos globais que se impõem aos territórios e regiões inseridos nos fluxos de exportação e importação. Nesse contexto de globalização o Estado assume um papel de “mediador” das relações econômicas (CAVALCANTI, 1999c, p. 175).

Uma linha importante de estudo acerca da atuação do Estado na conformação de novas realidades produtivas e comerciais em decorrência da expansão dos sistemas agroalimentares tem desenvolvido contribuições significativas (BONANNO et al., 1994; BONANNO, 2003;

¹⁴ De acordo com notícia publicada no sítio do MAPA em 08 de novembro de 2005, “após mais de 27 anos de negociações, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conseguiu abrir o mercado de manga para o Japão. As exportações para aquele país asiático começaram em setembro de 2004, durante a visita do primeiro ministro Junichiro Koizumi ao Brasil”. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2005/11/importadores-japoneses-negociam-compra-de-manga-brasileira>>. Acesso em 10 mar. 2016.

¹⁵ Constante em notícia veiculada no sítio do MAPA em 02 de junho de 2004, intitulada: “Canadá derruba exigência sanitária para importar frutas brasileiras”. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2004/06/canada-derruba-exigencia-sanitaria-para-importar-frutas-brasileiras>>. Acesso em 09 mar. 2016.

CAMPBELL, 1990), trazendo à discussão os limites de atuação deste agente frente ao poderio das grandes corporações transnacionais. Como bem destaca Cavalcanti (1996, p. 112), esses atores transnacionais “tendem a liderar os outros atores através de mecanismos próprios de orientação das demandas dos consumidores, padronização dos produtos, locais de produção e preservação ambiental”. Sendo assim, o Estado atuaria como intermediador dessas orientações, facilitando, inclusive, a penetração e aceitação de regras e requisitos levantados pelos importadores e consumidores externos.

A reorganização das relações econômicas em torno de elementos, atores e contextos cujos jogos de poder minimizam a atuação do Estado de maneira intervencionista é uma das faces possíveis da globalização, em termos gerais. Para Bauman e Bordoni (2016, p. 32, grifo dos autores) “[...] grande parte do poder antes contido no interior das fronteiras do Estado-nação evaporou e voou para a terra de ninguém dos *espaços de fluxos*”; isso explica não apenas a crise de agência do Estado contemporâneo como a ocorrência de situações, nas quais territórios e regiões nacionais passam a se conectar a dinâmicas globais e a sofrer influência de interesses transnacionais. No mundo globalizado, pois, a condição soberana do Estado-nação acerca do seu território é completamente modificada, uma vez que a nova ordem das relações econômicas promove o enfraquecimento desse agente. A realidade passa a ser, assim, “um campo de forças díspares, que se reúnem em pontos difíceis de prever e ganham impulso sem que ninguém saiba realmente como pará-las” (BAUMAN, 1999, p. 66).

2.2 Mangas para Exportação: a região do Vale do São Francisco nos Circuitos Globais

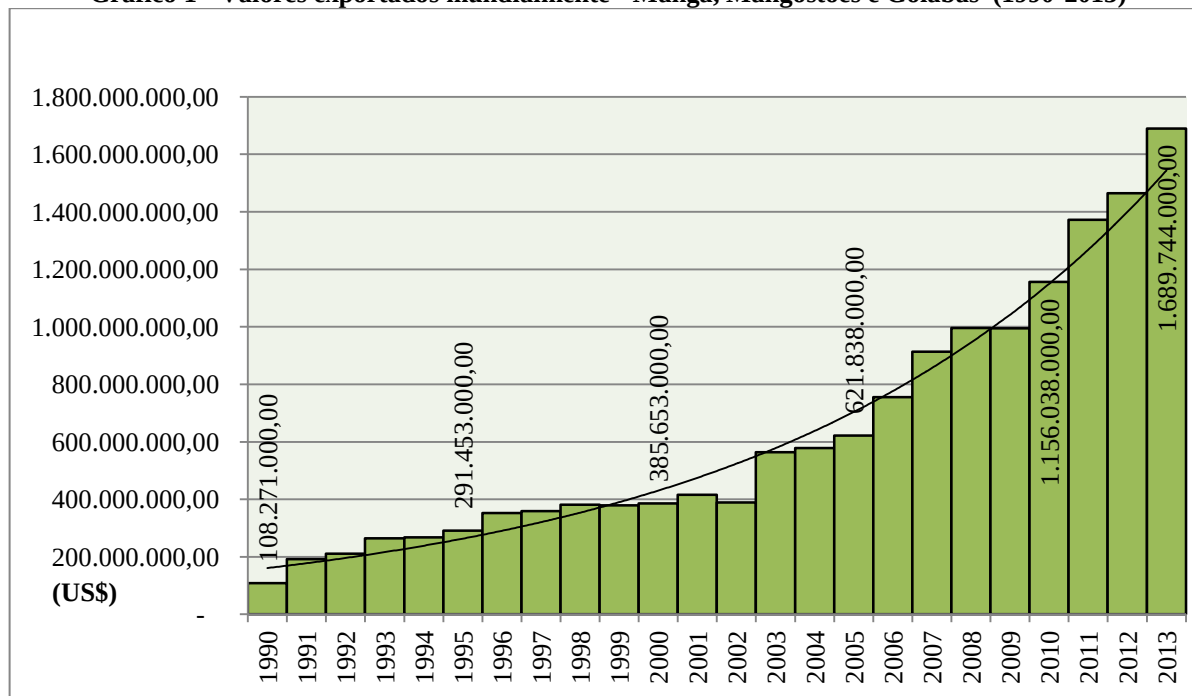
O comércio internacional em torno das frutas frescas possui um comportamento geral ascendente desde a última década do século passado (FRIEDLAND, 1994a). No que se refere às frutas tropicais, P. Silva (2001, p. 68) destaca que as modificações que proporcionam tal expansão estão intimamente ligadas aos movimentos “do segmento da distribuição varejista, que têm atuado com grande eficácia nesse mercado, seja pela organização de uma logística pesada, seja pelo desenvolvimento de tecnologias sociais”. A ampliação da produção e das negociações com alimentos dessa natureza ocorre, então, propelida por tais dinâmicas.

Como é possível observar no caso das mangas, mangostões e goiabas¹⁶, em termos de valores comerciais relativos à exportação, entre os anos 1990 e 2000 os números triplicaram,

¹⁶ Embora os dados da FAO/Faostat que utilizaremos a seguir agreguem mangas, mangostões e goiabas, eles são significativos para pensarmos a expansão da mangicultura como um todo. Conforme sugerem Filgueiras et al. (2003, p. 81), “o agrupamento das frutas em grandes grupos facilita análises exploratórias sobre comércio

saindo da casa de US\$ 108.271.000,00 para algo em torno de US\$ 385.653.000,00 (Gráfico 1).

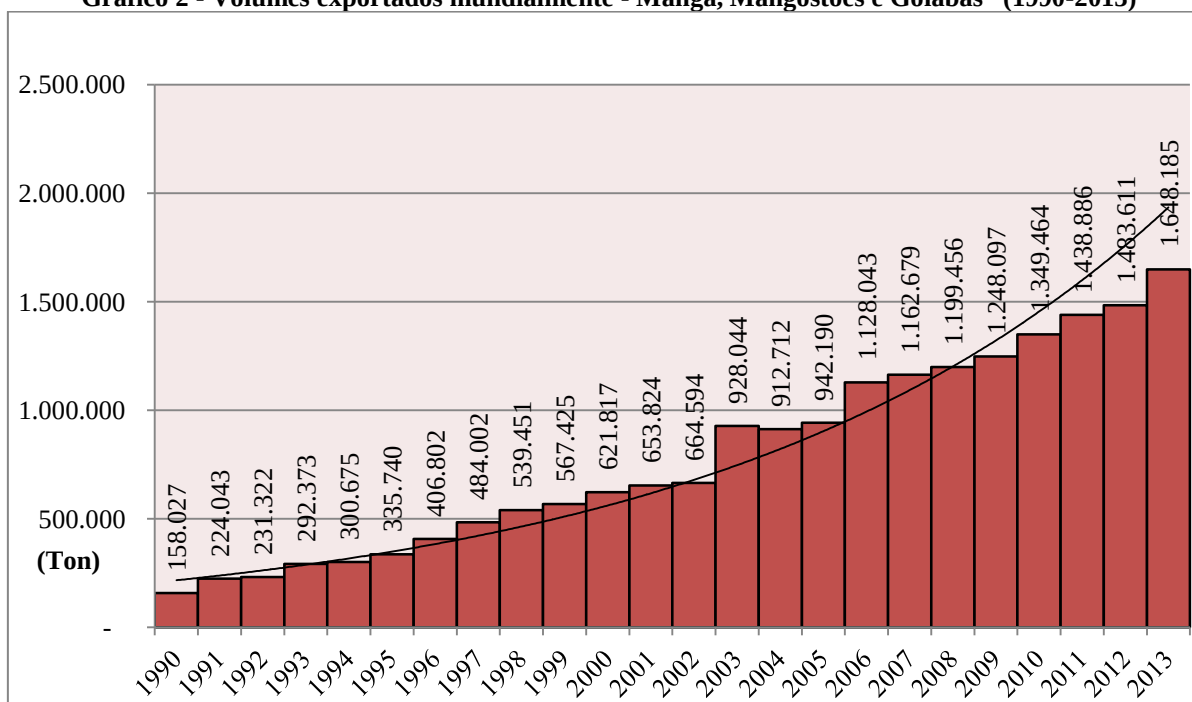
Gráfico 1 - Valores exportados mundialmente - Manga, Mangostões e Goiabas (1990-2013)



Fonte: FAO/Faostat. Elaborado pelo autor

Contudo, é na primeira década deste século que o comércio mundial dessas frutas experimenta seu maior crescimento, chegando, em 2010, a ultrapassar a marca de um bilhão de dólares em negócios provenientes da exportação. Se ponderarmos o período que compreende a última década do século XX e a primeira década do século seguinte, notaremos que os valores decuplicaram nessa fase, sendo que os anos subsequentes a 2010 também seguem o ritmo de crescimento, evidenciando o aquecimento deste segmento do mercado global de alimentos. Esse crescimento nos valores comercializados mundialmente desses itens esteve acompanhado por uma elevação nos volumes exportados de mesmo porte, no mesmo período de 1990 a 2013 (Gráfico 2).

mundial”, sendo metodologia comum nos dados da FAO, embora reduza a precisão sobre itens específicos. Ainda assim, embora os dados utilizados se tratem de valores agregados, as participações de mangostões e goiabas nas contabilizações destacadas são baixas, sobretudo quando pensamos o comércio internacional realizado pelo Brasil. Uma realidade atestável quando comparamos esses valores com aqueles gerados pela SECEX, os quais tratam as estatísticas das culturas isoladamente. É importante sublinhar que os dados provenientes da SECEX/Agrostat tratam-se de valores reais, ao passo que os dados da FAO/Faostat reportam-se a valores nominais que tomam como referências indicadores e padrões convencionados para análise de diferentes nações. Reconhecendo as devidas ressalvas, compreenderemos que dados apresentados são significativos para o entendimento e análise da cadeia da manga, especialmente ao observarmos a realidade brasileira.

Gráfico 2 - Volumes exportados mundialmente - Manga, Mangostões e Goiabas (1990-2013)

Fonte: FAO/Faostat. Elaborado pelo autor.

No caso pontual da manga, países como Equador, Honduras e Peru têm tornado a competição do Brasil por janelas de mercado mais acirrada, sendo concorrentes diretos das frutas brasileiras entre os consumidores norte-americanos, nos meses iniciais do segundo semestre, bem como no período de negociações com a Europa, entre dezembro e janeiro. Como é possível observar, a produção de mangas, mangostões e goiabas voltadas à exportação cresce mais que 300% entre 1990 e 2000, alcançando, neste último ano, algo em torno de 621 mil toneladas. Elevação que é ainda maior no interstício posterior, quando o volume exportado chega a 1.349.464 toneladas em 2010, contando com números ainda maiores nos anos seguintes.

Essa tendência no crescimento do volume exportado e nos valores negociados com a exportação dos itens destacados, não se observa na produção dos países que compõem a lista de grandes exportadores. Ao contrário do comportamento dos números que observamos nos aspectos informados pelos gráficos acima, o volume de produção exportada por países como Índia, México Paquistão, Tailândia e Brasil possuem tendência não uniforme, sobretudo a partir do século XXI. A competição e a emergência de novos ofertantes de frutas frescas no mercado que agudizam os movimentos de retração e ampliação da produção, assim como a busca por inovações e nichos de mercado que possibilitem melhores rendimentos são marcas do dinamismo que afetam este e outros segmentos na globalização dos alimentos. Na concepção de Chesnais (2000), os movimentos e relações promovidos pelos capitais facilitam

as oscilações de mercado, configurando uma nova geopolítica de integração entre capitais em face das conveniências do mercado. Trata-se, neste contexto, de uma agricultura de mercado cuja expansão ou não se dá com vistas às possibilidades presentes e futuras, mas que também está sujeita a crises e intempéries de ordem ambiental, as quais também possuem certa participação em movimentos bruscos de queda nos volumes negociados por determinado país.

A globalização dos alimentos permite justamente a formação de cenários comerciais mais incertos, na exata medida em que faculta a participação de variados países, regiões, territórios e empresas. A dinâmica é maior e a competição por espaço nos mercados de alto valor, como é o caso das frutas frescas, faz com que os espaços produtivos se especializem e ascendam em ritmo extremamente acelerado, modificando aptidões agrícolas tradicionais de muitas regiões e tensionando as forças produtivas locais. Se referindo à emergência das regiões frutícolas do Nordeste brasileiro que passaram a acessar esses circuitos globais de frutas frescas, é possível dizer que,

Esas nuevas regiones se construyeron y, al mismo tiempo, son ejemplo de éxito y de exclusión social como reflejo de políticas dirigidas a diferentes tipos de productores, cuyas consecuencias se advierten en un campo de fuerzas en el que se reforzaron las desigualdades en lo que hace a los recursos a tierra, información, tecnología, conocimiento y mercado (CAVALCANTI et al., 2006, p. 99).

Não obstante, essa realidade diz respeito ao modo pelo qual a ascensão dessas regiões no âmbito dos competitivos mercados de alimentos cinge velhas e novas distorções intra e entre países, mas também se referencia à maneira como “os espaços rurais entram com força na competição que se instaura” revestindo de importância os novos padrões de associação que se estabelecem entre a globalização e a ruralidade (CAVALCANTI, 2004, p. 26). Essa condição econômica globalizada é, acima de tudo, uma condição, na qual o risco e a instabilidade estão presentes a todo instante nas relações, circuitos e fluxos que se estabelecem nos mercados, nos quais a liquidez do capital favorece a rotatividade e a mutabilidade das forças em jogo. Esse panorama de incertezas crescentes encontra na globalização e na mobilidade do capital, o terreno propício para a germinação de distorções de grande porte, uma vez que os ritmos de crescimento que atingem o comércio, os investimentos externos e a renda *per capita* andam completamente desconectados, dotando os mercados de maior incerteza e, por conseguinte, ampliando a ocorrência de crises de segmentos pontuais, com efeitos devastadores em certos casos. Mas, essas crises não são novas, suas bases remetem ao final dos anos 1970, em que os índices de comércio internacional se tornaram progressivamente crescentes e dissonantes da elevação da renda.

A aceleração do comércio e do investimento externo começou, para a maioria das nações, entre início e meados da década de 1970. A partir de então o comércio vem crescendo mais depressa que a produção, o investimento externo direto mais depressa que o comércio e o crescimento do fluxo financeiro internacional tem sido explosivo. Em 1980, as nações do mundo passavam para um nível distintamente mais alto de interação econômica, mas nas duas décadas que se seguiram o crescimento geral da renda caiu drasticamente (SOROS, 2004, p. 141).

Esse panorama de incertezas no contexto de fluxos cada vez maiores e especializados em segmentos específicos compõe a “geometria da economia global” que estimula assimetrias. Nessa geometria se estabelece, portanto, um padrão de segmentação duplamente caracterizado:

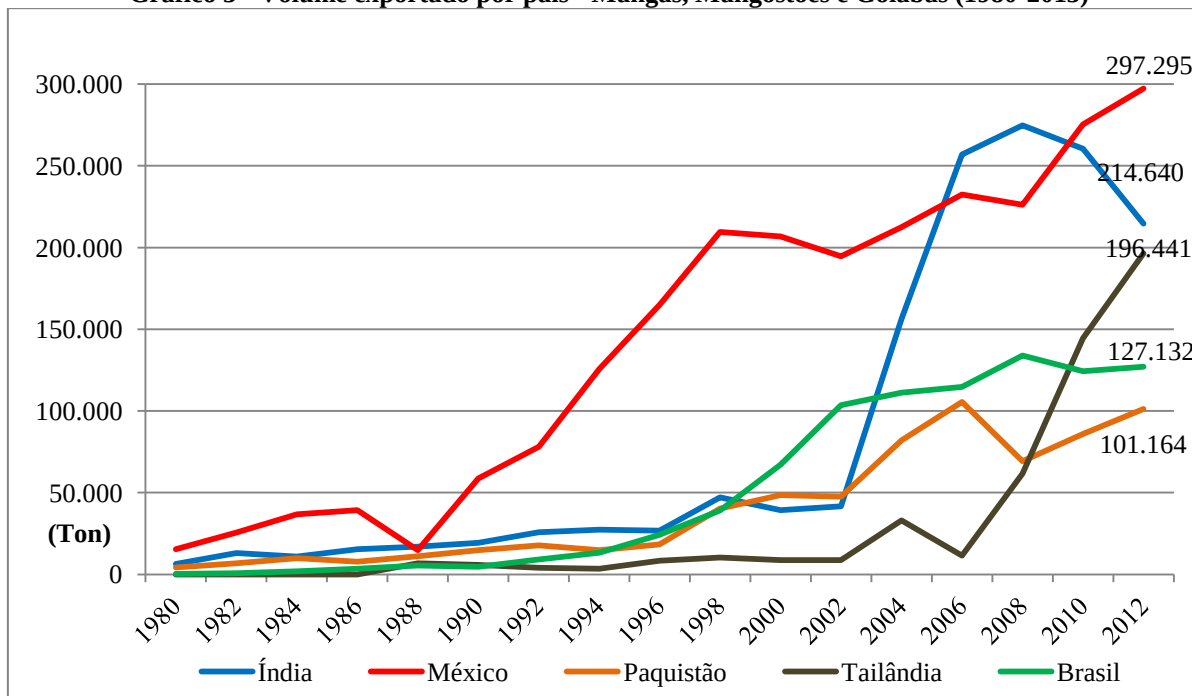
[...] de um lado, segmentos valiosos dos territórios e dos povos estão ligados nas redes globais de geração de valor e de apropriação das riquezas; por outro lado, tudo e todos, que não tenham valor, segundo o que é valorizado nas redes, ou deixa de ter valor, é desligado das redes e finalmente descartado (CASTELLS, 1999a, p. 175).

A dinâmica de valorização, desvalorização e revalorização de bens e territórios faz parte desses segmentos econômicos estabelecidos em redes, nas quais a produção flexível e o atendimento a mercados específicos dão o tom das mudanças de posição nesse jogo que dispõe riscos e oportunidades. No que se refere ao segmento econômico dos alimentos, e mais especificamente das frutas frescas, essa conjuntura de maior dinamismo e competitividade favorece, por conseguinte, oscilações mais intensas na realidade de exportadores no século XXI. O comportamento histórico dos valores negociados (Gráfico 1) e dos volumes exportados (Gráfico 2) desses itens especificados tem seguido padrões similares, sugerindo relativa estabilidade na expansão proporcional entre oferta e demanda, mas passando a um patamar de maior expressividade na virada do século. O fortalecimento do setor de varejo de frutas frescas, aliado à “participação crescente das grandes redes de supermercados tiveram grande influência na evolução desse mercado” (SILVA, P., 2001, p. 39).

Contudo, é preciso destacar que esses dados favorecem a compreensão parcial de uma realidade cujo dinamismo é inerente, tendo o segmento de frutas *in natura* sido caracteristicamente marcado pela pluralidade de territórios, regiões e países envolvidos em seus circuitos. Cada um dos espaços de produção que se inserem nesses mercados possui movimentos peculiares de expansão e retração no volume exportado desses itens, como sugerem os números dos maiores países produtores (Gráfico 3). Esses dados comportam maiores oscilações, pois se referem à condição de cada país exportador em um mercado

global, no qual suas participações são estabelecidas, em conformidade com as condições internas vivenciadas por cada um deles.

Gráfico 3 - Volume exportado por país - Mangas, Mangostões e Goiabas (1980-2013)



Fonte¹⁷: FAO/Faostat. Elaborado pelo autor

Ao observar os volumes negociados pelos cinco maiores países exportadores de mangas, mangostões e goiabas entre 1980 e 2012, percebemos a realidade de certas mudanças abruptas que atingem produtores voltados à exportação para mercados de alta competitividade. Até os anos 2000, eram tímidos os montantes que circulavam no mercado internacional, havendo poucas desproporções nos valores, com exceção do México que entre 1988 e 1998, passou de 14.799 toneladas exportadas para algo em torno de 209.426 toneladas.

Além desse movimento ascendente do volume de exportação mexicano, mais três tendências de crescimento merecem ser destacadas: a primeira diz respeito à elevação exponencial da Índia que em apenas quatro anos (2002-2006) ultrapassou o Brasil, Paquistão e até mesmo o México, saindo de valores abaixo de 50.000t para patamares superiores a 200.000t e figurando, a partir de então, como segundo maior exportador; a segunda corresponde à notoriedade que o Brasil passa a ter nesse nicho de mercado, quando a partir de 1996 empreende um crescimento progressivo, alcançando uma taxa média de 11% até 2008, quando alcançou 133.944t; por fim, o súbito aumento da participação tailandesa que entre 2006 e 2012 registra um crescimento geral que ultrapassou a margem dos 300%, se

¹⁷ Tabela com os dados integrais segue no Anexo A, página 315.

consolidando, ao final do período, como o terceiro dentre os listados em volume de exportação.

A hegemonia da Índia como maior produtor é inquestionável. Os dados da FAO indicam que esse país ultrapassou o total de cento e oitenta milhões de toneladas produzidas em 2013, enquanto nenhum outro país sequer alcançou a marca dos cinco milhões no mesmo ano, o que em termos gráficos se torna praticamente impossível expressar em virtude da discrepância na escala. China, Tailândia, Indonésia, México, Paquistão e Brasil completam a lista ocupando da segunda à sétima colocação, respectivamente. Produzindo entre dois e quatro milhões de toneladas, encontram-se os três primeiros da lista anterior, ao passo que os últimos possuem produções variando entre um e dois milhões de toneladas.

De acordo com Faveret Filho, Ormond e Paula (1999), a expansão na fruticultura foi possibilitada por fatores decisivos, sendo estes: o aumento e diversificação da agenda de exportações nos países em desenvolvimento, movimento que se seguiu à crise das *commodities* na década de 1980; liberalização do comércio; diversificação produtiva como contrapartida à redução das ações dos governos diante de crises agrícolas e o desenvolvimento dos mecanismos e tecnologias atrelados à logística e armazenamento. Esse panorama propicia a participação de novos agentes econômicos de médio e grande porte dos países em desenvolvimento, dinamizando a cadeia e tornando os circuitos comerciais mais competitivos e orientados por janelas de mercado.

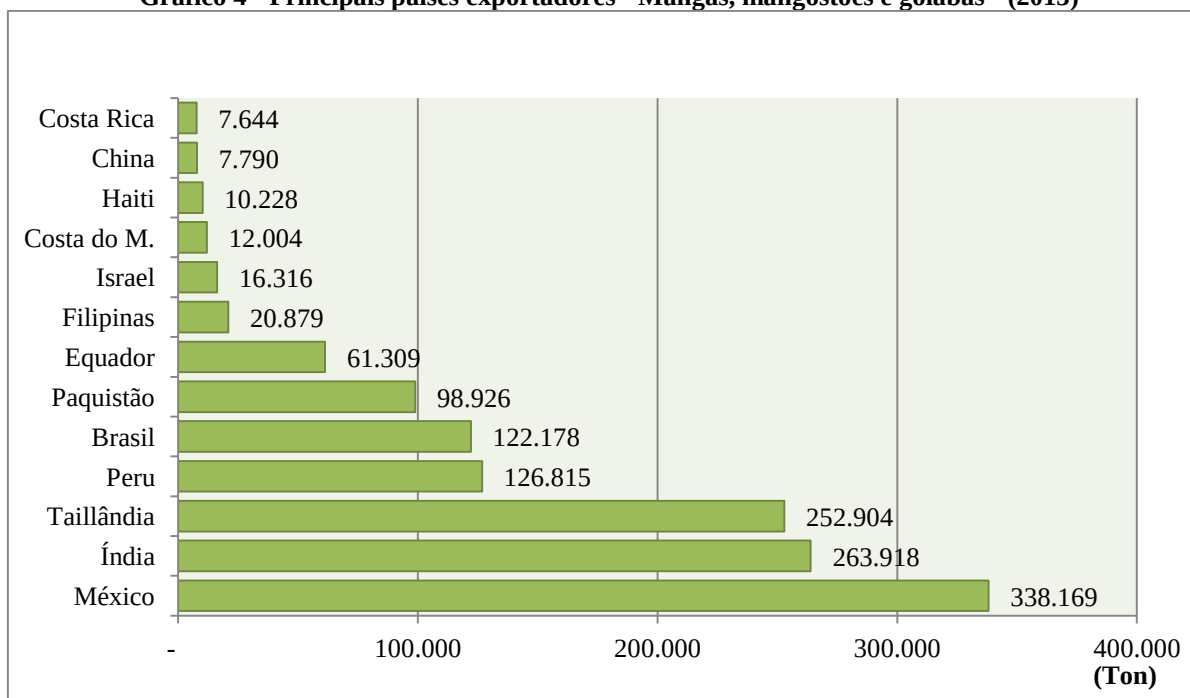
Os novos contextos produtivos passam a se orientar pela necessidade de estar presente nos mercados quando outros não têm condições para isto, de produzir a preços de custo menores, de garantir uma qualidade que não se teria tradicionalmente a mais apreciada pelas populações locais, a introduzir ou atrasar o amadurecimento dos produtos quando há uma brecha ou uma retração no mercado. Esses são espaços de risco (CAVALCANTI, 2004, p. 29).

Mas a “instabilidade induzida pela própria estrutura” dessas redes e seus respectivos fluxos são significativamente promotores de valorizações e desvalorizações (CASTELLS, 1999a, p. 175). Essa realidade da globalização favorece a reorganização do espaço e do tempo no nível da reorganização hierárquica dos territórios produtivos, elevando uns e rebaixando outros, modificando a realidade vivida por trabalhadores e produtores, alterando paisagens naturais e instituindo novos hábitos produtivos (BONANNO; CAVALCANTI, 2011).

Quando se trata da produção voltada à exportação e da manutenção e fixação dos fluxos comerciais o cenário é muito disputado e outros países passam a competir nos mercados globais (Gráfico 4). Isso reflete diretamente a circunstância de participação de

várias regiões que emergiram no circuito da exportação de frutas frescas, passando a desempenhar relevância nesses mercados. Um movimento que tem a ver com a produção e o consumo em contra-estação. “A principal característica desse tipo de produção é que ela supõe e envolve novas regiões de produção visando o abastecimento dos mercados durante todo o ano” (SILVA, P., 2001, p. 37).

Gráfico 4 - Principais países exportadores - Mangas, mangostões e goiabas - (2013)



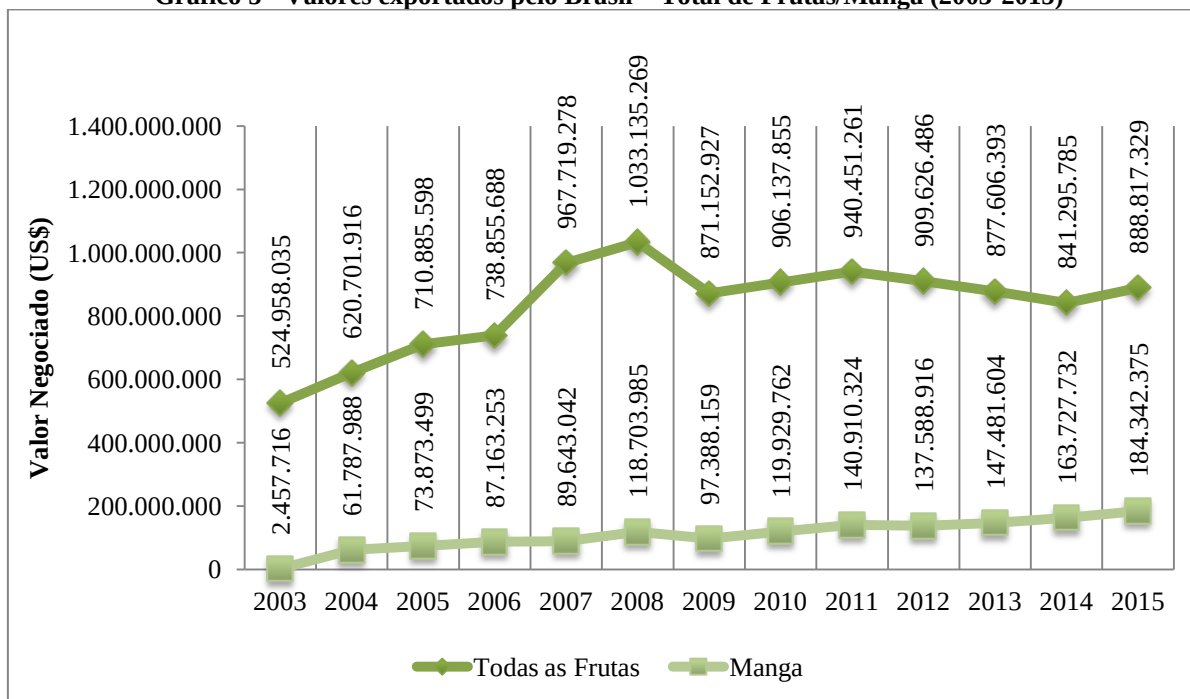
Fonte: FAO/Faostat. Elaborado pelo autor

O Brasil mantém a sua posição entre os quatro maiores exportadores desde os anos 1990, sendo que na primeira década deste século chegou a ficar entre os três primeiros até 2008 quando foi superado pela Tailândia e, mais recentemente, pelo Peru. Se considerarmos que nesse mesmo ano de 2013, a quantidade mundial total exportada desses itens alcançou a marca de 1.648,185, veremos que a produção nacional corresponde a uma fatia de 7,41% desse total exportado.

A fruticultura brasileira de exportação teve um comportamento crescente até os anos 2008, quando teve uma baixa acentuada, em decorrência da crise financeira mundial. Os anos seguintes foram marcados pela tentativa de recuperação dos mesmos patamares alcançados antes da crise. Contudo, alguns itens dessa pauta de exportação obtiveram tendências diferenciadas, com foi o caso da manga (Gráfico 5). No período que vai de 2003 a 2015, excetuando as duas retrações entre ocorridas entre 2008-2009 e 2001-2012, os valores provenientes das negociações da fruta nacional com o mercado externo mantiveram um

comportamento ascendente. Diferentemente do que ocorreu com a balança total das frutas, já no ano de 2010, os valores negociados superam o do ano de 2008, demonstrando o potencial de reação desse mercado, mesmo tendo encolhido 17,95% de 2008 para 2009.

Gráfico 5 - Valores exportados pelo Brasil – Total de Frutas/Manga (2003-2015)



Fonte: SECEX/Agrostat. Elaborado pelo autor.

A ampliação dos valores exportados de manga na década que compreende 2005-2015 é bastante expressiva, representando em números percentuais uma elevação de quase 250%. Para esse mesmo período, no que diz respeito aos valores referentes à exportação de todas as frutas, esse percentual geral de crescimento alcança a casa dos 125%, isto é, metade da progressão obtida pela manga, tomados os dados relativamente.

Se analisarmos os valores proporcionais da manga exportada quanto ao total das frutas¹⁸ comercializadas nos mercados externos, é possível perceber a expressividade dessa mercadoria nos últimos anos (Tabela 1). Em 2003 a participação da manga no total negociado pelo país com frutas exportadas era irrisória, não representando nem 0,5% dos valores negociados, mas já em 2004 marca presença nessa agenda beirando 10% dos valores totais alcançados, o maior salto existente na série histórica 2003-2015. Nesse período, com a exceção da retração ocorrida em 2007, todos os anos representaram ampliação da participação

¹⁸ É interessante destacar que nesses dados obtidos junto à Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, na pauta dessas frutas de exportadas estão inseridas nozes e outras castanhas, assim como frutas processadas (com exceção de sucos) como geleias, compotas e caldas, itens de grande peso no mercado, e mesmo assim a relevância da manga é indiscutível neste cenário.

da manga nesse mercado, representando em 2015 pouco mais que 20% do total negociado pelo país com frutas exportadas.

Tabela 1 - Exportação de mangas e percentual nos valores totais de frutas exportadas (2003-2015)						
	Manga		Todas as Frutas		% da Manga no Total	
Ano	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)
2003	4.954.734	2.457.716,00	903.001.174	524.958.035,00	0,55%	0,47%
2004	105.536.735	61.787.988,00	954.877.126,00	620.701.916,00	11,05%	9,95%
2005	114.586.722	73.873.499,00	935.533.006,00	710.885.598,00	12,25%	10,39%
2006	115.512.379	87.163.253,00	913.533.964,00	738.855.688,00	12,64%	11,80%
2007	116.047.528	89.643.042,00	1.047.582.845,00	967.719.278,00	11,08%	9,26%
2008	133.724.756	118.703.985,00	1.001.444.858,00	1.033.135.269,00	13,35%	11,49%
2009	110.202.283	97.388.159,00	885.986.648,00	871.152.927,00	12,44%	11,18%
2010	124.694.284	119.929.762,00	839.517.711,00	906.137.855,00	14,85%	13,24%
2011	126.430.774	140.910.324,00	748.988.401,00	940.451.261,00	16,88%	14,98%
2012	127.002.229	137.588.916,00	765.328.826,00	909.626.486,00	16,59%	15,13%
2013	122.009.290	147.481.604,00	777.986.648,00	877.606.393,00	15,68%	16,80%
2014	133.033.240	163.727.732,00	733.719.524,00	841.295.785,00	18,13%	19,46%
2015	156.337.273	184.342.375,00	854.805.547,00	888.817.329,00	18,29%	20,74%

Fonte: SECEX/Agrostat. Elaborado pelo autor

Se confrontarmos os valores obtidos com a exportação das principais frutas na agenda de exportação entre 2010 e 2015, constataremos que a manga se tornou o item mais expressivo desse grupo (Quadro 1). Esse movimento se deu concomitantemente à diminuição da participação de itens como Nozes e Castanhas, Melões e Uvas. Para que o Brasil alcançasse, contudo, papel de destaque no âmbito da exportação de frutas como a manga, as áreas de produção foram incrementadas tanto em extensão quanto em tecnologias (CAVALCANTI; DIAS, 2015; PENHA, 2016).

Foi nesse contexto de expansão produtiva que novas áreas de cultivo se estabeleceram, especialidades singulares como o VSF. Esse território que, hoje, é o maior produtor nacional despontou e se tornou protagonista na produção nacional de mangas e uvas. Todavia, como destaca P. Silva (2001), a trajetória da produção agrícola irrigada nesse território remonta a fases distintas que marcaram desde o estímulo e financiamento do Estado à fixação de um complexo agroindustrial, com base na cultura e beneficiamento do tomate outras olerícolas, perpassando pela fruticultura de pequena escala e baixo rendimento em torno de culturas como o melão e melancia, até o processo experimental em torno das novas culturas frutícolas.

Quadro 1 - Principais frutas exportadas – Valores negociados (2010-2015) (US\$ 1.000)¹⁹

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Todas as Frutas	888.817,33	841.295,79	877.606,39	909.626,49	940.451,26	906.137,86
Mangas	184.342,38	163.727,73	147.481,60	137.588,92	140.910,32	119.929,76
Melões	154.298,76	151.817,08	147.579,93	134.114,09	128.353,77	121.969,81
Nozes e castanhas	153.329,79	132.749,05	161.281,01	218.140,31	248.729,44	247.778,64
Limões e limas	78.600,75	96.099,29	73.923,55	59.882,44	65.806,14	50.693,60
Uvas	72.349,10	66.835,28	103.000,28	121.898,27	135.791,71	136.663,86
Mamões (papaia)	43.675,56	47.058,86	41.803,06	36.358,92	38.887,74	35.121,75
Maçãs	40.656,85	31.932,49	63.043,57	48.615,02	36.149,81	55.500,69
Melancias	27.059,39	31.750,24	16.523,93	16.979,92	13.877,11	12.356,11
Bananas	24.916,99	31.750,24	35.575,84	35.404,70	39.247,84	45.398,16
Laranjas	8.904,16	9.014,41	9.966,73	8.745,91	16.364,08	16.276,74
Figos	6.941,45	8.740,16	8.211,72	8.491,17	7.302,48	7.313,27
Abacates	6.561,14	9.537,15	6.933,27	6.841,37	6.199,80	3.126,43
Pêssegos	2.162,07	4.704,49	3.271,45	2.667,18	513,70	1.109,03
Abacaxis	1.331,87	1.228,62	1.338,00	1.100,58	1.812,77	1.195,96

Fonte: SECEX/Agrostat. Elaborado pelo autor

Esse processo fez parte do amadurecimento econômico de atores e agentes que ali se fizeram presentes na composição desse contexto produtivo, tendo sido relevante a inserção de grandes capitais no final dos anos 1980, na composição do delineamento da fruticultura de exportação que hoje se encontra estabelecida. Neste sentido, ainda no final da referida década começaram os movimentos iniciais visando à exportação.

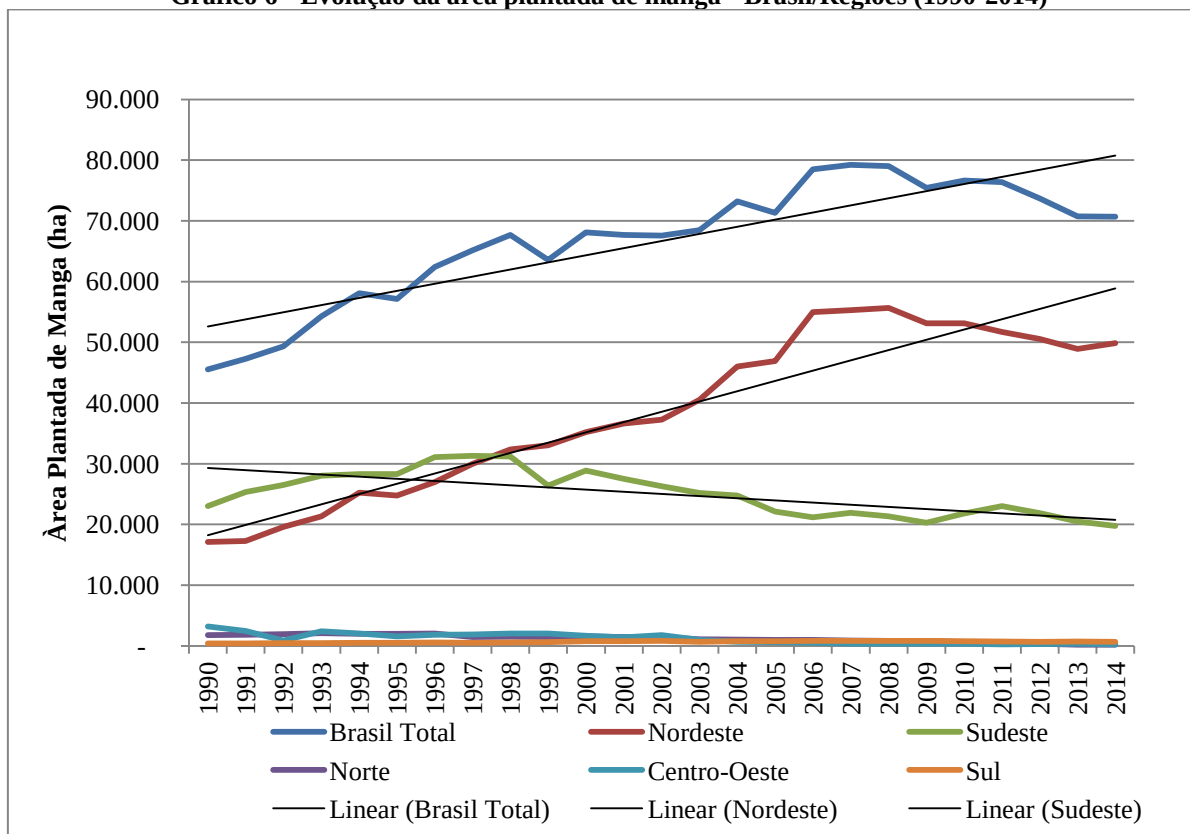
Os primeiros esforços de exportação de frutas começaram em 1987, por iniciativa das grandes empresas, motivadas pelos incentivos do Estado para resolver os problemas da balança comercial e forçadas por conjunto de fatores que desestimulavam a comercialização no mercado interno. As primeiras iniciativas foram incipientes em volume, mas despertaram nos grandes produtores a necessidade de uma maior organização, inclusive com a criação de órgãos que centralizassem as ações de comercialização dos produtores da região [...] (SILVA, P., 2001, p. 96).

Empresas e produtores do VSF que buscavam acesso aos mercados internacionais de frutas frescas dinamizaram suas relações e aperfeiçoaram sua organização. Neste ponto específico, atores coletivos como a Valexport foram decisivos para que o produto acional ganhasse abertura e posteriormente relevância nos circuitos globais (SILVA, P., 2001). Esse mercado que se abria deu margem à expansão das áreas cultivadas com culturas frutícolas,

¹⁹ Como é possível perceber, até 2001 e o grupo de nozes e castanhas ocupava o posto de “fruta” com os maiores valores totais de exportação alcançados, tendo perdido esse posto para a manga desde então. Entre 2013 e 2015 as uvas decaíram em valor acumulado com exportação perdendo espaço para o grupo de limões e limas que ocupa desde 2014 o quarto lugar geral. Outro dado significativo é a constância do melão que permanece desde 2010 ou na segunda ou terceira posição. Ainda merece menção a redução significativa que afetou a maçã, banana, laranja e melancia, todas experimentando retração nos valores exportados neste quinquênio.

sendo dominante na região, a partir dos anos 1990, a manga e a uva com penetração no mercado externo, tendo considerável presença também culturas como a goiaba, a melancia, melão, acerola e banana, essas últimas destinadas ao mercado interno.

Gráfico 6 - Evolução da área plantada de manga - Brasil/Regiões (1990-2014)



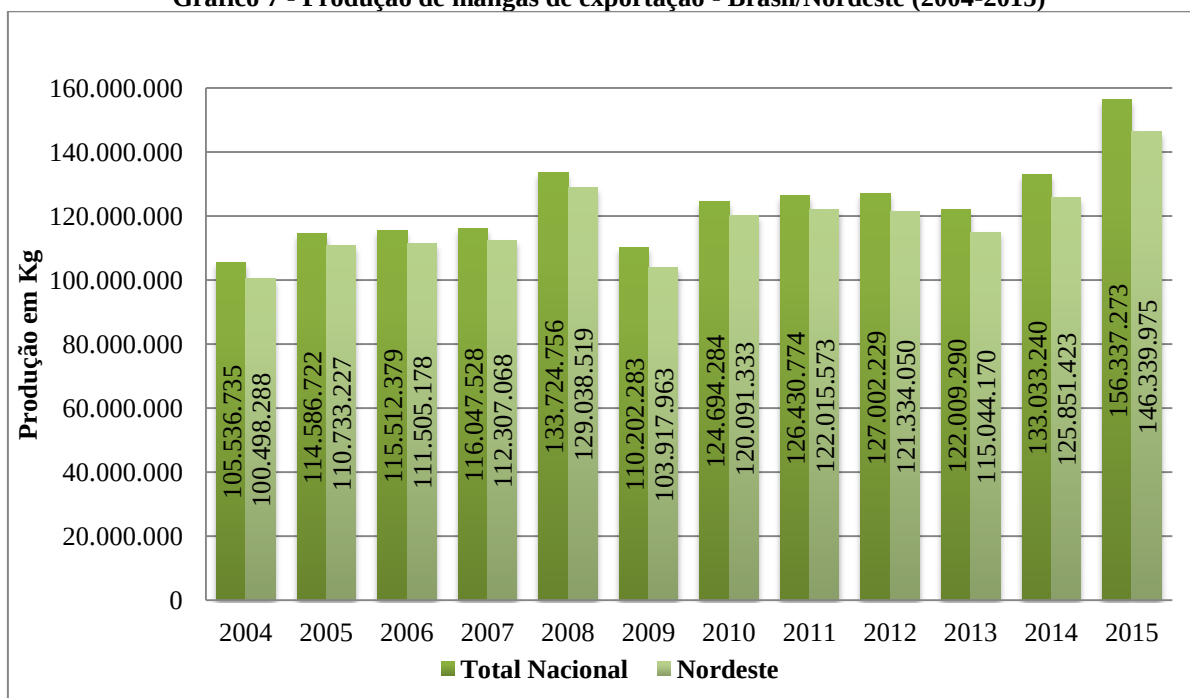
Fonte²⁰: IBGE/Produção Agrícola. Elaborado pelo autor

A expansão das áreas de cultivo da manga que subsidiaram a elevação da produção entre 1990 e 2014 foi também a conformação do Nordeste como maior produtor (Gráfico 6). A ascensão desta região segue passos firmes na década de 1990, culminando com sua hegemonia já em 1998, quando ultrapassa o Sudeste. A partir de então, é possível indicar um comportamento quase que diametralmente oposto entre a expansão das áreas de manga cultivadas no Nordeste e as retrações das áreas dessa cultura no Sudeste. Esse movimento está relacionado com a consolidação VSF no circuito da mangicultura. Nessa mesma década as áreas cultivadas com manga no Nordeste alcançam 33.049ha, praticamente dobrando de tamanho em relação ao ano inicial da série, sendo que entre 2000 e 2008 o crescimento acumulado foi ainda mais significativo, um incremento na ordem de 19.000ha.

²⁰ Tabela com os dados integrais segue no Anexo B, página 316.

Considerando a variação na área plantada de manga, é possível indicar uma semelhança entre o comportamento geral nacional e o comportamento do Nordeste²¹. Neste sentido, à expansão ou retração da área plantada de manga no Nordeste se seguiu comportamento semelhante em nível nacional, o que sugere o peso dessa região na conformação produtiva nacional²². Tomadas ano a ano, as alterações ocorridas na área de manga cultivada pelo Sudeste são sutis e de baixo impacto, contribuindo para esta semelhança.

Gráfico 7 - Produção de mangas de exportação - Brasil/Nordeste (2004-2015)



Fonte: SECEX/Agrostat. Elaborado pelo autor.

A relevância da região Nordeste no circuito produtivo da manga é ainda mais incisiva no que se refere à produção para exportação, perceptível quando confrontamos os volumes negociados por essa e os números totais nacionais (Gráfico 7). Entre 2004 e 2015, o único ano em que a manga do Nordeste não representou pelo menos 94% do total exportado pelo país foi em 2015.²³ Estas informações nos são relevantes, na medida em que a expressividade

²¹ Conforme é possível perceber pela inclinação das linhas de tendência linear de ambos (Gráfico 6).

²² No transcurso dos últimos 16 anos a maior oscilação de um ano para outro registrada na área plantada do Sudeste foi de 1998 para 1999, com uma variação percentual de 15%. Salvo contrário, as retrações foram todas sutis ao longo dos anos subsequentes, o que somado à inexpressividade da produção das demais regiões, torna o comportamento da linha de tendência linear do Nordeste bastante similar àquela de mesma natureza correspondente aos valores nacionais.

²³ Na literatura recente, não há indicativos para essa retração, em virtude mesmo de sua ocorrência recente e do fato de não significar grandes reduções nos patamares que vinham sendo mantidos pela região, mas aventamos dois fatores possíveis, uma sensível redução da área cultivada em Juazeiro-BA, assim como o incremento na

alcançada por tal região na exportação de mangas emerge primordialmente da produção concentrada nos estados de Pernambuco e Bahia, ainda que Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba participem com algum volume produzido.

Efetivamente a produção de mangas de exportação se concentra entre Bahia e Pernambuco, os quais conjuntamente, sempre representaram, em todos os anos da série, pelo menos 83% do volume total exportado do país (Quadro 2). No período que vai de 2004 a 2014, todos os estados com produção para exportação obtiveram incremento nos volumes²⁴. Dentro desse contexto, interessa-nos ratificar a preponderância do VSF como a maior espacialidade exportadora de mangas do Brasil com destaque para os municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Existem ainda outros municípios que participam com grandes volumes na produção de manga, a exemplo das cidades baianas de Curaçá e Casa Nova, assim como Belém do São Francisco, no estado vizinho cujos volumes são mais destinados ao mercado nacional.

Quadro 2- Produção por estados exportadores de manga (2003-2015) (ton.)

	Total	Bahia	Pernambuco	São Paulo	Rio Grande do Norte	Ceará	Paraíba
2015	156.337	85.442	46.096	9.608	9.370	4.132	1.299
2014	133.033	70.931	41.878	6.560	7.363	4.961	718
2013	122.009	66.844	35.756	6.403	7.539	4.422	483
2012	127.002	68.227	38.742	5.514	8.893	5.295	177
2011	126.431	66.803	39.053	3.402	11.019	4.664	476
2010	124.694	71.253	36.985	2.520	8.208	3.391	254
2009	110.202	60.443	32.185	4.527	7.944	3.105	241
2008	133.725	77.399	40.119	3.722	8.073	3.108	340
2007	116.048	61.109	40.771	2.935	7.135	3.017	276
2006	115.512	59.725	41.447	2.632	7.213	2.929	191
2005	114.587	61.366	39.731	2.995	7.156	2.241	239
2004	105.537	52.669	43.077	3.525	3.460	1.097	129

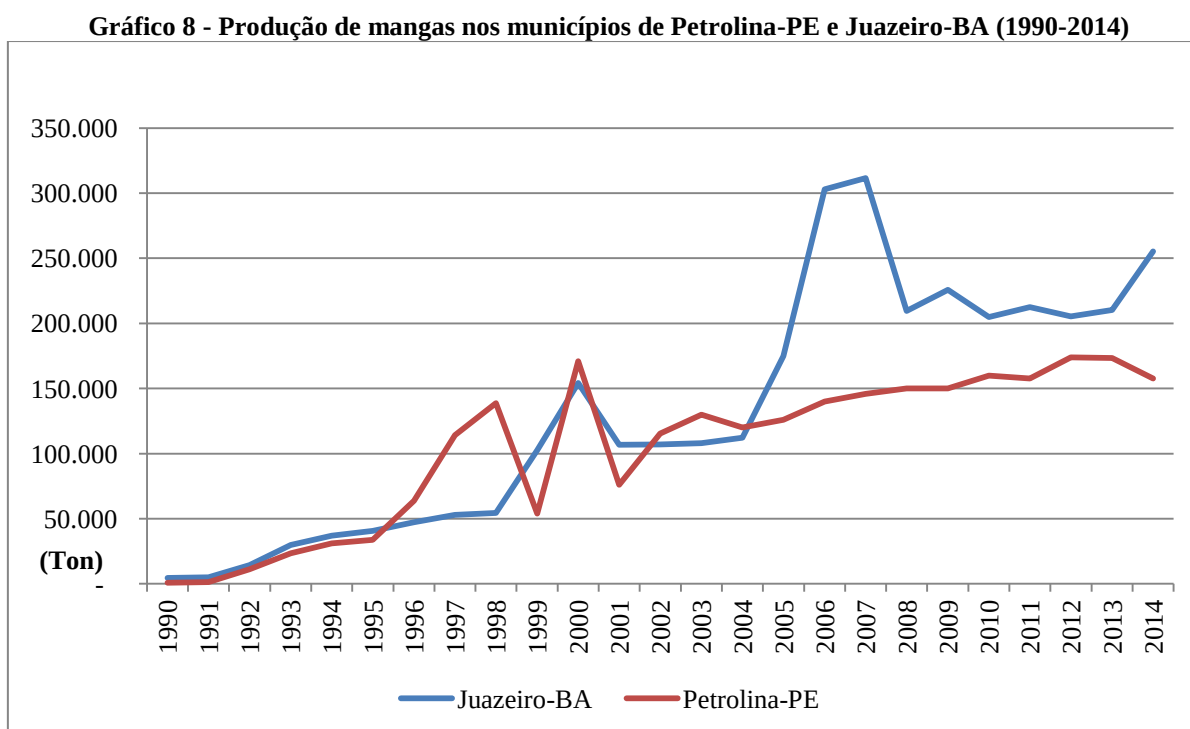
Fonte: SECEX/Agrostat. Elaborado pelo autor

No que pesa à produção dos principais municípios do VSF, é possível sugerir comportamentos com notáveis oscilações, sobretudo aquelas experimentadas entre 1998 e

produção de cidades do sudeste como Monte Alto e Fernando Prestes, no Estado de São Paulo e Jaíba e Janaúba em Minas Gerais.

²⁴ Do ponto de vista proporcional a Paraíba foi o que teve melhor crescimento uma taxa de aproximadamente 1000%, contudo isso pouco representa de volume, pois o Estado saiu de 129t exportadas para 1.299t e mesmo com todo esse avanço sua produção não representa nem 1% do total. A maior participação proporcional do Ceará ocorreu em 2012 quando alcançou 5.295t exportadas, ou seja, algo como 4,17%, mesmo ano em que o Rio Grande Norte alcançou sua segunda maior participação, 7% do volume nacional.

2001 (Gráfico 8). A este respeito é preciso destacar que, à época, a produção tinha um direcionamento significativo para canais de negociação internos, o que afetava seletivamente o preço da fruta a depender da safra²⁵. Por esse motivo, contrações produtivas puderam ser notadas em resposta a quedas contundentes nos preços oferecidos pelo produto. Quando o VSF passa a participar com maior expressividade no mercado internacional, a partir de 2004, essas retrações abruptas, no volume produzido, tendem a ser menos frequentes.



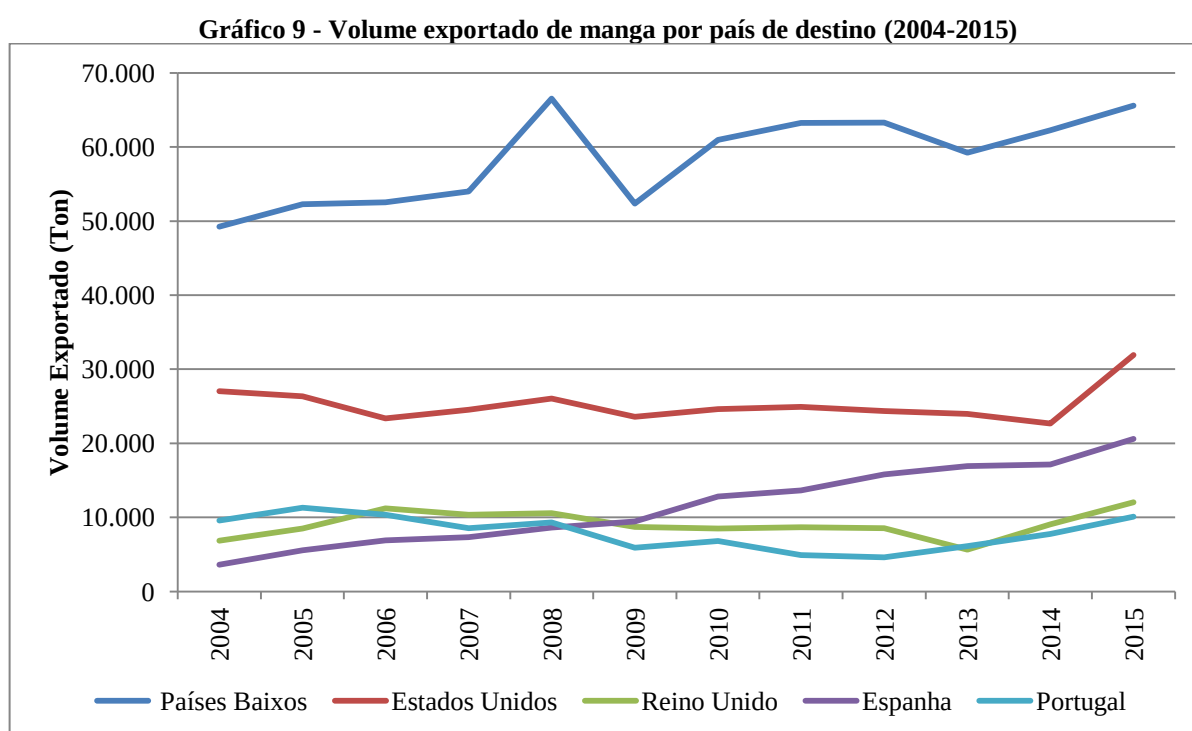
Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal/SIDRA. Elaborado pelo autor

Entre 2004 e 2007, a produção de mangas do município de Juazeiro-BA sofreu um incremento significativo, algo em torno de quase 300%, passando de 112.320t para 311.550t. O triênio subsequente representou queda nesse volume produzido, um cenário que, segundo o Informante S10, foi reflexo da crise mundial de 2008²⁶. No município de Petrolina, este período pouco promoveu alterações nos valores produzidos, tendo registrado desde 2004 até 2012 um crescimento progressivo nos seus volumes. É possível sugerir que essa maior estabilidade na produção da cidade pernambucana reflete a predominância de produtores de

²⁵ De acordo com Wyzykowsky, Araújo e Almeida (2002), no mercado nacional os preços da manga apresentam maiores flutuações em virtude de desequilíbrios na balança com tendência para excessos na oferta e consequente depreciação dos valores, ao contrário do comportamento encontrado no mercado internacional.

²⁶ De acordo com este informante, a retração atingiu vários médios produtores que possuíam negócios com exterior, os quais não conseguiram manter o vínculo comercial se a taxa de lucro caía de certo patamar, algo que, em seu relato, foi visível em 2008 e 2009. Ao contrário, os grandes produtores conseguiram permanecer atuantes pois a redução na margem de lucro são compensadas pelos elevados volumes negociados.

grande porte neste município, os quais conduzem os incrementos em produção com maior precisão em relação aos movimentos do mercado. A produção de mangas de exportação no VSF é dominada por empresas de médio e grande porte, as quais se configuram como os agentes econômicos que delineiam as expansões e retrações de áreas plantadas tendo como espelho as possibilidades de mercados internacionais. Em circunstâncias não previstas de mercado como as crises e oscilações nos valores oferecidos à manga de exportação, os agentes menores tendem a sofrer mais nestes cenários, não sendo rara a mudança parcial da área plantada por outras culturas de maior rentabilidade.



Fonte: Dados SECEX. Elaborado pelo autor.

A lista de países com os quais o VSF possui negociações é vasta, contudo, alguns parceiros abarcam as maiores fatias dos destinos das mangas ali produzidas (Gráfico 9). Os Países Baixos, isoladamente, ocupam o posto de maiores importadores da manga nacional. As relações com este país são bastante consolidadas e, ao longo do período destacado, só tiveram duas retrações, a saber, uma que corresponde aos não que se seguiram à crise de 2008, e uma breve redução entre 2012 e 2013. Os Estados Unidos é outro parceiro comercial de grande significância no para as empresas do VSF, algumas das quais possuem as instalações e equipamentos requeridos ao tratamento hidrotérmico necessário para que a fruta embarque com destino a esse país, cumprindo adequadamente os protocolos de tratamento fitossanitários requeridos. Suas margens de importação estiveram sempre entre 20.000t e

30.000t, tendo transpassado essa margem somente no ano passado quando alcançou o volume de 31.918t. A Espanha é o terceiro maior comprador dessa fruta exportada, tendo ultrapassado entre 2004 e 2010 Reino Unido e Portugal, os quais ocupam respectivamente o quarto e o quinto lugar, na lista dos cinco maiores importadores da manga. Existem ainda outros países que possuem significativas relações de parceria comercial com o Brasil em torno da manga²⁷. Estes países possuem posições sólidas, mantidas ao longo dos anos sem interrupções nos fluxos, como é o caso da Canadá, Alemanha, Argentina, Chile, França, Gana e Japão.

A especialização do VSF na produção de mangas para exportação pressupõe a configuração de uma série de atributos envolvendo a adequação da produção com vistas ao atendimento dos exigentes padrões requeridos pelos consumidores dos países desenvolvidos (CAVALCANTI, 1997; 2004). Este movimento se relaciona com um conjunto de aspectos modificados nas rotinas de produção nas fazendas, mas também, de modo muito incisivo, em ajustes e aperfeiçoamentos no controle de qualidade dos processamentos pós-colheita, realizado nas *packing houses*. Estes elementos fazem parte da configuração dos circuitos, nos quais o VSF se insere, influenciado diretamente os modos de produção e relações sociais em torno dessa. O capítulo que segue esclarece tais aspectos, destacando aqueles que atuam na formação de um segmento produtivo com específicas dinâmicas e rotinas de trabalho, na qual as dimensões do controle e da intensidade são marcantes.

²⁷ O Anexo C, página 317, contém os dados integrais referentes aos volumes e valores exportados para os principais parceiros comerciais.

3. A MANGA DO VSF NO CIRCUITO DAS FRUTAS DE EXPORTAÇÃO

A cultura da manga no Brasil esteve historicamente associada a cultivos extensivos de baixo incremento tecnológico e com o predomínio de variedades nativas como Espada, Rosa e Coquinho, dentre outras. A exploração econômica sustentou-se, por muito tempo, com base no extrativismo e nos pequenos plantios esparsos pelo país. Na segunda metade do século XX, contudo, esse perfil produtivo começa a ser modificado radicalmente com a implantação de grandes pomares na região Sudeste durante a década de 1970, introduzindo variedades originárias de outros países com aceitação em mercados internacionais. A difusão dessas novas variedades entre os anos 1970 e 1980 faz com que novas regiões expandam a produção da manga, ampliando a oferta da fruta no mercado interno e abrindo possibilidades para a exportação. Se observarmos as colocações de Filgueiras et al. (2000a), notaremos que é possível dividir a cultura da manga no Brasil em duas grandes fases, sendo a primeira marcada pela baixa produtividade, pouco incremento tecnológico e pelo domínio das variedades nacionais e a segunda, por sua vez, caracterizada pelo aperfeiçoamento técnico produtivo, introdução e desenvolvimento de cultivares não endêmicas e comercialização externa dos frutos.

A mangicultura de exportação do VSF iniciou-se ainda no final da década de 1980 em um movimento incipiente, que destacava, à época, certa fragilidade técnica dos produtores da região (LIMA et al., 2009), mas, ainda assim, já inserida na segunda fase discriminada acima. Essas primeiras transações comerciais com outros países salientaram a necessidade de melhoria nas tecnologias de produção e beneficiamento da manga a ser exportada, tendo gerado mobilizações significativas por parte do Estado e também dos produtores com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade da produção desta região.

A necessidade de melhorar a qualidade dos frutos e também de aumentar o poder de barganha nas transações comerciais, principalmente no mercado externo, levou os produtores de fruta a se organizarem em associações, sendo a VALEEXPORT a maior delas. Esta organização, que é estruturada por grupos de produtores com interesses específicos abrigava, até poucos anos atrás, a câmara setorial da manga (LIMA et al., 2009, p. 38).

A década de 1990 marcadamente representa o período de desenvolvimento maciço da mangicultura do VSF, em termos qualitativos e quantitativos. Neste sentido, tanto as áreas de produção se expandiram significativamente, quanto a evolução técnica foi sentida pela inclusão de novos cuidados e tratamentos pós-colheita destinados aos frutos, com a

incorporação de novas estruturas produção especificamente voltadas para este fim, sendo estas as *packing houses*.

É possível dizer que sob o marco das novas legislações nacionais e padrões qualitativos estabelecidos nos mercados globais, a mangicultura de exportação o VSF constitui seu parque tecnológico de avançados galpões de embalagem e acondicionamento pré-expedição dos frutos. De acordo com Lima et al. (2009, p. 38), um dos dados que reflete a significância da região do VSF nesta cultura agrícola de exportação diz respeito aos “160.000m² instalados de *packing houses* e os 70.000 m³ de capacidade frigorífica para estocagem das frutas”. As dinâmicas e fluxos comerciais globais que atuam sobre a produção de mangas do VSF são decisivos para a conformação da realidade produtiva que hoje ali se encontra, modelando as técnicas de produção, os padrões de qualidade e as lógicas de organização e gerenciamento da produção. Essa realidade de conexão com tendências técnicas e qualitativas dos mercados internacionais contribuem para que a cultura da manga do VSF se destaque no cenário do agronegócio nacional e, ao mesmo tempo, se torne emblemática na compreensão das articulações global/local e suas consequências derivadas.

3.1 A manga de exportação do VSF: circuitos, variedades e qualidade

Em nível global, três grandes fluxos de comercialização da manga se destacam: “América do Sul e Central, que abastecem o mercado norte-americano, europeu e japonês; a Ásia, que preferencialmente exporta para países dentro de sua própria região e para o Oriente Médio; a África, que comercializa [...] no mercado europeu” (WYZYKOWSKI; ARAÚJO; ALMEIDA, 2002, p. 438). O avanço e a dinâmica desses mercados fez com que as relações se tornassem mais vascularizadas, a exemplo das transações que América do Sul realiza com países da África e do Oriente Médio.

O surgimento dos fluxos globais de comercialização da manga se deu a partir da década de 1980, tendo como bojo contextual de ampliação subsequente as políticas de liberalização do mercado e redução das barreiras de negociação. Esse movimento é marcado simultaneamente pela redução das barreiras tarifárias e pelo aumento das barreiras não tarifárias. Assim, por exemplo, ao mesmo instante que se presencia a eliminação integral de tarifas à manga exportada por parte da União Europeia, nota-se igualmente a elevação das restrições e impedimentos não tarifários, associados ao controle fitossanitário e à inspeção das condições de produção e tratamento pós-colheita (PIMENTEL; ALVES; FILGUEIRAS, 2000, p. 11-12). Esse comportamento de elevação do controle sobre o produto importado, em

verdade, se apresentou como uma tendência global que afetou os diversos territórios, regiões e países com produção de manga destinada à exportação.

A expansão dos mercados da manga pelo mundo implicou, concomitantemente, na ascensão de novos territórios e elevação dos níveis de competitividade. A disputa por maiores fatias dos mercados norte-americano e europeu, os grandes importadores mundiais, é o grande cenário de embate contemporâneo entre os países produtores da América do Sul e Caribe. Na percepção de Pimentel, Alves e Filgueiras (2000), a variação no preço da manga no mercado internacional, durante a década de 1990, reflete o movimento de ampliação da oferta da fruta nos mercados globais, tanto pelo incremento produtivo de países exportadores tradicionais, como pela inserção de novas regiões nesses circuitos comerciais. A oscilação nos preços dos itens agrícolas de exportação fomenta indiretamente a construção de novas rotas e fluxos comerciais com vistas à obtenção de melhores negócios por parte dos produtores. É neste sentido, por exemplo, que a ampliação da oferta do fruto, no mercado interno, ocorre paralelamente à queda do preço nas negociações externas. Porém, o que este panorama indica, na verdade, é que, no início do século XXI, as regiões produtoras e os circuitos de comercialização já estavam solidamente estabelecidos, sendo a competitividade uma característica indissociável destes circuitos.

Neste sentido, os selos de certificação comprovadores da qualidade e sanidade passam a ser uma realidade neste cenário produtivo e comercial das frutas frescas exportadas pelos Brasil. Como tendência global destas transações comerciais, as certificações em torno das frutas frescas figuram como exigências de todos os países desenvolvidos importadores (CINTRA; VITTI; BOTEON, 2003). Há que se destacar neste sentido, a atuação do Estado brasileiro entre os anos 1990 e 2000, que por meio do MAPA criou o selo de Produção Integrada de Frutas - PIF, cujo objetivo principal era fomentar uma produção de alta qualidade visando à ampliação da participação no mercado externo. O PIF se constitui como uma espécie de rastreamento produtivo, o qual confere um selo de certificação facilitando as transações com o mercado externo, composto por Normas Técnicas Específicas – NTE's que visam ao aperfeiçoamento da organização da produção e implantação da rastreabilidade.

As Normas Técnicas Específicas (NTE) da PIF são divididas em áreas temáticas, no total de 15, tanto para a uva como para manga. Estas têm uma série de determinações classificadas como obrigatórias, recomendadas, proibidas e permitidas com restrição. [...] As áreas temáticas são divididas em capacitação, organização de produtores, recursos naturais, material propagativo, implantação de pomares, nutrição de plantas, manejo do solo, irrigação, manejo da área, proteção integrada da planta, colheita e pós-colheita, análise de resíduos, processos de

empacotamento, sistema de rastreabilidade e cadernos de campo e de pós-colheita (ARAÚJO, G., 2011, p. 100).

A rastreabilidade é uma das dimensões mais relevante do PIF, tendo significado tanto um aperfeiçoamento administrativo na gestão da produção quanto à introdução de novas rotinas de monitoramento. Se observarmos a Instrução Normativa/SARC nº 12, de 18 de setembro de 2003²⁸ que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada de Manga – NTEPI MANGA, especificamente nas adequações obrigatórias referentes às áreas temáticas de “colheita e pós-colheita” e “processos de empacotadoras” é perceptível quão contundente são as adequações pressupostas para a incorporação da certificação PIF. Os procedimentos de rastreabilidade estão atrelados à implantação de mecanismos de administração e controle mais rigorosos, como a divisão da área produtiva, o registro contínuo e detalhado em cadernos de campo e de pós-colheita, identificação da unidade de colheita no pomar por meio de etiquetagem, processamento das frutas em lotes homogêneos e adoção de modelos produtivos que permitam a identificação dos lotes, tanto no campo como nas *packing houses*.

Embora facilite o processo de exportação e agregue segurança ao importador, esta certificação nacional não é suficiente para os países importadores, existindo uma diversidade de outras certificações e inspeções exigidas por esses compradores. Sobre este contexto, destacam que,

Um ponto relevante a ser observado é que a Produção Integrada de Frutas (PIF) é um programa regulamentado pelo Brasil e se difere em alguns pontos da Produção Integrada difundida nos principais produtores e importadores mundiais de frutas. Em cada país, há diferenças em suas normas quanto ao uso de produtos químicos, carências, manejo em geral etc., por isso, o PIF não garante totalmente a aceitação do produto brasileiro no mercado externo (CINTRA; VITTI; BOTEON, 2003, p.4).

Certamente que mesmo não sendo o mecanismo de certificação definitivamente mais relevante para exportadores de manga do VSF, ainda assim o PIF cumpriu um papel importante no desenvolvimento da produção de frutas no país, tendo colaborado para a evolução de certas práticas produtivas e administrativas. Estas, por sua vez, eram parte integrante de requisitos obrigatórios, constantes nos protocolos dos selos e certificações internacionais que se consolidaram, ao longo da década de 2000.

²⁸ Publicada no Diário Oficial da União em 25 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/in%20sarc%20manga.doc>. Acesso em 08 de mar. 2016.

A implantação do Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos, cujo instrumento de criação foi a Instrução Normativa nº 66/2003²⁹, também se caracterizou como uma ação relevante do Estado brasileiro, no sentido de regulamentar os segmentos produtivos voltados à exportação. Esse cadastro é permanentemente atualizado com a entrada ou saída de empresas, assim como com novas informações das empresas constantes, funcionando como um banco de dados para supervisão acerca dos produtos e dos procedimentos de produção adotados. Neste sentido, foi criado atendendo aos compromissos estabelecidos pelo governo nacional em diversos acordos firmados com outros países, em um movimento que corresponde à regulamentação nacional da produção para adequação aos padrões internacionais já vigentes nos mercados. Cavalcanti (1997) e Guedes Sena e Toledo (2007) adicionam um elemento a essa discussão que diz respeito, propriamente, ao modo como as certificações foram utilizadas e significadas pelos produtores brasileiros de frutas, enquanto parte das estratégias de melhor inserção nos mercados internacionais.

A competitividade no segmento das mangas de exportação é bastante elevada, sobretudo quando se observa a atuação dos concorrentes da fruta brasileira. De acordo com Pimentel, Alves e Filgueiras (2000, p. 13), no início do século XX, “Peru e Equador cuja época de colheita coincide com a do Brasil” eram fortes concorrentes no mercado externo, pois à época, estavam conseguindo responder mais rapidamente a alguns estímulos dos compradores internacionais. Nesse sentido, foi possível perceber, que ao longo da década de 2000, em resposta ao mercado, as empresas exportadoras de manga do território do VSF atuaram no sentido de diminuir da dependência da variedade *Tommy Atkins*, adotando novas variedades da fruta menos fibrosas e mais palatáveis, bem como aprimoraram o produto final aperfeiçoando a apresentação através de novas embalagens, melhor acondicionamento, selagem do fruto e outros procedimentos. É preciso destacar a este respeito que as empresas realizaram investimentos e aperfeiçoaram os processos produtivos, sobretudo aqueles correspondentes ao universo das *packing houses*, isto é, ao âmbito do manejo e tratamento pós-colheita.

A manga do VSF que acessa o mercado externo é vendida, na grande maioria dos casos, por consignação. Isso significa dizer que o valor da fruta será estipulado no seu local de destino, com grandes riscos para os exportadores. Situações como essa, na verdade, são devidamente calculadas pelas empresas e acontecem muito raramente, pois a produção é

²⁹ Para maiores Informações *vide*: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>>

planejada justamente com vistas a atingir os momentos específicos do mercado, em que, em virtude da baixa oferta global, os preços tendem a ser bastante vantajosos.

A produção interna de manga na Europa é bastante limitada frente à demanda existente, de tal modo que as regiões produtoras do sul da Espanha e a porção meridional da Itália não bastam suficientes. A penetração que a manga do VSF possui nesse continente diz respeito ao fato de que esta região mantém a oferta em um período de maior elasticidade que compreende os meses de agosto até dezembro. Nos meses de agosto e setembro, a manga do VSF praticamente não tem concorrência dos países latino-americanos, mas nos dois meses finais do ano já concorre no mercado europeu com Equador e Peru. No que pesa às exportações para os Estados Unidos, a manga do VSF chega ao mercado nos meses de agosto, setembro e outubro, quando o México, maior vendedor da fruta para os norte-americanos, já se encontra em fins de safra. Destaca-se aqui mais uma janela de mercado em que a manga nacional chega competitiva ao seu destino de negociação. Nesse mesmo período, Equador e Honduras ofertam também para o mercado em questão, sendo que, neste caso, a competição apresenta-se menos intensa do que quando das relações com os mercados europeus.

Através da organização produtiva de arranjo escalonado, possível através do uso da biotecnologia na indução das floradas, assim como utilizando das condições endoclimáticas favoráveis, o VSF consegue produzir manga durante muitos meses do ano, controlando sua oferta quando possível, e buscando acessar as janelas de mercados nos instantes em que os preços são mais vantajosos. A manga do VSF tem vantagem competitiva frente aos concorrentes sul-americanos, pois a região semiárida marcada pela baixa umidade, reduzido índice pluviométrico, elevado grau de luminosidade, proporciona, concomitantemente, o desenvolvimento dos frutos com melhores atributos de coloração e reduz a propagação do fungo causador da antracnose³⁰. Há que se destacar também outro fator competitivo em relação à manga produzida no VSF, inclusive como aspecto diferenciador no mercado nacional. Em virtude de sua condição geográfica, o traslado da fruta que sai do Nordeste por meio dos portos é, em média, dois dias menor do que se o traslado ocorresse da região sudeste, imaginando-se, por exemplo, os Estados Unidos como destino. No caso da Europa, essa diferença pode chegar até seis ou oito dias, considerando o mesmo transporte marítimo (SOUZA et al., 2002).

³⁰ “É causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides* Penz. O fungo afeta folhas e flores da mangueira, e seus esporos são levados até o fruto por meio da água de chuva ou orvalho, razão pela qual a disseminação é maior em locais úmidos ou períodos chuvosos” (FILGUEIRAS et al., 2000, p. 14).

Atualmente, no VSF, as variedades mais produzidas para exportação são: *Tommy Atkins*, com médio teor de fibra e mais resistente a danos mecânicos; *Haden*, de pouca fibra e sabor suave; *Keitt*, de fruto grande e maturação tardia; *Kent*, aromática, pouco fibrosa e de polpa alaranjada; e *Palmer* de coloração verde-arroxeda e pouquíssima fibra.³¹ A produção de variedades não endêmicas no VSF deu-se, portanto, afim com as tendências que emergiam dos mercados, sobretudo os mercados norte-americano e europeu. Neste sentido, variedades específicas com aspectos e atributos particulares foram introduzidas no território, em questão, com o intuito de atender mercados além-mar. No Reino Unido, por exemplo, os mercados atacadistas, preferencialmente, adquirem mangas de pequeno calibre, as quais são repassadas para restaurantes e pequenos mercados que optam por frutos mais coloridos, ou seja, variedades como *Tommy Atkins* e a *Haden*, ao passo que as redes de supermercados frequentemente optam por frutos maiores, como a *Kent* ou *Keitt* (WYZYKOWSKI; ARAÚJO; ALMEIDA, 2002, p. 441). Demandas de mercado e modificações nos processos produtivos têm promovido a transformação dos produtos nas dinâmicas dos sistemas agroalimentares.

Nos estudos sobre a globalização dos sistemas agroalimentares, vem se tornando evidente que as demandas dos mercados e os usos da moderna tecnologia estão entre os fatores principais das mudanças nos processos produtivos e têm contribuído para a transformação dos produtos e dos distintos territórios e atores que deles participam. Essas mudanças são principalmente observadas nos serviços relacionados com a produção e distribuição das mercadorias, segundo hábitos e formas de consumo. As transformações resultantes de serviços e valores que lhe são agregados salientam-se num processo contínuo de produção de bens de base agrícola que com nova roupagem passam a trafegar nos mercados (CAVALCANTI, 2004, p. 19).

As mangas, assim como outras frutas frescas exportadas são produtos diferenciados no circuito das mercadorias agroalimentares. Ao se tomar o caso da Europa como exemplo, é possível entender a oferta diferencial da manga do VSF, em período de baixa produção europeia, que faz com que este produto seja relativamente “exclusivo”, direcionado a consumidores que detêm uma renda acima da média, estando dispostos a pagar mais caro por uma manga em período de sua menor oferta. São estes “bens agrícolas com nova roupagem”, destacados por Cavalcanti (2004, p. 19) que circulam livremente, nos sistemas agroalimentares, também se constituindo como marcadores sociais pelos seus consumidores.

³¹ As variedades de exportação destacadas são todas de origem norte-americana e foram introduzidas no Brasil ainda no início do século XX visando à produção comercial, passando a se associar com os anos ao cultivo em larga escala (PINTO; COSTA; SANTOS, 2002).

Ao tratar da sociedade do hiperconsumo, Lipovetsky (2007) abre um espaço particular para demonstrar como os hábitos alimentares sofreram mudanças, a partir da segunda metade do século XX, de tal modo que hoje presenciamos um consumidor de alimentos diferenciado. A cozinha hipermoderna é a fábrica de prazeres gastronômicos, os quais se baseiam cada vez mais na experiência da inventividade facultada pelo acesso a todo e qualquer ingrediente de qualquer cultura. A globalização dos alimentos pode ser apreendida também como uma condição estrutural, em torno da qual esses elementos de comunicação e cultura foram articulados no nível do simbolismo. Neste sentido, o consumo tanto é ato de marcação hierárquica como corresponde aos hábitos de um dado período histórico. É interessante destacar que a tendência à adoção de uma dieta mais equilibrada e variada tem sido hábito das classes com maior poder aquisitivo, nos países do Norte, desde o final dos anos 1980. A preocupação com um comportamento alimentar saudável e nutricionalmente equilibrado foi apropriada pelas esferas capitalistas de produção, influenciando consideravelmente as circulações e fluxos realizados pelos sistemas agroalimentares globais que se dão em virtude da satisfação desse crescente segmento de consumidores.

Nessa linha de raciocínio, o consumo de alimentos no mundo globalizado responde também pela criação de marcas e sentidos simbólicos sociais que diferenciam o seu consumidor. É possível incorporar Douglas e Isherwood (2004, p. 174) a esse respeito, pois demonstram como antropologicamente o consumo é ato de marcação simbólica, quer seja a compra de um carro de luxo, de uma roupa de grife, ou de uma fruta tropical exótica em períodos de escassez de oferta da mesma, pois “em nossa experiência de bens, a periodicidade do consumo marca a posição e cria bens de qualidade”. É neste sentido que uma manga do VSF *made in Brazil*, acaba por se configurar como uma mercadoria distinta (ainda que nas gôndolas do supermercado possa estar ao lado ou mesmo misturada com outras frutas vinda do Peru ou Equador), pois se refere a um bem exótico, de valor relativamente alto, a ser consumido pelas classes médias e altas dos países importadores. Trata-se, portanto, de um bem cujo valor desponta em virtude de sua oferta em um momento de não abundância do fruto no mercado. Seguindo o raciocínio destes autores, a questão da periodicidade, então, tanto é marcador distintivo do consumidor que se destaca entre os demais indivíduos sociais pela capacidade de inserir em sua dieta alimentar frutas tropicais durante praticamente todo o ano, como também se refere às empresas produtoras, cujo acesso aos mercados europeus em muito se deve ao fato de conseguirem produzir justamente no período de entressafra de outras grandes regiões produtoras. Para reforçar a relevância do elemento periodicidade no quesito da marcação distintiva dos consumidores, é possível destacar, a este respeito, que,

Quando a sociedade é estratificada, os luxos do homem comum podem se transformar nas necessidades das classes mais altas. Como acontece entre as classes sociais, a periodicidade de uso não só separa os bens de classe mais alta, mas também serve para marcar as diferenças entre classes de pessoas. [...] Qualidade é a característica dos bens que resulta de sua escolha como marcadores hierárquicos (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 174).

Para além dessa discussão, o fato é que a produção de mangas no VSF brasileiro (CAVALCANTI, 1997), assim como a produção de peras e maçãs no Vale do Rio Negro na Argentina (BENENCIA; QUARANTA, 2003) e tantos outros territórios de produção especializados voltados ao mercado de exportação, se ancoram na demanda consolidada de países desenvolvidos, a fim de atender não às camadas populares, mas certamente aos estratos sociais de maior poder aquisitivo, capazes de dispêndios elevados para obtenção de “artigos alimentares de luxo”. Ainda assim, é estar atento ao fato de que os atributos qualitativos que distinguem estes bens *in natura*, no contexto dos espaços competitivos globalizados, são “resultantes de uma série de operações (colheita, acondicionamento, classificação, dentre outros serviços) que são orientadas pelo seu destino final” (CAVALCANTI; MOTA, 2003, p. 110-111). As interposições entre o produto e o consumidor final são, portanto, construídas no ajuste e controle tanto dos aspectos naturais da produção quanto das relações sociais que compõem esse quadro.

Atualmente, os sistemas agroalimentares configuram uma evidência da nova economia agrícola, na qual as distâncias temporais e espaciais foram, em certa medida, solapadas pela globalização, ligando atores e territórios. Sob alguns aspectos, só é possível falar dessa conexão entre distintos e distantes territórios e atores (empresas, trabalhadores, consumidores), em virtude do fundamentado mercado capitalista, cujas barreiras de movimentação foram se tornando escassas em paralelo ao avanço galopante do neoliberalismo no final passado e início do século presente. Como destaca Bonanno (2003, p. 198), essa dinâmica só foi permitida por conta da “existencia de un verdadero libre mercado, que en el marco de la globalización, permite el libre movimiento de mercancías con claros beneficios para los consumidores e productores”.

A tentativa de melhor se inserir nos circuitos globais fez com que as empresas do VSF intensificassem o trabalho, em torno dos atributos de qualidade da fruta a ser exportada, reverberando, em nível geral, em maior qualificação técnica dos trabalhadores das *packing houses*, especialmente aqueles cujas funções envolvem operação de maquinários e sistemas informatizados, assim como análises laboratoriais e controle de qualidade. Essa produção de

alto padrão requer cada vez mais a incorporação de “nuevas tecnologías, mano de obra calificada y servicios especializados tanto en el proceso productivo como en las actividades postcosecha” (SILVA, P., 2012, p. 89). Ao observar os processos de tratamento pós-colheita nestes espaços produtivos é possível identificar com facilidade a relevância atribuída às diversas atividades de inspeção em torno do processo integral de embalagem da fruta, a serem observados com vistas ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade para a manga de exportação.

Todas as normas referentes a padrões de qualidade de manga para os mercados internacionais, como por exemplo, a FV-45, da Comissão Econômica para a Europa, estabelecem como padrões mínimos que os frutos *in natura*, após a preparação e embalagem, devem estar: intactos, firmes, com aparência fresca, sadios (os frutos afetados por podridões ou deterioração devem ser eliminados), limpos (praticamente livres de qualquer matéria estranha visível), praticamente livres de pragas, praticamente livres de danos causados por pragas, livres de manchas negras que se prolonguem para abaixo da casca, livres de *bruising* acentuados, livres de danos causados por temperatura baixa, livre de umidade externa anormal, livres de quaisquer cheiros ou gosto estranhos, satisfatoriamente desenvolvidos e apresentando estado de maturação satisfatório (FILGUEIRAS et al., 2000a, p. 14).

Embora a qualidade da fruta a ser exportada esteja intrinsecamente atrelada às atividades de cultivo e manejo sobre a planta, pressupondo toda série de intervenções no solo, na irrigação, na prevenção de combate de pragas, é, também, no âmbito dos tratos pós-colheita que essa qualidade da fruta é trabalhada, mantida ou mesmo valorizada. Neste aspecto, o conjunto de atividades que ocorrem nos galpões das *packing houses* é tão significativo quanto o leque tarefas realizadas no campo, estritamente ligadas ao cultivo da mangueira. Destarte, não parece exagero afirmar que a qualidade conseguida no campo com as técnicas mais sofisticadas de produção só se fazem visíveis ao consumidor final por meio do trabalho realizado nas *packing houses*, pois é através da limpeza, do trabalho estético realizado, disposição nas caixas e sua exposição final como um produto visualmente atrativo aos consumidores, um produto *made in Brazil*.

3.2 As *packing houses* do VSF: controle de qualidade, contingenciamento de riscos e os mercados globais

O avanço da modernidade trouxe consigo o aperfeiçoamento do sistema capitalista e o consequente estreitamento das relações econômicas em todo o planeta. Neste contexto, a globalização se refere à intensificação das interações em nível e escalas surpreendentemente amplos.

A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991, p. 60).

Sob esta perspectiva, a conexão entre essas regiões diversas do mundo acionam circuitos de produção, comercialização e consumo que não apenas caracterizam as relações econômicas mais recentes por níveis de integração anteriormente inexistentes. Outra chave de entendimento desse mesmo processo diz respeito à comunhão de *riscos* por todas essas regiões e territórios integrados pelos circuitos referidos (BECK, 2010). Em outros termos, a globalização econômica e a integração dos sistemas produtivos diversos, também podem ser apreendidas como a difusão e comunhão de riscos igualmente inerentes à produção, comercialização e consumo de bens, os mais variados.

Giddens (2010, p. 36) distingue dois tipos de riscos, a saber, os riscos externos e os riscos fabricados. O primeiro deles, oriundo “das fixidades da tradição e da natureza”, corresponde às questões que provindas de uma realidade sobre a qual os homens não possuem efetivo controle, e não interessa, nesse ponto de discussão. Já os riscos fabricados, esses sim, importam à nossa reflexão, pois dizem respeito às situações derivadas da própria intervenção humana sobre os agentes naturais ou sobre outros indivíduos. Os riscos fabricados são fruto da ação humana e correspondem a uma dimensão cada vez mais relevante na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a globalização não apenas coloca as diversas e distantes sociedades diante desses riscos, como os torna parte da agenda política e econômica, na exata medida em que afetam dimensões significativas da condição social contemporânea. Esses riscos fabricados pela própria ação do homem tanto podem surgir intencionalmente, como serem frutos de eventualidades. O aquecimento global, o uso da energia nuclear, a expansão de epidemias tropicais ou mesmo o controle fitossanitário de pragas e doenças em alimentos importados, são circunstâncias que trazem à tona riscos provenientes da ação humana e das relações sociais.

O contexto contemporâneo proporcionado pela globalização, mas, sobretudo pela condição da modernidade oriunda do “distanciamento tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 60), fez com que, *grosso modo*, os perigos locais também se tornassem problemas de nível global. Utilizando um exemplo similar ao de Beck (2010, p. 33), é a partir da realidade possível com a modernidade, por exemplo, que um advogado londrino ao fazer suas compras

semanais de frutas e verduras poderá partilhar de dilemas similares aos dos gestores produtivos de uma fazenda de manga de exportação no VSF. As chamadas “boas práticas agrícolas” (BPA’s) se estendem para além apenas dos envolvidos na produção e passam a ser igualmente preocupações de quem consome. Logicamente, que se trata de duas faces possíveis de uma mesma problemática, cujos recortes também podem variar. Todavia, de uma maneira ou de outra, o que se põe em evidência neste exemplo é a questão da formatação de uma condição global onde os riscos passam a ser partilhados não apenas no patamar local onde se originam.

Por mais que a produção agrícola se reporte a uma espacialidade específica, quer seja um território, uma região ou um país, a partir do momento em que a globalização possibilita o deslocamento dessas produções locais, ela também acaba por promover a difusão de riscos. De acordo com Beck (2010, p. 33, grifo do autor), duas questões importantes acerca dessa realidade merecem destaque: “primeiro, que os riscos da modernidade emergem ao mesmo tempo vinculados espacialmente e *desvinculadamente com um alcance universal*; e segundo, quão *incalculáveis e imprevisíveis* são os intrincados caminhos de seus efeitos nocivos”. Tanto o alcance universal destes riscos quanto seu carácter incalculável e imprevisível fazem parte das questões que passaram a fomentar o controle nas relações de produção, circulação e consumo de alimentos (FRIEDLAND, 1994b).

Ao refletir sobre a globalização dos sistemas agroalimentares, Bonanno (2003, p. 212) pontua que “la participación en una de las redes de producción y consumo pone las relaciones sociales de una área geográfica en contacto más o menos directo con las áreas distintas”. Esse contato não diz respeito unicamente ao âmbito das negociações de compra e venda de produtos, mas, em nível mais profundo, se reporta à partilha de questões e problemas globais. A preocupação com a origem e com as práticas de produção dos produtos alimentares que circulam nos mercados de todo um mundo faz parte do perfil de um novo consumidor, que não propriamente aquele orientado pelo padrão massificado (MARSDEN, 1999). O tema da sustentabilidade ambiental, por exemplo, que discute a adoção de práticas produtivas de menor impacto à natureza passa a fazer parte dos processos de seleção e escolha desse consumidor contemporâneo, o qual acessa os alimentos de elevada qualidade e alto valor agregado.

A expansão das empresas transnacionais no segmento da agricultura e a incorporação de novas regiões produtoras aos mercados de produtos alimentares frescos, como frutas e verduras, ancoram-se na formatação de modelos produtivos que assumem a capacidade de contingenciar grande parte dos riscos que envolvem a produção, circulação e consumo global

desses alimentos. Giddens (1991, p. 131) aponta que o risco se relaciona com a confiança, e ambas são “características paradoxais da modernidade”. A condição moderna comporta, assim, tanto a eminência do risco quanto a existência de mecanismo de controle e contingenciamento desses, a partir da utilização dos instrumentos mais variados postos à disposição pela ciência e pela tecnologia.

Quando consideramos a globalização dos alimentos, notamos que as questões pertinentes à segurança alimentar fazem parte da agenda política e econômica desde que os riscos ambientais (difusão e infestação de pragas e doenças) e tecnológicos (alimentos transgênicos) vieram à tona por meio do estreitamento do mundo e pela interconexão global. (GIDDENS, 1991; CASTELLS, 1999a). Dentro deste contexto, os selos de certificação internacional, podem ser entendidos como mecanismos de controle e contingenciamento propagados em defesa das BPA's, capazes de atestar a segurança alimentar dos produtos e a contenção de riscos envolvidos na produção desses alimentos. Em tese, quanto mais deslocados de contextos locais forem esses mecanismos de controle, mais representativos são de problemas verdadeiramente globais, os quais passam a requerer instrumentos formalizados que transpassem as barreiras nacionais. Não por acaso, os selos internacionais de certificação mais significativos nos mercados, correspondem à congregação de padrões e normas exigidos pelos mais distintos países e empresas importadoras³².

É interessante lembrar nesse sentido que a existência de riscos cada vez maiores associados às atividades de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de produtos alimentares, chegando até a limitar determinadas relações econômicas, como as questões ambientais, as controvérsias em torno do uso da biotecnologia e uma série de outros debates, implicou na colaboração entre países. Neste sentido, Giddens (2010, p. 43) indica que “com a difusão do risco fabricado, os governos não podem fingir que esse tipo de administração não lhes compete”, sendo a colaboração a forma corriqueira de lidar com essas questões. O *Codex Alimentarius*³³ poderia ser citado com um exemplo da união dos países em prol de instrumentos e mecanismos capazes de atuarem sobre riscos diversos que foram introduzidos na pauta de discussões sobre a produção e circulação global de alimentos. A atuação da FAO tem sido reforçada pela relevância de temáticas inerentes ao risco, bem como

³² Conforme G. Araújo (2011), os selos de certificação mais difundidos (GlobalG.A.P., TN e FairTrade) atingem quase a totalidade dos importadores da manga, congregando normas e protocolos de produção, transporte, tratamento e acondicionamentos dos frutos exigidos pelos compradores mais exigentes

³³ Se cofigura como uma compilação de normas, diretrizes e códigos que atuam no estabelecimento de práticas que assegurem a segurança, qualidade e justiça do comércio internacional de alimentos, congregando todas as nações da ONU. Maiores informações vide: <<http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/>>

pelos impactos globais possíveis associados a alguns desses riscos, os quais são trabalhados, contingencialmente, nas orientações do *Codex* e seus documentos acessórios.

Dentro deste contexto, é necessário destacar que as políticas de segurança alimentar e a constituição de instrumentos de governança global emergem da relação de interesses públicos e privados, assim como de disputas de poder envolvendo atores variados. Em estudo direcionado à apreensão da evolução histórica das políticas de segurança alimentar, Millstone e Zwanenberg (2002) apontam um paradoxo que diz respeito ao envolvimento de interesses conflitantes na formação de Comissões responsáveis pela discussão e gerenciamento dessas políticas. Se reportando diretamente à Comissão do *Codex Alimentarius*, à Comissão Europeia para a regulação da segurança alimentar e ao *Ministry of Agriculture, Fisheries and Food* do Reino Unido, os autores destacam que

At all three levels of governance, the empirical evidence strongly indicates that the practice of locating within a single institution responsibility both for promoting the interests of trade and/or particular industrial sectors and at the same time for regulating those sectors has meant that consumer and health interests have been routinely subordinated to the objectives of furthering the commercial interests of farming and the food industry (MILLSTONE; ZWANENBERG, 2002, p. 595).

Essa realidade destacada aponta para o fato de que sob as políticas de segurança alimentar instituídas local, regional e globalmente, existe um bojo contextual de relações de interesses e jogos de poder. As instâncias de gerenciamento dessas políticas utilizam o discurso de que a regulação da segurança alimentar representa ações de natureza científica e administrativa operacional, na tentativa de demonstrar que não há sobreposição de interesses no estabelecimento das regulações. Algo que não se prova verídico, segundo Millstone e Zwanenberg (2002), os quais apontam que as deliberações políticas que envolvem a instituição dos parâmetros e regulamentos, em especial no que pesa à realidade dos órgãos listados, ocorrem em circuitos fechados, pouco representativos dos interesses da ampla gama de sujeitos interessados nas questões, assim como por meio de ações pouco transparente. Acerca desta conjuntura, tanto em Konefal, Mascarenhas e Hanataka (2005) quanto em Reardon e Farina (2002) é possível ver a ideia de que, nos espaços deixados pelos órgãos e instituições políticas (nacional, regional ou global) do setor privado, emergiram os atores e agentes que se articularam rapidamente em torno do estabelecimento dos padrões de qualidade e segurança alimentar, na tentativa de abarcar maiores possibilidades de negócios e restringir acessos indevidos, nessa seara de alta competitividade.

In the past several years, during heated debates around the WTO (World Trade Organization) and public food standards, the private sector has rapidly built up an array of private food standards to assure quality and safety in a fiercely competitive market. These private standards have sometimes been to fill in for missing public standards, especially for safety, and to differentiate products and build reputation, for both quality and safety. Moreover, private standards are increasingly related to meta-management systems assuring both quality and safety at all levels of a chain, enforcing and certifying the implementation of process standards (REARDON; FARINA, 2002, p. 420).

É possível apontar mais um elemento para pensar criticamente o modo como a discussão sobre os riscos assume determinados direcionamentos. Acerca da discussão sobre as substâncias tóxicas na contemporaneidade, Beck (2010) destaca o modo como a condução do debate, tomando em referência unicamente ou privilegiadamente os aspectos categóricos das ciências naturais, faz com que certos pontos sejam seletivamente mais relevantes que outros. A partir desse desenho, “move-se entre a falácia de preocupações biológicas e sociais ou uma consideração da natureza e do meio ambiente que deixa de lado a preocupação seletiva das pessoas, assim como significados sociais e culturais que elas lhe imputam” (BECK, 2010, p. 31). Nesta perspectiva, o discurso puramente científico é acionado e constituído como argumento para regulações, restrições e outras alterações nos padrões de produção e consumo, sem tomar as considerações específicas dos sujeitos e suas culturas.

Para além disso, o fato é que as políticas regulatórias de caráter ampliado, isto é, que transpassam as fronteiras dos Estados e se colocam como fortes tendências nos últimos anos, se fixam com uma das formas mais efetivas pelas quais as normativas e padrões se estabelecem em realidades diversas. Porém, ainda que Bauman e Bordoni (2016, p. 33) apontem para o fato de que a capacidade de agência do Estado tem declinado proporcionalmente à ampliação das “forças supraestatais globais”, as quais passaram a deter cada vez mais poder e capacidade de decisão na relação com o Estado e com a sociedade, refletindo a perda de importância do poder político nas instâncias de decisão do mercado, a atuação do mesmo não pode ser ignorada³⁴. Regulações produtivas internas e o desenvolvimento de mecanismos de controle alinhados com os princípios sugeridos pela FAO compõem parte da atuação do Estado no subsídio a relações de mercado mais seguras e padronizadas. Embora essa perda de poder do Estado possa ser uma realidade, sob vários

³⁴ No caso específico da fruticultura de exportação que se desenvolveu no VSF, o Estado foi um agente decisivo desde os primórdios da instalação dos perímetros públicos irrigados no âmbito das políticas de desenvolvimento (ARAÚJO, T., 1995; CARVALHO, O., 1988; CODEVASE, 1996), perpassando pelas ações de infraestrutura e subsídio técnico (BLOCH, 1996; PIMES, 1991; RAMOS, 2001; SOBEL, 2006), até chegar às configurações contemporâneas de um dinâmico e efervescente território. (CAVALCANTI, 2014a; CAVALCANTI et al. 2014a; 2014b). Essa reflexão sobre a atuação do Estado neste território envolve diversos aspectos, tendo sido abordada em diversos estudos, podendo servir como exemplos de debates mais amplos a este respeito, as contribuições de Cavalcanti (2004), Cavalcanti e Silva (2004) e P. Silva (2001).

aspectos, condizente com a formalização da autonomia de certos mercados globais (SOROS, 2004), isso não significa negar a participação desse agente no conjunto de transformações que modificaram tanto a economia como um todo (CASTELLS, 1999a), quanto o segmento da agricultura e dos alimentos (MARSDEN, 1999).

Assim, as cadeias alimentares de produtos frescos, em especial a fruticultura, se constituíram em nível global, portanto, a partir do estabelecimento e difusão de regras, normas e padrões produtivos e comerciais, oriundas dos mercados consumidores de países desenvolvidos, as quais envolvem especificações técnicas e até mesmo sociais tangentes à produção de modo integral (CAVALCANTI, 1996). Toda essa conjuntura reguladora envolve a atuação e articulação de diversos atores, locais e globais em torno de circunstâncias e interesses específicos.

The globalization of fresh products is a sophisticated process. Technological innovations, quality standards and other specifications defined by potential consumers contributed to the inclusion of exotic types in the sphere of imports and exports (CAVALCANTI, 2015, p. 67).

No caso da manga, essas especificações produtivas são inúmeras e cobrem diversos aspectos acerca da implantação do cultivo, do manejo da cultura, do tratamento fitossanitário e beneficiamento pós-colheita, do embalamento do fruto, da apresentação final do produto e das regras para o embarque nos contêineres. As certificações exigidas às empresas produtoras de manga do VSF congregam várias dessas especificações e pré-requisitos, sendo condição para o estabelecimento das relações comerciais com importadores estrangeiros.

As certificações atuam não apenas no estabelecimento de altos padrões de qualidade à manga a ser importada, mas também regulam dimensões particulares acerca do uso de insumos químicos e dos tratamentos secundários aplicados na cultura, a fim de evitar condutas produtivas que afetem não apenas a qualidade, mas também a segurança do alimento. Nesse contexto, as regras e protocolos requeridos à certificação se estendem para além da área de campo, interferindo no manejo e tratamento do fruto pós-colheita, sendo, assim, determinante para a organização e estruturação das *packing houses*. Não são apenas os consumidores conscientes e preocupados com os processos de produção dos alimentos que compõem a seara de discussão sobre as certificações, mas também técnicos, cientistas, organizações não governamentais e outros atores (PAULINO; JACOMETI, 2006).

A centralidade que estes mecanismos passam a ter na cadeia dos alimentos frescos está intimamente ligada com a ascensão e domínio gerencial das redes varejistas dos países

desenvolvidos. O processo histórico por meio do qual as certificações se consolidam como instrumentos centrais, na fixação de laços e no estabelecimento dos fluxos nos mercados globais em torno desses itens, é também um movimento que reflete as assimetrias de poder entre os atores e agentes que se relacionam nesse segmento econômico. Estas diferenças entre capacidade de influência e poder de barganha no estabelecimento das relações reverberam em condições e características particulares no âmbito da produção, circulação, comercialização e consumo dos itens.

Sob esta perspectiva, por exemplo, é possível questionar em que medida os critérios e padrões estabelecidos por essas certificações representam interesses e anseios reais dos consumidores finais. Ao observarem a realidade europeia, e, em especial, os contornos assumidos pelas cadeias de suprimento de alimentos frescos no Reino Unido, Marsden, Flynn e Harrison (2000) destacam que a relevância assumida pelos consumidores nos debates políticos acerca da qualidade e segurança alimentar não implica necessariamente no protagonismo desses atores sociais. Isso porque a força econômica das grandes redes varejistas absorve os possíveis interesses dos consumidores em seus próprios discursos, quando não os idealiza intencionalmente, justificando a exigência de padrões e a necessidade de adequação dos fornecedores. Um processo cujo sentido implícito é a diluição do caráter político dos interesses dos consumidores finais e a real prevalência das intenções econômicas das redes varejistas na maior parte dos nichos integrantes da cadeia de frutas e vegetais frescos.

Central to the reasons why consumer organizations have played a marginal role in food policy debates compared to retailers is that retailers are often willing and able to present themselves as those best able to represent and therefore to 'construct' the consumer. Increasingly, consuming interests are taken up and articulated in relation to the supply chain itself, and this tends to give particular opportunities to the ascendant corporate retailers (MARSDEN; FLYNN; HARRISON, 2000, p. 7).

Os selos de certificação agem no nível concreto da produção, exigindo adequações e/ou a adoção de práticas de produção e beneficiamento especificamente adequadas a padrões técnicos estabelecidos nos protocolos dos agentes reguladores. É possível entendê-los também como chancelas de autorização de trânsito nos mercados de alimentos globais. Isso significa dizer que os processos de auditorias e fiscalizações antecedentes à certificação, atestaram a qualidade, a segurança e, de modo muito particular, a condição de rastreabilidade desse alimento que agora pode participar dos fluxos na cadeia dos alimentos frescos. De acordo com G. Araújo (2011), o ateste da conformidade a estas normas e padrões técnicos implica a

aceitação voluntária a estes mecanismos de controle existentes no mercado dos alimentos. Embora a aceitação dos fornecedores em adequarem-se aos procedimentos e modelos requeridos às certificações seja voluntária, a verdade é que este é o caminho possível para acessar maiores parcelas dos mercados internacionais (GOULART, 2001). Nem os pequenos e médios produtores articulados em associações, nem as grandes empresas produtoras de manga do VSF (em ações isoladas ou conjugando esforços associadamente) conseguem penetrar diretamente nos mercados da Europa e dos Estados Unidos e acessar os consumidores finais.

A relevância crescente de forças suprarregionais e companhias multinacionais no estabelecimento dos padrões e normas técnicas de regulação produtiva, como sugerem Bonanno et al (1994), Bonanno (2003) e Cavalcanti (1999), é uma realidade diretamente atrelada à globalização dos alimentos. O interesse competitivo das empresas do VSF, especificamente aquelas ligadas à mangicultura de exportação, comporta a reestruturação produtiva em prol da progressiva elevação da qualidade e do atendimento às exigências dos mercados (CASSUNDÉ JÚNIOR; ARAÚJO, 2006), como etapas a serem cumpridas para a aceitação na arena de negociações globais. Dentro desse contexto, os selos de certificação correspondem às senhas de liberação para atuação dessas empresas na referida arena.

Esses selos de certificação são constituídos sob a lógica da perícia e do conhecimento técnico voltado à melhoria da qualidade e à redução de diversos riscos associados à produção e beneficiamento desses produtos. A solidez que esses mecanismos adquiriram faz parte de um processo histórico que envolve também a postura de países e blocos econômicos³⁵ diante dos riscos crescentes envolvendo produção agrícola, meio ambiente, biotecnologias e entre outros elementos. A título de menção, “a União Europeia, por exemplo, tem realizado um trabalho, desde a década de 1990, sobre ingredientes ativos dos produtos agroquímicos registrados para frutas e está retirando do mercado grande parte desses ativos” (MAPA, 2007, p. 92). Essa circunstância serve como ilustração de dois aspectos: o primeiro diz respeito ao envolvimento de Estados e corporações no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização, envolvendo a produção de alimentos; o segundo refere-se à influência que esses mecanismos de controle exercem sobre o segmento econômico que abrange a produção e comercialização de insumos e defensivos químicos. No caso da manga, da uva e de outras frutas, é requerida aos produtores, a utilização apenas de agroquímicos registrados e aceitos

³⁵ O próprio *Codex Alimentarius*, citado anteriormente, é significativamente representativo da colaboração entre as nações visando à melhor regulação das práticas de produção e contingenciamento de riscos (BECK, 2010; GIDDENS, 1991) pertinentes à produção e circulação de alimentos em nível global.

pela legislação europeia, devendo os resíduos de defensivos presentes nos produtos exportados estarem de acordo com os limites permitidos pelos países importadores (MAPA, 2007).

Embora Estado e grandes corporações dialoguem na fixação das NTE's que orientam a produção de alimentos frescos, o século XXI vem apresentando a predominância dos dispositivos privados como os selos de certificação. Estes se fixaram como uma espécie de instância de controle de excelência, atuando com especificações que abrangem e extrapolam as requisições dos países, se tomadas isoladamente. Esses selos de certificação se estabeleceram no mercado como referências de BPA's, e a adoção de seus padrões por parte dos envolvidos na cadeia agroalimentar, ainda que se dê de maneira voluntária, se tornou ato compulsório àqueles que pretendem transitar livremente. É preciso que se destaque, porém, que esses selos são marcas comerciais de corporações particulares, sendo visíveis, antes de tudo, entre as empresas. Enquanto normas "*pre-farm-gate*" garantem a qualidade e segurança de todo o processo produtivo até a saída das *packing houses*, no caso da manga (VITAL; CRISOSTOMO, 2015, p. 6).

As atividades produtivas, realizadas no âmbito das *packing houses*, são cruciais para a existência e manutenção das exportações, chegando ao ponto de certos pesquisadores de áreas técnicas afins à cultura da manga, como o é o caso de Souza et al. (2002, p. 25) destacarem a quantidade destas instalações especializadas como indicador que reflete a "importância da região no cultivo da manga de exportação". Para se ter uma ideia, no ano de 2002, por exemplo, "das 19 estruturas instaladas no país com capacidade de beneficiar a manga, 16 estão (estavam) em operação no submédio do Vale do São Francisco" (SOUZA et al., 2002, p. 25). Conforme indicado pelo Informante S6, consultor técnico que atua na região do VSF, na área de qualidade de produção da manga, atualmente existem em mais de vinte e cinco estruturas de *packing house* no VSF beneficiando a manga de exportação, assim como a produção destinada ao mercado interno.

Embora o número dessas estruturas possa indicar o potencial produtivo, e em menor grau, o nível de desenvolvimento técnico de determinada região produtora de mangas, ele pouco diz se tomado isoladamente. As *packing houses* estão associadas a elementos e atributos de natureza qualitativa pertinentes ao produto final, e neste sentido, tanto importa a capacidade de produção desses estabelecimentos como o modelo de organização e adequação da produção com vistas ao atendimento dos requisitos, especificações e padrões requeridos pelos mercados importadores. Estes espaços de produção se revestem de mais importância quando observamos que são neles em que a maior parte dos trabalhadores da manga realiza

suas atividades e fazem com que esse produto do VSF cruze os mares e chegue a distantes consumidores. Um dos recortes sociológicos possíveis de serem investigados, no segmento econômico-produtivo da manga de exportação, é justamente em torno das características e peculiaridades que envolvem o trabalho de beneficiamento pós-colheita dessa fruta fresca de exportação, especificamente no que diz respeito às condições e características do trabalho ali desenvolvido.

Questionamos, ao longo da pesquisa que deu origem a esta tese, em que medida as chamadas exigências produtivas, difundidas e requeridas para a participação nos mercados reverbera mudanças nas condições de trabalho de homens e mulheres que atuam nas *packing houses*. Reveladas e congregadas não apenas nas certificações exigidas pelos mercados globais, mas também em protocolos e especificações extras apresentados por importadores específicos, essa gama de especificações promoveram estruturas e reestruturações que afetam o cotidiano dos trabalhadores. Essas influências que agem sobre a rotina das práticas de trabalho de embaladores, descarregadores, operadores de câmaras frias, etc., se apresentando como reverberações dos movimentos promovidos pela globalização dos alimentos.

A globalização se realiza em processos sociais, não sendo cabível imaginá-la como uma instância transcendente às relações entre agentes individuais e coletivos (GIDDENS, 1991). Por mais que as cadeias que compõem os sistemas agroalimentares negociem e comuniquem, segundo padrões e lógicas globalmente difundidos, a produção de alimentos não está desconectada de uma espacialidade, ainda que ali operem sentidos, lógicas e interesses não propriamente locais. Parte integrante de cadeias imersas em graus variados no mesmo processo de globalização, as localidades, territórios e regiões se conectam e inter-relacionam, criando e recriando desigualdades (SOUZA, 1998). Em última instância, são os atores diversos e os capitais locais, nacionais e transnacionais que, atuando segundo tendências de mercado e sendo influenciados por mecanismos globais de controle e legitimação, produzem as mangas e uvas do VSF no Nordeste brasileiro (CAVALCANTI, 1999), as maçãs do Alto Valle do Rio Negro na Patagônia Argentina (BENDINI, 1999), os tomates da região mexicana de Sinaloa (LARA FLORES, 1998), as bananas da província equatoriana de Guaya (VALLE, 2004) e tantos outros produtos dos sistemas agroalimentares que rompem o globo em fluxos incessantes.

3.2.1 Os selos de certificação: entre o controle e comunicação simbólica

No contexto atual dos sistemas agroalimentares, em especial no contexto das frutas, verduras e legumes frescos, as certificações ocupam uma posição de destaque, cumprindo funções essenciais à manutenção e reprodução das relações entre atores e agentes tal como dispostas. Sob esta perspectiva, atua tanto como instrumento de controle, orientando padrões e regulando procedimentos de produção, quanto como mecanismo de comunicação, na exata medida em que simboliza produtos, empresas e atores com atributos especiais. Os selos de certificações congregam e transmitem informações aos atores e agentes diversos que se relacionam nos mercados globais, nos quais circulam os produtos frescos. Cumprem uma função simbólica quando autorizam e chancelam a participação de empresas nos circuitos de negociação ou ao diferenciar e qualificar produtos. De outro modo, funcionam como ferramenta de controle, quando se efetivam em fiscalização e auditoria de processos produtivos ou checagem de procedimentos, prevendo ajustes, correções e mesmo sanções àqueles que não estejam em conformidade.

No que pesa esta função comunicativa, os selos de certificação em muito se assemelham com um mecanismo que contrai tempo e espaço, permitindo uma síntese de significados capaz de ser entendida sobre diversos contextos. Se pudéssemos deslocar abstratamente as instâncias global e local para melhor compreender a circulação dos significados permitida pelos selos, notaríamos que eles atuam lá e cá. Envolvem em nível local uma série de requisitos a serem atendidos em prol do acesso aos mercados globais, quer esse local seja o VSF no Nordeste do Brasil ou o Vale do Rio Negro na Argentina, quer se reporte às maçãs produzidas pelo Chile ou à Banana exportada pelo Equador. Globalmente, dizem respeito a empresas e produtos autorizados a circularem nos circuitos, a padrões diversos de qualidade atendidos, a compromissos sociais e ambientais satisfeitos.

Quanto a esse aspecto de mediação comunicativa, os selos de certificação assemelham-se àquilo que Giddens (1991, p. 30) denomina como “fichas simbólicas”, um mecanismo que promove a congregação de significados, os quais podem ser articulados nas relações sem a prerrogativa de um vínculo local imediato para que os sentidos sejam entendidos. Neste contexto, o conceito de “desencaixe” é significativo para compreensão de relações específicas na modernidade, pois, juntamente com “separação do tempo e do espaço” e a “ordenação e reordenação reflexiva”, é parte responsável pelo dinamismo intrínseco à natureza das relações modernas. O desencaixe diz respeito, portanto, “ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões

indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 28-29), sendo determinante na formação dos suportes relacionais dominantes em várias instâncias da economia globalizada, a exemplo dos mercados específicos. É por meio deste fenômeno, por exemplo, que certas práticas e veículos sociais de interação/mediação tornam-se linguagens universais, desconectadas de contextos particulares restritivos.

Dois grandes mecanismos são responsáveis pelos processos de desencaixe, as “fichas simbólicas” e os “sistemas peritos”, cada um atuando com elementos específicos, mas igualmente acionando a dimensão da confiança (GIDDENS, 1991, p. 29). O primeiro deles se configura como meios de intercâmbio e legitimação descolados de conjunturas particulares, sendo, portanto, mediadores de comunicação/relação entre sujeitos, coisas e instituições. O dinheiro seria uma forma típico-ideal representativa da significância das fichas simbólicas na modernidade, responsável pelo desencaixe e virtualização de relações econômicas. Embora tratando em termos bastante distintos, Marx (1982, p. 83) já havia feito menção à condição fantasmagórica presente no sistema econômico capitalista, por meio da qual a relação entre coisas sobrepuja e reduz a significância das relações entre homens, ao menos no nível operacional do sistema³⁶. O que Giddens (1991) pretende destacar com a ideia de fichas simbólicas, por sua vez, é a condição cada vez mais difundida na modernidade, em que as relações e interações passam a ser mediadas por mecanismos universais sem raízes contextuais, possuidores e transmissores de linguagens e lógicas globalizadas.

Os sistemas peritos, por sua vez, correspondem a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”, e são igualmente portadores de lógicas e sentidos dissociados de uma localização imediata (GIDDENS, 1991, p. 35). Conformando a estabilidade de muitas relações sociais, estes sistemas se ancoram no conhecimento técnico e na perícia, perpassando inúmeras instâncias da sociabilidade moderna. A técnica, o conhecimento científico e a perícia formam o substrato desses sistemas que se estabelecem na modernidade, enquanto ancoradouros de confiança. Esses sistemas, assim como as fichas simbólicas, fornecem “garantias de expectativas através de tempo-espaço distanciados”, estendendo e dilatando

³⁶ Ao tratar especificamente do dinheiro, Marx (1982, p. 84) afirma: “As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social [...] É porém essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência”. Ao que parece, portanto, essa condição dissimuladora do dinheiro estaria na base de sua existência no mundo moderno enquanto ficha simbólica que dissolve, no nível aparente e operacional do sistema capitalista, as relações contraditórias entre atores devidamente localizados em contextos e condições particulares.

sistemas sociais através da impessoalidade da técnica e dos seus significantes universais/globais (GIDDENS, 1991, p. 36).

Essa reflexão nos parece ser uma chave compreensiva possível de apreender *parte* do sentido dos selos de certificação que operam nas cadeias agroalimentares. Esse segmento da economia tem aperfeiçoado os seus mecanismos de controle e as regras por meio das quais esses se efetivam, em um processo cuja difusão e alcance são inquestionáveis. Sob esta linha de pensamento, seria possível sugerir que o *Codex alimentarius*, o estabelecimento de consensos e entendimentos globais acerca das BPA's, bem como as exigências de modelos produtivos dotados de sofisticada capacidade rastreabilidade, são partes componentes daquilo que entendemos ser uma espécie de *sistema perito das cadeias agroalimentares*. Possuem a disposição de influenciar as realidades locais de produtores e consumidores, contudo, operam em um nível deslocado desses espaços pontuais, na exata condição em que representam padrões e meios de comunicação das relações que se estabelecem e reestabelecem nas referidas cadeias de forma global.

Desta forma, as conexões entre regiões, atores e interesses que as cadeias agroalimentares concretizam se tornam possíveis pela existência desse sistema perito específico, o qual é responsável pela publicização e validação das linguagens e lógicas necessárias para a realização de qualquer fluxo nessas cadeias. Segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, uso racional de defensivos são ideias e concepções que conectam peritos e não peritos, nesse *complexo regulatório* que fixa padrões, estabelece e reprova condutas produtivas e cria os nexos necessários de “confiança”, para que os atores e agentes se relacionem nas cadeias agroalimentares. Afinando esta percepção com a arquitetura teórica de Giddens (1991, p. 24, grifo do autor), faz sentido destacar que “todos os mecanismos de desencaixe, tanto as fichas simbólicas como os sistemas peritos, dependem da *confiança*. [...] A confiança está aqui revestida de capacidades não individuais, mas abstratas”.

Operando em ambientes de risco, onde se faz possível a existência de patamares distintos de segurança (GIDDENS, 1991), dentro do entendimento sugerido, a dimensão da confiança tange à competência/credibilidade do sistema, levando em conta resultados e eventos anteriores, tendo como fundamento os princípios abstratos do conhecimento técnico. A perícia enquanto domínio técnico é uma alçada acessada por atores específicos das cadeias agroalimentares, os quais atuam a partir da estrutura estabelecida, em torno da qual a posse do conhecimento técnico lhes é permitida, reforçando e reproduzindo os princípios do sistema. Na arquitetura teórica discutida, “o momento da produção da ação é também um momento de reprodução nos contextos do desempenho cotidiano da vida social [...]” (GIDDENS, 2009, p.

31), no qual os atores simultaneamente acionam e reproduzem as formas estabelecidas de conhecimento, relações e significados.

Imaginando toda a gama de atores e papéis existentes numa esfera tão extensa como o sistema agroalimentar, as relações são estabelecidas, segundo parâmetros que tornariam possíveis a confiança entre os relacionantes. Considerando, todavia, que esses inumeráveis atores possuem informações e conhecimento peritos variáveis, a depender da posição e do papel que ocupam no conjunto das relações permitidas a um segmento com esse porte. Sob esta perspectiva, é possível presumir que o consumidor final de uma manga produzida no VSF e exportada para a Holanda, por exemplo, detém menos informações técnicas (conhecimento perito) que um técnico responsável (perito) pela certificação do selo GlobalG.A.P.. Contudo, ainda que em um nível menos denso e profundo, este mesmo consumidor partilha de conceitos, ideias, símbolos e sentidos que são comuns a quase a totalidade daqueles que se relacionam nas cadeias agroalimentares.

As diversas formas de controle manifestas no processo produtivo passam a figurar como componente necessário à segurança dos fluxos existentes nessas cadeias. Como enfatiza Giddens, (1991, p. 29), “a confiança está, portanto envolvida de uma maneira fundamental com as instituições da modernidade. A confiança está aqui revestida de capacidades não individuais, mas abstratas”. Os sistemas peritos, igualmente às fichas simbólicas, dependem e ao mesmo tempo fomentam a confiança. No nível da efetiva relação entre atores, produtos, e instituições, a confiança que se estabelece com e por meio dos sistemas peritos é o que permite a existência de cadeias agroalimentares globais. Dos fornecedores ao consumidor final caracteristicamente específico dos mercados globais, imaginando os diversos elos intermediários possíveis nos circuitos das frutas frescas de alto padrão de qualidade, como as mangas do VSF, a confiança é um elemento de grande importância, na medida em que favorece a estabilidade das relações e subsequente reincidência.

No domínio da modernidade, e mais especificamente no seu instante reflexivo, a confiança está intrinsecamente relacionada com estilos de vida (BECK, 2012; GIDDENS; LASH; BECK, 2012). A partir desta leitura, seria um elemento de partilha capaz de identificar os sujeitos em grupos de comportamento similar, sobretudo quando as ações são realizadas no âmbito de sistemas abstratos (sistemas peritos) específicos.

O mais importante de tudo é que a confiança, nos sistemas abstratos está ligada a padrões de estilo de vida coletivos, eles próprios sujeitos a mudança. [...] Nas sociedades modernas as escolhas de estilos de vida são ao mesmo tempo constitutivas da vida cotidiana e ligadas a sistemas abstratos (GIDDENS, 2012, p. 140).

No contexto da reflexão aqui desenvolvida, essa ideia permite-nos relacioná-la especialmente com a constituição dos consumidores que acessam mercados específicos, onde itens como as mangas do VSF são negociadas. Atores que dividem percepções mais ou menos similares acerca de elementos como segurança alimentar, impacto ambiental, trabalho digno empregado no processo produtivo e outros significados valorativos agregados ao produto e à sua produção. Estes significados, embora representem, em muitos casos, padrões éticos difundidos e trabalhados com interesses predominantemente monetários (FREIDBERG, 2003; HUGS, 2006), ainda assim fazem parte do arsenal de informações levadas em conta na escolha de aquisição dos consumidores.

Em meio a esse panorama, os selos de certificação cumprem papel importante na mediação de relações e fluxos confiáveis dentro das cadeias agroalimentares. Funcionariam, pois, como fichas simbólicas atestando e comprovando a legitimidade de produtos e empresas para participarem nas relações e nos circuitos de importação e exportação de alimentos. No caso da cadeia de frutas *in natura*, esses selos têm se tornado notoriamente decisivos, pois criaram proteções e estabeleceram padrões que, em certa medida, limitam a participação de interessados, formando uma arena, na qual somente competidores autorizados podem atuar. Os procedimentos burocráticos de exportação nos países já se mostram complexos e inacessíveis a muitos atores uma vez que envolvem custos e tempo deveras elevados. Ainda assim, esses procedimentos de controle e alfândega dos Estados-nações, no caso da fruticultura estão em um patamar inferior, no que tange a rigores e NTE's, se comparados com os selos de certificações mais difundidos nesse segmento.

Um contexto, no qual possuir selos como GlobalG.A.P. e TN, no caso de uma empresa produtoras de mangas do VSF que atua na exportação, é muito mais importante e simbolicamente significativo que estar ajustado e registrado no âmbito da política nacional do PIF. Vale ressaltar um aspecto emblemático da contundência dos selos de certificação enquanto fichas simbólicas, a saber, o fato desses mecanismos de autorização se sobressaírem frente aos instrumentos regulatórios de nível nacional. Como se aperfeiçoaram em uma condição abstrata e formal superior, congregando em normas, regras e protocolos, especificações técnicas dos maiores consumidores, os países desenvolvidos, os selos de certificação acabam minimizando os aparatos locais. Quando não, o utilizam como aparelhos intermediários de controle que facilitam e orientam produtores interessados a comercializarem nos circuitos restritos em que esses selos se fazem linguagem obrigatória. Como destaca

Cavalcanti (2015, p. 73), “labels are created and certification standards are established to express the legitimacy of the sources and institutions involved”.

Entendemos que a propositura de compreensão dos selos de certificação como fichas simbólicas não deve significar o negligenciamento das relações de poder que se estabelecem entre os atores e agentes econômicos envolvidos no âmbito do sistema agroalimentar. Destacar esta possibilidade de apreensão teórica implica também em considerar, para todos os fins, que estas certificações privadas se estabeleceram na cadeia dos alimentos frescos como mecanismos *hegemônicos* de comunicação e transmissão de lógicas e padrões, regulando e orientando processos de produção, beneficiamento, circulação (logística) e comercialização. O domínio das certificações privadas nesse segmento econômico tem como base as relações de poder e influência que dispõem atores e agentes em patamares distintos no que pesa à capacidade de interferência e primazia de seus interesses. Se estes instrumentos se constituem dominantes nos circuitos e fluxos da cadeia dos alimentos frescos é porque nesse âmbito, também, se fazem preferenciais os ideais e interesses dos agentes e/ou atores que as impõem como prerrogativa para acesso aos mercados.

As relações de poder que se efetivam, nos mercados globais, são partes constituintes do sistema agroalimentar, dizem respeito a disposições assimétricas de forças e à capacidade de fazer prevalecer certos interesses econômicos em detrimento de outros (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011). Sem desprezar esta evidência, ao suscitar a possibilidade de compreender os selos de certificação como fichas simbólicas, não ignoramos as discrepâncias de poder inerentes ao sistema agroalimentar em sua forma atual, nem tampouco a dimensão dos confrontos de interesse que subjaz ao estabelecimento de específicos padrões. Ao propor essa percepção, intencionamos pontualmente sublinhar o papel desempenhado por esses mecanismos no nível operacional do sistema agroalimentar, em especial no segmento dos alimentos frescos, como ferramentas que atuam na regulação e controle, assegurando e difundindo padrões e lógicas de intermediação/comunicação que se fixaram dominantes.

Quando dispõe sobre os aspectos constituintes da modernidade e das estruturas essenciais que a compõem, a exemplo dos sistemas peritos e das fichas simbólicas, Giddens (1991) faz questão de destacar a emergência e de uma nova relação que se forma entre poder e informação. As estruturas administrativas, como um todo, quer sejam públicas ou privadas, passam a organizar rotinas, procedimentos e instituir relações com base em uma condição singular de armazenamento e processamento das informações que lhes são disponibilizadas, e tantas outras que são incorporadas de maneira crescente. Esse movimento que conforma novos sistemas de poder foi subsidiado historicamente pelo desenvolvimento das formas de

armazenamento da informação aperfeiçoadas em capacidade e eficácia (GIDDENS; PIERSON 2000), tendo ganhado recentemente contornos mais incisivos com as tecnologias comunicacionais (CASTELLS, 1999a). Sob esta perspectiva, o capitalismo enquanto ordem econômica, e os segmentos que o constituem são diretamente influenciados por esse padrão moderno de associação entre poder e informação. Estendendo a interpretação, tanto em termos gerais, quanto no que se refere a sistemas específicos, as operações, processos e relações levadas à frente pela ordem econômica capitalista correspondem sempre em algum grau, à posse e gerenciamento de informações.

As fichas simbólicas, igualmente aos sistemas peritos são domínios, nos quais se estabelecem a posse, a gerência e a difusão de informações. No contexto da reflexão que ensejamos, funcionaríamos, pois, em consonância com três³⁷ de suas dimensões institucionais no escopo da modernidade, a saber: o *capitalismo* enquanto ordem econômica; a *vigilância* que se exerce através dos sistemas de informação, os quais, por sua vez, subsidiam a constituição dos novos sistemas de poder administrativo; e o *industrialismo* enquanto base tecnológica (GIDDENS, 1991, p. 65). Neste raciocínio, os selos de certificação, enquanto mecanismos de comunicação e intermediação atuantes no nível operacional dos sistemas agroalimentares, congregam e sintetizam disposições de significados particulares, por meio dos quais as relações nesses sistemas se estabelecem e se reproduzem. Um movimento que reflete simultaneamente a articulação dessas três dimensões ao passo que: ratifica a ordem econômica instituída do capitalismo; ativa a regulação fiscalizadora com referência aos princípios da vigilância; e também fomenta a base tecnológica e organizacional, por meio da qual o industrialismo orienta a produção e as forças nele envolvidas.

Mas como sugerimos no início desta reflexão, cabe aos selos de certificação não apenas uma função comunicativa de intermediação de significados e sentidos, a qual apresenta pontualmente sobre o suporte conceitual das fichas simbólicas. A regulação, isto é, o controle, também é uma dos papéis desempenhados por este mecanismo nos sistemas agroalimentares, o qual passa a ser mais visível, quando entendemos o sentido da articulação que esses instrumentos promovem em torno das dimensões institucionais da modernidade, como dito acima. Uma articulação que promove o domínio de certos padrões e interesses afins com determinados atores e agentes atuantes nessa seara.

³⁷ O poder militar, como o “controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra” (GIDDENS, 1991, p. 65) é a quarta dimensão institucional da modernidade. Aqui interessa-nos particularmente o diálogo em torno das outras três dimensões já destacadas.

Assim, no que tange à função de controle, os selos de certificação congregam padrões e lógicas que se apresentam imperativamente a produtores/fornecedores destacando e corroborando as assimetrias existentes na cadeia que envolve a produção e comércio global frutas frescas. Os sistemas agroalimentares contemporâneos, portanto, se estruturam em relações e negociações, nas quais aos fornecedores se apresentam pouca margem de autonomia decisiva quanto aos produtos (tipos e padrões) ofertados nos mercados. O desequilíbrio nas relações de poder que se estabelecem entre atores e agentes do sistema agroalimentar de produtos frescos possui condicionantes específicos. Um campo de investigação que possui contribuições dos estudos que abordam as *Global Value Chains*³⁸, os quais trazem apontamentos significativos para compreensão da disposição de poder nas cadeias de alimentos frescos. A apropriação de algumas das discussões desta literatura parece-nos um caminho interessante para destacar as intencionalidades e poderes que estão em jogo no estabelecimento de determinadas relações e padrões simbolicamente representados na hegemonia dos selos de certificação privados.

De acordo com Dolan e Humphrey (2000), as redes varejistas dos países desenvolvidos concentram decisivamente mais poder, em virtude de fatores como a ligação direta com os consumidores finais e possibilidade de escolher os fornecedores em meio a um conjunto vasto de ofertantes. Circunstâncias que acabam por concentrar o poder decisório sobre a maioria dos aspectos que envolvem a produção, o transporte e a recepção do produto entre os *supermarkets*, os quais orientam tais etapas e processos segundo seus próprios interesses. No caso da cadeia global de valor que incorpora a manga do VSF, se estabelece um cenário cujas disposições de poder “[...] permite que os compradores europeus determinem condições de compra, padrões de produção e características organolépticas do produto adquirido” (GOULART, 2011, p. 29). Uma configuração, na qual as redes varejistas acabam se firmando como os principais *main drivers* nas cadeias de alimentos frescos. A atuação dos jogadores (*players*) envolvidos nesse segmento do sistema agroalimentar é pragmática.

³⁸ O ambiente teórico de discussão que se estabelece a partir da investigação das *Global Value Chains* é extenso e diverso quanto às abordagens. É possível apontar como eixos de maior expressividade neste cenário: os estudos franceses que partem da concepção econômica de *fillière*, utilizada atualmente de forma mais ampla que a proposta inicial da década de 1970, tem sido empregada para designar sistema de agentes que se relacionam produzindo e distribuindo bens e serviços (GOULART; SANTANA; MOURINHO, 2013); e as investigações que partem da ideia de *Global Commodity Chains*, as quais segundo Henderson et al. (2011) agregam importantes elementos na formação de um arcabouço teórico das transformações globais a partir da nova divisão internacional do trabalho. No desenvolvimento subsequente do raciocínio discutiremos com alguns pensadores afins a este segundo eixo.

Atentos a esta característica do padrão europeu de consumo de frutas, *players* transformam esta tendência em estratégia de mercado. As certificações desenvolvidas pelos importadores europeus, fruto dessa consciência da população consumidora, nada mais são do que formas de padronizar os modelos de produção agropecuária dos países exportadores, de forma a se adequarem aos padrões julgados aceitáveis para o consumo de produtos agroalimentares na União Europeia. Assim, as empresas atendem aos anseios da sociedade europeia, ao mesmo tempo que agregam valor ao produto e uniformizam o processo produtivo e as especificações técnicas (GOULART; SANTANA; MOURINHO, 2013, p. 508).

Merece ser sublinhado, todavia, o fato de que esta posição ocupada por tais atores nos mercados globais, diz respeito a processos históricos que atuaram significativamente na constituição dessa realidade, cuja evidência contemporânea corresponde ao êxito dessas dinâmicas. Nesta linha, o fim das barreiras restritivas com o pós-guerra, e o predomínio crescente de tendências e arranjos econômicos menos regulados, pautados pelo livre estabelecimento de preços orientado na relação oferta/demanda são alguns dos movimentos primários que contribuíram para a emergência de um setor varejista extremamente forte e competitivo (WILKINSON, 2002). A partir dos anos 1970, as políticas neoliberais de desregulamentação econômica e a postura menos intervencionista dos Estados (BONANNO, 1994) apresentam-se favoráveis a tal segmento, de modo que, no último quartel desse século, presenciamos uma troca de posições na cadeia de suprimentos de alimentos em termos de governança (DOLAN; HUMPHREY, 2000).

Poderíamos dizer que o conceito de governança emerge nessa esfera de debate na tentativa de apreender o modo como o estabelecimento e a fixação de padrões e parâmetros produtivos se constituem nas cadeias de produção, distribuição e comercialização de itens de valor agregado. Em Humphrey e Schmitz (2001) é possível notar um destaque na constituição das relações entre as empresas que atuam de forma distinta na cadeia (fornecedoras, prestadoras de serviços à jusante e à montante, empresas, logísticas, importadoras, entre outras), levando à concentração de poder em determinado grupo de empresas. Trabalhando a partir do conceito de *Global Commodity Chains*, Gereffi (1999) e Gereffi et al. (2001) discutem a ideia de governança como uma espécie de processo de coordenação não-mercadológica de segmentos específicos da economia, em que determinadas empresas acumulam poder, interesse e disposição suficientes para influenciar os sistemas de produção. Para Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005, p. 85), alguns fatores³⁹ se apresentam decisivos à

³⁹ Tais fatores seriam “A. the *complexity* of information and knowledge transfer required to sustain a particular transaction, particularly with respect to product and process specifications; B. the extent to which this information and knowledge can be *codified* and, therefore, transmitted efficiently and without transaction-specific investment between the parties to the transaction; and C. the *capabilities* of actual and potential

construção de uma “theory of value chain governance”, na qual a combinação destes gerariam arquétipos específicos de governança. Apropriando o que realmente importa desse debate à discussão que aqui desenvolvemos, o fato é que, na fase atual dos sistemas agroalimentares, pensando o desenvolvimento da cadeia de alimentos frescos e a expansão das negociações desses itens em nível global, as definições em torno da produção encontram-se cada vez mais concentradas no lado dos compradores. Situação que se configura, segundo assimetrias significativas (na posse de informações e no contato direto com o consumidor final, por exemplo), bem como em face das situações de mercado onde a oferta é vasta, o que tende a fragilizar os fornecedores nas relações com os grandes compradores.

Utilizando as indicações de Gereffi (1994)⁴⁰, é possível compreender esse movimento como um reposicionamento da órbita de coordenação dos processos produtivos neste segmento econômico particular, em que os maiores compradores globais (redes varejistas dos países desenvolvidos) passam a atuar explicitamente na conformação de cadeias de suprimento e distribuição que superam a dispersão espacial por meio de eficientes redes integradas. Diga-se de passagem, algo possível no panorama da nova economia global de redes caracteristicamente marcada por aspectos como a hipermobilidade do capital, avanço e integração das tecnologias da informação à gestão da produção, imediatismo comunicacional, flexibilização produtiva e integração horizontal (CASTELLS, 1999a). Em síntese, foram transformações as quais, de acordo com Lawrence e Burch (2005, p. 1, grifo dos autores), “manufacturer ‘push’ gave way to retailer ‘pull’ as the retail sector came to displace the manufacturing sector in the organization and management of the agri-food supply chain of the ‘advanced’ industrialized countries”.

Seguindo esta linha de pensamento, as grandes redes varejistas da Europa e dos Estados Unidos, aliadas às importadoras atacadistas, assumem o protagonismo na governança das cadeias globais de valor que envolvem os alimentos frescos, gozando de poder e capacidade de influência suficiente para fazer prevalecer ao longo da cadeia definições representativas de seus interesses (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005). As certificações que são difundidas nos mercados globais congregam *food grades and*

suppliers in relation to the requirements of the transaction” (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005, p. 85, grifo dos autores).

⁴⁰ Considerando a existência de dois grandes tipos básicos de cadeias produtivas de valor, Gereffi (1994) as distingue da seguinte forma: as chamadas “*producer-driven chains*” se reportam à produção de itens por indústrias de capital e de tecnologia intensiva, em que, *grosso modo*, o poder decisório na cadeia é exercido preferencialmente por empresas detentoras das tecnologias e instalações produtivas; enquanto que nas “*buyer-driven chains*” as redes varejistas marcadamente assumem a capacidade de decisão e influência sobre consumidores e fornecedores. A compreensão que sugerimos, com base nesse autor, supõe os movimentos de transformação que envolvem a cadeia de alimentos frescos, que se enquadra no segundo tipo descrito.

*standards*⁴¹ (REARDON; FARINA, 2002) que se fazem dominantes a partir do poder e influência que essas redes possuem na cadeia como um todo. Embora se apresentem aos consumidores como formas instituídas nas cadeias agroalimentares a fim de preservar a qualidade e a segurança dos mesmos, sob a prerrogativa de que facilitam a informação sobre os processos de produção e contribuem para melhores decisões de aquisição, as certificações trazem consigo a marca de atores dominantes na cadeia. Acerca dessas certificações privadas, é oportuno lembrar ainda que “they tend to be formulated and imposed by buyers (retailers and processors), and are key to their cost control and reputation with consumers, thus overall competitiveness” (REARDON; FARINA, 2002, p. 420-421).

Os selos de certificação fazem prevalecer padrões e normas que se afinam com princípios e ideais como segurança alimentar e produção sustentável, e a outros tantos que possam surgir como valores discursivamente preconizados pelos consumidores e até mesmo pelas esferas governamentais. Contudo, também fazem recair sobre os fornecedores muitos outros requisitos que mais têm a ver com a definição de um padrão de excelência estética inatingível para muitos produtores. Àqueles que conseguem alcançar esses patamares produtivos é permitida a participação nos mercados globais, enquanto os demais são impedidos de negociar nesses circuitos; trata-se, pois, de um processo de seleção que classifica, autoriza e desautoriza a participação de fornecedores. Todos os atributos estéticos alcançados pelos fornecedores, quando do cumprimento aos padrões estabelecidos, são meticulosamente agregados pelos *supermarkets* na diferenciação qualitativa dos itens e, por conseguinte, no valor final dos produtos no contato direto com os consumidores finais.

Em verdade, a proximidade e o contato direto que os varejistas estabelecem com os consumidores finais, impossível de ser realizada com a mesma eficiência e instantaneidade por produtores fornecedores do VSF, é um dos desequilíbrios da cadeia global de valor que envolve o nicho econômico das mangas comercializadas *in natura* (GOULART, 2011). No escopo dos mercados, a posse de informação e o domínio do conhecimento são formas de obter melhores resultados em ações estratégicas, ampliar a capacidade de ganho e/ou influência e de se fazer perpetuar o poder. Observando o poderio que as grandes redes de supermercados que atuam no Reino Unido possuem na modelação produtiva dos itens hortícolas importados de países africanos, Dolan e Humphey (2000), assim como Freidberg

⁴¹ Na concepção de Reardon e Farina (2002, p. 414), “G&S (food grades and standards) is a collection of technical specifications, terms, definitions, and principles of classification and labeling. [...] G&S pertain to: (1) quality (e.g., appearance, cleanliness, taste); (2) safety (e.g., pesticide or artificial hormone residue, microbial presence); (3) “authenticity” (guarantee of geographical origin or use of a traditional process); and (4) “goodness of the production process” (e.g., with respect to worker health and safety, or to environmental contamination)

(2003), destacam que a governança dessas cadeias se faz mediante a aplicação de rígidos instrumentos de controle e regulação da produção aos fornecedores.

Os padrões estabelecidos em certificações privadas, em verdade, “facilitate that by communicating and reassuring consumers regarding safety and quality, and by identifying differences in products and gradations in quality of a given product” (REARDON; FARINA, 2002, p. 16). Assim, esses selos ganham maior relevância ao passo que conseguem aglutinar e transmitir com eficiência um conjunto coerente e harmônico de princípios que vão desde a segurança alimentar até o comércio justo, passando pela preocupação com os danos ambientais e com o trabalho socialmente correto empregado na produção. Goulart (2011, p. 113) sugere que “a demanda por produtos com o selo [GlobalG.A.P.] apresenta motivações que extrapolam os limites da pura exigência do consumidor final”, compreendendo também estratégias de *marketing* das redes varejistas.

Direcionando nosso olhar à realidade da atuação dos selos de certificação na região do VSF, no que reporta às mangas de exportação, é possível ver que a atuação destes mecanismos às vezes ocorre associada a outros procedimentos regulatórios, principalmente na remessa da produção para mercados específicos. Algo que poderíamos entender como processos de regulação combinada dentro dos sistemas agroalimentares, nos quais a fiscalização ocorre tanto pelo importador (na esfera das transações privadas) quanto por agentes instituídos pelo país (atuação do Estado na esfera defesa pública) de destino dos frutos. No que se refere aos Estados Unidos, por exemplo, além dos selos de certificações comerciais exigem-se também inspeções pré-embarque e no destino final, realizadas por um fiscal próprio do USDA (*United States Department of Agriculture*). Esse fiscal é custeado por cada exportador do VSF, sendo o mesmo responsável pela concessão do selo APHIS (*Animal and Plant Health Inspection Service*), uma certificação que congrega diversas regulamentações sanitárias e fitossanitárias, variando de acordo com o produto agropecuário importado (CINTRA; VITTI; BOTEON, 2003). Para alcançar estas exigências, a manga destinada aos Estados Unidos necessita de um tratamento pós-colheita específico, a saber, o tratamento hidrotérmico, no qual a fruta passa por uma espécie de cozimento brando e, em seguida, é levada para uma área completamente telada, evitando a passagem de quaisquer insetos. Este tratamento particular é também aplicado às mangas que se destinam ao Japão e ao Chile, os quais também requisitam tal procedimento no controle da “mosca da fruta” (FILGUEIRAS et al., 2000a).

No que pesa à exportação para os países do continente europeu, além do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO exigia-se também dos exportadores de manga do VSF o selo

EurepGap que começou a ser requisitado no final do século XX, tendo sido criado pelo *Euro Retailer Produce Working Group* que congregava grandes redes varejistas da União Europeia. Para Cintra, Vitti e Boteon (2003, p. 4), o referido selo correspondia a pré-requisitos e especificações, envolvendo aspectos que vão desde a preservação do meio ambiente, até segurança e direito dos trabalhadores envolvidos no processo de produção e manejo da fruta exportada. Esse mesmo selo requer fiscalizações e verificações independentes que são realizadas por técnicos devidamente especializados e identificados pelos importadores, sendo renovada periodicamente. Ao longo dos anos, essa certificação ganhou notoriedade e relevância, pois correspondia ao protocolo de especificações e exigências utilizadas pelo leque de importadores europeus, mudando de nome, em 2007, para GlobalG.A.P.⁴² e se tornando uma das mais importantes certificações mundiais acerca das BPA's.

Atualmente o protocolo da GlobalG.A.P. é o de maior representação em Petrolina por dar acesso da produção local a diversas redes retalhistas na Europa, Estados Unidos e Japão, que são os principais compradores do VSF. Até mesmo grupos no Brasil, como a rede de supermercados Pão de Açúcar, estão exigindo o selo [...] (ARAÚJO, G., 2011, p. 109).

Do surgimento até sua condição atual de reconhecimento global como um dos mais importantes selos de certificação, esse mecanismo de controle evolui em seus protocolos e especificações técnicas, tendo requerido igualmente a adaptação dos produtores aos novos critérios que eram estabelecidos. Em 2013, “foi adotada uma nova versão do referencial, a que se chamou Sistema Integrado de Garantia da Produção (*Integrated Farm Assurance Standard – IFA*)”, a qual aperfeiçoou e integrou diversos procedimentos, permitindo um mecanismo de auditoria com estrutura modular, capaz de ser aplicado aos mais variados produtos agrícolas em seus módulos gerais (VITAL; CRISISTOMO, 2015, p. 7). Esse selo de certificação é, notoriamente, difundido e aceito como chancela pelos mais distintos importadores europeus, uma verdadeira ficha simbólica no contexto das relações de mercado mediadas por esta “autorização” de livre fluxo global.

O GlobalG.A.P., enquanto um dos selos de certificação de maior expressividade, logo, exitoso em sua composição de princípios e ideais, acaba sendo utilizado por grandes redes varejistas da Europa e dos Estados Unidos, a exemplo das redes Aldi, Carrefour, Lidl, Tesco e Eroski (ARAÚJO, G., 2011). Os procedimentos burocráticos para a obtenção do selo de certificação são muitos e realizados em etapas distintas, as quais geram autorizações integrais ou parciais, permitindo a continuidade ou não do processo, até que se chegue à conclusão.

⁴² http://www.globalgap.org/uk_en/who-we-are/about-us/history/

Existem 3 tipos de pontos de controle que o produtor é obrigado a cumprir para obter a certificação GLOBALG.A.P.: Obrigações Maiores, Obrigações Menores e as Recomendações. As maiores são obrigatórias e têm que cumprir 100% dos pontos de controle aplicáveis. Os menores são obrigatórios e têm que cumprir 95% dos pontos de controle aplicáveis, para todos os âmbitos. As recomendações não têm estabelecida uma percentagem mínima de cumprimento, porém todos os pontos têm de serem inspecionadas nas auditorias internas, inspeções internas e inspeções externas. Um produtor que não cumpre os 100% dos pontos de controle Obrigações Maiores ou 95% dos pontos de controle Obrigações Menores num prazo de 28 dias, após uma inspeção inicial, entra no estado "não Conformidade em Aberto". Se a causa da advertência não estiver resolvida num prazo de três (3) meses, deve realizar uma inspeção completa antes de poder ser emitido um certificado. Agora, se não conseguir depois desse tempo, o Organismo de Certificação emite uma Carta de "Não Conformidade", desta forma o logotipo GLOBALG.A.P. não pode ser usado e o certificado não é emitido (VITAL; CRISOSTOMO, 2015, p. 10).

Uma das maiores cadeias de supermercados da Europa, a rede Tesco também possui um selo independente de grande penetração na cadeia da fruticultura. Considerando a expressividade desse grupo financeiro, que possui mais de duas mil lojas só no Reino Unido, estando presente e mais quatorze países na Europa e também fora do continente, é claro que logo a certificação exigida por essa rede acabou se tornando um dos selos mais difundido no mercado (ARAÚJO, G., 2011). O selo *Tesco Nurture*⁴³ começou a ser implantado no início da década de 1990, e objetivava monitorar o uso de produtos químicos em vegetais e verduras que eram vendidos na rede, requerendo padrões específicos aos produtores. As auditorias de certificação do selo TN ocorrem, assim como nos demais selos, anualmente. Este selo possui uma estrutura hierarquizada dos níveis de outorga do selo que, segundo G. Araújo (2011, p. 111), “devem ser conquistados em escala crescente para que o empreendimento agrícola mantenha convênio com a rede retalhista. Os selos representam a excelência do produto, e caso o produto não consiga subir no *status*, perderá o convênio com a Tesco”. Este tipo de estrutura ascendente de certificação, a qual exige a evolução do certificado entre os níveis existentes sob pena de restrições nas relações com a rede, compele a empresa exportadora a aprimorar seus aspectos produtivos de modo a alcançar o patamar máximo dessa certificação.

O uso racional de insumos químicos, a utilização de condutas de preservação (plano de conservação) da flora e fauna locais no entorno do empreendimento e a redução dos impactos ao meio ambiente com práticas adequadas de descarte de resíduos são alguns dos aspectos que entram no protocolo de BPA's requerido à certificação com o selo TN. Faz parte ainda do *check list* desta certificação um conjunto de medidas e rotinas a serem adotadas visando à manutenção e preservação da segurança e saúde dos trabalhadores, que inclui, por exemplo, a

⁴³ Concebido inicialmente como *Tesco Nature's Choice*. Informações em: <<http://www.tesco.com/nurture/>>, acesso em: 14 mar. 2016.

exigência de treinamento dos trabalhadores em cada função, a fim de que as ocorrências de acidente de trabalho sejam minimizadas ao máximo.

Existem ainda outras certificações e selos diversos que são requeridos das empresas produtoras de manga que desejam realizar negociações externas, se referindo a diversos aspectos de gestão produtiva, ambiental e social. Como exemplo, é possível destacar o selo ISO 14001⁴⁴ que trata de procedimento e condutas a serem adotadas visando o menor impacto ambiental da produção, assim como o selo SA 8000⁴⁵, cujo fundamento é requisição de práticas de gestão, socialmente responsáveis por parte do empreendimento produtivo. É possível destacar também, nessa mesma linha, o HACCP⁴⁶ (*Hazard Analysis and Critical Control Points*), que trata efetivamente da manipulação e processamento de alimentos exportados, funcionando, nesse sentido, como um apanhado de procedimentos e tratamentos que devem ser adotados pelas empresas, reduzindo as possibilidades, por exemplo, de contaminação das frutas e garantindo um manejo fitossanitário adequado desse alimento. Para Guedes, Sena e Toledo (2007) os aperfeiçoamentos e ajustes produtivos requisitados pelas certificações desempenharam, em linhas gerais, um papel importante no que diz respeito à melhoria da qualidade dos frutos exportados pelo Brasil. Um entendimento que também é compartilhado por G. Araújo (2011) quando pondera a mangicultura do VSF. Esse movimento de adequação aos protocolos e especificações dos selos de certificação implicou na modernização das práticas produtivas, racionalização e diminuição no uso de defensivos químicos, mas não apenas.

Diante do exposto, a sugestão em apreender, analiticamente, os selos de certificação como fichas simbólicas, teve como pressuposto a percepção de que “as estruturas de significação têm sempre de ser apreendidas em conexão com dominação e legitimação” (GIDDENS, 2009, p. 37). São essas relações de interesses e confronto de poder que direcionam a predominância de certas fichas simbólicas em detrimento de outras. A ideia de selos de certificação como ficha simbólica nos auxilia analiticamente de duas maneiras: em um primeiro movimento, ela congrega operacionalmente as funções essenciais destes mecanismos, regulatória e comunicativa; em um segundo movimento, facilita o entendimento de fluxos que se processam no sistema agroalimentar, articulando relacionalmente local e

⁴⁴ O selo ISO 14001 certifica as empresas quanto à gestão ambiental e o processo integral de certificação é burocrático sendo avaliado e concedido por organizações internacionais independentes.

⁴⁵ A certificação SA 8000 é baseada em um protocolo uniforme e passível de auditoria por uma terceira parte (empresas de certificação devidamente autorizadas), sendo um selo registrado pela *Social Accountability International*.

⁴⁶ De acordo com Cintra, Vitti e Boteon (2003, p. 5) “o HACCP foi instituído por agências como a do Serviço de Inspeção de Alimentos e Segurança do Departamento Norte-Americano de Agricultura e pela Administração de Alimentos e Drogas”, sendo utilizado em grande número de países como pré-requisito de importação.

global sob formas em que tempo-espaço são escalonados de modo variado. Acerca da reorganização tempo-espaço nas relações que envolvem a produção e circulação de itens agrícolas no contexto da globalização, Bonanno e Cavalcanti (2011) apontam para o fato de que a dinâmica crescente que abarca esses processos econômicos e sociais implica em uma observação cuidadosa de como tempo-espaço são acionados nas relações que articulam o local e o global.

Sob esta perspectiva, é importante frisar que os sistemas peritos e as fichas simbólicas promovem igualmente os desencaixes da modernidade (GIDDENS, 1991), isto é, removem das relações sociais seu caráter imediatamente contextual. Ambos os mecanismos, simultaneamente, pressupõem e promovem o distanciamento tempo-espaço. Neste sentido,

Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo "garantias" de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este "alongamento" de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma (GIDDENS, 1991, p. 31).

Tomando como orientação esse argumento, tanto os selos de certificação como outros mecanismos de controle e regulação que se estabelecem no sistema perito agroalimentar, operariam pela lógica da técnica, mas sofrendo também a ação reflexiva do meio social no qual atua (crítica pública). Através da inter-relação entre a técnica pura e a crítica pública, os principais sentidos e ideias (segurança alimentar, controle de pragas, redução de impactos ambientais, etc.) que legitimam os mecanismos citados se fazem minimamente comungados por peritos e leigos (não peritos). A utilização desse entendimento, no caso prático da cadeia de frutas frescas, nos permite visualizar as interações conflituosas e/ou contraditórias que possam emergir da contestação dos leigos acerca das lógicas e padrões que se fixam na cadeia. É razoável pensar que em uma seara em que os atores consumidores possuem um acesso bastante significativo às informações sobre produção e produto, (aquelas diretamente disponibilizadas por fornecedores e também a outras dispersas no sistema) o comportamento na aquisição de itens alimentares se reproduza invariavelmente por meio da aceitação tácita dos padrões pré-estabelecidos.

A apreensão dos selos de certificação como fichas simbólicas não pode se distanciar da percepção dos jogos de poder e interesse que fomentam a própria sobrevalorização desses instrumentos reguladores na cadeia dos agroalimentos. Embora funcionem como intermediários comunicativos de lógicas e padrões específicos, como aglutinadores de

significados, por assim dizer, eles também se referem a controle e regulação. Os selos de certificação, intermediam lógicas e padrões que se estabeleceram e se difundiram segundo determinados interesses, os quais se impõem como hegemônicos ao longo da cadeia, influenciando e moldando processos de produção, distribuição e comercialização dos produtos.

Embora tenha como ponto de partida referências distintas daquelas que sustentam a ideia de fichas simbólicas (GIDDENS, 1991), nos parece relevante, dentro desta discussão, incorporar algumas das considerações de Bourdieu (2010) a respeito da constituição do poder simbólico e da operação de sistemas simbólicos. Um diálogo cuja autorização provém da possibilidade de melhor fixar o entendimento de que a intermediação comunicativa dos selos de certificação não prescinde de sua ancoragem em uma estrutura de poder estabelecida. Dentro deste contexto, o conceito de “sistemas simbólicos” apresentado em Bourdieu (2010) supera as fixações de duas tradições teóricas anteriores, a saber, o direcionamento excessivo à constituição dos significados entre os neo-kantianos e o determinismo da estrutura entre os pensadores ligados a Saussure. Superando essas restrições é possível entender que “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 2010, p. 9).

É preciso lembrar que sob esta perspectiva teórica “o campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica” (BOURDIEU, 2010, p. 12) entre dominados e dominadores, entre classes de poderes distintos. Nesse microuniverso, se constroem tanto consensos de significados que permitem a integração, quanto relações de domínio e submissão. A hegemonia de um conjunto simbólico sobre outro pressupõe a existência de uma situação contextual estabelecida, na qual a classe ou grupo social defensora do conjunto simbólico dominante combina também em nível político e/ou econômico uma disposição de forças superior à classe ou grupo social vencido na disputa simbólica. Neste panorama,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (BOURDIEU, 2010, p. 11).

Sendo assim, entre o poder simbólico e a estrutura das relações sociais que o suportam há uma simbiose indelével, cuja constituição é o que permite o uso intencionado deste poder no propósito de perpetuar a estrutura de poder que o sustenta.

Guardando as devidas ressalvas de origem, se colocarmos lado a lado os conceitos de fichas simbólicas (GIDDENS, 1991) e sistemas simbólicos (BOURDIEU, 2010), perceberemos que em ambos a dominação de um determinado aparato simbólico tem como pressuposto a disposição de poder na estrutura social, em que os capitais político e econômico são combinados na transmutação desse poder à esfera simbólica. Do mesmo modo, as duas abordagens apontam para o fato de que o exercício simbólico é reforço aos preceitos estruturais que os sustentam. Isto é, a operação de um dado aparato simbólico é a atuação no sentido de reproduzir a disposição de poder na estrutura tal como disposta⁴⁷. Tal diálogo reforça nossa compreensão acerca da possibilidade de uso operacional do conceito de fichas simbólicas no entendimento dos selos de certificação circulantes no sistema agroalimentar contemporâneo, na exata medida em que não implica distorções na apreensão dos jogos de poder e conflitos de interesses que se estabelecem por detrás da consolidação dos mesmos, nem tampouco menospreza uso articulado do poder econômico e político por grupos de atores interessados nessa consolidação.

Embora as regras e normativas que figuram nos instrumentos e instâncias de controle do sistema perito da cadeia agroalimentar soem como uma realidade “quase que natural” àqueles que circulam e se relacionam nessa cadeia, elas são oriundas de processos e mediações envolvendo produtores, consumidores, grupos atacadistas de importação, redes varejistas, trabalhadores, técnicos de certificação, forças supraestatais, e uma gama de maior de envolvidos. Esses e outros atores e agentes negociam e interagem interesses diferenciados que compõe todo o complexo da cadeia de alimentos frescos, no qual entram em contato (relação), capitais, produtos, serviços, pessoas e instituições. A globalização dos alimentos é o terreno, no qual ocorrem esses contatos, suscitando também a conexão de regiões, territórios e países distintos. É no contexto dessa globalização que “[...] novas práticas culturais são instituídas, em atenção aos tipos de rastreabilidade, certificações e controles que se estendem do campo às embalagens e aos espaços de distribuição” (CAVALCANTI; DIAS, 2015, p. 281).

Em se tratando da manga, a exportação é um processo complexo e burocrático, sobretudo nas transações iniciais, pois requer a qualificação e ateste dos produtores para que estejam de acordo com as exigências e protocolos dos países e grupos importadores. A fixação nos circuitos dos mercados globais só foi possível às empresas do VSF, quando as

⁴⁷ Neste ponto, parece haver grande semelhança entre a ideia de “dualidade da estrutura” (GIDDENS, 2009, p. 31-32) e “sistemas estruturados estruturantes” (BOURDIEU, 2010, p. 11), muito embora haja uma cisão no entendimento que ambos guardam de sistema, o que dificulta, por exemplo, um diálogo cruzado a partir de certo ponto.

técnicas e especificações de produção e tratamento pós-colheita, passaram a figurar como condutas e rotinas ordinárias para trabalhadores e gestores (LIMA; MIRANDA, 2001; PAIVA, 2004). Neste sentido, houve um processo de amadurecimento na região, até o ponto em que os procedimentos que envolvem essas certificações e inspeções se tornassem rotina nas diversas fases da produção, o que também significou a assimilação de novos hábitos por parte de gestores e trabalhadores.

A condição de rastreabilidade e os altos padrões de qualidade dos frutos também levaram ao aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e controle dos processos de produção. Este elemento em particular, acreditamos ser representativo de como as tendências propagadas em nível global impactam no cotidiano local de trabalhadores e trabalhadoras. O capítulo seguinte traz uma discussão que busca apreender como o acolhimento a estes elevados padrões requeridos pelas empresas, discursivamente articulado por essas como exigências dos consumidores finais, promovem alterações significativas na organização produtiva das empresas, envolvendo alterações no trabalho nas *packing houses*. Para tanto, é necessário que antes se faça a apresentação e caracterização desses espaços de produção, bem como o destaque à sua relevância na constituição de frutas frescas destinadas aos mercados internacionais.

3.3 Processos e atividades nas *packing houses*

A manga *in natura* exportada pela região do VSF se constitui como um produto dos chamados sistemas agroalimentares globalizados, sendo cultivada, manejada, embalada e acondicionada dentro de elevados padrões técnicos, visando assim alcançar as exigências e especificações dos mais variados importadores. Dessa forma, o processo como um todo segue condutas e procedimentos pré-estabelecidos pelos protocolos dos selos de certificação, os quais são seguidos pelas empresas, a fim de atender às imposições e, assim, poder acessar os mercados pelo mundo.

As grandes empresas que dominam essa produção no VSF e atingem os elevados padrões de exigência desse mercado competitivo e, assim, possuem contundentes similaridades na organização da produção. Muitos dos informantes (técnicos agrícolas e encarregados de produção de empresas exportadoras) que consultamos informalmente, ao longo da pesquisa, indicaram que poucas diferenças existem quanto aos tratos de campo. As variações no âmbito da organização produtiva parecem acontecer nos espaços das *packing houses*, sendo bastante restrito o acesso a esses ambientes àqueles que não fazem parte da

empresa. As incursões realizadas pela presente pesquisa nem sempre foram bem vistas, sendo grande o protocolo de informações e explicações a serem prestadas antes de se poder falar com os funcionários responsáveis pela gestão desses ambientes. Essas restrições e controle do acesso refletem o fato de que, nesses espaços de produção, estão contidos parte dos diferenciais de mercado dessas empresas, que se trabalha o visual, a estética e o acabamento desse produto voltado aos mercados de alta exigência.

As *packing houses* são estruturas físicas, onde é realizado todo o tratamento da fruta colhida. Estes espaços assumem grande relevância no contexto da produção destinada à exportação, pois é aí que os atributos de qualidade do produto são trabalhados visando a uma melhor apresentação e, por conseguinte, a uma maior aceitação e satisfação por parte dos mercados.

A globalização do consumo de frutas tropicais, estimulando a demanda por produtos frescos, tem resultado em considerável interesse e investimento no desenvolvimento ou na melhoria de técnicas de manuseio pós-colheita. [...] As perdas de qualidade que reduzem o valor comercial do produto, têm cada vez mais importância na situação atual em que a maior parte do valor final é agregado após a colheita (ALVES et al., 2002, p. 383).

No caso da manga do VSF, os mercados acessados são caracterizados pelos elevados níveis de exigência, ultrapassando, em certos casos, as especificações e requisitos técnicos gerais, congregados no *check list* dos selos e certificações mais difundidos. É comum que os importadores requisitem padrões e aspectos pontuais acerca do fruto (referentes à coloração, proporção de frutos com determinada coloração dentro da caixa, e às vezes até o tamanho do pedúnculo do fruto) que acabam tornando mais complexas e minuciosas as atividades desenvolvidas nesses referidos espaços de embalagem e acondicionamento da fruta, afetando mais diretamente as embaladoras⁴⁸.

Vistos de longe, esses ambientes podem parecer meros depósitos, contudo, internamente têm se tornado cada vez mais sofisticados tecnologicamente, alguns deles completamente climatizados, e todos com protocolos rígidos de controle de entrada e saída de pessoas e/ou produtos. Essas plantas industriais, inseridas no meio das áreas de produção rural, congregam uma série de processos que vão desde a recepção do fruto colhido no campo até seu carregamento em contêineres lacrados para os mais variados destinos, sendo que entre estes momentos uma série conectada de atividades, envolvendo trabalhadores, frutas e máquinas são desenvolvidas. São essas plantas responsáveis pela absorção de grande parte

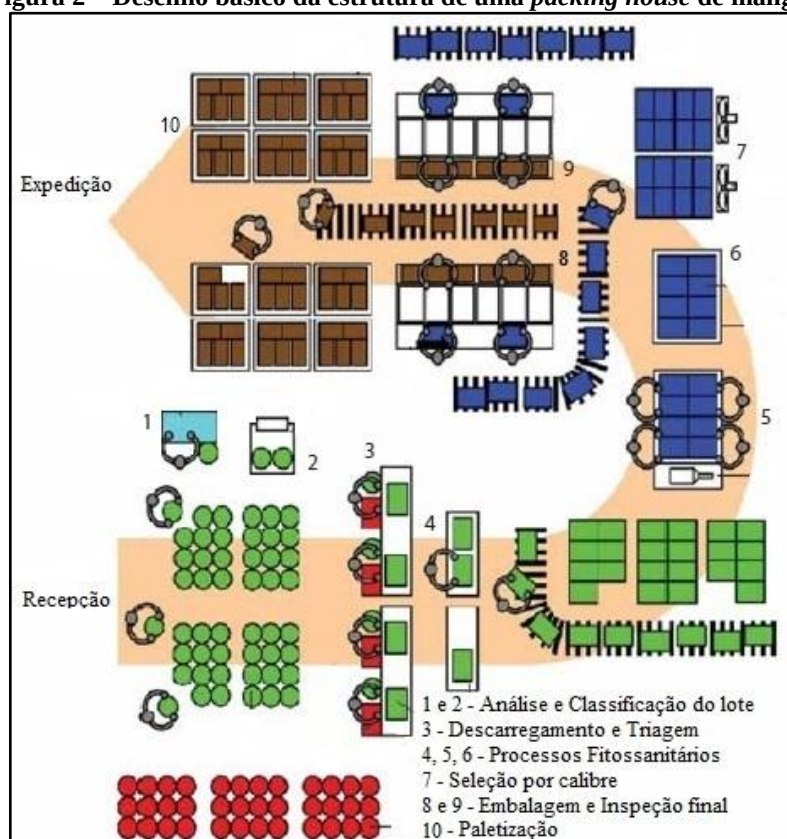
⁴⁸ As alterações nas condições de trabalho das embaladoras seguem melhor discutidas no item 4.2 desta tese.

dos trabalhadores e, sobretudo, trabalhadoras temporárias que se avolumam ao lado das esteiras para embalar e etiquetar as frutas do mercado global.

Embora possam existir leves distinções entre uma *packing house* e outra, em geral, as plantas físicas seguem um mesmo padrão, cuja margem de diferenciação é bastante pequena, sendo essas diferenciações mais notáveis nas comparações qualitativas quanto ao acabamento dos ambientes, em face de maior ou menor rigor com o controle fitossanitário. Todas as grandes empresas de exportação possuem estruturas similares, variando quanto ao maquinário e a consequente capacidade de processamento.

Protegidas contra rajadas diretas de vento⁴⁹ com o propósito de evitar agentes externos contaminantes, os *packing houses* são plantas de beneficiamento com estruturas e disposições internas visando a máxima funcionalidade. Com o propósito de facilitar o trânsito das cargas, o fluxo dos trabalhadores e o controle gerencial dos processos, o ambiente possui poucas divisões internas estruturais. Assim, as áreas onde são desenvolvidas as atividades estão sempre conectadas quer sejam integradas pelo próprio maquinário de grande porte, responsável pelo deslocamento da manga, ou pela conexão livre entre estes espaços.

Figura 2 – Desenho básico da estrutura de uma *packing house* de manga



Fonte: Adaptado de FAO (2012)

⁴⁹ Em geral, vegetações específicas cultivadas para este fim ou outras estruturas prediais das empresas constituem as barreiras físicas contra a exposição a ventos diretos.

Os processos realizados nas *packing houses*, articulados em cadeia, são compostos por diversas atividades, podendo ocorrer sutis variações, a depender do grau de sofisticação dos maquinários que podem suprimir algumas atividades manuais (Figura 2). A fim de construir um entendimento geral dos processos ali realizados, segue abaixo uma descrição sucinta destes. Busca-se a exposição sequencial das atividades, ainda que em certos casos algumas tarefas ocorram isoladas em ambientes à parte.

A *análise do lote e classificação* é um processo inicial que diz respeito à análise amostral de uma carga de manga proveniente da área de campo e que entrará no processo de tratamento pós-colheita. Neste instante, um *check list* é utilizado pelo fiscal responsável para se avaliar aspectos como o grau de maturação dos frutos, calibre, homogeneidade do lote quanto a calibre e maturação, incidência de lesões mecânicas ou danos aparentes de fungos, verificação de possível ocorrência da mosca-das-frutas⁵⁰, dentre outras características. Essa análise gera um padrão de classificação para o lote⁵¹, bem como autoriza ou recusa a entrada desta carga na *packing house*. Ainda que muito incomum, uma vez que a própria colheita já acontece de forma programada, é possível a identificação de inconsistências no lote ou o não atendimento dos requisitos básicos para a venda a um determinado importador. Neste caso, o lote pode ser recusado para o embalamento visando à exportação, mas podendo entrar no processo, visando outros clientes⁵² que tolerem as inconsistências identificadas.

Em sequência, é realizado o *descarregamento* dessa carga que vem das áreas de campo. Esse fruto que chega transportado por tratores (áreas de produção próximas à estrutura de embalamento) ou por caminhões (áreas de produção distantes, ou quando as empresas possuem mais de uma área de produção) é recebido, organizados em pallets (pilhas com 36 contentores⁵³) e, devidamente classificados. A depender das demandas do dia e da agenda de produção a ser seguida, este fruto recém-chegado do campo é organizado por variedade e/ou tamanho médio dos frutos e/ou condição de maturação, passando um período médio entre doze e vinte e quatro horas até seguir para o processo subsequente.

⁵⁰ Principal praga temida pelos países importadores, na fiscalização do lote uma avaliação interna das amostras é realizada a fim de monitorar e constatar a inexistência de infestação do lote, antes que o mesmo siga para o embalamento.

⁵¹ “Cada lote da fruta que chega ao galpão deve ser identificado com informações sobre a procedência, manejo antes e durante a colheita e a hora da chegada, para ser processado por ordem de chegada” (ALVES et al., 2002, p. 394).

⁵² Como os requisitos de exportação são elevados, mesmo se tratando de importadores que não estipulam especificações extras ao fruto, além daquelas já providas dos selos e certificações internacionais, comumente essa carga recusada à exportação, acaba por ser destinada ao mercado nacional.

⁵³ Caixas plásticas com alças que comportam uma carga média entre vinte e vinte e cinco quilos de manga a depender do calibre das mesmas.

Após o período de descanso da manga vem o processo *colocação do fruto na máquina de lavagem*. Essa etapa é realizada de forma manual, fruto a fruto, os quais são retirados de contentores por trabalhadores dispostos em linha (Figura 3). Em uma calha superior, a qual fica na disposta na altura do rosto/tronco dos trabalhadores, as caixas são colocadas e empurradas manualmente por um trabalhador específico cuja única função nesse processo é o deslocamento dos lotes que serão embalados e a colocação das caixas que os compõem na linha de produção. Os demais trabalhadores retiram os frutos das caixas, os quais estão acondicionados em camadas (quatro ou cinco camadas em média, a depender do calibre do fruto colhido) separadas por folhas de papel, evitando a queima da casca dos frutos inferiores pelo derramamento da seiva do pedúnculo dos frutos das camadas superiores. Cada trabalhador é responsável pelo desembarque de uma camada das caixas, sendo que essas são empurradas em sequência e o ritmo ditado pelo trabalhador que retira os contentores do pallet e os coloca na calha. Se, por ventura, um dos trabalhadores não consegue descarregar sua camada por inteiro, o seguinte o faz, devendo todos acelerarem o ritmo para que, ao final, a colocação das caixas na calha não tenha que ser interrompida. As mangas são retiradas das caixas e colocadas em um tanque de água que faz parte do maquinário responsável pela lavagem das frutas, reduzindo assim o impacto sobre as mesmas.

Figura 3 – Colocação das mangas no maquinário de processamento na Empresa Palmer



Fonte: Retirada pelo autor em 20/11/2015

A *lavagem* das mangas é uma atividade completamente mecanizada, realizada por maquinários de grande porte que realizam a limpeza externa por meio de banhos e mergulhos

em soluções específicas que misturam água e outros componentes químicos⁵⁴. A manga segue por esteiras rolantes entre os banhos e mergulhos nas soluções específicas seguidos da secagem em túneis de vento, variando a quantidade desses processos, de acordo com o maquinário e com a programação eletrônica estabelecida para o processamento. O uso de detergentes específicos é possível e permitido pelos importadores, desde que corretamente aplicados junto com a água não clorada.

Após a lavagem, a manga passa por *tratamentos fitossanitários* para controle de fungos (manga destinada ao mercado europeu e canadense) e controle da mosca-das-frutas (tratamento hidrotérmico aplicado à manga que tem como destino os Estados Unidos, o Japão e o Chile). No primeiro caso, as frutas são submetidas à imersão por um período de cinco minutos em água a 55°C, podendo ser adicionados fungicidas e espalhantes adesivos para fixação do mesmo (ALVES et al., 2002). O segundo caso trata-se do tratamento hidrotérmico, o qual “consiste na imersão do fruto em água quente (46,1°C), durante 75 minutos (frutos com peso inferior a 425g) ou 90 minutos (frutos com peso acima de 425g)” (FILGUEIRAS et al., 2000b, p. 32). Após esse procedimento, “as frutas devem passar por um repouso quarentenário (aproximadamente 30 minutos) e, em seguida, imersas em água fria (mínimo de 22°C)” e, após uma secagem, seguem para as demais etapas de embalagem (ALVES et al., 2002). É preciso destacar que a estrutura de tratamento hidrotérmico se constitui em uma área à parte na *packing house*, devidamente isolada, por meio de telas, do restante do prédio, sendo que os procedimentos que envolvem esse tratamento ocorrem segmentados das demais rotinas comuns, comportando trabalhadores específicos para essas tarefas.

Nas grandes empresas de exportação do VSF, a *seleção dos frutos* é um processo mecanizado realizado por grandes máquinas integradas através de esteiras, com sensores e balanças capazes de separarem os frutos por tamanho (calibre) e, até mesmo, por coloração, no caso das mais modernas. Embora se apresente, aqui, sucessivas etapas do processo, é preciso enfatizar que essas etapas/processo são todos integrados por estas estruturas mecânicas que transportam a manga entre um processo e outro e realizam a maioria deles de modo automatizado. Essa etapa elimina os frutos defeituosos e que não se encaixam no padrão requerido. As empresas contam sempre com profissionais especializados responsáveis pelos ajustes e calibrações do maquinário, os quais possuem os conhecimentos técnicos necessários para os ajustes eletrônicos definidores dos padrões de tamanho e peso

⁵⁴ Hipoclorito de Sódio, Hipoclorito de cálcio e cal são alguns dos componentes possíveis de serem utilizados neste procedimento. Estas soluções são monitoradas quanto à temperatura e PH sempre visando a melhor apresentação final do produto. Para maiores detalhamentos técnicos *vide* (ALVES et al., 2002).

correspondente às demandas de produção do momento, isto é, atendendo aos requisitos do importador cujo pedido será processado. O desenvolvimento destas plantas de processamento em todo o VSF, tanto da manga como da uva, desenvolveu na região um segmento do setor de serviços especializados na manutenção preventiva e corretiva desse capital fixo das empresas.

Existem ainda certos *tratamentos complementares* que podem ser realizados na manga visando o aprimoramento estético dos frutos. A aplicação da cera de carnaúba é o mais difundido destes processos, funcionando tanto para aprimorar a aparência visual quanto para “diminuir a taxa de transpiração dos frutos, reduzindo a perda fisiológica de peso” (ALVES et al., 2002, p. 397). Igualmente aos processos de lavagem, a aplicação desta cera é automatizada, realizada com o fruto seco. Após a aplicação da cera, o fruto é seco em um túnel de ar com temperatura controlada e segue para polimento em esteiras recobertas com cerdas específicas para tal fim. Não raro, esse processo de polimento é repetido por algumas embaladoras que finalizam o empacotamento do fruto, utilizando flanelas para retirar alguma impureza ou dar um acabamento final ao produto quando julgarem necessário.

A *montagem das caixas* talvez seja a única destas atividades que não está propriamente conectada na cadeia dos processos que são desenvolvidos em uma *packing house*. Embora as esteiras suspensas por toda a extensão da área de embalagem conectem este subproduto, que acondiciona a manga em sua apresentação final, (a caixa montada) ao restante do processo de embalagem, a atividade dos trabalhadores⁵⁵ responsáveis por essa atividade fica, nas modernas estruturas, em ambientes separados, desempenhando quase que exclusivamente apenas ações referentes à sua rotina.

O *corte do pedúnculo* antecede o embalagem final e sua localização como etapa na produção pode variar a depender do sistema utilizado pela empresa. Pode ocorrer após a lavagem, sendo realizado por mecanismos automatizados. As plantas de beneficiamento das grandes empresas possuem esteiras mecânicas que já realizam este corte na passagem entre a lavagem e o encaminhamento para a embalagem. Também pode ser realizado em máquinas auxiliares próximas às mesas de seleção. Embora menos frequente, há também casos onde esse procedimento acontece manualmente por tesoura, em geral, apenas como correção de cortes anteriormente realizados pelo maquinário.

⁵⁵ Esse número varia de acordo com as empresas. No caso das empresas que possuem maquinários mais sofisticados, os quais realizam mais rapidamente a montagem e colagem das caixas, é comum existirem apenas dois funcionários, para o desempenho dessa etapa do processo. Em outros casos, essa atividade é realizada parcialmente de maneira manual, existindo uma máquina apenas para passar a cola na folha pré-moldada, restando a outros trabalhadores a montagem, empilhamento e colocação das mesmas nos ganchos da esteira suspensa. Nestes casos, em período de safra não é raro existirem até quatro funcionários trabalhando nessas atividades.

O processo de embalagem é a fase que requer maior cuidado e atenção nesse processamento da fruta de exportação, se constituindo na etapa final de incorporação de elementos estéticos ao produto. Essa atividade é responsável pela incorporação do maior número de trabalhadores nas *packing houses*, sendo predominante a sua presença. Assim como ocorre no trabalho na uva (CAVALCANTI; SILVA, 1999), há uma recorte de gênero na divisão do trabalho dedicado ao beneficiamento da manga exportação do VSF. Esse tema é relevante para entender os processos de especialização produtiva, intensificação do trabalho e controle. São essas trabalhadoras que dominam, numericamente, essa etapa do acondicionamento e apresentação final do produto. As mangas chegam para embalagem em esteiras, já devidamente selecionadas, lavadas, tratadas e polidas. Contudo, as trabalhadoras que fazem a composição da caixa ainda realizam uma nova seleção correspondente à coloração e tamanho para melhor acondicionarem os frutos na caixa (Figura 4). Neste sentido, realizam um julgamento de qual a melhor combinação de frutas deve ser realizada, com as mangas ali disponíveis a ela para que se monte (seleção, colocação e disposição) uma caixa com a melhor apresentação possível. O movimento contínuo e repetitivo dos habilidosos trabalhadores levando e trazendo mangas da caixa para a esteira e da esteira para caixa, posicionando e reposicionando as mangas visando à apresentação mais próxima da perfeição.

Figura 4 – Processo de embalagem das mangas na Empresa Palmer



Fonte: Retirada pelo autor em 20/11/2015

Embora pareça fácil a um leigo realizar o embalagem de uma manga, esse trabalho requer perícia e habilidade significativas, que correspondem a uma avaliação muito rápida de quais os melhores frutos para compor a caixa, pensando aspectos diversos. Nesse caso, as embaladoras analisam coloração, tamanho, formato e disposição para só então concluir um

processo de embalagem. Esse conjunto de avaliações, definições e o posterior acondicionamento dos frutos, todavia, acontece de maneira extremamente rápida. Adiciona-se a esses aspectos o fato de que tanto o momento de colocação na caixa, como o retorno de uma manga à esteira ocorre sempre rapidamente, porém, delicadamente, afim de não lesionar o fruto, o que pressupõe uma aceleração e desaceleração constante dos deslocamentos com os frutos.

Presenciar o processo como um todo foi o que permitiu ao pesquisador entender quão complexas podem ser as atividades aparentemente mais simples no beneficiamento dessa fruta de exportação. Mais do que isso, a sensibilidade de um cientista social deve ser uma habilidade aprimorada no avanço da pesquisa para que certas peculiaridades do universo do trabalho nesse contexto de intensificação não passem despercebidas. Muitas vezes, os atores sociais envolvidos não se dão conta do grau de intensidade ou do número de procedimentos (mentais e físicos) que estão envolvidos em sua rotina do trabalho, sendo um dos grandes desafios da pesquisa de campo o desvendamento dessas circunstâncias e condições mais sutis, porém não menos relevantes.

O *processo de embalagem* comporta ainda a identificação da embaladora responsável⁵⁶, bem como a discriminação do lote, a variedade produzida, o importador, variedade do fruto, calibre da manga, quantidade por caixa e outras informações necessárias tanto à gestão do controle da produção local como à identificação e gestão da qualidade por parte dos importadores. Esse procedimento pode ser realizado de algumas maneiras diferentes, havendo casos em que o embalador tanto faz a colocação de sua ficha de identificação na caixa, seguindo para a marcação manual das outras informações pré-impressas na caixa (nas empresas onde estas informações não são pré-impressas em rótulos adesivos); como situações, nas quais, o responsável pelo embalagem apenas identifica sua produção, ficando a cargo de outro funcionário, um fiscal de linha, a rotulação da caixa com uma etiqueta autoadesiva contendo demais informações.

Os fiscais de linha, assim como o encarregado geral da embalagem são responsáveis pela *checagem e fiscalização* das caixas de manga antes da montagem final da carga a ser exportada. Nessa fase, se verificam diversos aspectos: existência de danos ou lesão nos frutos, incidência de manchas ou falhas estéticas; acondicionamento dos frutos na caixa, de modo que os frutos estejam bem ajustados aos espaços da caixa, evitando movimento dos mesmos e possíveis danos; posição dos frutos; existência de algum pedúnculo protuberante capaz de

⁵⁶ Acerca dessa condição da rastreabilidade produtiva e a interferência na condição dos trabalhadores *vide* o capítulo seguinte.

lesionar os frutos vizinhos; tamanho correto dos frutos selecionados, homogeneidade na coloração dos frutos colocados na caixa, e, por conseguinte, o aspecto final do produto; identificação do embalador; rotulação correta, ou ainda algum outro elemento que implique na diminuição da qualidade do produto final.

Após essa inspeção, o produto segue para a *palletização*⁵⁷, consistindo essa etapa na montagem das pilhas de caixas que são devidamente dispostas e amarradas por trabalhadores com esta função específica. Esse empilhamento é realizado em colunas, utilizando “geralmente pallets com 12 caixas na base e altura de 20 caixas. A amarração deve ser feita com fitas para arqueação, colocando-se cantoneiras” (ALVES et al., 2002, p. 398). Essa atividade é dominada por mão de obra masculina por conta da resistência e força requeridas no empilhamento, amarração e deslocamento. Em todas as *packing houses* visitadas, a equipe responsável por esses processos é aumentada no período de safra, chegando a contar até com oito trabalhadores para as montagens das pilhas. Esses trabalhadores, em geral, já possuem vestimentas diferentes dos demais, pois não raramente acessam as câmaras de pré-resfriamento e resfriamento, muito embora o normal seja que uma outra equipe especializada realize a movimentação das cargas no espaço de temperatura controlada, em virtude do cumprimento integral das normas de controle fitossanitário.

O *pré-resfriamento* consiste em uma etapa que antecede a entrada das mangas nas câmaras frias, onde serão mantidas sob a mesma temperatura até o momento do embarque nos contêineres, devidamente climatizados para manterem o mesmo nível de refrigeração do produto. Assim, essa fase intermediária consiste na aclimatização rápida do fruto às temperaturas finais em que se manterá até o desembarque final. O fruto é conduzido aos túneis de vento que, rapidamente, diminuem a temperatura da fruta já embalada. Nesse processo, as cargas ficam próximas a ventiladores que forçam a entrada do ar frio pelos orifícios das caixas, diminuindo o calor que o fruto recém-chegado do embalamento possui. Esse resfriamento nas câmaras de túneis de vento dura em média de 4 a 6 horas, e poderia chegar até o máximo de 24 horas se fosse realizado nas câmaras frias pré-embarque, pois estas últimas não possuem o maquinário de circulação forçada do ar.

O *armazenamento resfriado* se refere à condição do fruto até o embarque definitivo para exportação, consistindo na manutenção das mangas em câmaras de resfriamento com temperatura sendo mantida entre 10°C e 13°C (FILGUEIRAS et al., 2000b, p. 36). As câmaras de pré-resfriamento e resfriamento possuem temperaturas específicas mantidas por

⁵⁷ Termo técnico utilizado por Alves et al. (2000, p. 398) para designar o empilhamento e a montagem da carga final a ser embarcada nos contêineres para exportação.

controle eletrônico que também ajustam a umidade interna visando a menor perda de água dos frutos. As atividades nas câmaras são realizadas por trabalhadores específicos que realizam o acondicionamento adequado das cargas, separando-as e alocando-as devidamente por lote, bem como as posicionando desta ou daquela maneira a fim de melhor preservar a qualidade do fruto. Essa mesma mão de obra é responsável pelo embarque nos contêineres que são lacrados e transportados para os diversos destinos. Neste sentido, sobre a equipe de trabalhadores responsáveis recai também o devido monitoramento e manutenção das condições de excelência fitossanitária na manga sob resfriamento.

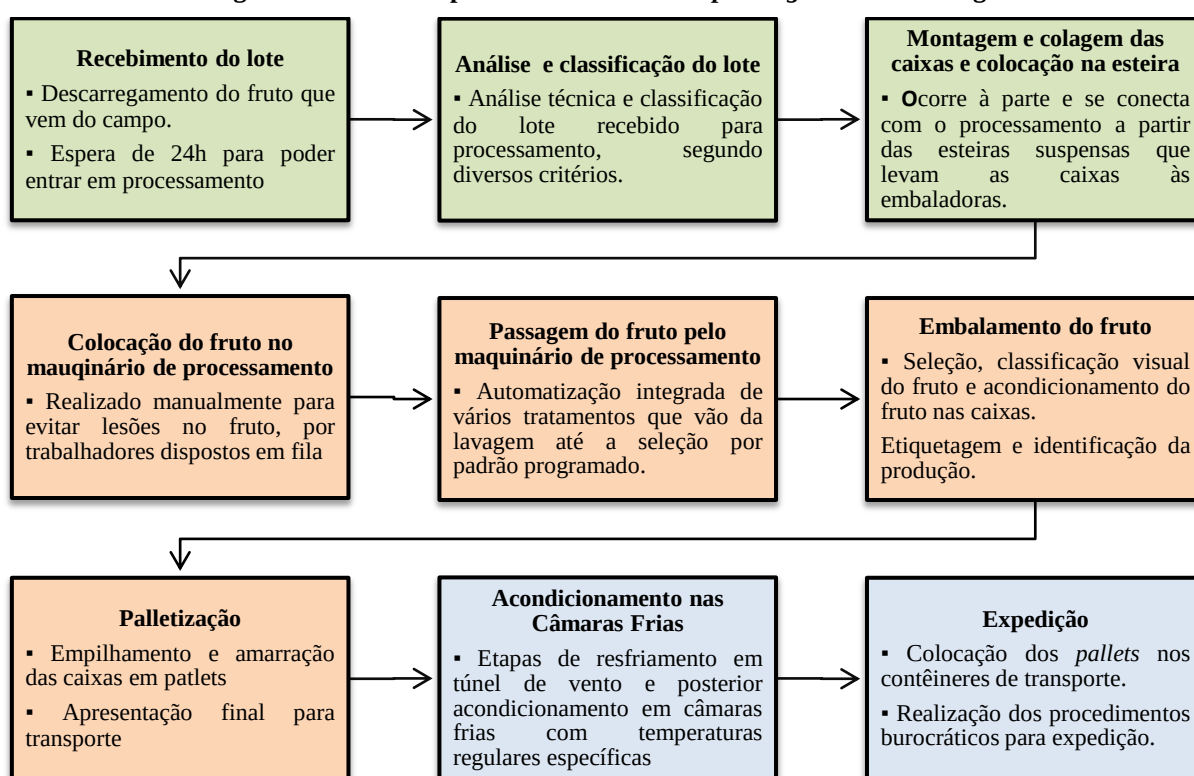
A *expedição* da produção é, por assim dizer, o último dos processos realizados e corresponde ao carregamento dos contêineres, destinados aos mercados internacionais. Realizado de maneira prática, mas não menos atenciosa que outros procedimentos, esta atividade consiste no embarque dos pallets nos contêineres de acondicionamento para transbordo, com regulagens e monitoramentos da temperatura e umidade. Um procedimento que ocorre em zona devidamente sanitizada e com controle de temperatura, a fim de reduzir oscilações térmicas ao fruto, sendo realizado pelo grupo de profissionais que atuam nas câmaras frias. Força, agilidade e atenção são requeridos para que os embarques sejam realizados de maneira rápida e sem ocorrência de incidentes. No caso das exportações para os Estados Unidos, um processo que se torna ainda mais cautelosamente orientado, pois é realizado, em geral, sob a fiscalização de um técnico deste país, o qual possui total autonomia para condenar a remessa de um dado lote, no qual se identifique falhas fitossanitárias ou procedimentais no processo de embarque e expedição da carga.

As atividades e processos realizados durante o processamento da manga de exportação (Figura 5) são regulados e organizados, segundo padrões de rígidos de controle. Do recebimento do fruto vindo do campo até o embarque definitivo da manga, sucessivas etapas de fiscalização, monitoramento e checagem são empreendidas, com o objetivo não apenas de evitar perdas durante o processamento, mas acima de tudo manter um alto padrão de qualidade do produto, atendendo tanto aos protocolos exigidos pelas certificações e selos internacionais, assim como a outras exigências extras que possam ser apresentadas por importadores específicos. Estes padrões e características do mercado modificaram a cadeia das mangas de exportação do VSF, estimulando de maneira intensa o aperfeiçoamento e a (re)estruturação da produção nas *packing houses*.

As alterações e ajustes realizados pelas empresas, em prol da adequação aos exigentes mercados afetaram significativamente as rotinas de trabalho. Atingir um produto de alta qualidade pressupõe a melhoria de certas operações, reduzindo drasticamente a margem de

falha humana no processo produtivo por meio do desenvolvimento de mecanismos de monitoramento, nas diversas fases da produção. Neste sentido, os trabalhadores que atuam nesses espaços de produção, são envolvidos por formas de organização produtivas cada vez mais orientadas pela supervalorização das instâncias de controle e fiscalização, assim como pelo uso intensificado da força de trabalho. Uma realidade que se assevera nos períodos de safra, comportando formas e características específicas em torno de certas atividades e processos.

Figura 5 – Processos produtivos básicos nas *packing houses* de manga



Legenda: Pré-processamento (Verde); Processamento (Rosa); Pós-processamento (Azul)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A inserção da região do VSF nos circuitos globais dos alimentos frescos provocou As mudanças nas rotinas de trabalho das *packing houses* de manga, contribuindo para especialização de diversas atividades. É possível sugerir diferenças entre a maneira como os processos produtivos eram realizados no início dos anos 2000 e as formas encontradas contemporaneamente, com destaque para a especialização e intensificação em torno das atividades de processamento. A reflexão dessas dinâmicas e o impacto provocado no mundo do trabalho faz parte do conteúdo abordado no capítulo subsequente, em que a fala dos trabalhadores entrevistados na pesquisa são analisadas à luz da teoria sociológica, na

perspectiva do entendimento de tais alterações como decorrências diretas e indiretas da globalização.

4. O TRABALHO NAS *PACKING HOUSES* DE MANGA DO VSF: ENTRE PROCESSOS GLOBAIS E INTERAÇÕES LOCAIS

Disrupção e fragmentação são características da globalização tanto quanto integração e conexão, as quais habitam-na e animam-na como partes componentes de sua natureza. O que da globalização se deriva, ou por ela é influenciada, certamente está propenso a ser contaminado por esses seus aspectos. Segundo Ianni (2001, p. 215), a globalização “está acompanhada da emergência de novos dilemas práticos e teóricos, além de recriar os anteriores em outros termos” tanto para as ciências que a pretende compreender, quanto para o homem normal do cotidiano. Neste mesmo sentido, ao tratar das dimensões da sociabilidade humana, Giddens (2010) enfatiza que a dimensão da vida comum dos sujeitos se transformou com os institutos que a modernidade estabeleceu, e enfatiza, em paralelo, a necessidade de repensar certas condições e laços sociais sobre a interferência de movimentos atrelados direta e indiretamente à globalização.

A propagação de diversidades é uma das características mais fortes da globalização, sendo algo tangente à construção das novas identidades (HALL, 2004), à difusão de riscos (BECK, 2010), à instrumentalização do território por conveniência econômica (SANTOS, M., 2006), assim como à constituição de uma economia ancorada em redes e fluxos (CASTELLS, 1999a) e a uma série de outras condições que atingem diretamente sujeitos, instituições e espaços. Substancialmente dinâmica, a globalização se concretiza, enquanto fenômeno, nos processos e nas relações que colocam em atividade interesses, lógicas, instrumentos e atores distintos, conformando realidades inúmeras.

Neste contexto, a globalização da agricultura e dos alimentos envolve no nível prático inter-relações numerosas, cujos resultados promovem o desenho e conformação de territórios e regiões sob novas formas de produção, organizadas e relacionadas por vastas cadeias. Um processo que tem a ver diretamente com um novo modelo produtivo racionalizado que entra em operação nas atividades agrícolas.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base da ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto conduz a um novo aprofundamento do contexto, levando também, as áreas correspondentes a um processo de racionalização cada vez mais intenso e com tendência a se instalar em todos os aspectos da vida. (SANTOS, M., 1997, p. 242)

A globalização dos sistemas agroalimentares confere protagonismo a certos produtos e bens, os quais são demandados por consumidores com novos hábitos e padrões de consumo (CAVALCANTI, 1999). Dinâmicas de mercado que afetam diretamente os espaços de produção. Nesse mesmo contexto, territórios e regiões passam a se conectar nos fluxos e circuitos permitidos pelas estruturas globalizantes, quer sejam os mercados, as redes de comunicação ou o processo flexível de produção (CASTELLS, 1999a). O que importa, em definitivo, é que as instâncias locais de produção passam a transitar e se relacionar em rotas e fluxos com padrões de organização e especificações técnico-rationais difundidas globalmente. É neste panorama, em que regiões e territórios particulares dispersos pelo planeta passam a partilhar de modelos e condutas similares, ajustados e conformados na relação peculiar que o local constrói com o global.

A possibilidade de existência de diversas realidades sendo constituídas, a partir de um mesmo movimento/fenômeno, move a sociologia a direcionar uma atenção especial para investigar os efeitos provocados pela globalização em diversas esferas. Interessando-nos aqui, mais especificamente, a investigação das realidades e condições do trabalho compostas em uma dessas áreas rurais que se modificou enquanto realidade produtiva para e através do ingresso nos circuitos globais que envolvem cadeia de frutas frescas. As mudanças que acontecem em territórios como o VSF intrigam e motivam a apreensão de suas peculiaridades, especificamente no que se refere à conformação de condições e características do trabalho, ali desenvolvido. Considerando o recorte realizado nesta pesquisa, o trabalho e os trabalhadores das *packing houses* são os elementos observados para apreciar a maneira pela qual a globalização se efetiva e se faz presente na realidade produtiva de sujeitos e organizações. Partimos, neste caso, do pressuposto de que a compreensão de aspectos globais requer, contudo, atenção para aquilo que nem sempre se apresentam explicitamente global, isto é, observando e apreender práticas e condições que existem em nível local, essas sim articuladas, influenciadas e relacionadas pelas lógicas e dinâmicas globais.

Sassen (2010, p. 22) propõe que o espaço social de produção “historicamente construído e institucionalizado como nacional”, ao ser envolvido por estruturas e processos caracteristicamente globalizantes, acaba tecendo formas e arranjos derivados da interação local/global. A região do VSF representa um espaço social de produção, cujas formas se compõem pela influência de tendências globais quando se insere nos circuitos e fluxos dos mercados globais. Conforme Cavalcanti (2004, p. 18), as instâncias locais de produção são modificadas, ao mesmo tempo em que as ruralidades são significadas, ganhando novos sentidos nos fluxos da globalização, passando a ruralidade a ser uma “qualidade distintiva no

processo de produção e distribuição dos alimentos, este cada vez mais monitorado pelas técnicas e padrões de qualidade externos”.

As dinâmicas e relações sociais de produção, existentes no ambiente das *packing houses* de manga do VSF, se apresentam como um recorte analítico interessante para captar algumas das intersecções entre as tendências globais e o contexto local. As dinâmicas que ali se desenvolvem, marcadamente, envolvem aspectos diversos, tornando tais espaços produtivos particularmente ricos em relações e profícuos à análise. Dentro deste contexto, o controle produtivo existente nas atuais *packing houses* se apresenta como fruto direto de uma história de consolidação e aperfeiçoamento produtivo em meio a circuitos e mercados de alta competitividade, os quais presumem gerenciar o melhor desempenho possível dessas grandes empresas, frente aos concorrentes provenientes do Peru, Equador ou qualquer outra região dispostos a disputar negócios na Europa ou Estados Unidos. Não se trata aqui de justificar a lógica que se impõe aos seus trabalhadores na segmentação e especialização em torno de certas atividades, mas sim de enfatizar que essa estruturação corresponde, antes mesmo, a uma lógica produtiva difundida pelo capitalismo. Sob este viés, a globalização é, também, um processo que difunde e torna imperativa a necessidade de apropriação deste modelo por parte dos produtores que se pretendem competitivos em cada nova alvorada suscitada pela reestruturação produtiva e a lógica diferenciada de acumulação do capital com a qual se conecta (HARVEY, 2008).

A competição entre os exportadores promove a construção de cenários variados esculpidos pelas mais distintas estratégias e articulações. No entendimento de Lara Flores (1995, p. 23), a própria relação de competitividade entre atores produtivos latinoamericanos exalta a heterogeneidade do processo de globalização, dado que sua atuação na região promoveu “una diversificación que resulta de las distintas respuestas que dan los actores sociales a esta situación, basándose en recursos locales”. Esse tipo de ambiência competitiva articulada e estimulada pelas tendências difusas, nas arenas dos mercados globais promove a articulação particular das forças produtivas locais no contexto produtivo da mangicultura de exportação no VSF.

As discussões que seguem neste capítulo pretendem abordar dimensões importantes da intersecção entre a realidade produtiva das *packing houses*, mediante as influências e tendências globais propaladas na cadeia agroalimentar, algumas das quais referentes aos ajustes produtivos conduzidos pelas certificações internacionais. Trata-se, em outros termos, de uma discussão que articula global e local, levando em conta, para isso, o entendimento de que “a globalização é uma questão do ‘aqui’, que afeta os aspectos mais íntimos de nossas

vidas – ou, preferivelmente, está relacionada com elas de uma forma dialética” (GIDDENS, 2012a, p. 148). Leva-se em conta a imprescindibilidade de estender operacionalmente o conceito de território para além de suas definições físicas restritivas⁵⁸, a fim de compor uma unidade analítica minimamente aglutinadora, capaz de dar conta do dinamismo relacional local/global. Os esforços teóricos de Sassen (2010, p. 19) reconhecem o caráter multiescalar da globalização e a importância do lugar na conformação de processos globais, sugerindo categorias como “cidade global” e “espaços transfronteiriços”, enquanto ferramentas teóricas vantajosas na captura desse mesmo dinamismo.

A literatura é vasta em exemplos interessantes de articulações teóricas entre as dimensões global e local na compreensão de diversas questões contemporâneas, a exemplo dos estudos sobre: a segregação geoeconômica relacionada aos arranjos produtivos globalmente articulados (REIS, 2011; CASTELLS, 1999a); os efeitos sociais locais de riscos atrelados a processos político-econômicos globais (CARAPINHEIRO, 2011; BECK, 2010; HESPANHA, 2011); o enfraquecimento do Estado-nação diante da sobrevalorização de instâncias decisórias supranacionais (BAUMAN; BORDONI, 2016). Outros tantos exercícios reflexivos poderiam ser elencados, dada a relevância para o campo científico, mas não interessaria, no escopo do capítulo, tal listagem exemplificativa.

Sendo assim, resta significativo apresentar as referências e os pontos de conexão por meio dos quais desenvolvemos a reflexão acerca do trabalho nas *packing houses* do VSF sob a influência de processos globais. Dentro desta perspectiva, consideramos nas análises, fundamentalmente, o trabalho de certas categorias de trabalhadores (embaladoras, “descarregadores”, “operadores de câmara fria” e “montadores de pallets”)⁵⁹ que atuam nos processos básicos do beneficiamento da manga de exportação. Isso implica dizer que os entendimentos sugeridos limitam-se a este tipo de trabalho disposto na base do processamento da manga, o qual poderíamos chamar, *grosso modo*, em analogia a alguns estudos da sociologia do trabalho, de “chão” de fábrica. As observações que se referem aos trabalhadores que ocupam as funções hierárquicas superiores foram conduzidas com a devida cautela, no caso dos profissionais “fiscais de linha”.

⁵⁸ Isso implica em uma definição territorial mais abrangente, capaz, por exemplo, de levar em conta áreas contíguas ao espaço do território (física e politicamente delimitado no âmbito do planejamento público). Essas, por sua vez, embora não estejam circunscritas ao território nessa abordagem restrita, se articulam e relacionam com o território, estando também imbricadas direta ou indiretamente nas intersecções que o território possa ter com processos e dinâmicas globais.

⁵⁹ A distinção de gênero na apresentação da categoria apenas reflete as singularidades presentes nesse nicho econômico, sendo pontuado no transcurso do capítulo as ocorrências de desvio nesse padrão.

Tomando as falas de trabalhadores antigos e contemporâneos expusemos na medida do possível as distinções e aproximações para a compreensão das mudanças na organização e regulação das atividades, as quais indicam formas de controle e intensificação do trabalho mais acentuadas na realidade presente. Para tanto, orientamos o debate de modo a considerar que,

As relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriação econômica que se desenvolvem com a globalização tanto se impõem às relações, aos processos e às estruturas locais, nacionais e regionais, como podem tornar-se decisivos para a interpretação das formas de sociabilidade e dos jogos de força nos quais se movem indivíduos e coletividades, povos e nações (IANNI, 2001, p. 334).

Por fim, não custa lembrar que as transformações recentes no modelo de acumulação capitalista (HARVEY, 2008) produziram repercussões amplas nas estruturas produtivas e relações sociais de produção, cuja flexibilidade (produtiva e do trabalho) é a nota que dá o tom a esta canção. Nessa ótica, a internacionalização das relações de produção, a expansão mundial dos mercados, a reestruturação produtiva, a articulação cada vez mais engenhosa do capital, são processos conexos à globalização e ao modo como as espacialidades são conformadas. Por isso, assim como Bendini (1999), Bonanno e Cavalcanti (2011), Mota (2003) e P. Silva (2001), dentre outros, entendemos que a fruticultura de exportação do VSF e os processos, ali construídos historicamente, articulam capitais e trabalho mediante movimentos que colocam em contato a realidade local com lógicas e tendências globais, provocando a construção de certas particularidades.

Discutimos, adiante, algumas dessas particularidades promovidas pela interface global/local, em especial aquelas que atuam sobre o trabalho e trabalhadores das *packing houses* de manga. Para o desenvolvimento da reflexão⁶⁰, tomamos como base a análise das entrevistas, as observações de campo, os relatos de outros atores envolvidos no universo da fruticultura de exportação do VSF, assim como o aporte e arcabouço teórico da literatura pertinente.

4.1 Alterações produtivas e melhorias estruturais: os imperativos das certificações e as consequências aos trabalhadores das *packing houses*

Dentre as mudanças produtivas ocorridas na fruticultura de exportação do VSF, distinguem-se aquelas associadas aos ajustes para atendimento aos protocolos e normas das

⁶⁰ Os percursos metodológicos pertinentes às análises desenvolvidas constam no Apêndice D, página 313..

certificações internacionais. Um número significativo de estudos tem trabalhado as transformações impulsionadas por tais mecanismos de mercado, sendo comum, inclusive, um entendimento positivo das melhorias relacionadas à qualidade dos principais produtos agrícolas exportado por essa região (PAULINO; JACOMETI, 2006). A incorporação de avanços tecnológicos na produção da uva e da manga também consta associada a essas certificações (LIMA; MIRANDA, 2001) e, por decorrência direta, a possibilidade de maior competitividade desses produtos nos mercados externos (CINTRA; VITTI; BOTEON, 2003; GUEDES; SENA; TOLEDO, 2007).

Discutindo a atuação do selo GlobalG.A.P. na produção de manga do VSF, Goulart (2011) destaca que essa certificação também acentua diferenças existentes entre a pequena e a grande produção. Considerando os custos para aquisição da certificação, bem como o conjunto de adequações estruturais que estão implicadas no atendimento dos protocolos, uma parcela grande de pequenos produtores fica à margem desse processo. Processos mais recentes de um contexto produtivo cujas distinções e facilidades de acesso aos mercados de maior valor agregado entre pequenos, médios e grandes produtores já se desenhavam, desde os anos 1990 (CAVALCANTI; 1996; 1997; 1999c; SILVA, 2001). Conforme apresenta Bezerra (2012b, p. 139), a incorporação dessa certificação pelos produtores implica, portanto, na “necessidade de realizar investimentos vultosos nas fazendas para adequar toda a infraestrutura de *packing house*, o treinamento dos trabalhadores, o controle de pesticidas, entre outro”, possível na prática somente a grandes e médios produtores.

Algumas abordagens críticas em torno das tendências globais de difusão de normas e padrões produtivos, sintetizados sob a atuação de selos de certificação, como ocorre nos sistemas agroalimentares de valor agregado como as frutas frescas, tergiversam aspectos como as disposições de governança no âmbito da produção global (GEREFFI, 1994; HUMPHREY; SCHMITZ, 2001), incluindo aí a discussão sobre o poder das grandes redes varejistas na conformação das realidades produtivas locais de regiões em desenvolvimento (FREIDBERG, 2003; REARDON et al., 2003). Também são de grande importância os debates promovidos por Bonanno (1999) e Friedland (1994a), acerca da reestruturação produtiva por trás da ascensão de dessas tendências, tornando particularmente significativas as investigações em torno das mudanças no trabalho delas consequentes (BENENCIA; QUARANTA, 2003; CAVALCANTI; 1999; CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2006; CHIAPE; MARTELO, 2005; LABA, 2004).

O debate em torno das dinâmicas que atuam sobre o trabalho no contexto da agricultura de exportação é o que nos interessa em específico. Neste sentido, entender as

transformações que acontecem no universo dos trabalhadores das *packing houses* de manga do VSF é também perceber a formatação em nível local de influências e processos globais que conformam uma realidade mais complexa ao mundo do trabalho na agricultura. Sob esta perspectiva, a globalização dos alimentos tem sido decisiva no delineamento de regiões econômicas em que a reestruturação produtiva ajusta novas formas de organização social da produção (NOVICK; CARRILO, 2006; TEUBAL, 2001) e recortes no mercado de trabalho (MARSDEN; CAVALCANTI, 2001).

Compreendemos, neste sentido, que essas dinâmicas fazem parte dos pontos de intersecção entre o contexto produtivo local e as tendências reverberadas pelos mercados globais. As certificações enquanto instrumentos de comunicação e poder podem ser apreendidas analiticamente como mecanismos, pelos quais essas conexões se processam, e, por isso mesmo, a discussão em torno delas consta importante. A aplicação local dos protocolos pelas gerências das empresas é também o “processamento” do trabalho face às influências difundidas pelos mercados globais que envolvem produtores e trabalhadores como parte integrante dessa cadeia produtiva, cujas maiores capacidades decisórias concentram-se entre os compradores dos países do Norte.

As alterações das estruturas de processamento da manga no VSF e, consequente adequação aos protocolos de certificação, trouxeram melhorias na condição de trabalho das *packing houses*, se estendendo também para os trabalhadores do campo. Embora parte significativa dessas melhorias, em especial no que se refere à condição dos trabalhadores de campo, ocorram como consequência indireta do atendimento a quesitos específicos de sanidade e segurança da produção, ainda assim tiveram sua importância na instituição de uma realidade em que a proteção e a preservação dos trabalhadores foi minimamente assegurada. Entretanto, não é raro a literatura destacar situações, nas quais as empresas infringem as normas de segurança estabelecidas como padrão, submetendo homens e mulheres a situações de risco e/ou dano imediato à saúde. (LEITE, 2013; SILVA, G. 2016).

Por outro lado, conforme consta em Bezerra (2012b) e P. Silva (2012), muitas das vezes, as supostas melhorias promovidas por essas certificações se limitam a consolidar aspectos já assegurados em lei. Mas em um ambiente, no qual o descumprimento à legislação nacional vigente era corriqueiro entre as grandes fazendas, sendo prática comum a submissão dos trabalhadores de campo a condições precárias de exercício laboral (BLOCH, 1996), as certificações, enquanto instrumentos de regulação de mercado, contribuem para a reversão dessas práticas em incidência tão elevada. Pelo menos as grandes empresas voltadas à exportação passam a representar um panorama mais salutar ao desempenho das atividades de

trabalho entre os empregados pela vigência dos pré-requisitos constantes nos *check list* das certificações.

Los trabajadores se benefician con el cumplimiento de los puntos de control contemplados en los protocolos de la GlobalGAP que se refieren a la salud, seguridad y bienestar de los trabajadores. Sin embargo, dichos criterios de conformidad solo revalidan el cumplimiento de los beneficios ya garantizados en la legislación nacional y refrendados en los convenios colectivos de trabajo. Se trata, por lo tanto, de un mecanismo de regulación del mercado que tiene un efecto positivo en el cumplimiento de la legislación nacional (SILVA, P., 2012, p. 130).

A adequação às certificações significou um novo padrão de estruturas de processamento pós-colheita da manga no VSF, com incremento de maquinários integrados de alta tecnologia, ambientes de tratamento hidrotérmico, laboratório de análises, câmaras de resfriamento, climatização da área de processamento, e outros espaços de usos específicos voltados à produção. Essas estruturas variam conforme o porte e o volume de processamento das empresas, bem como em relação ao padrão produtivo estabelecido e o nível de abrangência dos mercados em que atuam. No caso de empresas como a Maia, por exemplo, em que o leque de importadores com os quais negocia é mais restrito, é possível notar adequações estruturais voltadas exclusivamente ao atendimento de “recomendações” apresentadas por esses compradores em visitas técnicas ou pela emissão de novos protocolos. Tomando por base os depoimentos coletados entre os Informantes, S5, S6 e S7, é possível indicar que essas “recomendações/sugestões”, embora não se constituam como obrigações, tendem a entrar nos planos de execução das empresas, pois implicam em maior valorização da imagem junto ao comprador, se revertendo em solidez do laço comercial e ampliação futura de negócios. Situações como a climatização integral do ambiente embalamento ou a reforma elétrica para melhoria da iluminação do ambiente ocorridos na Empresa Maia, são exemplos que podem ser citados a este respeito. Adequações não obrigatórias que acabaram promovendo maior conforto nas atividades laborais dos trabalhadores daquela empresa.

Nas empresas em que o volume de processamento é muito elevado, ou seja, onde as plantas físicas são maiores, as adequações estruturais tendem a se limitar ao atendimento dos critérios obrigatórios e recomendações fundamentais dos protocolos das principais certificações internacionais. O portfólio abrangente de parceiros comerciais e a preocupação com o aumento do volume exportado contribuem para que os incrementos físico-estruturais e tecnológicos sejam mais restritos nessas empresas. Há alterações que trazem ganhos imediatos na produtividade como a ampliação e inovação das câmaras frias visando à maior capacidade de acondicionamento e possibilidade de manter a fruta mais tempo na *packing*

house, contingenciando possíveis perdas; ou a aquisição de novos equipamentos de processamento que promovam redução de perdas de fruto, maior capacidade de processamento, redução de processos intermediários e, conseqüentemente, da mão de obra necessária na produção.

Além dessas alterações que colocam as *packing houses* de manga do VSF entre as melhores plantas físicas de processamento pós-colheita existentes neste segmento particular, é importante destacar as reformas físicas voltadas ao cumprimento dos protocolos dos selos internacionais relacionadas a ajustes nas condições de trabalho. Em verdade, se constituem com base não propriamente na melhoria das condições de trabalho, mas preferencialmente voltadas à sanidade na produção dos alimentos, ainda que possam ser percebidas, em seu resultado final, como elementos que melhoram a condição de trabalho. Nas áreas de campo, conforme Bezerra (2012b), pesa ainda o fato de algumas das melhorias quanto à redução de danos ao meio ambiente, capazes de promover algum ganho indireto aos trabalhadores envolvidos nessa fase da produção, as quais aparecem nos protocolos como orientações e não como condutas obrigatórias às empresas, reduzindo a possibilidade de sua efetivação no plano prático.

O acesso de trabalhadores a instalações sanitárias e lavabos devidamente higienizados e próximos ao ambiente de trabalho é obrigatório nas *packing houses*, certificadas pelo GlobalG.A.P. Para o cumprimento integral desse item, é necessário não apenas a existência das instalações em condições satisfatórias (funcionamento dos equipamentos, disponibilidade de detergentes, secadores), mas sua operacionalização no nível prático, o que implica em “rotinas de higiene padronizadas”, no nível de controle protocolar. Em termos práticos significaria a higienização dos trabalhadores antes do início do trabalho, após cada ida às instalações sanitárias, depois de usar um lenço, após manusear material contaminado, após fumar, comer, ou beber, depois das pausas, antes de regressar ao trabalho, e em qualquer outro instante em que as mãos tenham tido contato com possíveis contaminantes⁶¹. Do mesmo modo, fazem parte dos requisitos obrigatórios às *packing houses* de exportação, a existência de espaços reservados como vestiário, para que os trabalhadores possam trocar de roupa e realizar a vestimenta e colocação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI'S; instalações para a realização das refeições; e ambientes específicos para armazenamento de quaisquer contaminantes físicos (lubrificantes, materiais de limpeza, soluções e produtos de

⁶¹ *Check list* do Sistema de Gestão de Qualidade GlobalG.A.P. em: <http://www.globalgap.org/uk_en/for-producers/crops/FV/>, acesso em: 16 jul. 2016.

tratamento, etc.), dentro dos padrões de segurança pré-estabelecidos, às vezes até mais rígidos que a legislação nacional.

Ainda circunscrito ao ambiente físico de produção e trabalho, é mandatório pisos regulares, limpos e mantidos conforme normatizado, incluindo registros de limpeza com frequência mínima; recolhimento diário de lixo e material descartado no processamento, com subsequente limpeza setorial e manutenção de registros sobre estas ações. Todos esses condicionantes físico-estruturais, requisitados pelas certificações, proporcionam um ganho no ambiente de trabalho, principalmente se considerarmos essas condições em relação a outras formas de trabalho historicamente constituídas em torno da fruticultura de exportação (BONANNO; CAVALCANTI, 2012, 2014; BENDINI et al., 2011; CAVALCANTI, 2014b, 2015).

Todavia, é preciso tomar criticamente a realidade que se apresenta no VSF quanto a essas melhorias no ambiente de trabalho face às adequações estruturais, considerando as falas e a condição cotidiana daqueles que trabalham nesses espaços de produção, a fim de apreender a questão para além do que consta estabelecido nos protocolos de certificação e nos registros das empresas. Um exercício interessante neste sentido é a apreensão dos relatos dos trabalhadores quanto às condições operacionais das estruturas físicas existentes em suas realidades de trabalho.

4.1.1 Memórias e Lutas diárias

Há evidências de que as mudanças nas *packing houses* ocorreram paulatinamente. Pondo em diálogo as percepções dos trabalhadores antigos e atuais das *packing houses* entrevistados na pesquisa, é possível identificar questões interessantes a respeito do cumprimento efetivo das condições estruturais exigidas à certificação das empresas. Neste sentido, os trabalhadores antigos falaram das limitações dessas estruturas e, em alguns casos, sugeriram até a inexistência dos equipamentos necessários para a operação dessas instalações. Tomadas em conjunto, as impressões reportadas pelos trabalhadores da década passada apontam as seguintes limitações relacionadas às estruturas físicas: insuficiência das instalações ao número de trabalhadores que a utilizam; problemas elétricos; problemas hidráulicos; equipamentos com defeito, higiene inadequada; falta de materiais necessários ao funcionamento das instalações (Quadro 3).

Para esses trabalhadores, os banheiros eram os ambientes mais deficientes, apresentando constantemente ausência de materiais necessários como papel higiênico,

detergentes, toalhas de secagem das mãos e até mesmo lixeiros apropriados, além de recorrentes problemas hidráulicos e, higienização, quase sempre, inadequada. Em alguns casos, os trabalhadores também os consideram insuficientes, particularmente no caso das empresas Keitt e Kent. Bebedouros e refeitórios também foram instalações apresentadas com limitações operacionais, sendo os problemas hidráulicos e a insuficiência ao atendimento do número de trabalhadores os pontos críticos destacados. Vestiários e depósitos para o armazenamento de produtos químicos são os ambientes com menor incidência de problemas, sendo acentuado pelos atores apenas a limitação dos vestiários no atendimento do contingente das empresas.

Quadro 3 - Número de ocorrências de limitações dos ambientes físicos nas falas dos trabalhadores antigos das *packing houses*

Limitações reportadas	Ambientes/Instalações				
	Banheiro	Bebedouro	Refeitório	Vestiário	Depósitos*
Insuficiente p/ o numero de trab.	5	6	4	5	0
Problemas elétricos	4	0	5	2	2
Problemas hidráulicos	9	7	8	0	0
Equipamentos com defeito	8	3	3	0	0
Higiene inadequada	10	3	4	1	1
Falta de materiais necessários	12	0	0	0	0

* Instalações específicas para armazenamento de produtos fitossanitários e/ou limpeza e/ou manutenção

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Considerando que dentre os espaços apresentados, as instalações específicas para o armazenamento dos produtos utilizados nos tratamentos fitossanitários da manga são aquelas que menos impactam nas condições de trabalho dos atores entrevistados, resta explícito o descompasso entre qualidade de estruturas obrigatórias e importância para o conforto dos trabalhadores. Dentre as instalações comentadas, os depósitos foram os ambientes citados quanto às melhores condições, no entanto são espaços, essencialmente operacionais, de acesso limitado a poucos trabalhadores. Os demais espaços cuja qualidade estrutural poderia promover melhores condições à maioria dos trabalhadores não foram tão bem avaliados por esses, sugerindo certa despreocupação das empresas quanto aos ambientes de uso comum dos trabalhadores.

É preciso sublinhar, contudo, conforme destaca Souto Júnior (2013), que, já nos anos 1990, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina tinha como uma de suas pautas a melhoria das condições de trabalho. A agenda política dos trabalhadores incorporava, também nas reivindicações junto ao patronato da época, a luta por melhores salários, transporte gratuito e registro na carteira de trabalho. Os avanços durante a década reduziram a má qualidade dos espaços destinados ao descanso, refeições e necessidades fisiológicas dos

trabalhadores, sendo o salto qualitativo maior para os trabalhadores de campo cujas condições eram mais precárias (SILVA, G., 2016).

Os indivíduos entrevistados não falam desconectados dessa realidade e, por vezes, mencionaram a melhoria desses espaços se confrontados com tempos anteriores ou com as condições mais severas do trabalho de campo. A este respeito, o Informante A8 observa o seguinte:

Informante A8: Como eu disse... Se for pra falar a verdade, tinha problema sim no banheiro, no refeitório. vestiário era só um espaço lá aberto. O banheiro mesmo era sujo e faltava papel sempre, mas tinha. Quando era no campo o trabalho aí é que a coisa era ruim viu... num tinha nada. e quando tinha era um bagaço. Eu já trabalhei em muito canto no campo e sei bem disso. Pras fazenda... vixe, a packing era muito melhor. (Informante A8, Homem, 45 anos, Descarregador/Montador de Pallet, trabalhador temporário na Empresa Keitt. Entrevista realizada em 14 de maio de 2015).

No geral, as informações dos trabalhadores sugerem que, embora fosse comum encontrar problemas nos espaços citados, ainda assim a condição de tais ambientes era sempre melhor que outras por eles encontradas em outros trabalhos no campo. De todo modo, essa realidade aponta para o fato de que esses trabalhadores não viam esses espaços em condição plenamente satisfatória, contestando, assim, os discursos que declaram o cumprimento de boas condições de trabalho fundamentados tão somente na existência desses ambientes, e não, propriamente na condição de uso em que se encontram para o trabalhador. Ao mesmo tempo, essas falas nos fazem pensar em que medida muito dessas “insatisfatórias” condições de trabalho deixaram de ser expressadas pelos trabalhadores, simplesmente, porque, quando comparadas a outras experiências já vivenciadas por eles, soavam bem melhores, apesar das limitações apontadas. Equacionada na linguagem popular, algo como: “pra quê reclamar disso se antes estava era pior”. Parece-nos plausível pensar que, para sujeitos habituados a condições de maior precariedade, a simples existência desses ambientes e/ou a possibilidade de acessar água potável próximo ao trabalho, já soariam como ganhos emblemáticos. Sob este viés, seria possível aventar que a condição de precariedade anterior, vivenciada pela maioria dos trabalhadores antigos, ao que parece, funcionou como um fator sobrevalorizador das condições de trabalho alcançadas na *packing house*, na exata medida em que as insuficiências das instalações foram sempre minimizadas face à recordação de experiências bem mais precárias.

No que tange ao ambiente de trabalho merece menção o fato de que na fala dos descarregadores de antigamente esteve presente a indicação de que as empresas ainda não

tinham consolidado integralmente as estruturas que envolviam esse setor, e portanto, a irregularidade e/falhas no piso, problemas nas estruturas de alvenaria e outros foram reportados. Alguns destes, todavia, reportam-se diretamente às constantes reformas, em prol dos ajustes necessários para as certificações e/ou ampliações na planta física para maior capacidade de processamento. Quanto aos setores de trabalho das embaladoras, operadores de câmara fria desse período, as falas dos entrevistados não destacaram problemas ou deficiências.

Os trabalhadores contemporâneos, por sua vez, não indicaram limitações quanto aos depósitos⁶² e vestiário. As ocorrências suscitadas em relação aos bebedouros apareceram como situações pontuais de defeitos no equipamento de refrigeração da água, mas com rápida solução pela empresa, sendo mencionadas duas únicas vezes com referência à empresa Palmer. Para os refeitórios, foram encontradas oito ocorrências destacando a insuficiência desses ambientes para o atendimento do contingente de trabalhadores. As maiores ocorrências acontecerem em relação aos espaços dos banheiros, tendo sido contabilizadas vinte e seis indicações de falta de materiais necessários, dezoito referentes à higiene inadequada e doze citações de problemas hidráulicos. Esse número concentrado de ocorrências em relação às instalações sanitárias pode ser motivado pelo fato de ser um ambiente de uso compartilhado por muitos sujeitos e, com uso, relativamente frequente, o que amplia a possibilidade dessas circunstâncias. De acordo com G. Silva (2016), alguns dos danos em instalações sanitárias nas áreas de campo são frutos de depredações realizadas pelos próprios trabalhadores como forma de expressar insatisfação quanto às condições do ambiente oferecido pelo patronato. Estratégias de ação que se inserem na esfera da resistência velada (SCOTT, 2002).

De modo geral, com a exceção dos banheiros, as demais instalações de uso coletivo pelos trabalhadores contemporâneos das *packing houses* apareceram bem avaliadas quanto às condições oferecidas, ressaltando um ganho em comparação ao ambiente retratado pelos antigos trabalhadores. Nos relatos dos trabalhadores permanentes de hoje, vez ou outra, apareceu implícita a ideia de que, no período de entressafra, é mais comum encontrar problemas nos banheiro, à revelia do que se poderia supor a princípio. A este respeito, a fala da Informante C9 parece mais esclarecedora que as demais.

Pesquisador: Como são as estruturas disponíveis aos trabalhadores lá na *packing house* que a senhora trabalha?

⁶² Essas instalações são cruciais nas avaliações do HACPP, também sendo critério específico de averiguação no protocolo da GlobalG.A.P. aplicado às *packing houses*, de modo que suas especificações são praticamente padronizadas na íntegra pelas empresas.

Informante C9: É tudo certinho... a empresa é::: tem que manter tudo organizado por conta das fiscalizações.

Pesquisador: Sei. Então sempre tá tudo certinho? Banheiro tem detergente todo dia, papel, sempre limpinho?

Informante C9: Às vezes falta né? Mas se a gente falar, o funcionário da limpeza vai lá e ajeita... às vezes fica uns dias sem lavar, fica uma coisa quebrada, mas quando o encarregado vê, manda corrigir...às vezes até demora e precisa as embaladoras reclamar mais pra poder ajeitar. Agora se quiser ver tudo perfeito vá no começo da safra, ou quando as fiscalizações estão programadas... aí é tudo brilhando (risos)

Pesquisador: (risos) Que fiscalizações?

Informante C9: O pessoal que vem pra renovar o global [certificação GlobalG.A.P.] ou o Tesco [certificação Tesco Nuture]... Quando vem tem que está tudo conforme, o controle já vê logo isso bem antes. (Informante C9, Mulher, 39 anos, Fiscal de linha, trabalhadora permanente na Empresa Kent. Entrevista realizada em 05 de março de 2016).

No panorama traçado pela trabalhadora, o funcionamento em plena conformidade ocorre mais frequentemente quando as fiscalizações para renovação das certificações são programadas, sendo comum que na entressafra os trabalhadores presentes na *packing house* da empresa processando manga para o mercado interno, em contingente mais restrito, acaba utilizando as instalações em condições não ideais.

Em um balanço dos aspectos abordados neste segmento, poderíamos pontuar que as condições gerais das instalações físicas dos trabalhadores antigos das *packing houses* aparecem em suas falas mais limitadas e com a ocorrência de mais problemas, indicando a incompletude no oferecimento das condições de trabalho ideais pelas empresas. Em dias atuais, os trabalhadores apontam uma percepção satisfatória quanto à maioria dos ambientes, com a exceção dos banheiros que, sendo de uso comum de muitos trabalhadores e com maior frequência que os demais, acabam sendo citados mais vezes como insuficiente em vários aspectos. Esse retrato geral pode ser relacionado com a limitação real dos supostos benefícios promovidos pelos imperativos de certificações privadas como o GlobalG.A.P..

El GlobalGAP es la principal modalidad de certificación adoptada por las unidades productivas de la región del SMSF. Sus protocolos siguen las tendencias mundiales de incorporar la fuerte preocupación por el consumo de productos saludables producidos a partir de preceptos básicos de respeto al medio ambiente, e introducen algunos aspectos relacionados al bienestar de las personas involucradas en la producción en los lugares donde son cultivados. Sin embargo, *al analizar el impacto que ha tenido su adopción en los procesos de trabajo y, en particular, sobre la mano de obra femenina, se hace evidente que los avances propiciados por estos protocolos para la creación de condiciones adecuadas fundamentadas en el bienestar del trabajador siguen siendo exigüos.* (SILVA, P., 2012, p. 130, grifo nosso).

Sob esta ótica, as falas dos trabalhadores recentes deixaram transparecer a ideia de que as empresas tendem a se preocupar de fato com a condição desses ambientes quando as

fiscalizações estão programadas para ocorrer, no período de safra, sanando eventuais problemas antecipadamente e disponibilizando os materiais de higienização a contento. Parece ser comum que na entressafra essas instalações não operem adequadamente e que os trabalhadores as utilizem em condições inadequadas. Circunstâncias que trazem à tona o questionamento da efetividade dessas fiscalizações para a manutenção de um quadro adequado de condições de trabalho durante todo o ano, condizentes, por assim dizer, com todo o valor real e simbólico agregado aos produtos possuidores desses selos.

4.2 Controle, regulação e rastreabilidade nas *packing houses*: o monitoramento do trabalho

A organização da produção e a estruturação das relações nos espaços produtivos das *packing houses* sofreram alterações importantes, ao longo dos anos, como foi possível captar nos relatos emitidos pelos antigos trabalhadores quando confrontados com a realidade que pudemos observar pessoalmente e sentir pela descrição daqueles atores que atuam contemporaneamente nas distintas atividades desse ambiente produtivo. O novo cenário que se estabeleceu com a expansão mundial dos sistemas agroalimentares desperta a necessidade de que produtores e ofertantes de alimentos frescos alterem práticas, condutas e rotinas, a fim de se encaixar nos padrões requisitos que se estabelecem hegemonicamente no segmento de alimentos frescos (MARSDEN; FLYNN; HARISON, 2000). Neste sentido, são decisivas certas mudanças para que se atinjam as prerrogativas fixadas nesses circuitos e fluxos específicos.

El nuevo escenario de los sistemas agroalimentarios se caracteriza por cambios tecnológicos que demandan mayor flexibilidad en la empresa y perfiles de calificación versátiles y polivalentes, una mayor descentralización de la producción y condicionamientos crecientes de las regulaciones internacionales de un marco de mercados mundiales más inestables y competitivos (BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2003, p. 42).

Um novo padrão de consumidor⁶³, assim como o desenvolvimento de uma cadeia cada vez mais especializada e aperfeiçoada em seus mecanismos de regulação, estimula e ao mesmo tempo impele os contextos produtivos à adequação. Um ponto interessante a ser

⁶³ Conforme apontado anteriormente, é possível tomar criticamente as intervenções políticas em nível global realizadas por grupos específicos de empresas no sentido de absorver discursivamente e modelar, segundo seus próprios interesses, os supostos padrões requeridos por consumidor. Sobre vários formatos e perspectivas de abordagem, é possível encontrar esta discussão em: Freidberg (2003), Gereffi (1994), Humphrey e Schmitz (2001), Millstone e Zwanenberg (2002), Reardon e Farina (2002), dentre outros.

destacado a este respeito é o fato de que a atenção do consumidor final para com o bem que pretende adquirir não se baseia apenas nas qualidades mais aparentes ou elementares do alimento que vai ser adquirido, mas toca também aspectos mais profundos sobre as condições de produção. (CAVALCANTI, 1997; 1999c). Os imperativos de um produto capaz de ser monitorado na integralidade de seu processo de produção é uma das tarefas que o sistema perito, que se estabelece dando suporte à globalização dos alimentos, irá cumprir. A possibilidade de reconhecer fases, atividades, desenvolvedores e características inerentes aos produtos alimentares é alcançada por meio da **rastreabilidade**, passando a ser uma das particularidades do atual modelo agroalimentar, cujos instrumentos de controle produtivo atrelados às tecnologias da informação facultam o acesso a essa informação também aos seus consumidores. Essa condição de acesso informacional que antes fazia parte exclusivamente do controle administrativo enquanto ferramenta técnica para o monitoramento gerencial e a regulação sobre o trabalho. Mas agora, também, é disponibilizada aos consumidores dos alimentos como forma de tornar transparente a origem e qualidade do produto, aumentando os laços de **confiança** dentro dos mercados globais (BECK, 2010).

Sobre este ponto, pesa o fato de que as grandes redes varejistas atuaram, contundentemente, através dos selos de certificação na modelação da produção, tornando possível a rastreabilidade. As ideias de transparência quanto aos processos produtivos e segurança alimentar são alguns dos significados que revestem a rastreabilidade como uma “necessidade” do consumidor contemporâneo. Atributo que é incorporado pelos *supermarkets* da Europa e Estados Unidos como diferencial qualitativo no *marketing* associado aos produtos, implicando logicamente em itens de maior valor. São estratégias como essa que as redes varejistas acionam visando à ampliação do *market share*, em que

[...] os produtos hortifrutigranjeiros são decisivos, pois servem como instrumento de atração do público às lojas. Se esses produtos são comuns, não terão tanto poder de atração. Porém, se eles são colocados ao consumidor final como produtos saudáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos, podem aumentar sua capacidade de cativar os consumidores [...] (GOULART, 2011, p. 113).

No nível do discurso do *marketing* agregado aos alimentos com a condição de rastreabilidade, soam plenamente possíveis sentidos como “esse produto é saudável, você pode conferir” ou “produto de origem brasileira, veja onde foi produzido”. Aqui é possível fazer uma conexão interessante com a discussão das certificações, apresentada anteriormente. Os selos de certificação como mecanismos de comunicação, isto é, como fichas simbólicas, aglutinam esses e outros sentidos associados a produtos como a manga do VSF. A

possibilidade de acesso informacional aos processos de produção dos itens permitidas pela rastreabilidade é tanto uma condição em si quanto um significado prático valorativamente tomado na cadeia. Os selos de certificação incorporam essas duas dimensões da rastreabilidade ao desempenhar sua função simbólico-comunicativa, promovendo um desencaixe⁶⁴ temporal e espacial, na medida em que permite a “averiguação e monitoramento” do processo produtivo (ainda que limitadamente, pois as informações veiculadas no rastreamento são parciais) fora dos contextos locais, onde ocorreu.

Existe ainda outro raciocínio digno de menção para concluir a ponte entre consumidor e a dimensão da rastreabilidade dos itens na cadeia dos alimentos frescos. Conforme sugerimos em outros instantes, a confiança é um elemento chave para a existência de sistemas abstratos fundamentados no conhecimento e na técnica (GIDDENS, 2009). Ela é decisiva na estabilidade das relações sociais que envolvem, por exemplo, mercados específicos (GIDDENS, 1991). De acordo com Beck (2010), a confiança se dispõe de forma variada nos indivíduos que partilham os mesmos riscos, podendo ser percebida em graus distintos conforme maior ou menor acesso às informações dos sistemas regulatórios que contingenciam estes riscos. Nesta linha de raciocínio, a rastreabilidade é uma condição que faculta o acesso à informação a determinados consumidores, lhes possibilita ficar ciente das práticas e procedimentos adotados na produção de determinados itens e, por conseguinte, amplia a segurança em torno da relação de aquisição do alimento, na medida em que torna mais confiável determinado produto.

No nível dos significados mais superficiais, permitir o rastreamento de um produto possui um sentido muito próximo de atestar integralmente a idoneidade da produção. Sob esta permutação fantasiosa de denotações, promovidas e ratificadas pelas estratégias de *marketing*, a rastreabilidade nem precisa ser propriamente utilizada pelo consumidor para que cumpra seu papel na manutenção e reprodução da confiança. Basta que ela se apresente como uma possibilidade “transparente” ao consumidor, replicando em uma percepção qualitativamente diferenciada do produto que leve à ideia de “mais confiável” para que sua contribuição à estabilidade do sistema seja efetivada. Pois esta confiança instituída⁶⁵, por sua vez, se reporta, ao produto e seus processo produtivo, tanto quanto ao distribuidor que disponibiliza o item

⁶⁴ Entendido aqui tal como consta em Giddens (2002, p. 24): “[...] o ‘deslocamento’ das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo. Esse ‘deslocamento’ é exatamente o que quero dizer com desencaixe, que é a chave para a imensa aceleração do distanciamento entre tempo-espaço trazido pela modernidade”.

⁶⁵ Lembremos que a confiança pode ou não se estabelecer pela reflexão consciente dos indivíduos, sobretudo nos sistemas onde o conhecimento técnico é de domínio restrito ou muito complexo. “Em uma multiplicidade de sistemas abstratos, a confiança é uma parte necessária da vida cotidiana da atualidade, quer isto seja ou não conscientemente reconhecido pelos indivíduos em questão” (GIDDENS, 2012, p. 139).

nas gôndolas e, em um nível mais profundo, aos complexos regulatórios que estabelecem os critérios e fiscaliza essa condição.

Para além desses apontamentos, o fato é que para a rastreabilidade se coloca como uma condição possível ao consumidor no final da cadeia é preciso, antes, que as estruturas e modelos de produção instituem procedimento, rotinas e estratégias de organização e regulação dos processos e trabalhos envolvidos. São modificações e ajustes que perpassam pelo aperfeiçoamento gerencial e pelo progressivo controle das forças produtivas. Este movimento trata não apenas dos avanços de técnicas e modelos organizacionais gerenciais na perspectiva restrita da administração do empreendimento, mas igualmente da ampliação do domínio da ciência sobre a natureza, do desenvolvimento de tecnologias e biotecnologias para a regulação quase integral da produção agrícola, reduzindo drasticamente a suscetibilidade desse segmento econômico às condições naturais. Ao explicar a formação dos complexos agroindustriais contemporâneos, Kageyama e Silva (1999) destacam o caráter histórico dos avanços na produção agrícola nacional, indicando o crescimento à jusante da participação das tecnologias no processo produtivo como condição para o estabelecimento da moderna agricultura racional⁶⁶.

Tomando como referência a produção nas “cadeias de valor”, Pegler (2015) faz um apanhado interessante das tendências produtivas e gerenciais de controle com reflexos diretos no mundo do trabalho, operantes na economia global contemporânea. Pinçando contribuições empíricas diversas de estudos anteriores que guardam em si pontos de similaridade sobre a temática, o autor indica que a “flexibilidade” (manifesta em várias formas), a “vulnerabilidade” socioeconômica e a “ausência de voz dos trabalhadores” (em muitas circunstâncias) são elementos recorrentes, nas realidades conformadas por cadeias produtivas de valor, nas quais a governança recai sobre os **compradores** (PEGLER, 2015, p. 171). Em intensidades distintas, um argumento também presente em Dolan e Humphrey (2000), Gereffi (2001) e Lawrence e Burch (2005), que apontam, cada qual à sua maneira, como, especificamente na cadeia de alimentos frescos, estruturas e mecanismos de regulação se perpetuam promovendo determinações de um lado e ajustes compulsórios de outro.

⁶⁶ Desta forma, tanto a produção agrícola conjugada com o processamento industrial quanto os cultivos de exportação se instituem e desenvolvem produtivamente a partir do acesso às novas tecnologias que tanto minimizam as possibilidades de infortúnios naturais quanto elevam os rendimentos das plantações. Porém, não sem provocar dilemas em torno dos impactos advindos do uso indiscriminado dessas tecnologias da engenharia, da química e da biologia aplicadas à produção (FAVARETO, 2010).

No que se reporta ao VSF, a produção de itens de alta qualidade implicou em modificações significativas, até que se constituíssem “produtores de qualidade” na região, em um processo que,

[...] exige uma contínua relação entre os atores, que se diversificam segundo os requerimentos do trabalho e do controle sobre trabalhadores e produtos, mais e mais instituídos no local de produção; na construção da qualidade dos produtos são requeridas definições do grau de responsabilidade de cada um dos atores envolvidos, como observado no Vale do São Francisco (CAVALCANTI, 2004, p. 27).

Os níveis e as ferramentas de monitoramento, encontrados na fruticultura de exportação dessa região são diversos, variando conforme a cultura plantada, o tamanho do empreendimento produtivo, o mercado ao qual se destina a produção e de acordo com o modelo gerencial-organizacional utilizado. Embora sejam muitas as realidades possíveis de se encontrar, quando focamos as grandes empresas exportadoras de manga, é possível indicar que os padrões estabelecidos de controle e monitoramento, ao se basearem nos mesmos protocolos de certificação predominantes nos circuitos internacionais, são similares, favorecendo a constituição de um novo perfil de trabalhadores (CAVALCANTI, 2004).

Nos ambientes produtivos, onde se realiza o beneficiamento pós-colheita da manga (tratamentos fitossanitários, embalagem e acondicionamento) as instâncias e os mecanismos de controle se adensam com o propósito de manter e incorporar novas informações ao rastreamento dos produtos. Os atributos qualitativos agregados às mangas pelos processos realizados nas *packing houses* permitem maior excelência visual/estética e tempo de prateleira que são alcançados mediante a rígida organização e controle das atividades e dos trabalhadores. A partir das considerações de Benencia e Quaranta (2003), é possível compreender que na composição de um complexo global que envolve a produção e circulação de alimentos *in natura*, esses espaços de produção possuem fundamental importância, pois a eles se associam as incorporações tecnológicas decisivas para o avanço do setor agroalimentar. Ao mesmo tempo, nesses ambientes de produção são reproduzidos os atributos de regulação do processamento das frutas exportadas, os quais se consolidaram como premissa nos fluxos e circuitos seguros do novo modelo agroalimentar (FRIEDLAND, 1994b).

As cadeias agroalimentares estão no bojo de uma economia dinâmica e integrada em redes, cujos padrões e parâmetros comunicativos, inclusive aqueles acionados pelos consumidores finais aos quais é oferecido o acesso à informação sobre os alimentos e suas condições de produção, aperfeiçoaram-se em consonância com os avanços das tecnologias

informacionais. Acerca dessa economia de redes e fluxos que se forma, Castells (1999a, p. 165) pontua que além da produtividade, “a geração de conhecimentos e a capacidade tecnológica são as ferramentas fundamentais para a concorrência entre as empresas, organizações de todos os tipos e, por fim, países”.

Ampliar a condição de rastreabilidade produtiva se apresenta como vantagem e diferencial competitiva, sendo exigida pelas grandes distribuidoras e redes de supermercados que adquirem frutas tropicais *in natura*. De acordo com o Informante S1, o qual trabalhou algumas temporadas no porto de Roterdã na Holanda sendo responsável pela recepção e monitoramento da qualidade de uvas e mangas remetidas pela Empresa Palmer, aos importadores, quanto mais informações sobre o produto e o processamento, melhor era a recepção pelos compradores europeus. É neste sentido, por exemplo, que detalhes mais minuciosos como a hora do processamento do fruto na *packing house*, o tempo de câmara fria ao qual a fruta esteve submetida antes do embarque, tempo de traslado até o embarque (aéreo ou marítimo), entre outros, fazem diferença na recepção e distribuição do produto.

As informações passaram a ser cruciais no gerenciamento de uma produção voltada para mercados globais, nos quais a racionalização e o gerenciamento do tempo passa a ser condição básica de competitividade nos termos do *just in time* (CAVALCANTI; SILVA, 1999). Assim, uma produção cuja condição de rastreabilidade seja marcada pela ampliação do número e do nível de detalhamento das informações são preferidas por importadores, na medida em que possibilitam o melhor gerenciamento e processos decisórios dentro da cadeia, tal como sugerido pelo Informante S1. De posse dessas informações, por exemplo, uma rede varejista com várias filiais define e executa a remessa de lotes de manga importados para tal ou qual filial, através da ponderação de aspectos contidos em tais dados (condição de maturação do fruto, tempo total de câmara fria ao qual foi submetido, data do processamento, entre outros). É preciso destacar que a rastreabilidade é uma condição preconizada no sistema agroalimentar vigente, também pelo fato de ser responsável em realizar a ponte entre locais de produção e mercados globais.

Potenciais compradores, distribuidores e consumidores de bens agrícolas procuram hoje informar-se sobre os produtos, avaliando as condições e lugares de sua produção e do trabalho, para ter certeza de que atendem aos padrões do trabalho, para ter certeza de que atendem aos padrões de qualidade definidos. Na linguagem técnica de produtores e distribuidores, a rastreabilidade é um termo para designar a proximidade que deve haver entre lugares e condições de produção e o consumidor final, que passa a se distinguir os vários espaços de mercado (CAVALCANTI, 2004, p. 26).

Para se oferecer a distribuidores, redes de supermercados e até mesmo ao consumidor final que adquire uma caixa de mangas *made in Brazil* a condição de rastreabilidade do produto, é necessário que se intensifiquem e se aperfeiçoem os instrumentos, mecanismos e ações de controle sobre a produção e o trabalho. Enquanto uma das forças produtivas articuladas para a produção e beneficiamento das mangas que são exportadas pelo VSF, o trabalho sofre influências diretas e indiretas decorrentes das exigências apresentadas pelos mercados, algumas delas diretamente ligadas à rastreabilidade. Nesta perspectiva, o controle, a fiscalização e a regulação atuarão significativamente nas formas e características do trabalho desenvolvido nas *packing houses*⁶⁷.

Os níveis de controle que existem na produção das mangas do VSF são variados e iniciam-se muito antes da chegada dos frutos à *packing house*. Embora não tenham sido alvo de nossa observação direta, é preciso destacar que as atividades e tarefas nas áreas de campo, referentes ao manejo das plantas e colheita das frutas também sofreram alterações, favorecendo maior controle e fiscalização do processo produtivo e do trabalho ali realizado. Como levantado no capítulo terceiro, os próprios mecanismos protocolares difundidos pelas regulamentações e certificações nacionais e internacionais requereram a adoção de novas práticas não apenas do ponto de vista da racionalização no uso de produtos químicos, mas igualmente da organização produtiva, com maior controle sobre as etapas realizadas. Tal como sublinha Cavalcanti (2004, p. 27), “[...] na atualidade há mecanismos de monitoramento da produção que permitem identificar os trabalhadores envolvidos nas suas diferentes fases, mudando, portanto, o perfil requerido dos trabalhadores rurais”.

Em estudo recente abrangendo a fruticultura do VSF, G. Silva (2016) traz alguns exemplos interessantes de exercício direto do controle sobre os trabalhadores diretamente envolvidos com as atividades de campo na uva e também na manga. A este respeito merece destaque o fato de que a atuação permanente dos fiscais de campo transcende a averiguação e checagem restrita das ações executadas, perpassando também pela regulação e controle dos corpos. A vistoria rotineira do tamanho das unhas das mãos, do recolhimento integral do cabelo à touca, da ausência integral de acessórios como brincos, anéis, pulseiras e congêneres, fazem parte dos procedimentos de fiscalização apontados pelo autor como atuantes sobre os corpos dos trabalhadores. Como destacaremos adiante, aos trabalhadores das *packing houses*,

⁶⁷ Doravante, para fins de exposição teórica é preciso salientar que utilizaremos o termo “controle” para nos referir tanto à dimensão de organização e regulação dos processos de produção (uso conceitual geral), quanto para tratar de ferramentas, mecanismos e ações de fiscalização existentes no processo de produção das *packing houses* (uso exemplificativo específico).

que manipulam o alimento antes de seu acondicionamento final pré-consumo, essas e outras rotinas de fiscalização se fazem presentes de modo bastante incisivo.

Mas antes que cheguemos propriamente às questões empíricas do exercício do controle, gostaríamos de realizar um raciocínio introdutório que nos aproxima do contexto da aplicação normativamente orientada e justificada do controle sobre a produção e ao trabalho; um movimento que aponta como os regulamentos de orientação da produção frutícola voltada à exportação relacionam a dimensão geral do controle com a eficiência produtiva. Neste sentido, a observação da Instrução Normativa/SARC nº 012/2003⁶⁸ permite apreender os aspectos cuja interferência regulatória promove maior controle sobre a produção e o trabalho nela empregado. Em uma tomada sucinta, ao contabilizarmos os indicadores pertinentes às ações de controle, monitoramento e identificação existentes nas diversas áreas temáticas que compõem esse documento (Quadro 4), verificamos algumas das tendências que se propagaram no setor da mangicultura de exportação visando aos ajustes necessários para melhor inserção em mercados globais de alta competitividade.

Quadro 4 – Mapeamento dos aspectos indicativos de “controle” na IN/SARC nº12/2003				
Indicações	Nível	Área temática	Quant.	Teor
Controlar	Obrigatório	Manejo do Solo	1	Controlar o processo de erosão
		Irrigação	1	Controlar o nível de salinidade
	Recomendado	Recursos Naturais	1	Controle da qualidade da água
Monitorar	Obrigatório	Irrigação	1	Monitorar a aplicação da água
	Recomendado	Empacotadoras	1	Monitorar a temperatura do fruto durante o transporte;
Identificar	Obrigatório	Colheita e pós-colheita	1	Identificar cada lote produzido
		Empacotadoras	2	Identificar os lotes que chegam à empacotadora
				Identificar na caixa de embalagem

Fonte: Instrução Normativa/SARC nº 012/2003. Contabilizado e elaborado pelo autor

Considerando a distribuição das orientações que a norma estabelece como obrigatórias e recomendadas, é possível observar que o controle e o monitoramento no processo produtivo se relacionam com a ideia de racionalização no uso dos recursos ambientais e consequente redução do impacto da produção sobre o meio ambiente. O monitoramento e a identificação aparecem como dimensões que se reportam às áreas temáticas de Colheita e pós-colheita e Empacotadoras (*packing houses*), preconizando as condições necessárias para se alcançar a

⁶⁸ Documento publicado integralmente no Diário Oficial da União - Seção 1, Nº 186, em 25 de setembro de 2003, ISSN 1677-7042. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

rastreabilidade produtiva⁶⁹. Estes aspectos, por sua vez, requerem a implementação de rotinas de trabalho e processos devidamente registrados, capazes de viabilizar uma série numerosa de informações tanto do que foi realizado em campo, quanto do processamento nas casas de empacotamento, para utilizar um termo caro à norma.

O PIF, cuja IN/SARC nº12/2003 representa um regulamento específico à cadeia da manga, não atingiu os requisitos como uma certificação predominante entre os produtores do VSF que acessam os mercados externos. Isso porque no âmbito das transações com a Europa e com os Estados Unidos, os selos privados internacionais, incluindo os selos específicos das grandes redes de supermercado, se constituíram como as “fichas simbólicas” hegemônicas nesses circuitos, reduzindo significativamente a relevância da regulamentação nacional. Ainda assim, o entendimento das alterações orientadas por tal regulamento permite-nos captar que as prerrogativas de uma produção com elevado padrão de qualidade para atender aos compradores internacionais, requerem o desenvolvimento de estruturas e procedimentos para instituição da rastreabilidade e do monitoramento integral da produção.

Inclusos no nível das obrigações, os procedimentos de “identificação” nas áreas temáticas de colheita e pós-colheita e empacotadoras agem diretamente sobre o trabalhador correspondendo à assimilação instantânea de uma determinada ação ou conjunto de ações e seu executor. No nível gerencial, isso significa a possibilidade de relacionar um trabalhador a determinada falha ou erro na produção, ou seja, averiguar a qualidade do trabalho e imprimir adequações com maior eficiência. Do ponto de vista do trabalhador, isso traz a necessidade de maior responsabilidade, atenção e cuidado com as tarefas, favorecendo um estado de **autovigilância** permanente.

Assim, a cadeia de rastreamento se constitui na medida em que o fruto que vem do campo tem suas informações sistematizadas e integradas à outra série de dados e subsídios informativos proveniente das etapas realizadas nas *packing houses*. É possível indicar que ao longo dos anos, as formas de controle foram aprimoradas, imprimindo maiores restrições às condutas espontâneas dos trabalhadores nos locais de trabalho, ampliando a atuação das instâncias de fiscalização no processo produtivo, como veremos adiante.

⁶⁹ Nessa Instrução Normativa, o termo “rastreabilidade do produto” só aparece duas únicas vezes e se reporta necessariamente a rotinas específicas de trabalho, a saber, colheita e embalagem/empacotamento. Destaque para o item 11.4 da IN/SARC nº12/2013 que se refere à área temática de colheita e pós-colheita, na qual consta, como prerrogativa obrigatória, a apresentação de cada lote “com etiquetas que indiquem a Produção Integrada, data de colheita, variedade, nome da fazenda, número da parcela e o *responsável pela colheita*, de modo que assegure a rastreabilidade do produto” (grifo nosso). A identificação dos trabalhadores responsável pela atividade ocorre não somente na colheita, como destacado, mas também no embalamento, como apresentaremos mais adiante, sendo reflexo do aprimoramento da condição de rastreabilidade que passa a possibilitar a identificação do trabalhador responsável por atividades específicas.

4.2.1 O controle sobre o trabalho nas *packing houses* de manga do VSF

O processamento pós-colheita da manga de exportação do VSF assume um padrão que incorpora tendências e lógicas difundidas genericamente em diversas regiões produtoras de itens agrícolas não tradicionais. Steimbregger, Radonich e Bendini (2003, p. 36) pontuam que a expansão da fruticultura em novas regiões da América Latina se relaciona com os mesmos processos de “profundización de la globalización de la integración del complejo agroindustrial [...] y con la globalización del capital y del consumo”, em um movimento onde essas regiões estiveram sujeitas a influências similares na sua formação e consolidação. Mas a riqueza de formas e tipos de arranjos produtivos, relações de trabalho e modos de organização dos trabalhadores é um ponto a ser destacado nos vários universos da fruticultura latino-americana. Cada espacialidade produtiva emerge, portanto, como “una realidad *construida* a partir de procesos complejos que involucran condicionantes físicos, interacciones sociales, dimensiones institucionales y culturales, y relaciones de poder” (STEIMBREGER; RADONICH; BENDINI, 2003, p 18, grifo dos autores). Os complexos laços e as variadas formas e relações que se constituem na produção e beneficiamento de itens frescos de exportação refletem, em verdade, o amplo leque de possibilidades decorrentes da articulação local/global (BENDINI; CAVALCANTI; LARA FLORES, 2006; COSTILLA, 2005; TEUBAL, 2001).

Dentro do universo das *packing houses* de manga do VSF, a dimensão do controle tem se destacado como aspecto crucial na organização da produção de alta qualidade para os mercados externos. Os requisitos e exigências apresentados pelos importadores, sintetizados concreta e simbolicamente nos selos de certificação, são rígidos e de difícil atendimento. Requerem, por sua vez, modelos de organização do trabalho e de realização de tarefas padronizados e constantemente fiscalizados. O exercício do controle é fortemente presente nas grandes empresas dessa região, estando presente em todas as etapas do processamento da manga nas empresas onde realizamos a observação de campo, quer seja de forma direta ou indireta. Esta vigilância sobre as tarefas e atividades dos trabalhadores varia em intensidade e segundo a relevância desses processos desenvolvidos na constituição final de um produto com os melhores padrões estéticos possíveis.

No estudo realizado, dedicamos nossa atenção para a realidade de produção que atinge os trabalhadores das *packing houses*, mas este ambiente produtivo é um dentre outros segmentos que compõem as grandes empresas de exportação. Assim, é necessário destacar

que os atores sociais entrevistados fazem parte do grupo de trabalhadores que atuam diretamente nas etapas do processamento e acondicionamento das frutas, cujas funções e tarefas são exercidas no espaço dos galpões e se inserem no escopo das mudanças e alterações mais incisivas na produção de padrões e ritmos condizentes com a dinâmica e competitividade, nos mercados globais. Embora tenha sido este o grupo de trabalhadores da nossa pesquisa, é possível indicar que as questões de ajuste e aperfeiçoamento produtivo e administrativo visando à melhoria da qualidade dos itens também afetaram outros profissionais envolvidos na cadeia, como os gestores gerais, técnicos de laboratórios, técnicos de controle de qualidade, técnicos de manutenção dos equipamentos. Sobre este grupo de trabalhadores técnicos, a dimensão do controle recai e se efetiva articulada ao discurso da responsabilidade organizacional destas funções na melhoria da qualidade e no aumento da produção. Estando em contato mais próximo com os níveis administrativos superiores das empresas, tais profissionais são instruídos e incumbidos pela difusão do ideal da busca permanente da qualidade.

Quanto a este tipo de realidade, Antunes (2000, p. 42, grifo do autor) afirma ser uma das formas contemporâneas de “apropriação do *saber fazer intelectual* do trabalho pelo capital”. Nesta perspectiva, “[...] os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) proliferaram, constituindo-se como grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa” (ANTUNES, 2000, p. 42). O Informante S8 nos deixou ciente, por diversas vezes, que toda e qualquer mudança no processo de produção ou na organização das atividades tem que ter como referência a qualidade. Do mesmo modo, o Informante S5 fez questão de enfatizar que as empresas que competem no mercado internacional, se organizam administrativamente, afim de que essa ideia de qualidade e excelência do produto seja percebida pela totalidade dos profissionais envolvidos no processamento da fruta, sob a lógica de que o êxito de uma boa produção vem da comunhão de responsabilidades.

Neste contexto, poderíamos dizer que a ideia de qualidade desempenha tanto a função de parâmetro por meio do qual se orienta a produção, como a de argumento teórico-ideológico justificador dos ajustes e alterações, comumente associados a maiores níveis de controle sobre o trabalho e seu uso de forma polivalente. É possível atrelar o discurso da “qualidade do produto” a formas contemporâneas de uso e utilização do trabalho sob a face de uma nova flexibilidade.

La nueva flexibilidad, en la agricultura “posfordista” supone además el uso de una mano de obra con mayor calificación, capaz de controlar y dominar varias actividades dentro de los procesos productivos ofreciendo cierto grado de polivalencia. A la vez, requiere de una mayor implicación del trabajador, y su incorporación a formas de trabajo que tienden a lograr “*calidad total*” de los productos como se está dando en otros sectores de la economía con el fin de lograr competitividad en el mercado internacional (LARA FLORES, 1995, p. 26, grifo nosso).

A ampliação da regulação sobre o trabalho é tão associada à qualidade do produto, na cadeia das frutas frescas, que uma série numerosa de procedimentos de checagem e monitoramento sobre as atividades desses atores passam a compor níveis específicos de “controle de qualidade”, nas empresas de manga do VSF. Os processos e atividades sobre os quais recai checagem e fiscalização não são poucos, e tangenciam todas as fases da produção nas *packing houses* (Quadro 4). Não seria exagero afirmar que, de um modo ou de outro, todos os profissionais envolvidos, independentemente da função, estão atrelados a algum mecanismo de monitoramento. Contudo, a operação contínua de certos instrumentos de monitoramento ocorre de modo mais incisivo no trabalho de certos setores e funções, onde se efetivam, por meio da supervisão direta de outros profissionais que possuem esta incumbência como sua atribuição elementar. Descarregadores e embaladoras, por exemplo, possuem fiscalização intermitente de um superior imediato durante o desempenho de suas atividades, estando sujeitos a intervenções várias. Do mesmo modo, correspondem às funções que possuem o maior número de aspectos verificados (controlados).

Na organização do trabalho que encontramos nas *packing houses*, os **descarregadores** são responsáveis pela colocação do fruto no maquinário de processamento e também pela limpeza e organização do setor, sendo fiscalizados basicamente quanto a cinco aspectos (Quadro 4), que cobrem desde a colocação adequada do fruto, evitando danos mecânicos ou perdas por queda e imperícia no maquinário de processamento até a incidência de comportamentos que possam implicar em redução do ritmo de trabalho e/ou desatenção. As **embaladoras** são monitoradas de perto pelos fiscais de linha quanto à conformidade da seleção e disposição dos frutos nas caixas, ritmo de operação da atividade e mais outros três pontos (Quadro 5).

Quadro 5 - Principais processos fiscalizados nas *packing houses* das empresas investigadas

Processos Fiscalizados (Pré-processamento)	Aspectos verificados
Classificação do lote recebido do campo	Conformidade da classificação com o padrão de referência utilizado na empresa
Descarregamento do lote que vem do campo	Condução do procedimento de modo a evitar danos mecânicos nos frutos
Acondicionamento e aclimatização do lote	Posicionamento adequado do lote em conformidade com a ordem de processamento
	Conformidade do tempo de espera para que o lote possa entrar em processamento
Higienização, sanidade e utilização de EPI's	Realização adequada dos procedimentos de higienização e controle sanitário antes das atividades.
	Utilização dos EPI's, fardamentos e/ou acessórios obrigatórios para a função exercida
Atividades/Processos Fiscalizados (Processamento)	Aspectos verificados
Colocação do fruto no maquinário de processamento	Colocação adequada do fruto evitando danos mecânicos ou perdas por queda e imperícia
	Ritmo de operação da atividade evitando atraso ou lentidão no processo
	Comportamentos dos trabalhadores que possam implicar em redução do ritmo de trabalho e/ou desatenção
Limpeza e organização do setor de descarregamento do fruto	Recolhimento dos papéis jogados ao chão e dos contentores esvaziados no momento da atividade
	Disposição e ordenamento adequado dos lotes a serem processados visando ao melhor o uso do espaço
Ajuste, calibração e limpeza do maquinário	Conformidade dos ajustes técnicos e especificações de operação do maquinário
	Realização das limpezas que antecedem o processamento de diferenciados
Preparo de soluções utilizadas no maquinário	Conformidade dos produtos e proporções utilizados no preparo das soluções de tratamento fitossanitário
Tratamento Hidrotérmico ⁷⁰	Conformidade integral do procedimento quanto às normas estabelecidas de tratamento fitossanitário
Montagem das caixas de embalagem e alimentação das esteiras suspensas	Realização adequada dos procedimentos e organização das caixas em pilhas
	Ritmo de operação da atividade evitando atraso ou lentidão no processo
Embalamento do fruto	Manuseio adequado do fruto evitando danos mecânicos ou perdas por queda e imperícia
	Conformidade da seleção e disposição dos frutos nas caixas segundo os padrões estabelecidos para o lote
	Ritmo de operação da atividade evitando atraso ou lentidão no processo
	Comportamentos dos trabalhadores que possam implicar em redução do ritmo de trabalho e/ou desatenção
	Identificação da embaladora na caixa
Etiquetagem e/ou marcações de identificação	Conformidade das informações dispostas na caixa
Montagem das pilhas e palletização	Conformidade do procedimento seguindo os padrões estabelecidos pela empresa
	Ritmo de operação da atividade evitando atraso ou lentidão no processo
Atividades/Processos Fiscalizados (Pós-processamento)	Aspectos verificados
Acondicionamento dos pallets na câmara de pré-resfriamento	Posicionamento adequado do lote em conformidade com a ordem de entrada
	Conformidade do tempo de permanência do lote
Acondicionamento dos pallets na câmara de resfriamento	Posicionamento adequado do lote em conformidade com a ordem de expedição e o melhor uso do espaço
Programação das temperaturas das câmaras climáticas	Conformidade dos ajustes de temperatura e umidade, segundo parâmetros técnicos estabelecidos
Carregamento dos lotes nos contêineres para expedição	Conformidade do procedimento seguindo os padrões estabelecidos pela empresa e importadores

Fonte: Dados da observação de campo e entrevistas realizadas na pesquisa. Sistematizado e elaborado pelo autor.

⁷⁰ No caso específico das mangas exportadas para os Estados Unidos.

Embaladoras e descarregadores se apresentaram como aquelas categorias em que o monitoramento do trabalho abrange mais aspectos verificados pelas ações de fiscalização direta dos superiores imediatos. No entanto, os demais profissionais não passam ilesos a avaliações de mesma natureza, ainda que em menor grau. Os montadores de pallets, operadores de câmara fria, montadores de caixas, assim como os profissionais responsáveis pelos ajustes e operação técnica dos maquinários de produção, possuem suas atividades fiscalizadas em quesitos distintos, mas não menos relevantes. Até mesmo após a expedição de um lote, ainda existe atividade de monitoramento que se reporta àquela manga processada, a exemplo do acompanhamento do lote amostral⁷¹ que as grandes empresas mantêm nas câmaras frias até o recebimento e ateste da conformidade da qualidade da fruta importada. De modo geral, o que resta indicativo é que a produção da manga de exportação nas grandes empresas do VSF, em sua apresentação atual, está fundamentada em regimes rígidos de controle sobre atividades de trabalho.

Do ponto de vista do teor da fiscalização que atua sobre as embaladoras, foi possível perceber que se trata de um monitoramento permanente de suas produções, se considerarmos que, no modelo básico de organização, as fiscais de linha⁷², em geral, ao acumularem a atividade de identificação das caixas⁷³, acabam procedendo a uma checagem visual de tudo que é embalado. Em se tratando da conformidade técnica da atividade, a fiscalização incide sobre a ação de seleção e colocação dos frutos na caixa, mas aí está embutida uma série de subprocessos de avaliação e escolha que devem se realizados pelas embaladoras até que se chegue à composição final da caixa. Fazem parte destes subprocessos: realizar a seleção dos frutos considerando calibre/tamanho, peso, coloração e integridade visual da casca; levando em conta o padrão estabelecido para o lote; escolher os melhores frutos para composição da caixa buscando o atendimento dos padrões; acondicionar os frutos na caixa de modo que estejam justos impossibilitando a movimentação e possível dano mecânico, assim como dispô-los adequadamente para que os pedúnculos não os lesionem.

⁷¹ De acordo com os Informantes S1 e S2 servem tanto como contraprova para confronto em caso de problemas de qualidade com o lote exportado, quanto como mecanismo de antecipação de situações. Neste último caso, por exemplo, quando se identifica algum problema na amostra antes da chegada do lote no destino, indícios de antracnose ou amadurecimento acelerado, antecipa-se a informação para que o importador possa tomar melhores decisões quanto à distribuição do produto.

⁷² No modelo organizacional da maioria das empresas, estes profissionais também são responsáveis pela identificação das caixas. Das empresas observadas apenas a Empresa Maia adota um sistema diferenciado, no qual as fiscais de linha atuam somente no controle de qualidade e em número reduzido, ficando a etiquetagem na incumbência de trabalhadores específicos.

⁷³ Processo que consiste na etiquetagem/rotulação e/ou marcação manual. Neste caso, a variação no nível de sofisticação tecnológica das empresas podem gerar dois tipos básicos: identificação integral por rótulos ou identificação parcial com rótulos/etiquetas; em que nas empresas investigadas, Palmer, Keitt e Maia se enquadram no primeiro tipo e Haden, Kent, Tommy na identificação parcial com rótulos/etiquetas.

Ainda que as máquinas calibradoras sejam ajustadas para fazer a seleção prévia desses frutos, quando chegam à mesa de embalagem é necessária uma ponderação a ser realizada pelas embaladoras, que testam e definem os melhores frutos para uma dada caixa, levando em consideração o aproveitamento integral das frutas. Consideremos aqui que nem sempre o lote processado possui homogeneidade, principalmente quanto às características de cor e tamanho, e um ajuste de maior precisão nas calibradoras pode significar a desclassificação de muitos frutos, o que não é permitido por nenhuma empresa. Sob esta circunstância, as embaladoras realizam um refinamento na classificação e “trabalham” o lote de modo que as frutas mais distantes do padrão sejam aproveitadas em caixas, onde a composição com outras frutas de melhor aparência comporte aquele o item desuniforme, passando dentro do padrão tolerável. Também são responsáveis pela concentração das frutas com melhor coloração no centro da caixa, tornando o visual do conjunto mais atrativo ao consumidor. Segundo os Informantes S2 e S4, esse “trabalho” do lote que as embaladoras fazem é crucial para o aproveitamento máximo de um lote cuja qualidade visual não é das melhores, uma espécie de reclassificação seguida de apresentação estratégica dos itens na caixa que reduz perdas às empresas. É esse tipo de perícia produtiva que está em jogo no trabalho das embaladoras, uma habilidade que remete ao domínio atividade, fazendo com que as profissionais mais experientes sejam preferidas pelas empresas.

Medel e Riquelme (1995) apontam que, na fruticultura chilena, os contratantes comumente classificam o trabalho das embaladoras como “*livianos*”, isto é, de pouco peso ou brandos, quando tomados em comparação àqueles realizados pelos homens que exigem muita força. À revelia dessa classificação, em uma observação dessa realidade *in lócus*, em ambas as realidades, é fácil identificar que o trabalho por elas desenvolvido requer “gran demanda de atención al ejercer la labor, necesidad permanente de fijar a vista, monotonía de algunas tareas, inexistencia de asientos para variar la postura” (MEDEL; RIQUELME, 1995, p. 152), além de pressupor extrema habilidade e presteza.

Observando a realidade das embaladoras mexicanas de manga e abacate da região de Michoacán, Suárez (1995, p. 111) também identifica que “en esta actividad [los empaques] participan las mujeres de mayor experiencia, es decir, que han trabajado más de una temporada y que ya tienen destreza para identificar los distintos tamaños”. Entre as trabalhadoras embaladoras contemporâneas que entrevistamos na pesquisa, em um total de doze, apenas uma era empregada fixa possuindo mais de quatro anos de carteira assinada na mesma empresa, enquanto as demais, todas temporárias, possuíam, no mínimo, dois anos de atuação como embaladora de manga, sugerindo um cenário similar ao destacado por Suárez

(1995). Nesta mesma linha, G. Silva (2016) pontua que as trabalhadoras que já trabalharam em safras anteriores numa mesma empresa tendem a ser escolhidas nas temporadas de nova contratação, especialmente quando o trabalho desenvolvido foi bem avaliado pelos seus fiscais imediatos. A mesma lógica se aplica no filtro que elimina da concorrência as trabalhadoras que foram tidas como de baixo desempenho e de comportamento inadequado (conversavam muito no ambiente de trabalho e/ou tiveram desentendimentos pessoais com outros trabalhadores).

Os Informantes S1, S2, S3 e S4 foram praticamente consensuais ao afirmar que eliminam das contratações em novas safras trabalhadoras que tenham ocorrências que reportem desentendimentos ou desavenças pessoais com outros funcionários. Mas, no que se refere à contratação preferencial de trabalhadoras experientes para a função de embaladora, apontaram discordâncias. Enquanto S1 e S4 afirmaram dar maior atenção às trabalhadoras experientes nas contratações das safras, os outros dois gestores de *packing houses* apontaram preferir uma composição que mescle os dois perfis de embaladoras (experientes e inexperientes), sob o argumento de que as embaladoras novas, visando à reincidência do contrato em safras futuras, são menos “arredias” quanto às ações de controle, alternância de funções, cobranças quanto à produtividade e eventuais extensões da jornada de trabalho quando necessário. Nesta lógica, uma composição mista de embaladoras não reduziria o padrão de qualidade ou ritmo de produção a ponto de se tornar problemático. E ainda que possa haver alguma diminuição nestes aspectos, sobretudo, no início da safra, quando as novas embaladoras estão se adaptando às tarefas, a utilização desse perfil é tida como bastante válida face à compensação que promovem ao tornar o “conjunto” mais ameno ao exercício do controle e uso flexível da mão de obra. O que está em voga, neste argumento defendido pelos gestores, são as estratégias utilizadas pelas empresas na organização social do trabalho, promovendo a seleção de perfis específicos com vistas à conformação de uma “equipe de trabalho” que se apresente menos resistente às ações de controle e à flexibilização do trabalho (no que pesa à jornada de trabalho distendida e ao desempenho de múltiplas funções). Estratégias, por assim dizer, de facilitação do exercício do controle e diminuição da resistência dos trabalhadores.

Parece-nos interessante, neste ponto, acionar a fala da Informante C8 que traduz bem esse fato além de destacar a percepção que as trabalhadoras formam dessas estratégias utilizadas pelos gestores das *packing houses*.

Pesquisador: E como é lá na empresa, as embaladoras são todas com muito tempo de experiência?

Informante C8: Tem nova e tem experiente. Eu já faz três safras que estou lá, mas tem mulher que tem muito mais tempo.. e é contratada toda safra, porque faz o trabalho perfeito, rápido e sem nunca escutar o fiscal reclamar de nada. Só que eles [gestores da empresa] gostam muito de pegar as novas porque elas fazem tudo que pede sem reclamar de nada, sabe? Se avisam de última hora que precisa trabalhar mais pra processar um lote que tá na metade e tal... elas nunca dizem nada. E aí isso é bom pra eles né? De vez em quando um das antigas vai escondido e diz que ninguém é obrigado a fazer tudo que dizem não... que é pra elas irem entendendo como funciona. (Informante C8, Mulher, 24 anos, Embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Kent. Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2016).

Como é possível perceber, as trabalhadoras mais antigas identificam que o comportamento mais passivo e suscetível às ordens das trabalhadoras novas diminui a capacidade de manifestação oposta. Visualizando o impacto disso na redução do poder de barganha e contestação diante de ordens e comandos das chefias, acabam buscando influenciar as trabalhadoras novatas para que essas assumam um comportamento de menor aceitação tácita às situações que afetam o grupo de embaladoras. Essas e outras ações são de grande significância na constituição do posicionamento dos trabalhadores frente a certos mecanismos de organização e gerenciamento do trabalho postos em prática nas *packing houses*, os quais afetam diretamente a condição dos trabalhadores. Quando avaliados danosos, prejudiciais, degradantes ou insuportáveis, as ordens, comandos e mudanças dessa natureza são questionados pelos trabalhadores de diversas formas, salientando estratégias e discursos de resistências⁷⁴ (SCOTT, 2000).

Entre os trabalhadores entrevistados o aspecto da fiscalização direta⁷⁵ sobre o trabalho foi reportado de modos distintos, refletindo representações diferenciadas, cujas variações ocorrem em virtude das funções realizadas, dos períodos de produção, assim como da condição contratual dos trabalhadores. Analisando os depoimentos concedidos pelos trabalhadores atuais, foi possível desenhar um mapa das formas básicas de fiscalização direta que incidem sobre as categorias de trabalhadores que entrevistamos (Quadro 6). Para tanto, conduzimos um exercício de identificação nas falas dos atores, das formas de fiscalização direta realizada pela intervenção de outro profissional, seguido da tipificação das maneiras de atuação destas fiscalizações diretas, e subsequente contabilização das ocorrências discriminadas por categoria de trabalhadores.

⁷⁴ Essa temática segue melhor abordada no capítulo seguinte, considerando sua significância e o conjunto de reflexões que gera.

⁷⁵ Entenderemos aqui como fiscalização direta aquela executada concretamente por outro profissional cujas atribuições permitam intervir sobre o trabalho de outrem.

Quadro 6 – Formas de fiscalização direta reportadas pelos trabalhadores das *packing houses*

Categoria de trabalhadores	Formas de fiscalização direta reportada	Tipos de intervenção prática da fiscalização	Nº de total de ocorrências
Embaladoras	Atuação dos fiscais de linha	Orientação	28
		Orientação + Correção	16
		Repreensão	10
	Atuação dos supervisores de qualidade	Orientação	14
		Orientação + Correção	13
	Atuação do encarregado setorial	Orientação	19
		Orientação + Correção	24
		Repreensão	12
		Repreensão + Sanção	11
	Atuação do gestor geral da <i>packing house</i>	Repreensão	7
		Repreensão + Sanção	5
	Atuação dos fiscais fitossanitários	Orientação	4
		Orientação + Correção	6
Operadores de câmara fria	Atuação do encarregado setorial	Orientação	3
		Orientação + Correção	14
		Repreensão	4
	Atuação dos fiscais fitossanitários	Orientação	4
		Orientação + Correção	6
Descarregadores	Atuação do encarregado setorial	Orientação	10
		Orientação + Correção	16
		Repreensão	16
		Repreensão + Sanção	10
	Atuação dos supervisores de qualidade	Orientação + Correção	3
		Repreensão	1
Montadores de pallets	Atuação dos supervisores de qualidade	Orientação + Correção	1
	Atuação do encarregado setorial	Orientação + Correção	10
		Repreensão	1
Fiscais de linha ⁷⁶	Atuação do encarregado setorial	Orientação + Correção	5
		Repreensão	2
		Repreensão + Sanção	0
	Atuação do gestor geral da <i>packing house</i>	Repreensão	2
		Repreensão + Sanção	1
	Atuação dos fiscais fitossanitários	Orientação + Correção	3
		Repreensão	2

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

A partir desse movimento analítico, identificamos que sobre os trabalhadores as fiscalizações diretas podem gerar tipos específicos de intervenção prática, sendo estes: orientação (apenas instrutiva); orientação seguida de correção do procedimento ou conduta realizado pelo trabalhador; repreensão, que pode consistir tanto em uma abordagem branda quanto em uma apresentação mais enfática, mas ambas atreladas à censura e/ou reclamação quanto a comportamentos indevidos e/ou atividades realizadas de maneira incorreta pelos trabalhadores; e repreensão, seguida de sanção, que pode variar desde descontos salariais e dispensas de dias de trabalho até demissões sumárias.

⁷⁶ Desconsideramos nessa contabilização as Informantes C23, C31 e C35, pois esses integram as equipes de controle de qualidade nas empresas onde trabalham, possuindo, portanto, papéis diferenciados que as colocam além dessas modalidades de fiscalização direta.

Com esse mapeamento, é possível captar questões importantes na arquitetura hierárquica geral do controle sobre os trabalhadores das *packing houses*, entre categorias destacadas. A categoria das embaladoras apresentou um conjunto maior de formas de fiscalização direta incidindo sobre elas, no qual a atuação da supervisão e/ou o monitoramento de algum aspecto de sua atividade podem ser realizados tanto pelos fiscais de linha e encarregados do setor, quanto pelas equipes técnicas de controle de qualidade, fiscais fitossanitários e, em alguns casos, pelo gestor geral. Um panorama em que as intervenções de orientação ou orientação seguida de correção são mais comuns pela atuação dos fiscais de linha, fiscais fitossanitários e supervisores de controle de qualidade. Por outro lado, as intervenções mais fortes do ponto de vista da abordagem e repercussão ocorrem por intermédio dos encarregados setoriais e dos gestores gerais, os quais foram os únicos reportados como atuantes com sanções aos trabalhadores. Nessa conjuntura, qualquer outro supervisor ou fiscal, ao identificar algum ato passível de sanção, reporta-se a um desses dois profissionais, os quais avaliam a necessidade ou não de aplicação da sanção face ao ato. A Informante C27, ao caracterizar as relações de chefia e comando na empresa em que trabalhava nos traz um desenho representativo do que apontamos.

Pesquisador: Na *packing* lá que a senhora trabalha... como é a questão das chefias e comando?

Informante C27: Assim... é::: tem a fiscal de linha que vê algum erro no que a gente fez e aí ela corrige; tem a encarregada do setor que olha o que a gente fez e também como as fiscais estão operando e até os meninos que ficam na montagem dos pallets. Se tiver que chamar a atenção de algum funcionário aí::: lá só quem faz isso é ela... e o encarregado geral da *packing*, mas aí é mais raro. Ele passa olhando sempre, mas é difícil acontecer de chegar e reclamar alguma coisa direto logo com a gente. Se for coisa besta ele manda a encarregada do setor reclamar e corrigir logo.

Pesquisador: Entendi. Então só são esses que passam lá no setor fiscalizando alguma coisa?

Informante C27: Não. Tem o controle de qualidade que vê todos os setores e também pode ver o trabalho da gente. Mas conversam mais com a encarregada... e o pessoal da higiene e segurança né? Eles também... também orientam alguma coisa, mais pras novata. (Informante C27, Mulher, 24 anos, Embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Tommy. Entrevista realizada em 08 de dezembro de 2015).

As categorias dos operadores de câmaras frias e montadores de pallets apresentaram um cenário parecido, no qual as intervenções sugerem uma rotina com baixa ocorrência de repreensões seguidas de sanção. Isso se apresenta coerente na medida em que as atividades desempenhadas por essas categorias estão menos sujeitas a falhas e erros como lesão, derrubada de frutos ou atraso no ritmo da atividade e, por conseguinte, menos suscetíveis a reclamações desta ordem. As repreensões, aqui, ocorrem mais por conta da reincidência de um erro simples anteriormente cometido, de menor relevância, por assim dizer, tanto que a

fiscalização direta do gestor não teve ocorrência nas falas. A atuação dos fiscais fitossanitários e/ou controle de qualidade são parte da rotina e, raras às vezes, implicam em repreensão. Soma-se a isso o fato de que estes trabalhadores, mesmo os temporários, já possuem experiência nas atividades e igualmente conhecem as dinâmicas da empresa, uma vez que, com a exceção do Informante C36⁷⁷, todos os demais montadores de pallet e operadores de câmara fria entrevistados estavam pelo menos em sua segunda safra de trabalho, seguida na mesma empresa.

É preciso levar em consideração que o controle sobre o trabalho, tal como apresentado até agora, reporta-se à realidade dos dias de hoje. Ao analisarmos a apresentação das formas de fiscalização e monitoramento tal como reportado pelos antigos trabalhadores, é possível notar diferenças importantes, as quais indicam um aprimoramento considerável dos mecanismos de exercício do controle longo dos anos. Antes de proceder aos comentários, é preciso destacar que os antigos trabalhadores remetem suas falas à realidade das empresas em um período que varia de 2000 a 2005. Nesta fase, a exportação de mangas do VSF já se encontrava em operação, tendo sido o período no qual o VSF se consolidou no cenário nacional de produção de manga.⁷⁸ Do mesmo modo, nessa época, a região buscava a ampliação e melhor aceitação no mercado internacional, promovendo o aperfeiçoamento produtivo e gerencial das *packing houses* (WYZYKOWSKY; ARAÚJO; ALMEIDA, 2002). A título de localização temporal, lembremos, por exemplo, que a dinâmica de regulação da produção pelas instâncias normativas acontece nesse período, como a Instrução Normativa/SARC nº 012/2003, citada anteriormente. O primeiro quinquênio do século XXI representa, também, o momento de consolidação dos selos de certificação internacional para grandes e pequenos produtores que visam à exportação. Sob esta perspectiva, um período que, de modo geral, compreende o desenvolvimento da organização produtiva nas *packing houses*, e a promoção subsequente de impactos no trabalho ali desenvolvido (BONANNO; CAVALCANTI, 2012).

Os trabalhadores antigos apresentaram percepções mais amenas em relação às instâncias de controle, **destacando formas mais frouxas no exercício da fiscalização direta**, bem como a existência de um quadro organizacional de menor complexidade. Isso não implica dizer que o controle sobre o trabalho não ocorria, mas apenas que sua apresentação era menos sofisticada e aguda que existente nos dias atuais. Ao confrontarmos as falas de antigos a atuais trabalhadores, é possível perceber que certos aspectos controlados antes e

⁷⁷ Homem, 22 anos, montador de pallet, empregado temporário na Empresa Maia.

⁷⁸ Informações discutidas no capítulo terceiro.

durante as atividades laborais de descarregadores, operadores de câmara fria e embaladoras não são reportados da mesma maneira (Quadro 7).

Quadro 7 – Ocorrências comuns de controle entre trabalhadores das <i>packing houses</i> de manga do VSF						
Ocorrência reportada antes do exercício das atividades de trabalho						
Aspectos controlados	Trabalhadores antigos			Trabalhadores contemporâneos		
	Descarreg.	Operador de Câmara Fria	Embaladoras	Descarreg.	Operador de Câmara Fria	Embaladoras
Protoc. de higiene						
Uniformes						
EPI's						
Horário						
Ocorrência reportada durante o exercício das atividades de trabalho						
Aspectos controlados	Trabalhadores antigos			Trabalhadores contemporâneos		
	Descarreg.	Operador de Câmara Fria	Embaladoras	Descarreg.	Operador de Câmara Fria	Embaladoras
Desemp. técnico						
Ritmo de prod.						
Comportamento						
Descanso						
Beber água						
Ir ao banheiro						

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Os protocolos de higienização, a utilização dos uniformes e vestimentas adequados para cada função, utilização dos EPI's, assim como o cumprimento dos horários são dimensões controladas rigorosamente nos dias hoje, implicando, inclusive, em registros documentais, alguns dos quais obrigatórios, dentre os procedimentos exigidos pelas certificações internacionais. Foram todos referidos como existentes e atuantes pelos trabalhadores contemporâneos das três categorias, ao passo que entre os trabalhadores antigos alguns dos aspectos não se apresentaram existentes como rotinas de monitoramento antes do exercício laboral, sugerindo indiretamente que a fiscalização diária era mais branda e menos protocolar do que ocorre hoje.

Essa discrepância estende-se também à ocorrência de aspectos controlados, na conduta do trabalhador quando do cumprimento de suas atividades, considerando os seguintes aspectos: desempenho técnico da função, ritmo de produção, comportamento pessoal, tempo de descanso e intervalos, deslocamentos para beber água e deslocamentos para ir ao banheiro. Em referência a estes seis itens listados, nas categorias dos trabalhadores antigos, descarregadores apontaram receber a atuação de apenas três desses itens, embaladoras indicaram que apenas um não incidia sobre elas, e os operadores de câmara fria desconheciam a atuação de quatro dos itens. Esse panorama consta parcialmente na fala do Informante A1:

Pesquisador: Como era a questão do controle lá no setor e na *packing* que o senhor trabalhava?

Informante A1: Naquele tempo era tranquilo sabe? Na safra apertava o ritmo mas não era aquela coisa... como diz... rigorosa demais pra gente que ficava no pallet e na câmara fria, porque o trabalho era fácil e não tinha como errar. Eu mesmo nunca fui cobrado de negócio de conversar e brincar com os outros trabalhadores, nem coisa de num poder ir no banheiro nem nada. Mas o povo que vai na safra hoje... parece que o negócio é mais pesado né? (risos).

Pesquisador: Por que o senhor diz isso?

Informante A1: Hoje é tudo pesado né, controle disso e daquilo. tem canto que o povo até anota quantas vezes o trabalhador foi no banheiro no dia... é o que dizem, pelo menos o pessoal que eu conheço. (Informante A1, Homem, 47 anos, Operador de câmara fria, trabalhador permanente na Empresa Haden entre 2001 e 2004. Entrevista realizada em 22 de maio de 2015)

Para além da informação destacada, é preciso estar atento à condição de fala do sujeito acerca da ausência de intervenção dos aspectos de controle listados. Isso porque se trata de um trabalhador que era empregado permanente, cujos laços cotidianos com os demais funcionários poderiam abrandar as ações de controle sobre ele⁷⁹, o que pode representar certa parcialidade na fala deste informante.

Ainda assim, no geral, esse comparativo nos permite observar que, atualmente, as condutas no âmbito do trabalho nas *packing houses* são mais monitoradas que antigamente, sendo incorporada como protocolo de rotina diária, em especial, as checagens antes do exercício de trabalho. Também é fato que entre os trabalhadores antigos, a categoria das embaladoras possuía um cenário de controle sobre o trabalhado mais próximo da realidade existente atualmente, diferenciando-se em apenas quanto à ocorrência de vigília sobre dois pontos, checagem prévia de EPI's e monitoramento quanto aos deslocamentos reincidentes para beber água.

A presença vigorosa do controle e da fiscalização percebida no segmento produtivo observado representa uma tendência também identificada por Medel e Riquelme (1995, p. 152) na fruticultura chilena, quando apontam que “la vigilancia y evaluación del trabajo en el huerto y en el *packing* es constante e individualizada”. Nos momentos de pico da atividade de produção das mangas em época de safra, é comum que o controle individual seja acentuado, principalmente quando há a necessidade de aumentar o ritmo de processamento para a remessa daquele lote ainda no mesmo dia. Um tipo de situação que parece ocorrer, não raramente nas empresas, a julgar pelas confirmações dessa prática entre os Informantes S1, S2, S3 e S4, assim como pelos relatos de S5 e S8. O atendimento a esse propósito de concluir

⁷⁹ Mesma situação do outro trabalhador antigo operador de câmara fria (Informante A7) que também era trabalhador permanente da empresa.

um lote para expedição, ainda no mesmo dia, pode ou não estar atrelado à estratégia de estímulo pelo pagamento de bonificação. Quando não há esse tipo de incentivo financeiro, outras estratégias são acionadas pelas empresas para alcançar o objetivo, como o monitoramento mais incisivo sobre os deslocamentos para ir ao banheiro⁸⁰ ou beber água, chegando até a serem coibidos pelos fiscais e/ou encarregados setoriais⁸¹.

A ampliação do controle individualizado e das cobranças quanto ao ritmo e produtividade também é igualmente acionada para que o volume de mangas processadas atinja a meta diária previamente estabelecida. No caso das embaladoras, esta meta é duplamente referenciada, pois significa tanto o volume total a ser processado no dia (meta coletiva) quanto produção de um volume mínimo por cada trabalhadora (meta individualizada). Essa última não, necessariamente, é explicitada à trabalhadora, mas se constitui como referência avaliativa acerca do desempenho dos atores envolvidos nesse processo, podendo ou não ser base para uma intervenção direta de fiscalização (repreensão ou repreensão seguida sanção), a depender da recorrência acumulada de avaliações negativas desse rendimento individualizado. Muitas das vezes, essa meta particular é tomada com base no quantitativo médio alcançado pelas demais, por isso uma ponderação realizada contextualmente dia a dia que leva em conta também outros fatores como, por exemplo, nível tecnológico da empresa e capacidade de processamento do maquinário, ocorrência de incidentes durante a jornada de trabalho que atrasem a produção, qualidade do lote processado (homogeneidade dos frutos quanto ao padrão), dentre outros.

Para entender a trama completa do controle e monitoramento do trabalho que se faz presente no universo produtivo das *packing houses* foi preciso identificar os níveis de atuação principais, suas intervenções diretas e os aspectos monitorados, bem como as consequências e implicações no contexto da atuação laboral. Partindo da apreensão dos elementos indicativos presentes nas falas dos atores entrevistados e do exercício analítico de categorização (BARDIN, 2011), apresentamos adiante um desenho geral das estruturas de controle que atuam sobre os trabalhadores.

⁸⁰ Quanto à realidade chilena, Medel e Riquelme (1995, p. 156) identificam o mesmo padrão ao destacarem que, “[...] en ciertos momentos de la producción, como cuando hay que completar un embarque, los supervisores apuran el trabajo y controla la frecuencia y el tiempo de las salidas al baño de cada trabajadora”.

⁸¹ Na observação de campo presenciamos uma situação dessa natureza na empresa Palmer, onde uma das fiscais de linha falou em alto tom para uma das embaladoras que estava saindo para ir ao banheiro algo como: “com esse vai e vem no banheiro a gente não embarca esse carga nem hoje nem nunca”. Esse foi um dos poucos fatos em que comprovamos, presencialmente, esse tipo de ação, servindo como ilustração simples. Essas ações mais constrangedoras, muitas das vezes se relacionam com a dinâmica dos laços de afinidade estabelecidos entre os profissionais.

4.2.2 O controle do trabalho e as ressonâncias sobre os trabalhadores

O processo de regulação do trabalho se realiza de diferentes formas nas *packing houses* observadas e, a partir de instrumentos variados, segundo o modelo organizacional existente nas empresas. Do mesmo modo, o rigor e as intensidades não são padronizados, pois decorrem das concepções de gestão adotadas pelos níveis hierárquicos superiores e postos em práticas pela gestão operacional, sendo adaptados conforme os resultados visados. O desafio permanente da competitividade no segmento pode ser indicado como um dos propulsores para a reavaliação permanente da eficiência dos procedimentos de controle sobre as atividades de trabalho. Ainda assim, as tendências gerais de organização social do trabalho e o arranjo estrutural dos mecanismos de controle indicam a composição de um panorama similar nas grandes empresas de exportação.

Na realidade investigada, foi possível identificar três dimensões básicas de controle que atuam sobre o trabalhador: uma que denominamos de protocolar, correspondente basicamente ao monitoramento dos requisitos de segurança do trabalho, higiene e apresentação pessoal, protocolos fitossanitários gerais e específicos e cumprimento dos horários; uma segunda dimensão comportamental que abarca áreas diversas que envolvem as condutas dos atores desde os relacionamentos interpessoais até os deslocamentos para ir ao banheiro ou beber água, passando pela comunicação e articulação contestatória junto com demais trabalhadores e, por fim, a dimensão do desempenho que reporta à eficiência e produtividade dos trabalhadores no exercício laboral. Estas dimensões de controle se articulam e se efetivam em áreas de atuação, as quais comportam a observação, identificação e fiscalização de certos aspectos e elementos, sob formas particulares de monitoramento (Quadro 8).

Quadro 8 – Dimensões básicas de controle sobre o trabalhador existentes nas *packing houses* de manga do VSF

Dimensões de controle	Áreas de atuação	Elementos fiscalizados/monitorados e controlados individualmente	Formas de monitoramento
Protocolar	Segurança do trabalho	<i>EPI's</i> : utilização correta dos equipamentos de proteção individual para cada função. <i>Vestuário</i> : utilização adequada do vestuário de trabalho, tais como coletes e batas.	Inspeção diária de rotina e registros formais conforme protocolos
	Higiene e Apresentação	<i>Higiene</i> : manutenção das unhas curtas, cabelos aparados, ausência de barbas e outros possíveis <i>Apresentação</i> : uso de roupas limpas e adequadas ao ambiente de trabalho.	
	Fitossanidade Geral	<i>Protocolos de sanidade abrangentes</i> : aplicado a todos os trabalhadores (sobre higienização das mãos, não ingestão de alimentos e congêneres nos espaços de produção, não fumar, dentre outros).	
	Fitossanidade Setorial	<i>Protocolos de sanidade específicos</i> : aplicados em processos pontuais tais como na manipulação de produtos aplicados nos frutos, tratamento hidrotérmico e operações nas câmaras frias.	
	Horários	<i>Horários de chegada</i> : cumprimento dos horários de chegada e saída estabelecidos pela empresa, assim como o cumprimento das horas extras acordadas	Registros formais
Comportamental	Relacionamentos	<i>Convivência</i> : comportamento e tratamento para com os demais profissionais.	Observação e anotações /Informações de outros trabalhadores
	Comunicação	<i>Conversas excessivas</i> : comunicação intensa que possa ocasionar diminuição do ritmo de trabalho, redução da atenção no trabalho executado e/o dispersão de outros trabalhadores	
	Articulação política	<i>Mobilização</i> : articulação dos demais trabalhadores para a contestação de determinada questão <i>Enfrentamento</i> : ações isolada de enfrentamento às ordens e deliberações das chefias	
	Recepção às ordens	<i>Correção</i> : comportamento quando instruído a corrigir comportamento ou procedimento operacional <i>Aumento do ritmo</i> : comportamento quando cobrado em relação ao ritmo de produção <i>Extensão da jornada</i> : comportamento quando informado em relação à realização de jornada extra <i>Mudança de função</i> : comportamento do trabalhador quando indicado à execução de outra função	
	Deslocamentos	<i>Idas ao banheiro</i> : frequência e tempo gasto nas saídas para utilização das instalações sanitárias	Observação e anotações
		<i>Idas ao bebedouro</i> : frequência e tempo gasto nas saídas para tomar água	
		<i>Retorno do almoço</i> : demora para o retorno às atividades laborais após o almoço	
Desempenho	Conformidade técnica	<i>Execução padrão</i> : desempenho da função e processos em conformidade com os padrões técnicos <i>Ritmo médio</i> : manutenção de um ritmo de produção dentro da média geral do setor	Inspeção contínua e registros formais
	Produtividade	<i>Ajuste e adaptação</i> : capacidade de adaptação a alterações na rotina executada, tanto no que se refere à operação em si quanto a novo ritmo de produção, quando solicitado pelas chefias <i>Polivalência</i> : capacidade de desempenhar satisfatoriamente outras funções quando requisitado	
		<i>Pró-atividade</i> : desempenho voluntário de outras tarefas para além daquelas referentes à função	Observação e Inspeção
	Qualidades extras	<i>Zelo</i> : demonstração de cuidado e preocupae administração diligente do patrimônio da empresa	Observação e anotações
		<i>Auxílio às chefias</i> : disponibilidade em auxiliar os superiores em tarefas específicas	

Fonte: Indicativos apresentados nas entrevistas e informações coletadas na observação de campo. Elaborado e sistematizado pelo autor.

O controle exercido no nível protocolar compreende formas de monitoramento rígidas e formalmente instituídas nos regimentos internos das empresas, os quais seguem, para grande maioria das áreas de atuação, as orientações dos protocolos internacionais de certificação. Através de inspeções diárias e subsequente registro físico (manual ou informatizado a depender do modelo adotado pela empresa), os aspectos pertinentes à segurança do trabalho, higiene e apresentação pessoal, protocolos fitossanitários abrangentes e específicos, são verificados junto aos trabalhadores das *packing houses* quanto à conformidade. Do mesmo modo, registros físicos são gerados, regulando os horários de chegada e saída dos trabalhadores, bem como os horários cumpridos na jornada extensiva. Neste viés, cabe pontuar que procedimentos normativos e regulatórios internos das empresas favorecem uma melhor gestão da produção e monitoramento sobre o trabalho, sendo desta forma, “uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade” (SANTOS, M., 1997, p.183).

Os comportamentos dos trabalhadores são regulados a partir de mecanismos informais, que têm papel decisivo, no amoldamento do trabalhador aos padrões requeridos pelas empresas. Algumas das práticas operantes nessa dimensão ferem princípios das boas condições de trabalho, como por exemplo, a regulação de idas ao banheiro. Certamente que esse é um tipo de prática sem registro, mas opera pela comunicação direta de fiscais e supervisores sobre os trabalhadores de produção (embaladoras e descarregadores, preferencialmente). Quando questionada acerca dos procedimentos para ir ao banheiro ou tomar água na empresa em que trabalhava, uma das embaladoras disse:

Informante C20: Pra ir ao banheiro é aquela coisa né?... tem que ser rapidinho e né pra ficar indo muito não senão já sabe... é:: porque tem que embalar e não pode parar a produção não, então eles ficam de olho muito nisso, se a pessoa vai muito no banheiro ou beber água e se fica de conversa por lá, demorando pra voltar. Se quiser escutar uma piadinha do fiscal ou do encarregado passe mais de cinco minutos pra voltar... aí você vê. (Informante C20, Mulher, 26 anos, embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Keitt. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2015).

Quanto aos deslocamentos para os sanitários, aos bebedouros de água e no retorno do almoço, os encarregados setoriais parecem estar mais atentos a esses elementos comportamentais uma vez que as intervenções diretas de repreensão e aplicação de sanções tendem a se concentrar na sua figura, ainda que contem com a observação auxiliar dos fiscais.

Também estão sujeitos ao monitoramento a convivência do trabalhador com os demais profissionais e as conversas que realiza durante o desempenho de suas funções. Quando são excessivas, as comunicações são coibidas diretamente pelos superiores. Não afirmamos que o ambiente da *packing house* é isento de diálogos, risadas e até brincadeiras entre os

trabalhadores, mas essas ocorrem muito sutilmente sem que implique, como presenciamos nas visitas *in lócus*, em muitos casos, que os trabalhadores, principalmente as embaladoras, cruzem os olhares ou mudem de posturas. Conversam sem mudar nada na postura, sendo difícil para o fiscal que observa identificar esse tipo de comunicação, que passa despercebida entre os ruídos sonoros das máquinas de processamento. Uma estratégia bastante astuta de ajustar a conduta corporal para reduzir a incidência da fiscalização sobre a comunicação entre elas. Essa condição de regulação das conversas consta como uma prática de todas as empresas observadas, e não é de hoje que ela é executada. Presente nas falas de embaladoras atuais e antigas, esse controle é associado basicamente a dois objetivos: o aumento de produtividade e impedimento da articulação entre elas (Quadro 9).

Quadro 9 – Frequência de expressões associadas aos sentidos da conduta de controle sobre a comunicação das embaladoras das <i>packing houses</i>			
	Sentido atribuído à conduta de controle	Freq. Total	Tipo de expressões associadas
Embaladoras Antigas	Aumento de produtividade	36	a gente não podia parar pra nada/toda vez o fiscal dizia que assim não se batia meta/tinha que ir e voltar logo pra o ritmo não cair/tinha vez que nem ia pra poder alcançar a meta logo
	Impedimento da articulação	8	tinha vez que dizia que a gente tava arrumando confusão pra depois/ele falava que a gente tava organizando muído por causa da meta que tava alta
Embaladoras contemporâneas	Aumento de produtividade	180	é preciso dar produção/não pode deixar o ritmo do embalamento cair/ a gente tá ali só pra produzir/não pode parar de produzir um instante/
	Impedimento da articulação	36	eles tem medo de conversarmos coisa da empresa/ quando vê que o que a conversa é besteira eles nem liga às vezes/ o encarregado lá pergunta às vezes: “essa conversa é sobre o quê mesmo?”

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Tomando em comparativo essas percepções e a incidência nas falas das entrevistadas, é possível perceber que as trabalhadoras associam a regulação da comunicação entre elas como forma de aumentar o ritmo de produção ou evitar que ele caia, sendo similar o padrão entre embaladoras antigas e atuais. O sentido de que a prática de controle busca impedir uma espécie de articulação entre elas, aparece mais incisiva entre as embaladoras dos dias atuais, sugerindo um entendimento mais crítico dessas trabalhadoras acerca das atuações do controle sobre suas condutas. É preciso enfatizar que em época de safra quando os volumes de produção estão sempre próximos da capacidade máxima de processamento, qualquer saída de trabalhadoras em conjunto pode implicar no acúmulo de mangas nas esteiras e na queda da produção, pois, em pouco tempo, as máquinas conseguem jogar muita manga para a seleção, acentuando-se o controle e mesmo a coibição a essas saídas, em conjunto. Neste caso, é comum que os encarregados estabeleçam ordens de saída para uma trabalhadora por vez da

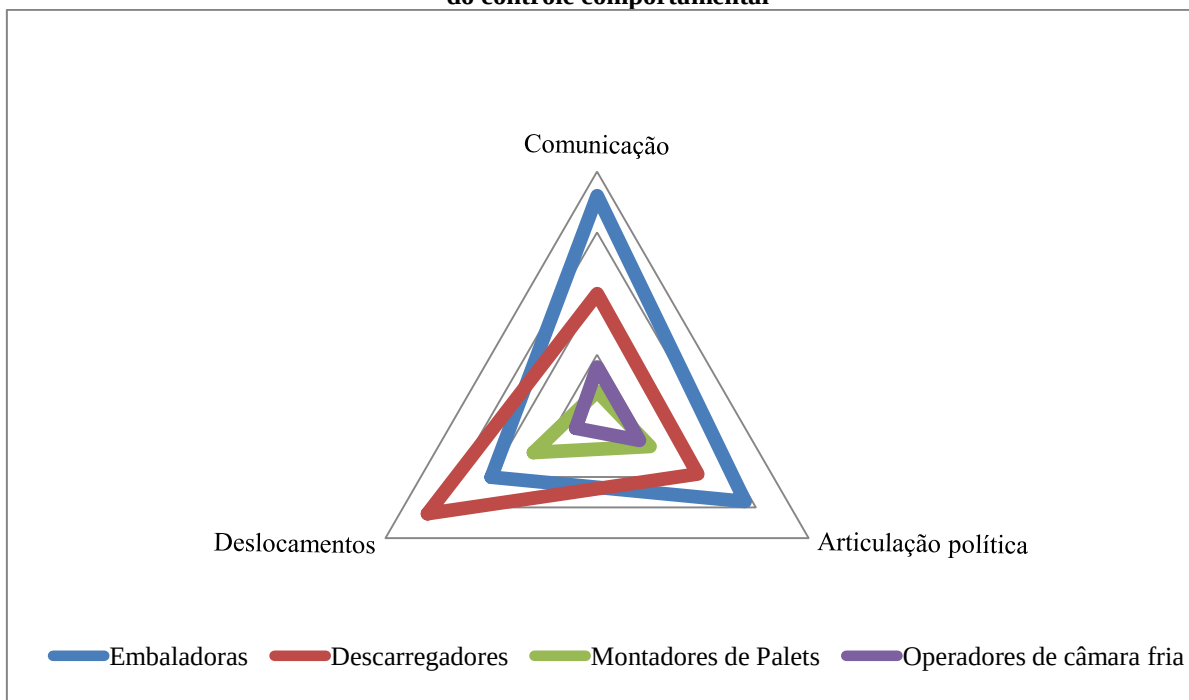
linha de embalagem. Este tipo de circunstancia se aproxima da realidade que Medel e Riquelme (1995, p. 152) apresentaram acerca da fruticultura chilena, pois também naquele contexto, “durante el periodo de mayor intensidad de trabajo las trabajadoras manifiestan que tienen poco tiempo de descanso”.

A articulação política dos trabalhadores é um ato controlado nas *packing houses*, tendo sido possível verificar nos relatos a menção a demissões e dispensas imediatas de trabalhadores que possuíam um comportamento mais contestador frente às cobranças excessivas de metas e extensões muito longas da jornada de trabalho para o cumprimento de uma meta de produção. Descarregadores e embaladoras, muito mais que as demais categorias investigadas, deixam transparecer em suas falas que as demissões são acionadas como forma de coibir qualquer insurgência de algum grupo de trabalhadores. Entre os trabalhadores contemporâneos, todos os dez carregadores escutados reportaram ter conhecimento de casos de demissões de trabalhadores na *packing house*, em que laboram, por conta da atuação mais crítica ou contestadora. Igualmente, todos os operadores de câmara fria, montadores de pallets, embaladoras e fiscais de linha foram unânimes em mencionar ter ciência de ocorrências desse tipo. Quanto a essas demissões, em todas as falas, elas ocorreram com trabalhadores temporários, cuja condição contratual facilita a dispensa sem justa causa. A este respeito, é preciso sublinhar que “[...] hasta ahora los temporeros y temporeras no tienen posibilidades de organizarse y negociar autónomamente sus condiciones de trabajo; es decir, no son interlocutores socialmente reconocidos frente a los empresarios” (VENEGAS, 1995, p. 143).

Quanto à avaliação do modo como os trabalhadores recebem os comandos, orientações e ordens dos superiores imediatos, quer seja a correção de uma conduta técnica ou comportamental, a cobrança em relação ao aumento do ritmo de produção, as comunicações de extensão da jornada de trabalho em dias de serviço, ou a indicação de mudança de função, todas essas aparecem como pontos levados em consideração, na avaliação de recontração futura dos trabalhadores. Os Informantes S1, S2 e S3 são categóricos ao indicarem que trabalhadores que se recusam a trabalhar as jornadas extras ou que reclamam de cobrança na elevação do ritmo de produção não fazem parte do quadro na próxima safra. Para tudo isso, junto à observação das condutas dos trabalhadores, estão anotações que tipificam o comportamento do mesmo e, juntamente com os atributos de desempenho, são ponderados na recontração futura de cada trabalhador. Sob esta conjuntura as condutas do trabalhador passam a ser monitoradas continuamente, com o fim de que se possa, em safra futura, compor um contingente de trabalho cada vez mais “acostumado” aos padrões e ritmos da empresa.

Também contribuem, nessa avaliação, as qualidades extras que são tidas como um *plus* do trabalhador, que o destaca entre os demais.

Figura 6 – Percepção dos trabalhadores contemporâneos das *packing houses* quanto às áreas de atuação do controle comportamental



Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Se observarmos a frequência das falas dos trabalhadores associadas aos elementos de controle comportamental é possível ventilar quais os itens desta natureza se fazem mais presentes no imaginário de cada categoria quanto ao cotidiano vivenciado por elas (Figura 6). Nesta linha, tomadas em conjunto, as embaladoras apresentaram, em suas entrevistas, mais ocorrências relacionadas ao controle das comunicações e deslocamentos, possuindo incidência alta também a vigilância sobre as interações grupais, a partir das quais podem emergir posturas e/ou ações de enfrentamento aos níveis hierárquicos superiores, em face de alguma demanda. Operadores de câmara fria e montadores de pallets, trabalhadores que, em geral, não recebem incentivo financeiro por produção, apenas horas extras em caso de jornadas estendidas, tendem a manter as percepções muito próximas quanto a esses três elementos comportamentais, sendo baixa a ocorrência de supervisão neste caso. É importante registrar que mesmo não relatando a incidência desse tipo de supervisão em seus setores ou sobre si próprios, constam em suas entrevistas menções a ocorrências dessa natureza, envolvendo as embaladoras, confirmando esse tipo de prática como, predominantemente, presente na realidade das categorias que trabalham com incentivo financeiro à produção. Os

descarregadores, por sua vez, reportam mais fortemente o controle sobre os deslocamentos e a comunicação, possuindo baixas ocorrências de elementos ligados ao monitoramento da articulação política. Ainda assim, uma das falas mais emblemáticas sobre a supervisão desse tipo de fator, e o modo como as empresas tendem a lidar com esse tipo de situação, partiu de um descarregador da empresa Haden.

Pesquisador: Existe algum tipo de... observação dos fiscais em relação às conversas de vocês sobre as questões do trabalho?

Informante C6: Conversa de coisa de salário, pagamento errado, e algum problema assim? É isso que o senhor tá falando?

Pesquisador: Isso. Algum tipo de conversa coletiva que vocês tenham sobre esses assuntos?

Informante C6: Ah::: tem sim...e muito... Porque quando nas horas que dá ficam juntos sempre os mesmos [trabalhadores] conversando sério... aí o fiscal e o encarregado sempre lá de longe prestando atenção. E se daquele grupo alguém vai fazer alguma reclamação ou pedir pra reduzir as cobranças ou algo assim... geralmente sai depois. Na empresa eles não querem muito esse negócio de tá reclamando ou pedindo nada pra melhorar não. Acho que em 2013 teve um assim lá com a gente, foi reclamar com o gestor da packing pelas cobranças do encarregado e que aquilo era errado e tal... num deu muito tempo dispensaram... e depois o encarregado ainda fez pouco... É aquele negócio, se vê que o pessoal tá se unindo ali pra fazer algum movimento aí já vai embora uns dois ou três que é pra o povo parar. (Informante C6, Homem, 25 anos, descarregador, trabalhador temporário na Empresa Haden. Entrevista realizada em 09 de dezembro de 2015).

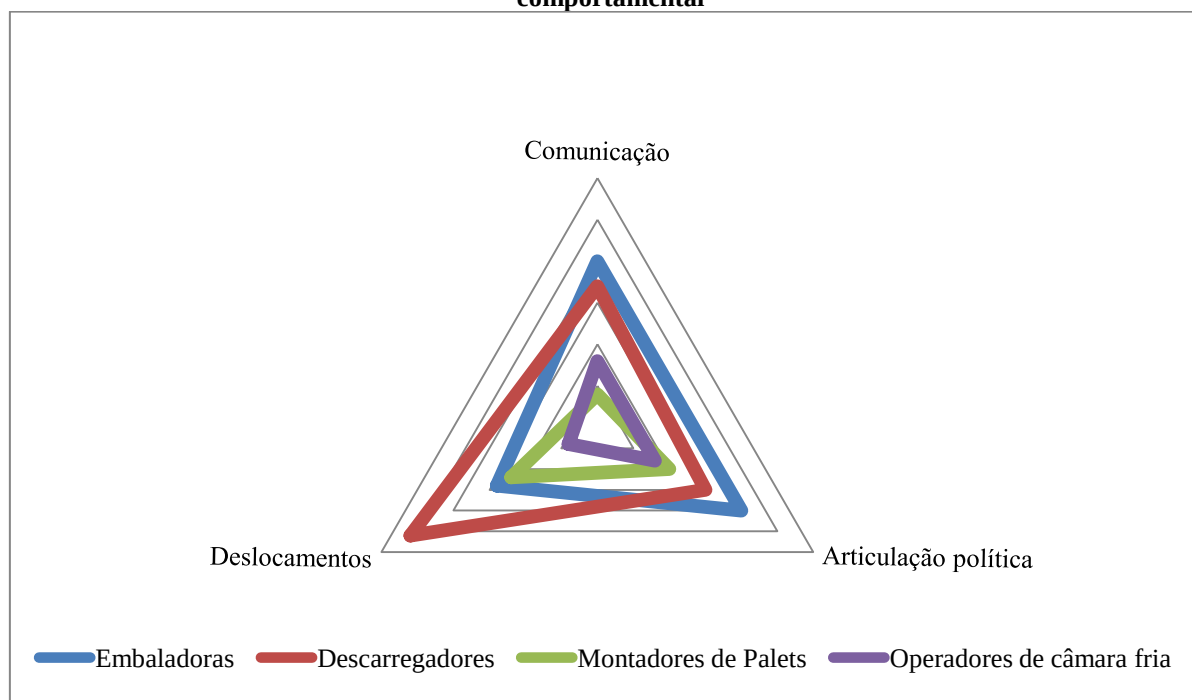
Conforme suscitado, as empresas utilizam do expediente das dispensas coma forma de limitar a articulação entre os trabalhadores que possa gerar algum tipo de contestação ou reclamação, e buscam fazer isso o mais rápido, impedindo que se torne extensivo a outros setores. Neste sentido, muito das conversas, durante o exercício laboral, são coibidas com olhares de reprovação ou verbalmente pelos superiores tanto pela lógica de não prejudicar a produção como alternativa a diminuir possíveis articulações.

Se realizarmos esse mesmo procedimento, captando as falas dos trabalhadores antigos, notaremos que, em todas as categorias, a incidência de indicações à atuação do controle sobre a articulação política e a comunicação são menores (Figura 7). Esse tipo de percepção apresenta-se similar entre as quatro categorias de trabalhadores, nos dando a entender que o modo de atuação do controle das empresas sobre essas duas áreas do comportamento era exercida de maneira menos incisiva do que ocorre hoje. Ainda assim, permaneceram mais presentes nas falas de embaladoras e descarregadoras, consolidando a ideia de que, desde o início das exportações e da organização das *packing houses* de manga, estas funções são mais “acompanhadas” quanto às condutas de comportamento e o rendimento produtivo.

Esse panorama que nos leva a entender que as adequações produtivas e organizacionais ocorridas entre os anos, as quais possuem íntima ligação com os padrões e

lógicas globalmente difundidos pelos atores mais fortes na cadeia dos agroalimentos (CAVALCANTI; BONANNO, 2014) contribuíram para que o exercício do controle fosse aprimorado no chão das *packing houses*. Novas estratégias e uma atuação mais incisiva parecem fazer parte do monitoramento constante sobre os trabalhadores contemporâneos. Quanto mais operante esse controle, mais compelidos são os trabalhadores de produção (descarregadores e embaladoras) a orientar todas as forças e atenção única e exclusivamente para a atividade desempenhada, chegando a níveis mais elevados de produtividade. Para as empresas, a articulação política dos trabalhadores implica a desmobilização do trabalho e subsequente queda na produção e, sob esta lógica, são duramente rechaçados na atualidade por meio da elevação do controle sobre os comportamentos.

Figura 7 - Percepção dos trabalhadores antigos das *packing houses* quanto às áreas de atuação do controle comportamental



Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Ainda no que tange às dimensões de controle atuantes sobre os trabalhadores das *packing houses*, a esfera pertinente ao acompanhamento do desempenho é decisivamente relevante na conformação de um outro aspecto característico do trabalho nesses espaços de produção, a saber, a intensificação do trabalho. A avaliação do desempenho parte de rotinas básicas como a inspeção da conformidade técnica da atividade executada quanto aos padrões e rotinas vigentes nas empresas, mas vai bem além disso. O controle sobre a produtividade do trabalhador considera aspectos particulares que se integram no cenário da intensificação do

trabalho. Nesse desenho, é preciso que o trabalhador consiga, no exercício de sua função, desempenhar as atividades se enquadrando minimamente no ritmo médio dos demais profissionais que desempenha função similar, caso contrário esse trabalhador não será incorporado aos demais.

Esse tipo de avaliação recai, sobretudo, sobre os novos trabalhadores sem histórico de contratação pela empresa. A baixa produtividade pode até ser tolerada nos primeiros dias, em que a “capacitação técnica” do trabalhador ocorre no próprio exercício da função entre instruções básicas e direcionamentos vagos. Há descompasso entre os pressupostos estabelecidos pelas certificações internacionais e as circunstâncias práticas vivenciadas, sobretudo pelas novas embaladoras que entram na produção. Constando na maioria substancial desses mecanismos, a capacitação técnica dos trabalhadores envolvidos na manipulação dos alimentos deve ser prática existente nas empresas, comprovada através de registros e documentações. Quase a totalidade das embaladoras (antigas e contemporâneas) apontou que um treinamento específico voltado pontualmente às atividades de embalagem não ocorre na prática; ela é feita durante o trabalho com apoio das trabalhadoras mais experientes (CAVALCANTI; SILVA, 1999). Nas reuniões realizadas, os temas apresentados na capacitação dos trabalhadores são quase sempre relativos à segurança do trabalho e aos protocolos de higiene e fitossanidade que devem ser seguidos.

Pesquisador: A senhora passou por algum treinamento específico antes de desempenhar a função?

Informante C31: Eu passei sim, porque pra ser fiscal tem que saber outras coisas de qualidade da fruta que nem sempre as embaladoras sabem e também sobre o padrão do produto para cada comprador. A gestão de qualidade tem treinamento todo ano também, e eu faço parte, aí é direto.

Pesquisador: E isso ocorre lá para todas as funções? As embaladoras também?

Informante C31: Elas têm as reuniões sobre qualidade e sobre segurança do trabalho quando entram, as temporárias também... É::: por isso que a empresa... que a empresa deixa pra contratar todas logo de uma vez, pra fazer isso pra todas.

Pesquisador: Sim. Mas isso fala sobre a função dela? Como vai ser de fato? E aquelas questões da composição da caixa com coloração tal e uniformidade?

Informante C31: Parte só. O resto aprendem lá embaixo. Não tem muito o que fazer em colocar uma manga numa caixa. (Informante C31, Mulher, 28 anos, Fiscal de linha e integrante da equipe de controle de qualidade, trabalhadora permanente na Empresa Maia. Entrevista realizada em 17 de agosto de 2015).

Esse tipo de percepção que subvaloriza o trabalho da maior parte do contingente que integra as *packing houses* se coaduna com as tendências indicadas por De La O e Guadrrama (2006, p. 297): as oportunidades apresentadas às mulheres ocorrem sob “un patrón de fuerte segmentación ocupacional, subvalorización del trabajo y una baja calidad en el tipo de empleos”. Há evidências de segregação laboral, na qual a condição de gênero reduz a

probabilidade das mulheres ocuparem postos de chefia e funções profissionais mais qualificadas (SUBERCASEAUX, 1995). Esse tipo de mão de obra desvalorizada, no contexto do VSF, engloba não apenas mulheres, mas também migrantes e homens com baixa qualificação que se concentram em formas de contratos temporários. Uma força de trabalho que foi engenhosamente “projetada administrativamente no processo da reestruturação capitalista que ocorre em nível de chão de fábrica, dentro da estrutura e com a ajuda do processo de transformação tecnológica, principal aspecto do paradigma informacional” (CASTELLS, 1999a, p. 315). Na realidade investigada, a ocupação de certos cargos de chefia por mulheres se limita, na maioria dos casos, a setores específicos, de modo que as gerências de maior posição hierárquica tendem a se concentrar entre trabalhadores do sexo masculino.

Ainda sobre a ideia da avaliação do desempenho dos trabalhadores, também entram no exercício de controle dos fiscais, encarregados setoriais e gestores e gerais, sobretudo entre aqueles responsáveis pelas contratações, a ponderação sobre qualidades extras que o trabalhador possa apresentar. Esta circunstância esteve presente na fala de nossos informantes secundários, em especial nos relatos de S1, S2, S3 e S4, os quais apontaram que a proatividade do trabalhador, o zelo com o patrimônio da empresa (demonstrado no bom uso dos equipamentos), assim como o auxílio aos superiores no desempenho de outras tarefas específicas, são pontos observados, constantemente levados em consideração nas novas contratações. O auxílio (treinamento) em tarefas específicas, às vezes, pode significar o pedido de um superior para que um trabalhador atue junto aos demais, por exemplo, dissipando a insatisfação com alguma mudança de meta ou ajuste pontual que tenha gerado desconforto entre os atores. Estratégias postas em prática para melhor “operar” a aceitação de alterações que promovem prejuízos ou incômodo aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, testar determinados trabalhadores quanto à possibilidade de influência sobre os demais. Segundo os informantes citados, isso se apresenta como uma maneira de verificar se esse trabalhador pode virar um fiscal ou um encarregado futuramente. Porém, o sentido real está mais próximo da manipulação dos atores, na medida em que utiliza da condição de confiança e o trabalhador “influyente” possui sobre os demais para dissolver uma questão política.

Diante do exposto, é possível dizer que o controle sobre o trabalho nas *packing houses* ocorre por meio de estratégias diversas que vão desde as rotinas protocolares de inspeção pré-trabalho, até ao regramento do comportamento dos atores frente a várias situações, em prol da produtividade e da contenção de atos de resistência. As falas de antigos e novos trabalhadores, sugerem um aperfeiçoamento dessas formas de controle, de modo que atualmente se fazem mais incisivas e taticamente arquitetadas. Essas formas aperfeiçoadas de controle acabam por

produzirem efeitos pontuais sobre o trabalho contemporâneo, alguns dos quais ainda pouco explorados na sociologia da agricultura e dos alimentos, e, por isso mesmo, o próximo tópico busca contribuir com a discussão de um tema correlato a esses feitos.

4.2.3 A identificação do trabalho executado e o controle estendido

Não se deve ignorar o fato de que as “orientações” contidas nos protocolos das certificações carregam princípios de organização da produção, baseados na segmentação dos processos e trabalhos, impelindo maior controle e monitoramento sobre as atividades desenvolvidas. Um corolário que acaba contribuindo para a organização das relações sociais de produção a estados de acompanhamento integral e inspeções regulares diretamente atuantes sobre os trabalhadores. As operações que envolvem os tratamentos fitossanitários atuam dentro de uma margem já estabelecida pelas normas e regulações das certificações internacionais, em que a preocupação central refere-se ao cumprimento integral dos padrões (tratamentos, produtos e qualidade da água utilizados). As atividades dos operadores de câmara fria, assim como aquelas desempenhadas pelos montadores de pallets, possuem uma rotina fixa praticamente invariável, na qual as principais mudanças, notadas durante a jornada de trabalho, se relacionam à intensificação do ritmo de trabalho em decorrência de algum ajuste determinado pelas chefias. Os trabalhadores responsáveis pelo descarregamento da manga⁸² e as embaladoras são aqueles cujas atividades envolvem maiores possibilidades de falha (derrubada do fruto, erro na seleção, disposição errada nas caixas, entre outras) e, por isso mesmo, acabam sendo aqueles cujo acompanhamento incide mais intensamente.

Dentro deste contexto, entre as atividades laborais desenvolvidas nas *packing houses*, as embaladoras são responsáveis por aquelas que possuem maior importância na apresentação final do produto, servindo como diferencial comercial nas gôndolas dos supermercados estrangeiros (CAVALCANTI, 2004). Esse trabalho manual de seleção e composição final das caixas de manga exportadas é agregado ao produto de forma identificada, isto é, discriminando o trabalhador responsável pelo embalamento. Um dos pressupostos da rastreabilidade empregada nesses itens é a capacidade de identificar, ao longo da cadeia, os sujeitos envolvidos nas fases da produção, sobretudo quando as atividades são feitas individualmente e relacionam o contingenciamento de riscos. Essa prática tem sido observada

⁸² A depender da organização produtiva da empresa, da capacidade tecnológica do maquinário de seleção, assim como da homogeneidade/qualidade do lote, em alguns casos estes trabalhadores também são responsáveis por uma pré-seleção do fruto, visando à colocação de lotes mais homogêneos em produção.

em outros territórios, na patagônia argentina, por exemplo (BENDINI; PESCIO; PALOMARES, 1995; BENENCIA; QUARANTA, 2003).

Se observarmos essa questão a partir das contribuições de Castells (1999a) acerca da nova economia global articulada em redes, nas quais o elemento informacional é decisivo no estabelecimento de relações nas cadeias de produção e no compartilhamento de riscos, a rastreabilidade pode ser entendida como um mecanismo de gerenciamento compartilhado de incertezas/riscos⁸³. Isso porque “o gerenciamento das incertezas torna-se decisivo em uma situação de *interdependência assimétrica*” (CASTELL, 1999a, p. 252, grifo nosso). Sob esta ótica, as responsabilidades são transmitidas pela cadeia e, respeitando as devidas assimetrias, os “custos” (financeiros e sociais) dessa rastreabilidade são assumidos pelos atores em proporções discrepantes. No nível prático da coisa, particularmente no que tange ao trabalho das embaladoras, isso implica na operação de “[...] mecanismos de monitoramento da produção que permitem identificar os trabalhadores envolvidos nas suas diferentes fases, mudando, portanto, o perfil requerido dos trabalhadores rurais” (CAVALCANTI, 2004, p. 27).

As falas das embaladoras contemporâneas entrevistadas na pesquisa trazem alguns dos traços que caracterizam o trabalho por elas desenvolvido e, por conseguinte, somam-se à compreensão desse perfil. Ao aglutinar a série numerosa de termos utilizados por essas mulheres para caracterizar o trabalho realizado ao longo de suas falas, chegamos ao conjunto de cinco grandes elementos associados ao desempenho da função de embaladora: dificuldade, rapidez, controle, atenção e cuidado⁸⁴ (Quadro 10). Neste sentido, foi possível identificar que as associações mais recorrentes foram aquelas referentes a controle, atenção e rapidez, com destaque para as duas primeiras, nas quais as associações com advérbios de intensidade foram levemente mais frequentes. Cuidado e dificuldade foram respectivamente a quarta e a quinta categoria em número de ocorrências nas falas

Entre as trabalhadoras dessa categoria, todas possuíam mais de três safras consecutivas, trabalhando na mesma empresa, o que nos leva a considerar dois pontos importantes para o tema em questão. O primeiro refere-se ao fato de que esta condição inclina um padrão de respostas com menor importância para elementos de cuidado, enquanto manuseio, e dificuldade na operação do trabalho, pois a perícia alcançada e adaptação ao trabalho (das experiências anteriores) tendem, no nível da percepção, a dar como vencidos

⁸³ Relativos aos impactos ambientais, à segurança alimentar e, mais “virtualmente”, à condição social do trabalho utilizado produção.

⁸⁴ Distinguimos atenção de cuidado, pois são acionados essencialmente em operações distintas, respectivamente, na seleção do fruto (identificação visual e escolha) e no manuseio do fruto.

esses aspectos. Neste caso, é provável que se tivéssemos falas de trabalhadoras novatas, com um cenário onde ocorrências para esses aspectos seriam maiores. O segundo e mais importante aspecto diz respeito ao fato de que, mesmo diante da experiência dessas trabalhadoras, as características referentes a controle, atenção e rapidez aparecem com frequências bem elevadas, inclusive para o número de entrevistadas.

Freq. total de ocorrências		38	38	30	28	26	22	18	17	15	11	10	10	8	6
Unidade	O trabalho da embaladora	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Operações associativas	é				—		—		—	—	—				
	tem que ser	—												—	
Conectivos de intensidade	precisa de/tem que ter		—	—		—		—				—			—
	muito			—		—						—			—
Características e atributos gerais	bem				—						—			—	
	pesado									●	●				
	difícil								●						
	rápido	●			●		●							●	
	controle			●											
	atenção		●			●							●		
	cuidado							●				●			●

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

A ocorrência dominante dos elementos controle, atenção, e rapidez, é indicativa da centralidade de certos aspectos no trabalho das embaladoras, os quais podem ser sintetizados em dois eixos, sendo esses “controle” e “intensidade”. Nessa linha, a atenção cumpriria um papel complementar favorecendo um maior controle sobre o próprio trabalho, com ações e seleções mais precisas. Do outro lado, a velocidade representaria a agilidade e destreza conseguidas com a experiência, e, portanto, um componente do “perfil” básico requerido pelos empregadores, pois diz respeito um atributo que junto a outros possibilita alcançar as metas de produção. Entendemos que a velocidade/agilidade do trabalho é uma das variáveis que compõe a equação da intensificação do trabalho e por isso será abordada em momento específico, em conjunto com outros fatores. Interessa-nos aqui, por ora, a questão do autocontrole no trabalho das embaladoras.

Levando em consideração a realidade observada em campo e os relatos coletados, a questão do controle aparece como peça chave no exercício das funções de embalamento, pressupondo a série de atos ali contidos. Além disso, o controle parece ocorrer de forma estendida nessa categoria, sendo, muitas vezes, acionado nas falas como uma espécie de

“autocontrole” tanto na técnica de operação da função, como também no regramento da conduta. Identificar esse tipo de questão pressupõe um exercício particular de análise sobre as falas, podendo ser acionado, aqui, a fim de apresentar o tipo de associação por trás da questão do autocontrole (Quadro 11).

Quadro 11 – Exemplos de associações à ideia de autocontrole nas falas das Informantes C14 e C32
Sequência 1 – Informante C14 (Mulher, 27 anos, Embaladora Temporária, Empresa Palmer)¹
<i>Início da sequência na questão 17</i> P: e o que a senhora faz como embaladora... assim... se fosse descrever o que a senhora realiza, como seria? C14: basicamente é pegar a manga da esteira, <u>avaliar</u> ali qual é a melhor na questão de cor e calibre e fazer o posicionamento na caixa da melhor maneira... aí tem que ver isso com cuidado, e <u>estar atenta</u>, porque não pode errar esse processo, que o fiscal corrige na frente. depois tem a identificação da gente e ela segue pra o selo e etiqueta na frente. P: essa identificação é do rastreamento? C14: é esse danado mesmo. (risos)... que as meninas nova fica preocupada depois. P: por quê? C14: qualquer errinho que tiver eles identifica por ali. às vezes passa o dia todo numa boa, a gente produz e tudo tranquilo, quando der fé... chega o encarregado [setorial] no final do dia e diz: “olha, de manhã tinha duas caixas erradas e tal... tem que <u>prestar atenção</u>. eles dizem até a hora que você errou a caixa. [expressão de espanto de P] (risos) é::: é assim, tudo é registrado. por isso eu mesmo <u>evito conversar</u>.^{continuação C14} P: e o que é que tem a ver? C14: <u>fica conversando aí erra muito</u>. todas de lá são antigas... a maioria né... mas se ficar conversando ou pensando em creuza [expressão coloquial equivalente a dispersa mentalmente/desatenta], aí vai errar, não tem jeito. <u>tem que prestar muita atenção porque a manga muda</u>, a embalagem muda e você tem que <u>ir calculando tudo</u> isso durante o dia. P: é, tem q ter atenção mesmo. mas então esse negócio do rastreamento funciona também pra ver se vocês erraram? C14: também, mas é coisa que a empresa só faz seguir, porque é exigência lá de fora... de quem compra. E é pra saber direitinho de onde vem a manga, tudo certinho. no final é uma coisa que precisa pra poder fazer essa venda pra fora.
Associações mais emblemáticas entre autocontrole e regramento de conduta: evito conversar/se ficar conversando/pensando em creuza/fica conversando aí erra muito
Sequência 2 – Informante C32 (Mulher, 30 anos, Embaladora Temporária, Empresa Maia)²
<i>Início da sequência na questão 31</i> P: existe algum tipo de identificação no embalamento que a senhora faz? C32: a ficha né? P: não sei, o que é a ficha? C32: é o número da embaladora que a gente coloca na caixa pra fazer o rastreamento da produção né? P: sim::: é isso mesmo. como é que funciona isso? C32: Toda embaladora vai pegando as fichas de 100 em 100 e identifica as caixas que ela embala, faz a caixa e depois coloca. aí pronto, ali aquela caixa é sua produção, você que fez né. qualquer erro ali que encontre depois é seu. P: entendi. mas o que a senhora acha desse rastreamento? muda alguma coisa no trabalho da senhora? C32: assim... não sei se é correto mesmo, mas funciona pra que a produção possa ser...identificada né. pra em qualquer canto saber que veio lá da empresa, e que tá tudo dentro dos conformes como eles [importadores] pedem. P: sei...entendi... mas a senhora acha que isso muda alguma coisa no seu trabalho? ou não faz diferença nenhuma? C32: (silêncio 3 segundos) assim... eu acho que muda o seguinte, você tem que <u>prestar mais atenção</u> no que tá fazendo, tem que <u>se concentrar</u> e <u>não desviar a atenção</u> com besteira o tempo todo, <u>ficar conversando direto não dá muito certo</u>, porque vai acabar passando um errinho ou outro. se você for pensar direito vê que aquilo que você fez ali, aquela caixa vai pra fora...e lá se o comprador achar um erro grosso ele pode ligar e a empresa vai saber quem fez a caixa e tal. por isso que na empresa eles sempre fala nas reuniões, tem que fazer o trabalho com atenção, pra não cometer erro, esse padrão é diferente do nacional.
Associações mais emblemáticas entre autocontrole e regramento de conduta: não desviar a atenção/prestar mais atenção/ficar conversando direto não dá muito certo

¹ Entrevista realizada em 17 de outubro de 2015; ² Entrevista realizada em 11 de janeiro de 2016

As associações realizadas pelas embaladoras no entendimento da questão da rastreabilidade trazem indícios importantes dos efeitos provocados por essa condição produtiva de identificação individual do trabalho. Para tanto, essa questão deve ser percebida, apropriando-se as associações realizadas no interior das falas. Neste sentido, concentrando-se

apenas nos pontos que ajudam a desvendar a questão entre autocontrole e regramento de conduta, é possível perceber, em primeiro lugar, que a rastreabilidade é citada como um instrumento que facilita o controle interno individualizado da produção, estendendo-o para além do campo visual dos fiscais e encarregados. Um segundo ponto a destacar é o grau de precisão do modelo produtivo que as empresas estão alcançando, a ponto de a atividade de embalagem poder ser identificada e atribuída à trabalhadora à hora de execução e até mesmo à linha de embalagem em que se encontrava. As informações vão se somando desde a fase de campo e agregando uma série ampla de dados de *packing house* que servem ao supremo do controle sem base espacial ou temporal fixa. Em terceiro lugar, o regramento da conduta se apresentou, nas falas destacadas, como a limitação de conversas com outras profissionais e/u reforço da atenção⁸⁵, sendo, neste sentido, uma forma de autocontrole.

Em quarto lugar, considerando que o rastreamento produtivo se fundamenta na possibilidade de monitoramento virtual⁸⁶ desencaixado tempo-espacialmente (GIDDENS, 1991), é possível sugerir que, sob essa circunstância, a rastreabilidade dilata o tempo, o espaço, e pulveriza a execução do controle social do trabalho executado para uma infinidade de sujeitos possíveis. O trabalho empregado na produção passa a estar sujeito, mediante essa condição, a um controle que ultrapassa a dimensão do imediatismo material corporificado, ainda que não a abandone. É na prática mais uma forma de controle que comprime o trabalhador ao exercício laboral “mais atento” e “sem distrações” com vistas à excelência da qualidade, pois uma falha não vista *aqui* pode ser encontrada *lá*. No nível psicológico, a virtualidade do controle da rastreabilidade se constitui sobre duas faces articuláveis entre si: em um nível, implica a autovigília quase intermitente durante a jornada de trabalho a fim de minimizar potencialmente qualquer falha no embalagem, fazendo com que as trabalhadoras regrem voluntariamente suas próprias condutas que possam causar distração; em outro nível, refere-se à consciência gerada pela trabalhadora de que seu trabalho segue monitorado para além do espaço restrito da *packing house* (tal como consta na fala da Informante C32).

Em quinto lugar, a rastreabilidade fundamenta-se a partir dos protocolos globais operantes nos circuitos e fluxos do sistema agroalimentar, mas se efetiva enquanto modeladora da produção na esfera local, e nesta interface global/local possibilita o controle consentido. Na lógica das novas organizações produtivas, “salienta-se a centralidade

⁸⁵ No contexto das falas, uma expressão como “tem que prestar muita atenção porque a manga muda” representa, no nosso entendimento, dois procedimentos: o primeiro de autorreflexão e o segundo de ajuste da conduta/ação visando à ampliação da atenção.

⁸⁶ No limite, implicaria em um monitoramento possível de ser realizado por qualquer um, em qualquer lugar, a qualquer momento.

estratégica de seus protocolos organizacionais e institucionais. É apenas sobre eles que se articula a hegemonia do capital na produção” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 345). O engajamento do trabalhador estimulado pelo capital, a alienação asseverada, a apropriação integral do trabalho intelectual sobre a face da “participação” no processo são algumas das formas articuladas pelo capital para promover a subsunção da subjetividade do trabalhador. Mas também é possível aventar, acerca de realidades como a produção de itens agrícolas, que a atuação de mecanismos de controle como a rastreabilidade produtiva, quando absorvidos voluntariamente pelos trabalhadores, contribui, do mesmo modo, à subsunção da subjetividade dos sujeitos.

Por fim, parece ser válido aqui acionar uma das lições mais valiosas deixadas por Foucault (2006) a respeito do controle e seu exercício sobre os sujeitos, a qual contempla a ideia de que quanto menos compulsoriamente precisa ser acionado mais forte é o controle. Em outros termos, quanto menos se fundamente na incidência de ordens/comandos/violências diretamente executados homem-homem, mais sólido é o poder, pois passa a contar com a contribuição do controlado. Sob esta perspectiva, a rastreabilidade diminui o exercício do controle sob a forma de ordenamento homem-homem, na exata medida em que o monitoramento sobre a qualidade do trabalho passa a ser também uma operação voluntariamente realizada pelas embaladoras.

Contudo, o controle existente atuante sobre o trabalho nas *packing houses*, em suas formas básicas ou em suas composições estendidas, se relaciona com a intensificação do trabalho e, sob esse viés, delinea o trabalho nesses ambientes. A intensificação é a outra face relevante do trabalho na mangicultura de exportação do VSF. Podendo ser lida, também, como um ponto da intersecção entre o local e o global, atua significativamente na realidade dos trabalhadores investigados e, por isso, segue discutida em sequência.

4.3 Mercados globais e ritmos locais: a intensificação do trabalho nas *packing houses*

Os circuitos que se formam com a globalização dos alimentos possuem como sustentação a condição de produção flexível, a qual conecta e articula países, regiões e territórios a partir das relações de mercados específicos. Uma arquitetura que se refere ao domínio do capital, visto que,

A nova forma de produção e de gestão mundializada, a internacionalização das relações de produção capitalistas, a expansão mundial dos mercados, a reorganização administrativa global, a reestruturação produtiva, a flexibilização

laboral, o próprio predomínio do capital industrial e financeiro não são somente questões técnico-econômicas, são uma nova capacidade de poder, de domínio, na relação do capital em todos os âmbitos (COSTILLA, 2005, p. 260).

Deste modo, as relações que se estabelecem entre os países desenvolvidos e as regiões e territórios em desenvolvimento da América Latina quanto à oferta e suprimento de alimentos frescos como as frutas, visam ao atendimento mercados consumidores capitalizados que, mesmo demandando altos volumes se diferem dos mercados massificados pouco criteriosos. Os consumidores para os quais a produção de mangas do VSF é destinada estão espalhados pelo planeta, mas requisitam igualmente um produto diferenciado, possível de ser identificado por marcas e símbolos, assim como rastreável quanto às suas origens e condições de produção (CAVALCANTI, 1997; 1999c).

Na matriz econômica, a partir da qual a globalização dos alimentos se processa, “la flexibilización que se le asocia aparece como respuesta a la necesidad de adecuarse a las exigencias de un mercado crecientemente competitivo” (BENDINI; TSAKOU MAGKOS, 2003, p 43). Esta flexibilização está presente na organização da produção em contextos locais dos países latino-americanos e tem sido modeladora de novos arranjos e formas de trabalho, constituídos na interação entre mercados, grandes empresas produtoras, e trabalhadores. Em outras palavras, o padrão de controle globalmente difundido que se firma na expectativa de atendimento aos requisitos de rastreabilidade e segurança alimentar afetam as rotinas e a organização do trabalho nos níveis locais, atuando no campo, nas *packing houses* e também nas esferas de distribuição (CAVALCANTI; DIAS, 2015).

Observar os desdobramentos locais como parte de um contexto maior proporcionado pela globalização é considerar aquilo que Sassen (2010, p. 20) nomeia como “processos e dinâmicas subnacionais da globalização”, isto é, uma dimensão analítica que permite captar o que ocorre com essas regiões e territórios como “escalonamentos” processos e tendências globais. Nesta perspectiva, não há como deslocar o entendimento dessas modificações na organização e nas rotinas de trabalho dos processos mais gerais de reestruturação produtiva impulsionados pelos capitais. A relevância que as determinações e especificações, exigidas pelas grandes distribuidoras e redes de supermercados, passam a ter na conformação de inúmeros arranjos produtivos apontam para a relevância que o capital comercial possui dentro dos sistemas agroalimentares.

No campo mais específico do agro-alimentar também vêm ganhando peso as formas de capital comercial em relação ao capital produtivo, em especial as cadeias voltadas para a produção e comercialização de produtos frescos. É assim que muitos grandes

retalhistas se preocupam com o controle das tecnologias usadas a montante, desenvolvendo mesmo processos de controle relativamente apertados. Trata-se no fundo de garantir aos seus clientes a rastreabilidade dos produtos que oferecem, fornecendo informações fidedignas sobre as tecnologias produtivas utilizadas (MOREIRA, M., 2001, p. 48).

Essas corporações transnacionais têm prevalecido nos jogos de poder que se travam entre os diversos atores atuantes nos sistemas agroalimentares e sobre a prerrogativa das exigências dos mercados estabelecem seus padrões e exigências produtivas, ratificados, em alguns casos pela obrigatoriedade de auditorias e selos próprios de certificação da qualidade do produto, a exemplo do selo TN, apresentado no capítulo anterior. Algo a ser lembrado, neste sentido, é o fato de que essas certificadoras que atuam na cadeia de alimentos frescos são ligadas a vertentes do capital transnacional que se articula nos sistemas agroalimentares e representantes dos capitais comerciais e do segmento de serviços. No entendimento de Teubal (2001, p.64), as políticas de liberalização de ajuste estrutural implementadas nos espaços rurais da América Latina e a composição de um sistema agroalimentar mundial, impulsionado por essas transnacionais influenciaram uma nova ruralidade onde “se han ido estableciendo pautas, estructuras, tendencias y nuevas formas organizativas que estarían transformando profundamente al medio rural”.

Esse vigor que o capital comercial possui nos sistemas agroalimentares de produção flexível nos parece mais uma das formas possíveis de manifestação das relações de dependência e sobre determinação que as economias centrais exercem sobre países em desenvolvimento. Um olhar mais crítico sobre os propósitos efetivos dos selos de certificação pode nos trazer revelações interessantes a respeito de como nessa economia globalizada, erguida sobre sistemas peritos (GIDDENS, 1991), as corporações privadas de grande porte passam a ditar as formas e maneiras de se produzir, elevando o patamar de exigências em um segmento econômico cujas formas tradicionais de produção não comportavam tais hábitos e rotinas.

Em verdade, a flexibilização que transformou grandes extensões produtivas do México, Brasil, Chile e Argentina e fez surgir regiões globais (CAVALCANTI; DIAS, 2015), desmantelou antigos modelos de produção e relações de trabalho em nome de mercados mais vantajosos. Onde isso não ocorreu, a modernização produtiva e o adensamento de estratégias relacionais entre atores e agentes da cadeia de alimentos acabou por provocar a situações nas quais ocorre a subordinação articulada de pequenos produtores e agricultores familiares não integrados aos grandes mercados, em um leque variado de circunstâncias (BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2003; DAMINANI, 2003; WANDERLEY, 2012).

Ainda assim, é preciso ser sublinhado o fato de que muitas dessas alterações na estrutura de produção visando à adequação aos mercados, algumas das quais sinalizadas anteriormente (a exemplo do estabelecimento de condições mínimas de sanidade apontados da Instrução Normativa/SARC nº 012/2003) trouxeram benefícios à condição de trabalho em economias, nas quais as atividades agropecuárias eram marcadas por precárias conjunturas. Nesse mesmo sentido, os requisitos constantes em protocolo de certificação internacional, a exemplo do GlobalG.A.P., também acarretaram benefícios e melhorias diretas à condição dos trabalhadores que estavam em campo lidando com o manejo e cultivo das plantas, na exata medida em que requeriam condições mínimas de trabalho condizentes com a legislação trabalhista dos países. É impossível não dizer que o uso de EPI's, o atendimento às normas de segurança do trabalho e a adoção de políticas de prevenção de acidentes com agrotóxicos passaram a fazer parte do cotidiano desses trabalhadores de forma crescente. Como veremos mais adiante, a própria fala dos atores que trabalharam na produção de mangas em grandes fazendas, nos primeiros anos deste século, é indicativa de que esses ajustes ocorreram progressivamente e trouxeram a incorporação de novos hábitos não apenas organizacionais, mas também para esses indivíduos que passavam a experimentar novas rotinas e formas de cumprir suas atividades laborais.

O contexto laboral da América Latina aponta para situações em que “la asalarización de la fuerza de trabajo aumenta en los países que han tenido un crecimiento más orientado al comercio exterior” (OIT, 2011, p. 89). Dentro deste contexto, durante a primeira década do século XXI, o avanço das economias latino-americanas, sobretudo na esfera rural, promoveu a coexistência de dois grandes tipos de dinâmicas, diferenciadas em virtude dos modelos de desenvolvimento adotados. Por um lado, nos países com maiores níveis de pobreza rural e baixa renda *per capita* é predominante o trabalho por conta própria, com domínio de empresas familiares campesinas, marcados de maneira contundente pela frágil institucionalização das relações sociais, o que indica, por sua vez, “escasa presencia estatal, lo que se manifiesta en una alta informalidad en el empleo, baja protección social e situaciones de empleo e condiciones de extrema vulnerabilidad” (OIT, 2011, p. 92). Em contrapartida, as economias nacionais com maior renda *per capita* e menores índices de pobreza rural seguem um compasso de concentração da propriedade da terra entre as grandes empresas.

Não se pode ignorar, todavia, que esse mesmo processo de formalização do trabalho que tocou contundentemente regiões de natureza similar ao VSF, isto é, delineadas produtivamente com ênfase em mercados externos, carrega em seu bojo o revés da diminuição nos postos de trabalho de caráter permanente. A globalização da agricultura e dos

alimentos, ao incorporar nos circuitos internacionais a região em estudo, ao mesmo tempo em que promoveu a progressiva regularização das condições contratuais entre os trabalhadores das *packing houses* no VSF, igualmente, favoreceu à fixação do trabalho temporário como categoria dominante nesse segmento da produção, fazendo jus à necessidade de estruturas organizacionais cada vez mais flexíveis e de caráter enxuto, com custos reduzidos e o menor emprego de mão de obra permanente possível. Um panorama que mostra mudanças sistemáticas na estrutura de emprego, “hacia una creciente participación relativa de los trabajadores no permanentes, - en sus distintas modalidades: estacional, eventual, transitorios – en tareas que tradicionalmente se asignaban a trabajadores permanentes” OIT (2011, p. 89).

E a produção de mangas do VSF é um exemplo dessa realidade. Embora o acesso a esses dados não nos tenha sido permitido nas empresas que visitamos, uma estimativa básica, tomando como referência os indicativos dados pelos Informantes S1, S2 S3 e S4, possibilita-nos ponderar que, em um ano de operação, entre 70% e 80% da mão de obra empregada nas *packing houses* é temporária. Essa condição do trabalho temporário como dominante traz uma série de reflexos importantes que vão desde a mudança do padrão de vida dos trabalhadores até a reestruturação do planejamento familiar, visando às safras e o trabalho nesse período.

O próprio crescimento do setor de serviços atrelados às atividades agrícolas é uma das faces relativas à diminuição de postos permanentes na atividade agrícola de exportação atingindo outros produtos. Além da fruticultura para exportação de produtos frescos, há também a agregação das atividades industriais em regiões da América Latina similares ao VSF, onde itens como os “vinos, lácteos, carnes blancas, licores, aceites, café y cacao, quienes además han generado una amplia gama de industrias y servicios asociados que dinamizan la actividad económica rural” (OIT, 2011, p. 91). Essa agricultura moderna de exploração intensiva direcionada à exportação quando integrante dos complexos agroindustriais promove, ao mesmo tempo, a expulsão de mão de obra do campo e a abertura de novos postos de trabalho assalariado nas frentes de beneficiamento, sendo esse um dos contrastes inerentes à nova agricultura (OIT, 2012)⁸⁷. É válido lembrar que as tendências mais comuns dos setores tradicionais da agricultura no Nordeste destoam da realidade de outros espaços mais dinâmicos como o VSF.

[...] se a crise dos setores tradicionais da agricultura afeta negativamente a economia do Nordeste, é a partir da agricultura e da agroindústria que estão sendo gestados

⁸⁷ Esses comportamentos da agricultura latino-americana pontuados pela OIT (2011, 2012, 2013, 2014) nem sempre captam a diversidade total de formas e comportamentos produtivos existentes em espaços produtivos particulares como o VSF.

novos polos dinâmicos de desenvolvimento regional. Situados em zonas delimitadas e explorando vantagens comparativas, esses polos agroindustriais vêm tentando ocupar os chamados nichos de mercado, tanto o mercado nacional como, sobretudo, o internacional (WANDERLEY, 2002, p. 47).

Com efeito, essas diferenciações territoriais constam resultantes de um processo complexo de entrelaçamento de diversos aspectos “[...] sociais, econômicos, culturais e institucionais que caracterizam uma realidade determinada, conjuntamente com as ligações de natureza variada que ela tem com o resto do mundo” (VILELA, 2002, p. 107). Sendo assim, cada área produtiva que desponta conectada nos circuitos globais conforma uma singular arquitetura entre os fatores internos e as dinâmicas externas, sendo essa combinação determinante da competitividade desta área e sua produção no âmbito dos mercados. É sob esta perspectiva, portanto, que o trabalho no âmbito das *packing houses* do VSF demonstra situações particulares ligadas ao comportamento de resistência e enfrentamento de atores individuais e coletivos, frente a avassaladoras orientações de uso intensificado do trabalho.

É preciso lembrar, todavia, que a região do VSF desponta, nos circuitos globais da manga, pelo diferencial produtivo de acessar janelas específicas de mercado, ofertando um produto de qualidade em períodos em que a concorrência é relativamente menor. A condição natural do semiárido de elevadas temperaturas, alta exposição luminosa e baixos índices pluviométricos, devidamente ao lado do manejo de irrigação, contribuem para uma produção abundante nos períodos de alta safra. Estes atributos não seriam decisivos em efetivos se a eles não se associassem a oferta abundante de mão de obra de baixo custo (CAVALCANTI, 1996). A elevada produção e a demanda volumosa dos mercados europeus e norte-americanos criam, em conjunto, o terreno fértil para o estabelecimento de um contexto produtivo marcado pela intensificação do processo produtivo em determinados períodos. Eis aqui o outro segundo grande elemento característico do trabalho e suas condições nas *packing houses*, a intensificação.

A intensificação e o controle do trabalho pelas empresas é notoriamente uma realidade mais aguda nos períodos de alta produção, quando o VSF processa o grosso do seu volume de produção visando às negociações com a Europa e com os Estados Unidos. O ritmo acelerado de produção, a diminuição do tempo por atividade realizada e a necessidade de cumprimento de metas de produção são características que afetam trabalhadores das plantas de beneficiamento, mas que também incorrem sobre aqueles que colhem os frutos nos pomares, e de modo diferenciado os escalões intermediários de gestão dessas empresas. Embora tenhamos direcionado a pesquisa visando compreender melhor a realidade do primeiro grupo

de trabalhadores, não nos passou despercebido o que ocorre entre outros atores envolvidos com a produção de mangas de exportação.

Dal Rosso e Cardoso (2015) destacam o fato de que a associação do trabalhador à máquina constitui não apenas uma circunstância elevadora da produtividade do trabalho realizado em certa fração temporal, mas também, sistematicamente, uma lógica de organização da produção que aumenta a intensidade do trabalho. Nesses termos, assim como ocorre no trabalho de embalagem/empacotamento da manga de exportação no VSF, a ligação do trabalhador e de sua atividade laboral à máquina implica em um ritmo de produção intensificado, que se torna mais agudo, sobretudo nos períodos produtivos de safra. Segundo, esses autores, “primeiramente, as máquinas aumentam a velocidade média das atividades desempenhadas pelos trabalhadores; depois, reclamam uma nova organização do processo de trabalho no chão de fábrica e nos locais de trabalho em geral” (DAL ROSSO; CARDOSO, 2015, p. 638-639).

Sob este tipo de conjuntura, por exemplo, o trabalhador tem o ritmo de sua atividade laboral elevado, se encontrando, não raro, diante de circunstâncias, nas quais a cadência de seu trabalho é dada pela constância incessante do maquinário. Na história da sociologia do trabalho, como bem salientam Dal Rosso e Cardoso (2015, p. 638-639), “os processos intensificadores foram construídos nas escolas mundiais de organização do trabalho que moldaram o labor décadas a fio”, adotados e difundidos em escalas locais e globais, cuja aceitação geral fazem parecer quase condições naturais de qualquer trabalho.

Contudo, a tônica da intensificação do trabalho depara-se, não raro, com a postura de resistência dos trabalhadores, quer seja por via organizada e legalmente instituída em lutas sindicais (SOUTO JÚNIOR, 2011, 2013; SILVA, C., 2016) ou mesmo por via do boicote nas ações do cotidiano (SILVA, M., 2005, 2010). Assim, por mais que os processos de reorganização produtiva e aperfeiçoamento administrativo caminhem no sentido da intensificação, lógica incessante no capitalismo contemporâneo de produção enxuta (HARVEY, 2008), este movimento não ocorre sem o posicionamento dos atores locais imersos nesse tipo padrão organizativo das relações de trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento da estrutura produtiva e organizacional das *packing houses* se processou no sentido de melhor se ajustar à dinâmica do *just in time* particularmente aperfeiçoada na nova economia global (CASTELLS, 1999a), significando, no nível prático, a capacidade de ajuste quase instantâneo da produção a novas demandas ou especificações dos importadores. Maquinários com alta capacidade de processamento e inúmeras possibilidades de ajustes operacionais vêm sendo incorporados continuamente, a exemplo de etiquetadoras e

seladoras que dispensam a necessidade de trabalhadores para essas tarefas, e fazem parte das alterações visando à formatação de uma planta produtiva capaz de responder aos infindáveis detalhes diferenciadores apresentados por uns e outros compradores da manga do VSF. Mas essa capacidade de produção flexível, tendência global nos mercados de alta competitividade, requer a sua efetivação, um padrão de trabalho constituído no nível local.

Sob esta perspectiva, solicita-se do trabalhador das *packing houses* na atualidade uma capacidade adaptativa sem igual, que diz respeito ao ajuste de ritmo, padrão de execução de tarefas, alteração nos requisitos de classificação da manga, os quais podem variar ao longo da jornada diária de trabalho, a depender de circunstâncias diversas⁸⁸. A lógica adaptativa requerida ao trabalhador faz parte do mesmo padrão que, no nível geral da economia, impele as empresas aos ajustes produtivos necessários para enxugamento da produção, otimização dos recursos e recomposição das formas sociais de uso da força de trabalho em suas modelagens mais flexíveis. Nessa ótica, adaptação é a resposta à volatilidade, quer seja pela empresa em relação aos mercados, quer seja pelo trabalhador em relação à instabilidade do emprego.

Com efeito, a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo. Para falar a verdade, hoje é tão importante aprender a trabalhar com a volatilidade quanto acelerar o tempo de giro. Isso significa ou uma alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças de mercado [...] (HARVEY, 2008, p. 259).

As empresas de manga de exportação do VSF, no período de safra, conformam uma realidade singular, na qual a organização da produção e as atividades laborais são estruturadas de forma que o trabalho seja realizado em patamares de intensidade que se diferenciam, em muito, da rotina média dos trabalhadores nas outras épocas do ano. A capacidade de implementar uma dinâmica intensa, na qual as forças de trabalho alcançam um nível ainda maior de produção está vinculada às formas e mecanismos de regulação do trabalho social, assim como ao modelo de gerenciamento processo produtivo, levado adiante pelas empresas. Mas é oportuno destacar que o contexto econômico e a condição de empregabilidade do mercado como um todo, no qual os trabalhadores estão inseridos, também contribui para a

⁸⁸ As grandes empresas possuem sua programação básica de processamento semanal. Esta, por sua vez, pode incluir o embalamento de manga para importadores diversos ao longo do dia, cada qual com uma série distinta de requisitos que podem diferenciar aspectos inúmeros (calibre, coloração padrão, níveis de tolerância de heterogeneidade da coloração dos frutos na composição da caixa, etiquetas, selagem, tamanho do pallet, entre outros). Além disso, ocorrências outras como novos contratos, cancelamento de pedidos, qualidade do lote, podem requer a alteração na execução do processamento, pressupondo uma resposta instantânea dos trabalhadores às demandas suscitadas.

condição de aceitação destes atores sociais a trabalhos e atividades marcados pelo uso intenso de sua condição laboral. Neste sentido, quanto menos propícias às oportunidades de emprego nesse e nos demais nichos econômicos da região, mais sujeitos estarão esses atores sociais a se deparar e a aceitar condições intensas de trabalho (ANTUNES, 2001; ALVES, G., 2011).

É preciso destacar que essa realidade conjuntural que implica na aceitação quase que tácita ao trabalho intensificado, incide ainda mais alarmantemente, sobretudo, nos trabalhadores temporários. Esses que formam o maior volume ativo em períodos de safra se posicionam passivamente quanto à aceitação das condições ou do tipo de trabalho indicados pelo empregador, possuindo poucos instrumentos para equiparar a balança no jogo de forças implícito no processo de absorção da mão de obra temporária. Sob o panorama das empresas flexibilizadas típicas do modelo pós-fordista, essa realidade se assevera, pois, a essas empresas estão associadas “uma produção muito mais vinculada à demanda; um trabalho em equipe; a produção se estrutura simultaneamente num processo flexível; ela tem como objetivo um processo de produção *just in time*, ou seja, produzir tudo no melhor tempo” (ANTUNES, 2001, p. 42).

Não muito distante desta linha de pensamento, Bendini, Pescio e Palomares (1995) sublinharam que, ao se pensar o caráter sazonal de certos cultivos destinados à exportação, a flutuação do emprego a que estão sujeitos os trabalhadores contribui para formação de cenários de vulnerabilidade social. Algo muito próximo do que observaram Cavalcanti e Bonanno (2014) acerca das relações de trabalhos, em contextos produtivos de agricultura voltada à exportação.

4.3.1 O trabalho na safra e na entressafra

As relações de produção nas modernas *packing houses* de manga do VSF representam uma pequena parte da complexa cadeia de processos e fluxos dos sistemas agroalimentares articulados em nível global. Os modelos de organização e relações da produção nos ambientes destacados se constituem como formas especiais para se refletir acerca da racionalização das condutas produtivas e a consequente intensificação do trabalho. Esse da produção racionalizada faz com que a agricultura moderna se constitua não apenas no controle e domínio da natureza, mas também no controle e domínio do trabalho. Nessa perspectiva, portanto, “a natureza passa a ser ajustada aos ritmos de mercados, assim como o trabalho e as estratégias de gestão, sob a mediação da qualidade e de um tempo que é imprevisível, mas, ironicamente, *just in time*” (CAVALCANTI, 2004, p. 29).

O domínio das técnicas e tecnologias de produção fez com que a agricultura reduzisse ao máximo a instância do imponderável nessa atividade econômica, reduzindo o fator imprevisibilidade da natureza. A agricultura do VSF voltada aos mercados competitivos trabalha e produz sob este modelo, conseguindo alargar períodos de colheita, induzir floração mais precoce encurtando o tempo entressafra, assim como promover e estimular o amadurecimento mais rápido do fruto. Essas e outras manipulações possíveis que evidenciam o domínio da técnica sobre o natural são acionadas e mesmo articuladas em conveniência com as flutuações dos mercados na expectativa de melhores resultados comerciais.

Há dois grandes períodos de produção da manga. O período de entressafra é um momento destinado predominantemente aos tratos culturais que são realizados nas mangueiras, instante no qual as atividades nas *packing houses* são reduzidas consideravelmente, chegando a praticamente parar nas empresas de menor porte. As grandes empresas exportadoras mantêm algum volume de produção, fazendo com que esses ambientes de beneficiamento pós-colheita permaneçam ativos o ano todo, ainda que operando com capacidade bastante limitada. Por manterem negócios com diversos importadores e em várias partes do globo, não se restringindo apenas à Europa e aos Estados Unidos, é comum que estas empresas mantenham um quadro fixo de trabalhadores nas *packing houses*, servindo como um contingente básico em condições de operar a planta de beneficiamento se a demanda não for tão elevada quanto no pico da safra. Na entressafra ocorrem as manutenções preventivas nos maquinários das *packing houses*. Como as exigências de controle fitossanitário impostas às empresas são elevadas e pressupõe sua aplicação com excelência em época de remessa de mercadorias, os ajustes estruturais (reformas preventivas e corretivas, assim como melhorias e aperfeiçoamentos) na planta física das *packings* também são realizados nesse período.

No período de safra, as *packing houses* das empresas operam na capacidade máxima de processamento, com grandes contingentes de trabalhadores temporários sendo contratados para diversas funções. Embaladoras, descarregadores, fiscais de linha, operadores de câmara fria, montadores de pallets, montadores de caixas, técnico em manutenção de equipamentos específicos e uma série de outros postos são abertos para as atividades em época de safra. Ritmo, intensidade e controle da produção são caracteristicamente elevados nesse período com vistas ao atendimento dos elevados de produção demandados pelos mercados externos. Esse é o momento em que as dinâmicas típicas associadas ao trabalho temporário daqueles que atuam nesses espaços de processamento da manga, em uma realidade na qual as metas de produção influenciam o ritmo e o grau de controle sobre os trabalhadores.

A variação entre esses dois grandes momentos afeta diretamente as atividades e os trabalhadores envolvidos no beneficiamento pós-colheita da manga, tanto na dimensão quantitativa do trabalho quanto também nos aspectos qualitativos. Em outras palavras, na entressafra notamos não apenas uma redução numérica dos trabalhadores das *packing houses*, cujos contingentes são reduzidos a um úmero mínimo, mas também, e de maneira bastante interessante, um certo “relaxamento” nas rotinas de controle e fiscalização. Foi comum observarmos nesses ambientes de produção, trabalhadores mais relaxados, conversando entre a realização de uma tarefa e outra.

Podemos dizer, neste sentido, que em virtude da redução do fluxo de trabalho na entressafra a organização produtiva e até mesmo os fiscais e responsáveis setoriais permitem aos trabalhadores comportamentos mais comunicativos durante a jornada de trabalho. Não estamos afirmando indiretamente com isso que durante a safra não é permitido aos trabalhadores conversarem entre si. Não se trata disso. Porém, as atividades durante a safra envolvem muito mais trabalhadores (temporários em sua maioria) e são sempre conduzidas nos pressupostos de excelência exigidos pelo mercado externo e talvez por isso se asseverem as rotinas de controle e fiscalização sobre estes atores produtivos e as atividades por eles desenvolvidas.

Nessa linha de raciocínio, presenciamos por duas vezes dispensas individuais de alguns trabalhadores (a pedido ou por sugestão do supervisor geral da *packing house*) antes do término da jornada de trabalho. Em conversa com um desses supervisores, o mesmo indicou que essas liberações o ajudam a manter um melhor relacionamento com a equipe fixa, lhe permitindo barganhar maior produção com estes trabalhadores, em épocas de pico de safra. Segundo o mesmo supervisor, essas concessões são mais comuns às mulheres, pois, em geral, são as trabalhadoras que mais apresentam necessidades de resolver alguma questão pessoal dentro do período da jornada de trabalho⁸⁹. Esse mesmo informante assumiu que essa flexibilização do horário (que pode se traduzir em outras formas chegar um dia da semana mais tarde, por exemplo) costuma ser concedida preferencialmente aos trabalhadores e trabalhadoras mais produtivos, sendo o período de safra o grande momento de avaliação.

Sobre este aspecto específico da flexibilização de horários no período entressafra para os trabalhadores que obtiveram alto rendimento produtivo durante o período de safra é oportuno destacar o fator de estímulo direto que esse tipo de benefício provoca no trabalhador

⁸⁹ Essas questões pessoais, no caso das mulheres são predominantemente referentes a assuntos domiciliares e/ou pertinente aos filhos. No caso dos homens, segundo informou o mesmo supervisor, essas saídas correspondem de assuntos não tendo um padrão específico, podendo se referir a um consulta médico ou a compra de alguma peça para a moto ainda em horário comercial.

permanente da empresa. A possibilidade de poder contar com uma maior flexibilidade nos períodos de entressafra, sobretudo no caso das mulheres que corriqueiramente conquistaram direitos para tratar de questões particulares durante o período da jornada de trabalho, parece produzir um efeito direto na elevação da produção em safra. Alguns encarregados e supervisores costumam utilizar essas concessões como forma de barganhar maior rendimento produtivo das trabalhadoras em outros momentos. Não por acaso, é comum observar essas mulheres ultrapassando as metas diárias de produção em instantes em que o incentivo financeiro à produção excedente não esteja ocorrendo. Em outros termos, essas concessões são utilizadas como moeda de troca para maior produtividade, funcionando também como um instrumento de captura da subjetividade dessas trabalhadoras que passam a se sentir na obrigação de “retornar” aos superiores mais volume de produção, em face das concessões de horários em situações atípicas.

A realidade das *packing houses* é completamente diferente no período de safra, no qual a aparente tranquilidade destes ambientes é substituída por um movimento intenso de pessoas em constante ação de trabalho. Encontrar um trabalhador parado ou conversando relaxadamente em período de safra é algo praticamente impossível. Se o complexo produtivo estiver em pleno funcionamento, isto é, com sua capacidade de processamento integral, nenhum trabalhador, independentemente da sua função, temporário ou fixo tem condições de ficar ocioso. Maquinários e trabalhadores realizam o maciço do processo de beneficiamento pós-colheita dessa manga que é exportada *in natura* como bem de alto valor no circuito dos alimentos globalizados.

Na safra, a manga que segue para embalagem tem que ser colhida pelo menos um dia antes de seguir para processamento⁹⁰, assim como a manga que sai da *packing house* passa à cadeia de serviços logísticos responsáveis pelo deslocamento intercontinental desse produto. Não seria incongruente afirmar que, no período de safra, esses espaços de beneficiamento funcionam como o coração destas empresas, pois recebem a manga que vem das áreas de campo e, após os processos de beneficiamento e acondicionamento, escoam esta produção destinada a outros países. Tratores e caminhões são os condutores destes dois fluxos que se centralizam onde são realizados os procedimentos fitossanitários inerentes ao manejo pós-

⁹⁰ Esse padrão recomendado inclusive nos protocolos, às vezes é quebrado quando, conforme relataram dois dos informantes secundários (Informante S2 e S3), dependendo do ritmo de produção, e mediante a demanda do mercado, em não havendo fruta dormida já houve situações em que se processou a manga colhida no mesmo dia, mesmo isso significando a possibilidade de redução da durabilidade do fruto. Assim, embora essas empresas trabalhem com padrões informacionais e planejamento produtivo de alta precisão, as oportunidades de negócios não previstos (geralmente com altos volumes ou com preços mais vantajosos que o habitual) suscitam, algumas das vezes, a ampliação dos ritmos de processamento e a aceleração de certas etapas.

colheita, bem como o trabalho estético em torno dessa fruta. Somam-se ao trânsito destes veículos, os caminhões e motos que deslocam não a produção, mas a maior parte os trabalhadores envolvidos nas mais diversas atividades que ali são desenvolvidas.

Ao questionar encarregados de *packing houses* acerca dos períodos de safra, cada um deles se referiu com maior precisão ao momento em que a empresa começa o grande fluxo de negociações com o mercado externo, o que pode gerar pequenas variações de 2 a 4 semanas. Conforme indicam Wyzykowski, Araújo e Almeida (2002, p. 442), a manga brasileira e, por conseguinte a produção do VSF, alcança seu ápice no mercado norte-americano nos meses de setembro e outubro e na Europa entre novembro e janeiro. É preciso sublinhar, todavia, que esses períodos são referências generalistas e, às vezes, variam de empresa para empresa, pois a certeza de negociações com determinados parceiros pode significar a indução antecipada ou retardada da florada, o que significa a alteração da produção entre estas periodizações generalistas.

O que importa perceber, neste caso, é que o trabalho humano desenvolvidos nos galpões de embalagem são diretamente afetadas nessas rotinas intensificadas em época de safra, requerendo dos trabalhadores a flexibilidade quanto à extensão das jornadas quando necessário. Sob a prerrogativa de realizar o processamento de frutos cujo embarque para remessas ao exterior é na manhã seguinte, não são raras as ocorrências em que embaladoras, descarregadores e demais funcionários são acionados pelos gestores das *packing houses* a estenderem a jornada de trabalho para o cumprimento dessas demandas.

4.3.2 Trabalho intenso ontem e hoje

No que se refere às *packing houses* observadas, a condição de trabalho intensificado foi evidenciada tanto nas falas dos trabalhadores antigos como entre aqueles que atuam contemporaneamente, possuindo algumas semelhanças, mas também divergências, sugerindo uma percepção mais forte acerca dessa condição entre os que atuam nos tempos atuais. A intensificação do trabalho, todavia, é um fenômeno que atua por meio de processos e estratégias, articulando condições externas ao ambiente de trabalho. Neste sentido, a intensificação aparece antes, como uma possibilidade do capital de potencializar o uso da força de trabalho em suas inumeráveis e engenhosas estratégias, face à conjuntura do novo modelo de acumulação flexível que institui novos arranjos nas relações de poder do capital (HARVEY, 2008).

Este novo padrão de acumulação flexível possibilita a flexibilização sobre várias faces. Neste sentido, é possível apreendê-la pela lógica das modificações nos arranjos produtivos (reestruturação), nos quais as mais variadas e inventivas formas de articulação entre os capitais foram significativamente potencializadas pela hipermobilidade do capital (HARVEY, 2008), pela conformação das redes globais informacionais (CASTELLS, 1999a), assim como pela desregulamentação das economias, conduzidas majestosamente pelas estruturas políticas supranacionais de gestão financeira global (BAUMAN, 1999; STIGLITZ, 2002), mas cujos danos na arena dos mercados financeiros foram provados desastrosos para as economias de menor porte, sob vários aspectos (SOROS, 2004; VOLCKER, 2004). Esses processos, em suas múltiplas possibilidades de relacionamento, fazem do mundo econômico produtivo um campo infindável de experiências produtivas acionando antigas e novas formas novas de mais valia do capital.

A nova forma de produção e de gestão mundializada, a internacionalização das relações de produção capitalistas, a expansão mundial dos mercados, a reorganização administrativa global, a reestruturação produtiva, a flexibilização laboral, o próprio predomínio do capital industrial e financeiro não somente questões técnico-econômicas: são uma nova capacidade de poder, de domínio, na relação do capital em todos os âmbitos (COSTILLA, 2005, p. 260).

O padrão de acumulação, em questão, é também apreensível sob a lógica da flexibilização do trabalho, em que a intensificação da mão de obra em operação no circuito produtivo, tal como abordamos aqui, é uma de suas variáveis, cuja equação normal a associa a fatores específicos, os quais tendem sempre a ampliá-la em alguma medida. Esses fatores específicos, tais como a segmentação do trabalho, o predomínio das formas de emprego temporário e a fragilidade contratual dele decorrente, a bonificação por produção e o desemprego estrutural, são alguns dos elementos articulados pelas empresas no contexto das *packing houses* do VSF, no sentido de obter do trabalhador o consentimento voluntário e/ou compulsório (contextualmente forjado) para o uso intensificado da força de trabalho.

No que tange à realidade investigada, as falas dos informantes de ontem e de hoje apontaram algumas das estratégias postas em prática pelas empresas, na conformação de uma organização social da produção capaz de extrair o máximo da força de trabalho com um mínimo de resistência possível. Neste contexto, os trabalhadores antigos e contemporâneos constroem percepções que indicam a intensificação do trabalho relacionada à organização geral da produção, pressupondo aí as rotinas padronizadas das empresas, assim como as políticas de metas de produção e os incentivos pelo pagamento de bônus à produção

excedente à meta. Por outro lado, também há uma tendência a associar a intensificação do trabalho a tempos específicos nas jornadas de trabalho, sendo comum sua relação com o período de safra, ao final do turno de trabalho e às horas extras (Quadro 12).

Quadro 12 – Ocorrências de associações relativas à ideia de intensificação do trabalho contidas nas falas dos trabalhadores das *packing houses*

Categorias de trabalhadoras		Associações à Intensificação do Trabalho						
		Momentos específicos			Com a organização da produção			
		Safra	Fim do turno	Hora Extra	Metas	Bônus	Control	Multi tarefas
Embaladoras	Antigas							
	Atuais							
Descarregadores	Antigos							
	Atuais							
Montadores de Palets	Antigos							
	Atuais							
Operadores de Câmara Fria	Antigos							
	Atuais							
Fiscais de linha	Atuais							

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Contabilizado e elaborado pelo autor.

Sendo assim, quanto às associações da intensificação do trabalho a temporalidades específicas, o período de safra aparece citado como rotina padrão para a grande maioria dos trabalhadores temporários, os quais transmitem, em suas falas, uma percepção muito lúcida de que, naquele período, se colocam em condições de trabalho diferenciadas pelo ritmo e volume de produção. Foi possível identificar inclinação dos trabalhadores contemporâneos temporários a tomar essa situação do trabalho de ritmo elevado no tempo de safra como uma condição não estranha ao seu histórico de trabalho, como se refletissem uma certa naturalização quanto a essa condição. Diferentemente, foi perceptível na fala dos trabalhadores antigos a exemplificação de certos “choques” quando do início do trabalho nas *packing houses*, justamente pelo desconhecimento prévio dos ritmos e modos de trabalho nesses ambientes. Algo bastante plausível dado que parte importante da mão de obra que compunha o contingente das *packing houses*, costumeiramente, desenvolvia atividades no campo.

Essa mudança de realidade produtiva é destacada, por exemplo, em falas como a do Informante A6, que era trabalhador permanente na empresa Palmer ou da Informante A12, cuja condição de emprego durante cinco anos, alternou-se entre o embalamento temporário na empresa Maia e as atividades de campo na uva, também sobre regimes de trabalho temporário. São perfis como esses que compuseram a mão de obra empregada no processamento pós-colheita da manga no VSF, no início do século, e que nos levam a sugerir

que a passagem a um perfil mais especializado de trabalhador de *packing houses*, sobretudo na categoria das embaladoras, parece ter se processado, por completo, no segundo quinquênio da primeira década, ainda que tenha começado no final dos anos 1990. Transformações de médio prazo e que dizem respeito à ruptura com lógicas e temporalidades de um trabalho rural diferente, como suscitado pelo Informante A6:

Pesquisador: e como era lá o trabalho que o senhor fazia na packing?

Informante A6: Quando ia pra packing na safra eu era descarregador, pegava a manga que vinha lá e descarregava e também ia na máquina colocando, acabava que fazia muita coisa... mas era mais como descarregador.

Pesquisador: achava melhor do que o trabalho no campo?

Informante A6: Aí é complicado... porque tinha a questão de ganhar mais um pouco pela produção, porque lá no campo eu era manejo e trato lá nas mangas, aí num tinha pagamento de nada não... na packing ganhava mais um pouquinho, tinha água e banheiro mais próximo, mas em também... era dobrado

Pesquisador: Como assim?

Informante A6: Era aquela agonia de produção que tinha que bater meta esses negócios... uma agonia danada. Tinha que ter atenção pra fazer tudo no ritmo e dar a produção que eles queria né? No campo o trabalho é pesado também, mas essa questão de produção e que num pode parar pra nada como era no meu tempo... quer dizer pra colheita tem um pouco disso mas nem era como na packing não (Informante A6, Homem, 50 anos, descarregador, trabalhador permanente na Empresa Palmer. Entrevista realizada em 26 de novembro de 2015).

Para além das diferenças no controle sobre o trabalho entre campo e *packing house*, salientamos dois aspectos: a diferença entre os ritmos e intensidade do trabalho no campo e nos galpões de embalagem, tendência geral das falas dos trabalhadores antigos, assim como a o desempenho de múltiplas tarefas atribuídas aos trabalhadores nesse último espaço de produção. Este certamente é outro fator diretamente agregado à percepção de antigos trabalhadores quanto à intensidade diferenciada do trabalho nas *packing houses*, ressaltado, sobretudo, pelas embaladoras, cuja visão sobre o próprio trabalho indica a especialização em torno daquela tarefa como marcador social no espaço de produção. Além disso, as resistências ocorrem quando a intensificação do trabalho é percebida de forma insuportável. A esse respeito, conforme sugere Harvey (2008), na relação tensa entre capital e trabalho responsável pela instituição de níveis mais elevados de intensidade do uso da força de trabalho há sempre uma margem tolerável pelos trabalhadores, para além da qual a sustentação da exploração se torna insustentável.

Os confrontos diretos em tomo da aceleração e da intensificação, dos intervalos e escalas, são muitas vezes destrutivos demais para serem iniciados com facilidade. A velocidade do movimento da linha de montagem, a robotização e os sistemas de controle automatizados oferecem meios mais insidiosos de controle indireto, mas raramente podem ser alterados além de uma margem sem provocar protestos dos trabalhadores (HARVEY, 2008, p. 211).

Outro ponto importante sobre a intensificação do trabalho diz respeito aos momentos de fim de turno e hora extra, os quais constam associados diretamente ao cumprimento das metas de produção. Pesa para isso, também, o fato de que essas metas se estabelecem como parâmetro de produção e tem sido trabalhada pelas empresas cada vez mais, no sentido de operá-las formalmente como “regras da empresa” numa tentativa de reduzir a resistência. De acordo com os relatos dos informantes S2 e S4, em geral, eles apresentam o padrão de metas da empresa às embaladoras antes da contratação, como uma espécie de filtro preliminar para desencorajar aquelas com baixa produtividade, evitando assim possíveis transtornos no futuro. Neste caso, o estabelecimento da meta de produção é quase o mesmo que a instituição de uma “regra formalizada” a ser cumprida. Ora, quanto mais se formaliza o estabelecimento das metas pelos aparelhos internos de controle e informação das *packing houses*, como os “quadros de controles” que visualmente tornam público ao trabalhador a meta do dia, ou do turno e, em casos extremos, até da hora⁹¹ ou, também, informativos setoriais quanto ao rendimento e à necessidade de ajuste do ritmo para o cumprimento da meta, mais eles se aproximam da rigidez da norma. Lembremos, neste sentido, que “as normas das empresas são, hoje, uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade” (SANTOS, M., 1997, p.183).

Nesses períodos, a intensificação do trabalho é tanto impulsionada pela cobrança e fiscalização dos superiores quanto ao ritmo das atividades desenvolvidas, como pela opção voluntária de alcançar logo a meta para encerrar a jornada de trabalho e ter possibilitado o imediato retorno ao lar. Nestes casos, quando ocorre a associação entre hora extra, cumprimento de meta e o incentivo pecuniário à produção, a intensificação do trabalho chega aos maiores patamares, como nos apresenta a Informante C13:

Pesquisador: E ganham alguma coisa pela produção?

Informante C13: ganha sim, ganha pela caixa quando faz além da meta de base. Que é assim: tem lá a meta total do dia, e mais a meta geral de cada embaladora, aí quando ela passa daquela meta, passa a contabilizar cada caixa a mais pra ela cinco centavos... acho que é esse o valor.

Pesquisador: E quando tem hora extra, pra cumprir a meta do dia, ou uma meta que foi estendida, por exemplo, continua com esse extra?

Informante C13: continua sim, é quando mais produz, porque tem a hora extra que é de lei e mais a produção... aí sim você vê mulher fazendo mais de cem caixa por hora, por que aí já vai ter batido a meta de base... se o senhor for de noite na *packing* lá vai ver que não tem nem conversa, porque é todo mundo embalando concentrado,

⁹¹ Como foi observado na pesquisa de campo, especificamente na Palmer onde, quando da necessidade de processamento de vários pedidos com padrões de manga diferentes em um mesmo dia, as metas eram estabelecidas e divulgadas a cada hora, de acordo com a quantidade restante para o fechamento de cada pedido.

pra fazer mais né, porque cada uma caixa ali vai aumentar o salário no final. (Informante C13, Mulher, 25 anos, Embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Palmer. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2015).

Pelos relatos dos Informantes S2, S4 e S3, ao que parece, o descompasso entre a ampliação da capacidade produtiva dos maquinários e enxugamento do número de trabalhadores tem propiciado a elevação das metas de produção a níveis bem diferentes daqueles aplicados antigamente, motivo pelo qual acreditamos que número de ocorrências que associam diretamente os três elementos (hora extra, bonificação e metas) seja um pouco menor. Quanto às categorias de trabalho não incentivadas financeiramente pela produção, em geral o padrão de respostas tende a acentuar a questão da intensidade do trabalho ao fim do turno e à hora extra, sem associação direta com bônus financeiro. Nesses casos, em geral, a intensificação do trabalho aparece muito mais associada ao desgaste físico pela jornada estendida⁹² que ao ritmo de produção.

Embora não seja muito visível quando tomamos em conjunto as falas dos atores (Tabela 3), outro traço importante a ser destacado é o fato de que para os trabalhadores permanentes a ideia de intensidade do trabalho consta associada predominantemente à rotina normal de trabalho e ao desempenho de múltiplas tarefas. Neste caso, as referências dos trabalhadores permanentes não constam associadas às circunstâncias de pagamento por produtividade (com a exceção das Informantes C2 e C25, ambas embaladoras permanentes que também recebem bônus por produção).

4.4 O trabalho contemporâneo nas *packing houses* de manga para exportação: um indicativo de quê afinal?

A condição do trabalho nas *packing houses* das empresas exportadoras de manga do VSF segue tendências que estão dentro do escopo das transformações promovidas pela reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000, 2001) e pelo novo padrão de acumulação flexível do capital (HARVEY, 2008). Representa, portanto, uma seara onde os trabalhadores são significativamente afetados pelas mudanças na estrutura de produção e organização social do trabalho no interior dessas empresas, com especial significância àquelas atreladas ao atendimento de prerrogativas e exigências apresentadas pelos grandes importadores internacionais. As certificações internacionais congregam os protocolos de organização produtiva a serem adotados e orientam grande parte dos ajustes levados adiante pelas

⁹² Considerações sobre essas ocorrências constam no Apêndice E.

empresas na tentativa de alcançar a conformidade aos padrões dos exigentes mercados consumidores dos países desenvolvidos (CAVALCANTI, 1996).

As transformações que envolvem o mundo do trabalho nesses espaços de produção não ocorreram de modo instantâneo, são fruto de um processo histórico que diz respeito a mudanças no padrão de trabalho e igualmente no campo da organização e gerenciamento das *packing houses*. Os discursos dos trabalhadores entrevistados na pesquisa, tomados quanto às suas localizações temporais e os aspectos apresentados pela observação da realidade e a oitiva dos demais informantes, nos dão um panorama interessante dessa realidade social. Diante do exposto, parece-nos legítimo supor, que as falas, embora destaquem elementos importantes diferenciais quanto à realidade de hoje e aquela de outrora, transmitem a ideia de um *continuum* que liga esses dois momentos de fala reportados nas entrevistas. Sob esta perspectiva, levantamos a hipótese de que algumas das estruturas básicas, a partir das quais as dinâmicas de controle acentuado sobre o trabalho e os trabalhadores presenciados contemporaneamente se efetivam, já existiam presentes anteriormente nesses espaços de produção em formas mais rudimentares.

O desenvolvimento dos métodos e estratégias de monitoramento sobre as atividades de trabalho ocorreu conjuminado com os pressupostos da rastreabilidade, acionando convenientemente discursos como a melhoria do padrão de qualidade, a produção segura, redução de riscos, dentre outros. Discursos que operam lógicas dominantes quando se pensa a esfera da governança global das cadeias de alimento frescos (MILLSTONE; ZWANENBERG, 2002; REARDON; FARINA, 2002), operam no nível local justificando mudanças e alterações no controle sobre o trabalho, mas partem de contextos mercadológicos globais, fazendo prevalecer ao longo da cadeia, por sua vez, interesses de atores dominantes.

É possível observar nas falas desses trabalhadores de tempos distintos intersecções, mas também distinções. Ao conduzirmos um exercício de aglutinação dos principais aspectos abordados por esses atores, quanto às suas realidades de atuação laboral, no intuito de apurar os caracteres mais significativos para delinear o trabalho nas *packing houses* das grandes empresas de exportação do VSF, percebemos traços afins com uma literatura já constituída no âmbito da sociologia da agricultura. Do mesmo modo, certas condições relatadas e observadas na pesquisa, parecem apontar para a composição atual de uma realidade de controle sobre o trabalho cujos mecanismos de atuação conseguem alcançar patamares de intensidade, organização e engenhosidade diferenciais.

O mercado de trabalho daqueles que atuam nas safras da manga para exportação também se trata de um contexto fundamentado em processos econômicos mais amplos que

culminam com o predomínio de postos de trabalho temporários. Permanecem presente também os recortes de gênero na divisão do trabalho, já apontados em outras investigações acerca da realidade da região (CAVALCANTI; MOTA, 2003b; CAVALCANTI; ANDRADE; RODRIGUES, 2012; SILVA, G., 2016). Do mesmo modo, a polivalência e uso intensificado do trabalho foram recorrentes nas falas dos atores que escutamos, em consonância com padrões de exploração do trabalho observados em outras realidades da fruticultura na América Latina (BENENCIA; QUARANTA, 2003; LARA FLORES, 2006; ZIPCIOGLU, 2004). Esses e outros elementos que constituem os traços essenciais para a caracterização da realidade do trabalho nas *packing houses* do VSF, seguem apresentados em sequência.

A condição de “desemprego estrutural” aventada por Sauer (2010), Antunes (1999a, 1999b), tanto quanto a composição de uma esfera produtiva assentada na contratação temporária mediante a demanda safra a safra, podem ser lidas como um dos “riscos” que se impõem aos trabalhadores na contemporaneidade, a saber, a incerteza da condição de emprego. A sociedade moderna atual distingue-se, tal como aponta Beck (2010), pela intensa condição de riscos a qual os indivíduos e as coletividades estão sujeitos. Trabalhadores vivenciam a face dos riscos de maneira diferenciada que empresa e consumidores. Na cadeia dos agroalimentos globalizados, o risco para o consumidor final reside na ingestão de alimentos processados/produzidos sem a devida segurança alimentar, ao passo que para as empresas exportadoras os riscos estão no âmbito dos movimentos e flutuações do mercado, da entrada de outros concorrentes ou do aparecimento de novas certificações que até serem cumpridas, podem lhes retirar fatias importantes de mercado. Do mesmo modo os trabalhadores envolvidos nessa cadeia se relacionam sob a existência de riscos, contudo, também distintos, trata-se para estes da insegurança do emprego e da formação de uma conjuntura na qual a sua condição de ocupação oscila permanentemente no pêndulo das safras. São homens e mulheres cujas ocupações predominantemente temporárias imputam maior instabilidade à manutenção e planejamento familiar

Observando a realidade ascendente equatoriana de setores agrícolas não tradicionais voltados à exportação, Salamea e Waters (1995) já haviam destacado que às incertezas provenientes dos mercados se associavam respostas e estratégias empresariais coma tendência claras à flexibilização dos sistemas produtivos e das relações de trabalho, com severa inclinação ao predomínio do trabalho temporário. Do mesmo modo, Venegas (1995, p. 142) encontrou uma realidade próxima na fruticultura do Chile, onde a associação entre o trabalho feminino e o trabalho temporário compõe a face de cenários produtivos voltados à exportação,

sendo marcante o fato de que os trabalhadores na condição temporária “no tienen posibilidades de organizarse y negociar autónomamente sus condiciones de trabajo; es decir, no son interlocutores socialmente reconocidos frente a los empresarios”.

A não fixação do trabalhador é uma condição severa encontrada nos arranjos contemporâneos do mundo do trabalho face à atuação voraz do capitalismo, realidade presente também no contexto das *packing houses* que foram estudadas. Ali, como afirma Bauman (1999), a rotatividade dos trabalhadores (flexibilidade no viés da procura) é consequência imediata das astutas estratégias postas em voga pelo capital. Arditosamente intencionado, ele viola as expectativas de estabilidade e segurança por parte dos trabalhadores quanto à ocupação de emprego estável, comprimindo-o obstinadamente a se manter na tênue condição de incerteza. Como as observações de campo apontaram, o rendimento produtivo no labor diário não mais significa a possibilidade real e concreta de renovação do contrato temporário de trabalho em uma nova safra.

No escopo das atividades desenvolvidas nas *packing houses*, a divisão sexual do trabalho se dá exatamente no sentido de extrair a maior perícia e delicadeza do manuseio feminino no processo de embalagem final da fruta, bem como a agilidade e força do trabalho masculino de manuseio dos pallets ou no descarregamento da carga que vem do campo. A intencionalidade e a lógica por trás dessa divisão correspondem ao uso mais racional possível da força de trabalho envolvida no processo. Isso significa, por exemplo diminuir perdas por danos mecânicos provenientes de um embalador não muito habilidoso, ou mesmo reduzir tempo de produtos ganhando velocidade e força de movimentação com o uso característico da mão de obra masculina nas atividades de montagem de caixas e manuseio das cargas que se destinam às câmaras frias.

Assim como ocorre com a uva (BONANNO; CAVALCANTI, 2012; CAVALCANTI; RAMOS; SILVA, 1998), é notória a caracterização de determinadas tarefas mediante recortes de gênero. Esse tipo de divisão social do trabalho é característica comum dos setores agroexportadores que se estabelecem na América Latina, os quais fazem uso dessa lógica de organização como “base para la introducción de los nuevos sistemas de empaque y transformación” (LARA FLORES, 1995, p. 18). Não obstante, se configura, pois, como o arranjo produtivo que responde intencionalmente a um modelo de organização que extrai o potencial maior de cada gênero na sequência de atividades conectadas, para o processamento da manga de exportação.

Outra das características marcantes do trabalho contemporâneo nas *packing houses* diz respeito à capacidade de realização de múltiplas tarefas que é exigida dos trabalhadores. Para

utilizar um termo que é comum no meio das *packing houses*, “fichados”⁹³ para realizar funções específicas, no transcurso de seus contratos de trabalho, esses indivíduos são requeridos não raras vezes a desempenhar outras funções e atividades no escopo deste espaço produtivo. Essa condição é prática comum nesses ambientes produtivos, pelo que podemos perceber nas falas e na observação do cotidiano da produção, atingindo um contingente significativo dos trabalhadores, sobretudo aqueles cujas funções são menos especializadas ou que não pressupõe habilidades pontuais, como é o caso de descarregadores, montadores de caixas, carregadores de pallets, mas suscetível de atingir também embaladoras e, até mesmo, fiscais de linha.

De acordo com Lara Flores (1995), a flexibilidade recente que atinge a agricultura de tipo pós-fordista envolve não somente tendências de incorporação de trabalhadores com maior qualificação, mas, sobretudo, com a capacidade de serem mais polivalentes. Faz parte do discurso do maior envolvimento com a empresa e do engajamento dos trabalhadores na manutenção da produção de alta qualidade. Nesta perspectiva, esse panorama acaba por requerer “una mayor implicación del trabajador, y su incorporación a formas de trabajo que tienden a lograr la ‘calidad total’ de los productos como se está dando en otros sectores de la economía con el fin de lograr competitividad en el mercado internacional” (LARA FLORES, p. 1995, p. 26). Sob a égide da excelência produtiva e de altos ritmos de produção, a mão de obra passa a ser requisitada em patamares de intensidade sobrelevados, em especial nos momentos de safra.

Castel (2013) nos traz indicações pontuais acerca do significado da flexibilidade no contexto da sociedade contemporânea, sendo este fenômeno inteiramente relativo à necessidade imperativa de ajustar o trabalhador à tarefa e atividade que lhe são exigidas em ritmo elevado, mas que podem ser modificadas exigindo-lhes idêntica presteza e velocidade em adaptação. Para este autor a flexibilidade pode ser tanto externa quanto interna, mas ambas resultam de estratégias dos capitais empresariais a fim de manterem com elevada competitividade nos mercados cada vez mais disputados em segmentos específicos, sendo assim,

Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a

⁹³ Significa a contratação formal de trabalho, isto é, a assinatura da carteira de trabalho e os trâmites integrais nos departamentos de recursos humanos das empresas.

polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda gama de novas situações (flexibilidade interna) (CASTEL, 2013, p. 517).

Isso põe em xeque as conquistas sociais alcançadas pelo trabalho diante do Capital, uma vez que tais avanços nas legislações e entendimentos sobre trabalho decente se apresentam agora como “obstáculos diante da mobilização geral decretada em nome da competitividade máxima” (CASTEL, 2013, p. 518). O capitalismo contemporâneo globalizado, tendente à composição em segmentos e redes bastante específicos (CASTELLS, 1999a), utiliza dos artifícios da precarização e da flexibilização para continuar a mover as engrenagens da exploração, tomando formas e delineamentos peculiares tal sejam as características econômicas, políticas e culturais dos lugares onde se estabelecem.

No âmbito da pesquisa realizada, é possível pontuar certas questões pertinentes à flexibilização que foram notadas em campo, sobretudo a partir de um exemplo emblemático, mas não isolado, de como as empresas passam a adotar estratégias peculiares que compelem a força de trabalho a usos cada vez mais intensos e flexíveis. Esses, por sua vez, não se referindo apenas à aceleração do ritmo de produção passam a abarcar também o desenvolvimento de múltiplas tarefas realizadas pelos trabalhadores, em consonância com as deliberações dos níveis hierárquicos superiores. Pensando a realidade que circunscreve o trabalho das embaladoras, alguns episódios referentes à Empresa Haden nos proporcionam elementos interessantes para pensarmos as dinâmicas do trabalho nas *packing houses*, sob dois aspectos especiais: a especialização das atividades das embaladoras e polivalência requerida crescentemente dos novos profissionais que ingressam nos postos abertos pelas atividades de processamento pós-colheita da fruta de exportação.

As atividades desenvolvidas nas *packing houses* são diversas, possuindo cada uma delas sua importância dentro do processamento como um todo. Excetuando as atividades que requerem capacitações técnicas específicas⁹⁴, como a manutenção de máquinas, os exames técnico-laboratoriais dos lotes ou a gestão de qualidade, o trabalho das embaladoras⁹⁵ é o que

⁹⁴ Tanto podem ser provenientes de uma formação profissional externa conseguida pelos trabalhadores antes do ingresso nas empresas, como pode ser adquiridas a partir da experiência ao longo dos anos. Para os cargos de maior relevância na gestão da qualidade, foi comum escutarmos dos Informantes S1, S2 e S3, que é preferível que os profissionais sejam formados entre o quadro da própria empresa, pois acumulou experiência ao longo dos anos, estando habituado já com os ritmos e metodologia de trabalho das respectivas equipes.

⁹⁵ O trabalho feminino é predominante no processo de embalagem, chegando a alcançar em certas empresas quase 95% do total de empregados para aquela função, conforme indicou o Informante S3 acerca da empresa por ele gerenciada). Outros estudos atestam essa realidade de predomínio da mão de obra feminina no embalamento de produtos agrícolas destinados à exportação como, por exemplo: Lara Flores (1995, 1998), Bendini, Pescio e Palamares (1995), Cavalcanti e Silva (2004), Cavalcanti, Mota e Silva (2006), Bonanno e Cavalcanti (2012) e Riella e Mascheroni (2015), dentre outros. Essa prevalência do trabalho feminino no embalamento da manga ocorre em graus variados de empresa para empresa, ainda que seja padrão nesse segmento. Assim, afim de atender própria realidade encontrada, utilizaremos o termo “embaladoras” para nos referir ao conjunto de

mais se reveste de habilidades específicas. O manuseio com a devida delicadeza, o olhar e a precisão na execução da seleção e dos movimentos para o embalamento do fruto são características que acentuam as especificidades em torno dessas atividades e tem destacado o domínio da mão de obra feminina nesse tipo de tarefa.

[...] uma divisão sexual do trabalho que se acentua para responder aos requisitos de qualidade do produto, segundo uma definição sócio-cultural de que homens e mulheres têm habilidades diferentes para cada tarefa no setor produtivo. Para exemplificar, os homens constituem a principal mão de obra na produção de manga para exportação, enquanto as mulheres participam apenas da fase de seleção e empacotamento dessa mercadoria (CAVALCANTI, 1996, p. 117).

As habilidades atribuídas como predominantes na mão de obra feminina, tais como cuidado no manuseio, precisão na seleção visual, composição estética mais aprimorada das caixas (melhor alocação proporcional dos frutos por coloração e tamanho) menores índices de lesão mecânica nos frutos, equacionados com a agilidade e a repetição dos movimentos em ritmos bastante intensos, compõem as características do perfil das embaladoras.

O trabalho desenvolvido por algumas dessas embaladoras é tão aprimorado quanto a esses requisitos, ao ponto de substituírem parte do processo realizado pelas máquinas em caso de quebra ou defeito do equipamento principal. A *packing house* da Empresa Haden, por exemplo, conta com dois grandes maquinários, o primeiro e principal possui calibradora que define a manga por tamanhos, dispondo, nas esteiras, os frutos já no padrão exato para serem embalados, e um maquinário secundário que realiza as etapas de lavagem, mas coloca a manga na esteira à disposição das embaladoras sem a seleção prévia por calibre. De acordo com o Informante S2, supervisor geral dessa instalação, quando o equipamento principal pára durante o processo produtivo por algum infortúnio, as embaladoras, assim como o restante da equipe são direcionados para ocupar os espaços de trabalho junto ao equipamento secundário que entra em funcionamento. E as embaladoras passam a realizar a função de seleção do fruto por calibre. Essa circunstância ocorre, não raramente, durante a safra, e às embaladoras é requerida, além das capacidades corriqueiras, também a habilidade de saber selecionar o fruto pelo tamanho e peso, caso o equipamento principal não esteja em funcionamento. O fato é que mais essa atividade entra na pauta de fiscalização, pois dos lotes finais sempre são analisadas amostras e um dos critérios que passam a compor o *check list* no caso de embalamentos realizados no equipamento secundário (que não possui calibradora) é a pesagem integral da caixa, a fim de averiguar se o produto está dentro dos parâmetros adequados.

trabalhadores e trabalhadoras que desempenham essa função. Quando oportuno, entraremos com as distinções devidas a fim de destacar determinado aspecto.

Esse procedimento de deslocamento do contingente em trabalho para a operação em um equipamento secundário ocorre no menor tempo possível, a fim de que o quantitativo programado a ser embalado no dia seja cumprido sem transtorno às remessas que devem ser realizadas. A condição *just in time* da produção em alimentos frescos faz com que a condição de produção adote padrões de racionalidade altíssimos com cálculos de elevadas precisão acerca do tempo que a manga permanece em aclimatização pré-processamento, bem como regulações sobre o tempo de câmara fria, tempo de traslado e a necessidade consequente de despachar um ou outro lote para os embarques, decidindo, em virtude dessas ponderações o tipo de remessa⁹⁶ a ser utilizada visando a preservação do fruto. Um lote cuja amostragem apresentou consistência de polpa rígida, assim como percentuais abaixo de 50% de coloração rubra pode suportar maior tempo de câmara fria antes de ir à prateleira, o que pode implicar, por exemplo, a decisão de remeter esse lote por navio (transporte com maior tempo de duração). De todo modo, o trabalho, e as demais forças produtivas presentes na produção e processamento da manga de exportação são acionados e relacionados com vistas à melhor adaptação possível para que a produção a partir dessa lógica acelerada e de otimização do tempo seja atingida.

Lara Flores (1995) destaca bem esse cenário produtivo de espaços como as *packing houses* que conciliam o trabalho manual de embalagem, predominantemente feito por mulheres, com maquinários de grande porte que integram atividades diversas e servem para aperfeiçoar o acabamento final desses produtos.

Dentro de estos espacios introducen una serie de máquinas, cuyas finalidades darle acabado y presentación a las frutas, las flores y las verduras que se exportan en fresco o se transforman. Así, aparecen las cribadoras y las calibradoras para seleccionar los productos por tamaño; las rellenadoras y desinfectadoras para garantizar su higiene; las enceradoras, selladoras y etiquetadoras que dan acabado final; todas ellas conectadas entre sí por medios de bandas y transportadores, que en los empaques más modernos son accionados por medio de computadoras (LARA FLORES, 1995, p. 18-19).

Embora esses sofisticados maquinários cumpram parte das atividades de seleção, através de monitores e sensores de alta precisão, quando estão inoperantes por circunstâncias adversas, a Empresa Haden conta com a perícia e habilidade manual de embaladoras para continuar o processo de embalamento. A necessidade de estar presente nos mercados, em

⁹⁶ A partir da definição do estágio de maturação e coloração da fruta, bem como identificação da consistência da polpa pelos testes pré-processamento dos lotes são identificados também quanto a tempo tolerado pré-gôndola, isto é, são classificados quanto ao tempo útil de qualidade do fruto até o consumo. Estas definições fazem parte dos processos decisórios das empresas que avaliam a forma de traslado da fruta, assim como o mercado a ser enviado.

momentos específicos, requer das empresas a capacidade operativa atendendo altos volumes em tempos não muitos extensos, contribuindo para a utilização intensiva da mão de obra. Escutar um relato de um gestor atestando que o processo de deslocamento de uma equipe toda para operar outro maquinário-reserva ocorre sem muitas dificuldades em menos de dez minutos, é algo surpreendente, principalmente quando se tem a noção de que a esse maquinário⁹⁷ estão atrelado, nesse caso específico, algo em torno de noventa e cinco trabalhadores, entre descarregadores, embaladoras, fiscais de linha, etiquetadoras e empilhadores.

Mas essa é uma realidade que diz respeito ao trabalho nas *packing houses*, isto é, a um trabalho que é utilizado ao máximo em sua capacidade produtiva, ao ponto do trabalho manual das embaladoras substituir uma etapa do processo comumente realizado por máquinas, afim de não interromper o processo produtivo. Conforme apontou Lara Flores (1995), essas formas de organização pautadas no uso intensificado da força de trabalho são resultado da reconversão produtiva que atinge o setor dos alimentos frescos e, neste sentido, é exigido desses trabalhadores e trabalhadoras “la capacidad de realizar distintas tareas dentro del proceso productivo, garantizando en todas ellas una gran calidad en los productos para que éstos puedan alcanzar competitividad en el mercado internacional” (LARA FLORES, 1995, p. 27-28). O papel desempenhado pelos trabalhadores das *packing houses* na cadeia da manga de exportação é fundamental na manutenção da qualidade dessas frutas e em todas as instâncias o cuidado e a atenção são requisitados ao máximo, no sentido de realizar as atividades com a maior velocidade possível, sem provocar nenhum tipo de lesão aos frutos. O condicionamento e a especialização das embaladoras é o que permite às mesmas a capacidade de substituir uma atividade de seleção eletrônica, realizada por um maquinário com sensores e monitores específicos para este fim. O próprio Informante S2 nos explicou que essas embaladoras possuem, em geral, grande habilidade, capacidade de distinção e precisão na execução da seleção dos frutos, de tal modo que até para ele mesmo, responsável geral pela *packing house*, é difícil distinguir as diferenças de calibre apenas pelo manuseio da manga.

Por otra parte, dado que se trata de productos, cuyo resultado depende en gran parte de la naturaleza, el trabajo de las mujeres es el que asegura la calidad del acabado y la presentación. Son ellas las que, con sus ojos y sus manos, van a suplir todas aquellas dificultades de las maquinas para seleccionar los productos, observar pequeñas imperfecciones en ellos, distinguir con precisión grado de maduración, color y tamaño de las frutas y las verduras, o punto de apertura en los botones de las flores, según lo demanda el mercado. Así mismo, ellas van a limpiar, pelar y picar

⁹⁷ Tomado em sua integralidade, isto é, na junção das diversas esteiras e subprocessos conectados.

manualmente las verduras y las frutas que se enlatan, aún en las plantas procesadoras más modernas (LARA FLORES, 1995, p. 19).

Na Empresa Haden, as trabalhadoras de alto rendimento e com essa *expertise* tendem a serem incorporadas ao quadro fixo da empresa. Diferentemente das demais empresas visitadas, nessa o escalonamento produtivo possibilitado pelas técnicas de indução e condução da manga fazem com que exista produção praticamente o ano todo, embora em bem menor quantidade no período que vai de fevereiro a agosto. Essa organização da produção em escalas que permitam processamento durante todos os meses do ano, se releva, sendo segundo nosso Informante S2, uma estratégia de manutenção de laços permanentes com importadores de Portugal, e que possibilita a manutenção de um quadro fixo de trabalhadores permanentes acionados para o processamento deste pequeno volume exportado, quase ininterruptamente. Confessou-nos, ainda, esse mesmo supervisor que essas trabalhadoras são parte fundamental do quadro, pois elas mesmas, em época de safra ficaram incumbidas de realizar a capacitação das novas embaladoras temporárias, sem que isso implique em melhorias salariais ou algo do tipo. Essa é mais uma das faces da intensificação do trabalho, pois as incumbências vão surgindo e sendo repassado aos trabalhadores, de modo que passam a acumular novas atividades sem mesmo se darem conta. Essa condição multitarefa, assumida pelos trabalhadores das *packing houses* atinge embaladoras, mas também outros profissionais que desempenham atividades diferentes. Um descarregador pode ser chamado a auxiliar na palletização, da mesma forma que um carregador pode ser destinado a fazer a selagem nas caixas, cobrindo a ausência temporária ou permanente do funcionário que era incumbido dessa atividade. De um modo ou de outro, o ritmo produtivo não pode ser diminuído por essa alternância eventual de postos ou funções e, desses trabalhadores, é esperado um alto rendimento em qualidade e quantidade tal como se corriqueiramente realizassem tais atividades.

Essa capacidade adaptativa instantânea é um dos marcos do trabalho contemporâneo nas *packing houses*, sobretudo dos jovens ingressantes nas atividades de processamento da manga de exportação. No contexto atual, em que a fruticultura do VSF não tem proporcionado grandes incrementos em novos postos de trabalho, a condição de ocupação no mundo do trabalho tem sido motivo de alívio para os trabalhadores, ainda que se trate, no contexto em discussão, de trabalho temporário, na maioria absoluta dos casos. Os últimos cinco anos comportam cenários drásticos ao trabalho no campo, nos quais mesmo na condição de empregados, os trabalhadores ainda sofrem com situações de pobreza. Em números gerais referentes à América Latina, a OIT (2011, p. 88) aponta que “más de la mitad de los

asalariados rurales se encuentra en situación de pobreza en varios países”. Esses trabalhadores do VSF são, portanto, pais e mães, filhos e netas, sujeitos que compõem as rendas familiares com os salários provenientes do ingresso nas frentes abertas pela mangicultura de exportação, em um contexto econômico geral extremamente apertado quanto à disponibilidade de novos postos de trabalho e subsequente absorção do elevado contingente de mão de obra disponível, em países em desenvolvimento. Sauer (2010, p. 145), destacou que as “novas formas de organização e gerenciamento de pessoal” tem possibilitado uma produtividade a mais do trabalho, por meio do uso intensificado da força de trabalho que reverberam também na redução de novos postos de trabalho.

O desemprego estrutural que afeta a economia globalizada tem conexões intrínsecas com o uso intensivo da força de trabalho levado adiante sob a lógica do enxugamento dos quadros operacionais das empresas. Essa trama social que delineia o comportamento de atores individuais e coletivos, envolvendo os ajustes e as submissões a condições de trabalho intensificadas, também diz respeito aos contornos gerais que configuram o mundo do trabalho no VSF, pensando particularmente as dinâmicas na produção rural a partir da “existencia de actores institucionales, la presencia de actores colectivos y la creación entre unos y otros de las condiciones para que los actores individuales adopten estrategias productivas y/o familiares de existência” (STEIMBREGER; RADONICH; BENDINI, 2003, p 18-19).

Neste sentido, mostrar-se disponível para saltar de uma função a outra, quando necessário, parece ser um dos pré-requisitos básicos do perfil dos trabalhadores jovens que ingressam em período de safra, ou que eventualmente são absorvidos como permanentes nos quadros funcionais dessas empresas. Não por acaso, parte dessas empresas optam, no que se refere aos trabalhos menos especializados e que requisitam baixas habilidades específicas, por contratar, em época de safra, trabalhadores “carteira branca”, isto é, sem histórico de vínculos profissionais anteriores. O supervisor da Empresa Haden indica que esse tipo de mão de obra não oferece *resistência* às mudanças eventuais de funções e atividades que podem ocorrer durante o ritmo intenso de produção nessas épocas, atributo que no entendimento dele, enquanto gestor, seria essencial para manter o nível de produtividade da *packing house* elevado. Dois elementos cruciais aqui merecem ser destacados.

O primeiro deles diz respeito à forma como os trabalhadores jovens sem experiência são absorvidos por essas empresas já os vislumbrando como uma mão de obra mais suscetível aos imperativos da polivalência e da capacidade de desempenhar várias atividades sem impor algum tipo de limitação (ALVES, G., 2007; ANTUNES, 1999a). Esse jovem trabalhador ocupará postos cujos requisitos de habilidades específicas são mais baixos, ao contrário das

embaladoras peritas no manuseio e classificação dos frutos, mas que possuem rotinas e padrões de realização específicos que também requerem adaptação. Todavia, podem ser acionados a qualquer instante a realizar outra atividade que não aquela para a qual foi contratado, devendo, igualmente, estar disponível e desempenhá-la em ritmo satisfatório, sob pena de “não ser bem visto” pelas instâncias fiscalizadoras ou gerenciais. Os jovens empregados têm consciência que essas súbitas mudanças de atividade não são interessantes a eles enquanto trabalhadores, porém as fazem quando são solicitados, pois compreendem que é o comportamento que as empresas exigem para mantê-los empregados, seja por temporada ou permanentemente.

Tudo isso implica em um tipo de postura particular de aceitação e disponibilidade para com as mudanças de atividade que esse jovem empregado possui, diferente dos trabalhadores mais antigos, conforme suscitou o Informante S2. Eis aqui o segundo elemento que merece destaque, a saber, essa resistência mantida por certos trabalhadores às mudanças de postos e/ou função. De acordo com este mesmo informante, os trabalhadores mais velhos, sobretudo as embaladoras, possuem elevada resistência à mudança das rotinas de trabalho quando requeridas ou apenas quando suscitada a mudança de posto.

Um elemento importante, na fala das embaladoras, refere-se à consciência acerca da importância de seu trabalho e a significância do mesmo na constituição do produto final. Essa consciência, atrelada ao tempo que possuem na empresa, mostrando desempenhos elevados, pois a própria reincidência da contratação comprova isso, lhes deixam em posição de realizar certas resistências quanto a algumas mudanças de rotina suscitadas pelas instâncias administrativas da *packing houses*. Ordens deveras incisivas com constrangimento aos trabalhadores, circunstâncias de intensificação elevada do uso da força de trabalho, bem como as mudanças de funções são alguns dos fatos que provocam ações de resistência entre os trabalhadores. Essa temática segue discutida no capítulo seguinte.

5. DINÂMICAS GLOBAIS E RESISTÊNCIAS LOCAIS

A adaptação aos protocolos dos selos de certificação, responsáveis pela difusão dos padrões e normas de produção e beneficiamento das frutas destinadas à exportação, possibilitou aos produtores da região do VSF a participação nos mercados globais. Contudo, a adequação a tais padrões se concretizou por meio de modificações, na estrutura produtiva, envolvendo inovações tecnológicas e reformas das plantas físicas das *packing houses*, assim como através da organização das relações sociais de produção sob novos arranjos, os quais culminaram com o uso da força de trabalho, sob formas de controle e intensidade ampliadas.

[...] lo que es nuevo y resulta de la conversión productiva del sector es la introducción de formas de organización que exigen mayor implicación y calificación de parte de los trabajadores, más productividad y intensificación de las actividades que desempeñan, así como la capacidad de realizar distintas tareas dentro del proceso productivo, garantizando en todas ellas una gran calidad en los productos para que éstos puedan alcanzar competitividad en el mercado internacional (LARA FLORES, 1995, p. 27-28).

Essas mudanças afetam diretamente os trabalhadores, pois as atividades desenvolvidas, nesses espaços de produção, estão diretamente relacionadas aos tratamentos fitossanitários obrigatórios à exportação, mas, sobretudo, à qualidade, estética e apresentação visual final do produto, pressupondo também as formas adequadas de acondicionamento resfriado para maior durabilidade do tempo de prateleira dessas frutas. No VSF, o processo culminou com a conformação de uma realidade, em que os trabalhadores passam a ser monitorados constantemente e impelidos, direta e indiretamente, pelas empresas, a desempenharem suas funções em ritmos cada vez mais intensos, a fim de dar conta das metas de produção estabelecidas. Em muitos casos, circunstâncias de mercado e novos acordos comerciais significam, em nível prático, alterações abruptas de meta ao longo do dia ou a extensão da jornada de trabalho de forma não programada, na qual os trabalhadores são requisitados a estenderem suas atividades até o cumprimento de determinado volume de produção.

Em um contexto, no qual a qualidade da manga exportada é fator essencial para a manutenção da competitividade das empresas do VSF, frente aos concorrentes internacionais de outras regiões globais (CAVALCANTI, 2009), as requisições e cobranças aos trabalhadores são ampliadas, envolvendo elementos que vão além do cumprimento das metas de produção. Falhas na produção, conversas excessivas, deslocamentos seguidos para ir ao banheiro, assim como a articulação política são alguns dos elementos monitorados nos

movimentos dos trabalhadores responsáveis pelas atividades básicas (descarregadores e embaladoras), em torno dos quais podem incidir cobranças e/ou censuras por parte dos superiores. Essas e outras circunstâncias existentes na realidade dos trabalhadores das *packing houses* são responsáveis por desencadear ações de resistência, através das quais esses atores sociais expressam suas insatisfações e/ou descontentamentos face às situações que ocorrem no cotidiano da produção.

Em uma apreensão mais ampla, as ações de resistência dos trabalhadores da fruticultura no VSF também compreendem o processo de articulação e mobilização desses atores em prol de melhores condições salariais e de ambiente de trabalho. Dentro deste contexto, a formação dos sindicatos rurais nessa região foi decisiva para que os trabalhadores pudessem organizar uma agenda política e pleitear avanços dos seus direitos junto ao patronato. Os movimentos iniciais da organização sindical rural nessa região remetem à década de 1960, quando da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina. Na década seguinte, os trabalhadores rurais fundam um sindicato homônimo em Juazeiro, ampliando a representação da classe. O histórico do sindicalismo rural no VSF é marcado por uma disputa interna de interesses (SOUTO JÚNIOR, 2013), na medida em que a composição heterogênea dificultou, por algum tempo, a composição de uma agenda, em torno da qual a articulação fosse unificada. Constatando essa evidência, C. Silva (2016) sugere a existência de três momentos distintos quanto à predominância de determinadas questões na agenda política do movimento e, embora a passagem de um para o outro não tenha se configurado propriamente como uma ruptura de paradigma, ainda assim se constituem como instantes diferenciados, sendo estes: “representação da agricultura familiar, representação dos colonos e representação dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as da agricultura irrigada” (SILVA, C., 2016, p. 124).

Contudo, o amadurecimento político dos sindicatos e a significância quantitativa dos trabalhadores assalariados, no universo da agricultura irrigada, levou o sindicalismo do VSF a um novo momento nos anos 1990, com o início das relações de negociação entre patronato e trabalhadores rurais. Essa mobilização tem como ponto de partida a tentativa de vencer situações extremamente precárias de trabalho, nas quais era comum o abuso sobre os trabalhadores e até mesmo o uso de mão de obra infantil. De acordo com Souto Júnior (2013, p. 12), “o marco da modernização das relações capital-trabalho no Vale foi a institucionalização das convenções coletivas de trabalho”, momento a partir do qual o trabalho assalariado passa a ser reconhecido em seus direitos. A primeira Convenção Coletiva de Trabalho foi pactuada em 1994, envolvendo a representação sindical dos trabalhadores

rurais de Petrolina e Santa Maira da Boa Vista, os sindicatos patronais, a Delegacia Regional do Trabalho e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Pernambuco, tendo convencionado salário mínimo para a classe, transporte em condições adequadas, água potável no ambiente de trabalho, dentre outras conquistas (SILVA, C., 2016). O mais significativo desse processo todo, no entanto, é o fato de que,

Por parte do empresariado, pesou a necessidade de padronizar os custos de produção e manter preservado o processo de produção e as exportações, elementos motivadores centrais, pois com uma convenção assinada, evitou a imprevisibilidade e as consequências de uma greve para a produção de frutas. Assinar a convenção foi acima de tudo garantir previsibilidade à produção de frutas. A primeira greve em meio à colheita deixou os empresários em pavorosa e demonstrou como tudo poderia ruir por conta das características do produto que pode apodrecer se o processo não for bem sincronizado. Se o processo parar, a fruta apodrece e com ela vai embora todo o capital investido (SOUTO JÚNIOR, 2003, p. 18).

A mobilização e resistência dos trabalhadores foi muito importante para que os avanços da categoria fossem conseguidos junto aos empregadores. Historicamente habituados a relações de contratação e subordinação dos trabalhadores que excediam em muito os limites legais de exercício do gerenciamento da força de trabalho (BLOCH, 1996), o empresariado se viu impelido a realizar as devidas cessões sob pena de ter a produção comprometida, sobretudo quando a greve dos trabalhadores rurais se tornou uma situação real em face da atuação dos sindicatos (SOUTO JÚNIOR, 2011, 2013). Essa resistência é ponto chave na compreensão das dinâmicas relacionais capital-trabalho no âmbito da fruticultura irrigada do VSF, especialmente, quando levamos em conta o fato de que ali se estabelece um novo padrão econômico de produção que absorve as lógicas e tendências difundidas globalmente.

Nessa linha, a inserção das grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF não pode ser apreendida desconecta do âmbito mercadológico no qual se insere. Os padrões de qualidade, a implementação de uma organização produtiva que permita o rastreamento dos produtos, assim como a obrigatoriedade dos planos de contenção de riscos e redução dos impactos ambientais, com medidas executadas e devidamente registradas, são elementos que não faziam parte da realidade da região, passando a compor o cotidiano dos espaços de produção, a partir da entrada do VSF nos circuitos globais. No entendimento de M. Santos (1997), esse tipo de conjuntura propicia a modelação das dinâmicas produtivas locais, a partir da absorção de um modelo econômico cujos fundamentos são a razão técnica e operacional, afetando diretamente a contiguidade das relações de ordem local. Poderíamos dizer, neste caso, incorporando também as considerações de Cavalcanti (2009) e Cavalcanti, Mota e Silva (2003) que, na esteira da globalização dos alimentos, os vínculos constituídos

entre a região do VSF e os mercados globais afetaram decisivamente as formas e modos de organização do trabalho no processo de produção, as quais pressupõem maiores níveis de controle dos trabalhadores.

Corre subjacente, portanto, o entendimento de que uma parcela grande das alterações ocorridas na produção de frutas do VSF destinadas para exportação foi promovida por influência da relação com essas lógicas e padrões globalmente difundidos. Quer seja pela abordagem da formação de uma economia global em redes (CASTELLS, 1999a) ou da composição de cadeias globais de valor (GEREFFI, 2001; GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011), o fato é que a estruturação de relações de produção e comercialização em nível global pressupõe, em algum grau, a atuação a partir de princípios e padrões comuns.

Como apontado anteriormente, algumas das mudanças nas estruturas produtivas e organizacionais das *packing houses* foram conduzidas, segundo as orientações dos protocolos das certificações internacionais, visando a melhor qualidade dos frutos. Algumas dessas alterações surtiram efeitos positivos à condição de trabalho, tais como a obrigatoriedade da existência de instalações como banheiros, vestiários e refeitórios, além dos planos de risco e as medidas de segurança do trabalho, embora possam ser contestadas quanto à sua extensão e efetividade, tal como apontado por P. Silva (2011) e conforme presenciamos *in lócus* nas observações de campo. Em verdade, como veremos mais adiante, o não cumprimento adequado dessas condições por parte das empresas, são motivadoras de ações de resistência de intensidades variadas por parte dos trabalhadores.

Em outro sentido, distintas mudanças provocaram a ampliação do controle sobre o trabalho. É preciso reconhecer, neste caso, que as empresas por meio de estratégias diversas de organização e gerenciamento das forças sociais de produção, utilizam-se do discurso do “controle de qualidade” para pôr em prática, na verdade, formas agudas de controle dos trabalhadores. Isso ocorre, por exemplo, quando se coíbe as conversas entre embaladoras com receio de alguma articulação política contestatória das mesmas, mas acionando a justificativa de que o diálogo pode prejudicar a qualidade do trabalho. São práticas e sentidos que não saltam aos olhos facilmente, nem se manifestam plenamente explícitos, pois ultrapassam a barreira do legalmente permitido, ao mesmo tempo em que se é praticada de modo acintoso; esse controle poderia implicar em um transtorno de maior proporção. As observações realizadas e os relatos coletados nos levam a entender que, no âmbito do exercício do controle diário, são postas em prática ações e estratégias específicas do mesmo modo como ocorre na intensificação do trabalho. O pagamento por produtividade, por exemplo, é um modo usado para conseguir “voluntariamente” o uso intensificado da força de trabalho.

Todavia, as estratégias e ações para obtenção do trabalho intensificado ou mesmo a operacionalização prática dos mecanismos de controle são contestadas por ações de resistência dos trabalhadores, as quais se formam, individual ou coletivamente, a partir de situações específicas, cujos significados possuem inextricável ligação com o contexto de onde partem. O foco adiante será entender como essas práticas de resistência se constituem e com referência a que situações e/ou fatos, na medida em que as estratégias usadas pelos trabalhadores se contrapõem a formas de controle e intensificação do trabalho. Para tanto, é necessário que estabeleçamos os pontos de entendimento sobre o que vem a ser esse tipo de ação significada.

5.1 Articulações teóricas para a compreensão da resistência dos trabalhadores

Uma das bases teóricas proeminentes na atualidade acerca dos estudos sobre a resistência é aquela que a observa, no nível das práticas e sentidos ocultos, considerando para isso, a fragilidade dos dominados nas relações de poder como limitante da gramática possível de ser externada nos discursos públicos. Este tipo de perspectiva analítica favorece uma apreensão articulável que leva em conta tanto a condição prévia dos sujeitos quanto o contexto relacional, no qual, propriamente, se desenvolvem as relações de poder e as resistências a elas. Ao mesmo tempo, se configura como uma abordagem complexa de ser realizada, dado que “a natureza dos fatos e a mudez auto-interessada dos antagonistas contribuem para criar um tipo de silêncio cúmplice, que exclui totalmente as formas cotidianas de resistência dos registros históricos” (SCOTT, 2002, p. 14). Do ponto de vista do empreendimento analítico, portanto, pressupõe um esforço particular na tentativa de capturar o que está além do explícito, o que ultrapassa a significação prática e superficial. Algo ainda mais desafiador se considerar verdadeiro o pressuposto de que nem a História nem as Ciências Sociais estariam “bem equipadas para desvelar as formas silenciosas e anônimas das lutas de classes” que envolvem campesinato e outros grupos sociais dominados em contextos de alta regulação e opressão ao comportamento divergente explícito (SCOTT, 2002, p. 14).

Consideramos correta a indicação de Scott (2002) quanto à existência de alguns limites teóricos e mesmo metodológicos nas ciências que se dedicam à investigação da resistência em decorrência da complexidade do objeto, da dificuldade de apreensão do mesmo e da operacionalização de um conjunto categórico que se aproxime do sentido real atribuído a este tipo de prática social pelos próprios sujeitos praticantes. O próprio Scott (2000) se deparou com certos limitantes, ao analisar a resistência de camponeses malaios que, afetados

por uma série de mudanças na produção de arroz, articularam estratégias específicas para confrontar o poder das elites agrárias e órgãos governamentais no contexto dessas mudanças. Em meio a essa realidade analítica, os conceitos de “discurso público” e “discurso oculto” são acionados por Scott (2000, p.49), na tentativa de melhor explicar as relações de poder e as condutas políticas dos grupos subordinados, reconhecendo que diante da dificuldade de acessar tais fatos, “ese propósito no se pueda realizar sino en forma fragmentaria y esquemática”.

Um dos desafios enfrentados por Scott (2000) diz respeito à incorporação de distintos grupos sociais malaios na análise das resistências e da formação dos discursos ocultos. Isso porque a ampliação demasiada dos grupos sujeitos à dominação tende a distanciar a particularidade dos discursos de resistência constituídos, dissolvendo-os em exemplificações mais homogêneas. Levemos em consideração, por exemplo, que foram abarcados por Scott (2000) diversos grupos e classes de sujeitos distintos entre si, que tendem a possuir motivações e percepções também variadas das relações de poder. Além disso, Scott (2000) usou como fontes analíticas documentos e relatos históricos, constituindo, assim, uma orientação metodológica distinta daquela presente em Scott (1985), na qual o caráter antropológico é dominante.

A utilização de situações históricas tão distintas caracteristicamente, como a divisão social de castas e o colonialismo, poderia levantar uma série de questões, mas as devidas ressalvas foram feitas, apontando para uma estratégia analítica de agregar as formas de dominação que possuem similitudes estruturais, permitindo o tratamento dos dados afins sobre os mesmos termos de dominação e subordinação, mesmo partindo de situações históricas distintas (SCOTT, 2000). Todavia, a vinculação destas situações estruturalmente similares não retira a preocupação do pesquisador com as implicações decorrentes da arquitetura analítica definida.

Por este motivo, é necessário que apresentemos alguns pontos acerca da compreensão que construímos sobre as ações de resistência no contexto das *packing houses* de manga do VSF, no sentido de esclarecer os pressupostos pelos quais orientamos nossa reflexão. Neste sentido, esses apontamentos dizem respeito tanto às articulações de nível teórico utilizadas para dar conta da resistência, quanto aos recortes objetivos realizados no material de análise a fim de melhor organizar o entendimento das questões. Em primeiro lugar, portanto, é importante esclarecer os elementos conceituais da teoria da resistência cotidiana (SCOTT, 1985, 2000) que utilizaremos, e com quais propósitos.

Esse tipo de perspectiva teórica nos proporciona a compreensão da resistência dos trabalhadores para além das suas formas mais visivelmente aparentes, na medida em que a dominação e os atos de confronto podem ser captados fora do espaço público. Isso possibilita uma leitura das práticas sociais que transcende a dimensão do conflito institucionalizado. Em outras palavras, torna compreensível, analiticamente, situações sociais em que os grupos dominados utilizam uma variedade de formas para externar o inconformismo, a revolta, ou outros sentidos congêneres em relação a determinadas condutas dos dominadores, cuja presença nos registros históricos é bastante limitada. Um movimento que se torna possível a partir da identificação das lógicas ocultas contidas nessas formas trazendo, por conseguinte, ganhos significativos ao estudo das relações de dominação e resistência em determinados contextos, dado que enseja uma análise “que revela contradicciones y virtualidades que alcanza a penetrar profundamente, por debajo de la tranquila superficie que a menudo presenta la adaptación colectiva a la distribución del poder, de la riqueza y del rango social” (SCOTT, 2000. p 39).

As implicações dos discursos ocultos na dinâmica das relações de poder são uma evidência explícita da importância dos fatos cotidianos na análise social (SCOTT, 2002). Mas a captura desses discursos bem como o entendimento de seus significados contextuais requer certa cautela, pois um pressuposto básico a ser levado em consideração nessa captura é o fato de que “la frontera entre el discurso público y el secreto es una zona de incesante conflicto entre los poderosos y los dominados, y de ninguna manera un muro sólido” (SCOTT, 2000. p 38). De maneira prática, isso nos move à consideração daquilo que também não é dito, ou, mais especificamente daquilo que não é externado publicamente, mas que consta no repertório dos grupos dominados. À nossa realidade de pesquisa, significou a aproximação e uma posterior confiança junto aos trabalhadores para que certas questões pudessem vir à tona no escopo das entrevistas, nem sempre com a clareza que espera o pesquisador ávido por respostas, mas, de algum modo presente, é válida em sua concretude.

Merece ser sublinhado o fato de que para vencer a barreira do aparente e alcançar os sentidos que correm subjacentes às práticas sociais ocultas é preciso, de algum modo, estar atento tanto à matéria da expressão subjetiva dos sentimentos quanto à substância da racionalidade que preenchem os significados das ações sociais de resistência. Todavia, essa postura que nos coloca, do ponto de vista analítico e metodológico, em estado de atenção para as consequências das relações de dominação nas consciências e nas subjetividades dos atores sociais, não prescinde do discernimento de que tais relações ancoram-se, concomitantemente, em estruturas de ordem material e simbólica. Seguindo essa linha de entendimento, as

relações de dominação se apresentam como um campo constante de ponderações conscientes realizadas pelos sujeitos acerca das ações a serem tomadas mediante as condições circunstanciais. No âmbito da esfera pública, as condutas são racionalizadas de modo prático, pois ali, os sujeitos precisam deliberar “corretamente” quais gestos, palavras e expressões podem ser exteriorizados, e isso vale para dominados e dominantes (SCOTT, 1985, 2000).

O relevante para o nosso entendimento é o fato de que nem toda insatisfação pode ser pronunciada. As comunicações em certos espaços se constituem por ações, gestos, palavras e expressões compelidas que, em geral, assumem a lógica dos grupos dominantes, sendo as “atuações” parte desse enredo “autorretratado” dos dominadores. Fazendo a ponte com a realidade aqui estudada, isso significa dizer, em termos práticos, que certas questões não são verbalizadas pelos trabalhadores, pois sua condição de dominado e a vulnerabilidade⁹⁸ dela decorrente recomendam-no a aceitação sem objeções aparentes. Nos espaços públicos, os grupos dominantes tendem a impor o comportamento dos dominados (SCOTT, 2011), por esse motivo, ter acesso a relatos de resistências dos trabalhadores das *packing houses* só nos foi possível longe dos espaços de produção, pois ali outra lógica de conduta é imperativa, a qual, na maioria das vezes, não comporta a dissidência pública.

Acerca do discurso oculto, sua relevância na discussão que realizamos reside na capacidade de abarcar um conjunto de sentidos não expressos, comportando as maneiras pelas quais os sujeitos articulam sua resistência frente às relações de dominação. Essa condição permitida pelo conceito remete a desdobramentos analíticos distintos de posições mais conservadoras que tendem à compreensão do enfrentamento apenas no nível das estruturas formais. A partir desse tipo de perspectiva, é possível levar em consideração as mais simples formas de expressão social enquanto um recôndito capaz de ser significado, contextualmente, sob o viés da contestação, ampliando assim o leque das ações com conteúdo político.

A ideia de resistência cotidiana, por sua vez, refere-se ao enfrentamento dos subordinados, perante os seus dominadores, nas circunstâncias diárias das relações sociais, permitindo enxergar em pequenos atos, quase imperceptíveis em sua grande maioria, uma racionalidade significativa de enfrentamento perante a situação estabelecida. Da luta de camponeses malaios em um cenário de pobreza aguda, relacionado à revolução verde (SCOTT, 1985), o conceito de resistência cotidiana foi testado posteriormente com a realidade de outros grupos dominados (SCOTT, 2000). Diz respeito a formas de

⁹⁸ Decorrências possíveis de possibilidade de punição, perda contratual, não renovação futura do contrato de trabalho decorrente de algum ato de confronto aos ordenamentos de instâncias superiores como punição, perda contratual, não renovação futura do contrato de trabalho, dentre outros.

enfrentamento, muitas das quais nem chegam a revelar propriamente uma confrontação coletiva, compreendendo assim,

[...] as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. [...] Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite (SCOTT, 2011, p. 219).

O conceito de resistência cotidiana sugerido por Scott (1985, 2000), embora tenha aberto um campo interessante de reflexão acerca das práticas dos grupos dominados, possui certos limitantes, alguns dos quais apontados por Monsma (2000) e reavaliados por Menezes (2002) quando do levantamento das possibilidades trazidas por tal instrumento analítico. A consciência de algumas dessas limitações nos motivou a tomá-lo complementarmente frente a outros elementos heurísticos. Neste sentido, somos inclinados a considerar que o referido conceito sobrevaloriza o “grau de entendimento discursivo na transcrição escondida”⁹⁹ e o grau de cálculo consciente atrás da resistência cotidiana” (MONSMA, 2000, p. 113) e, assim, menospreza a dimensão do não pensado, do impulso incontrolável e do ato espontâneo não racionalizado.

Essa arena de relações públicas se apresenta em Scott (1985) excessivamente racionalizada através da limitação das manifestações de sentimento, sobretudo em face do controle severo das expressões. Nessa mesma linha, agir em conformidade com o ordenamento do discurso público seria também uma forma racionalizada de dissimulação manipulatória, pois “cuando el guión es muy estricto y las consecuencias de un error son muy grandes, los grupos subordinados pueden considerar que su conformidad es una forma de manipulación” (SCOTT, 2000, p. 59). Reside aí, certo exagero com o elemento da constrição do sentimento e pouca atenção às ambiguidades que partem das ações dos sujeitos subordinados. À revelia desse enfoque excessivo na consciência racional dos sujeitos em ações de enfrentamento ou deferência dissimulada, é preciso levar em conta que a manifestação dos sentimentos de insatisfação ascendente à esfera do discurso público ocorre, em muitos casos, através da expressão involuntária dos sentimentos.

Outro ponto delicado, na utilização do conceito, diz respeito ao fato de que as estruturas das relações de poder, nas quais foi aplicado (SCOTT, 1985, 2000), são relativamente simples, tratando-se, em sua enorme maioria, de arranjos relacionais

⁹⁹É utilizada por Monsma (2000) e Menezes (2002) para referir-se ao discurso oculto. Optamos por seguir o padrão da tradução constante em Scott (2000), uma vez que foi o referencial central da discussão aqui realizada.

protagonizados por apenas dois polos. Para usar a metáfora do teatro, talvez fosse o mesmo que considerar apenas uma peça por vez, desconsiderando o fato de que esses atores, em geral, estão representando em outros enredos simultaneamente. Nesse ponto, o conceito apresentaria menor eficiência em planos explicativos como a nossa realidade de investigação, dada a dificuldade de contemplar, por exemplo, relações sociais com múltiplos vetores de subordinação ou um grupo de subordinados heterogêneos e estratificados entre si. Em consonância com Monsma (2000, p. 101), entendemos que esse tipo de abordagem “focaliza principalmente as situações de dominação e exploração claras e diretas e geralmente pessoais, em que espera achar uma divergência maior” e mais forte entre os discursos públicos e aqueles escondidos. Talvez, por isso mesmo, fique difícil apreender na íntegra um modelo analítico capaz de explicar as dinâmicas de dominação mais complexas. Essa fragilidade tenderia a aparecer em investigações nas quais as dinâmicas de dominação são indiretas, pois nesses casos “a continuação da dominação depende essencialmente da coerção e da desigualdade esmagadora na relação de forças” (MONSMA 2000, p. 103), restringindo, em tese, a eficácia desse conceito a situações e casos extremos de dominação com arranjo bipolar.

O que importa destacar disso tudo, porém, é o fato de que, mesmo considerando certas restrições desse equipamento analítico, ele cobre um campo de situações difíceis de serem consideradas em uma abordagem essencialmente estruturalista. Por esse motivo, entendemos ser útil a aplicação da ideia de resistência cotidiana, aqui tomada como o conjunto de ações e expressões postas em prática pelos trabalhadores das *packing houses* como forma de manifestar o enfrentamento a certas condições contextuais, vivenciadas nesses espaços de produção, algumas das quais desenvolvidas no âmbito dos discursos ocultos como sabotagens, dissimulações, etc. Todavia, utilizaremos essa apropriação da resistência cotidiana em diálogo com Giddens (1997, 2000) e outros autores, a fim de suprir possíveis carências que tal conceito nos deixa a respeito da condição estrutural das relações entre o trabalho-capital, traduzidas localmente também nas dinâmicas entre trabalhadores e superiores hierárquicos.

À revelia do que Scott (2000) considera ser o percurso trivial e limitado de estudo das formas de resistência, consideramos bastante válidas as contribuições ao debate proporcionadas pelos enfoques que partem das estruturas formais de poder para compreensão da dominação e do enfrentamento, especialmente aquelas que conseguem observar com maior lucidez a gramática possível aos sujeitos sociais nos contextos de dominação em que estão inseridos, a exemplo de Bourdieu (1996, 2007), Foucault (2000, 2007), e até mesmo Giddens (2009). Estas abordagens, cada qual à sua maneira, se apresentam também enquanto caminhos

possíveis para apreender as relações de resistência, sem necessariamente criar um arsenal categórico completamente novo, partindo, em muitos casos, de conceitos e elementos já existentes na teoria sociológica há algum tempo.

Neste sentido, um segundo ponto a ser levado em consideração no desenho construído para compreensão da resistência dos trabalhadores das *packing houses* reporta-se às considerações apresentadas por Giddens (2009) acerca da relação entre poder e estrutura social. A este respeito, consta significativo o fato de que ao exercício efetivo do poder não está associada, necessariamente, uma forma diametralmente oposta de resistência. Esse, certamente, é um ponto chave para o entendimento da reprodução das estruturas de poder e a compreensão da atuação do poder conjugada a aceitação tácita e voluntária dos dominados. Nessa leitura, portanto, “o poder não está necessariamente vinculado a conflito no sentido quer de divisão de interesses quanto da luta ativa, e não é intrinsecamente opressivo” (GIDDENS, 2009, p. 302), o que não significa dizer, de modo algum, que o exercício do poder não possa provocar a contestação da estrutura na qual se fundamenta (luta de classes), violentamente, inclusive, nem tampouco que sua existência é necessariamente conjugada a formas opressoras para alcançar os objetivos para os quais foi acionado. Deste modo, para além das intencionalidades que possam estar envolvidas com o seu uso, “o poder é a capacidade de obter resultados; se estes se encontram ou não ligados a interesses puramente seccionais nada tem a ver com sua definição” (GIDDENS, 2009, p. 303).

A abordagem proposta por Giddens (2009) nos parece mais abrangentemente capaz de dar conta de situações, nas quais as relações de poder ocorrem com a aceitação dos dominados levando em consideração diversos aspectos, para além somente daqueles referentes à coerção, tal como ocorre no ambiente das *packing houses* onde questões como a renovação do contrato em outra safra, ou o vislumbre de uma promoção dentro da organização das empresas são avaliadas pelos trabalhadores. Por outro lado, também nos aproxima do debate que já realizamos acerca das estratégias vigentes no capitalismo de acumulação flexível (HARVEY, 2008), as quais percorrem todo o espaço do tolerável, recuando somente quando é tida inconcebível pelos trabalhadores. É nesse “campo do tolerado”, em que podem existir as formas de poder não opressivas e aquelas que se exercem com o consentimento dos trabalhadores, mas da mesma maneira, também as formas que culminam com um controle insidioso e agudo sem obrigatoriamente gerar um conflito expresso.

Essa apropriação de Giddens (2009) leva em consideração, portanto, que nas estruturas de dominação, o poder pode ser exercido incisiva ou suavemente nos processos de

reprodução social¹⁰⁰. Mas essas estruturas são constituídas a partir de recursos de duas espécies, a saber, os “recursos alocativos” e os “recursos autoritários”, cujos modos de combinação refletem as formas de “coordenação dos sistemas sociais no tempo e no espaço” (GIDDENS, 2009, p. 304). O primeiro grupo de recursos engloba as condições materiais de existência e, assim, as características materiais do meio ambiente, os meios de produção e os bens produzidos; o segundo, por sua vez, circunscreve os padrões de vida social como a organização do tempo-espaço, produção/reprodução da organização indivíduos e a organização de oportunidades de vida como autodesenvolvimento e autoexpressão (GIDDENS, 2009, p. 304). Os recursos alocativos e autoritários são importantes, tanto quanto sua combinação proporciona amoldamentos específicos das estruturas de dominação e também uma substancial variedade escalar do poder. Para entender a posição dos recursos, na arquitetura analítica da qual partem, poderíamos tentar sintetizá-los da seguinte forma: fatores condicionantes/estruturantes articuláveis entre si enquanto estrutura de dominação/reprodução social dentro de sistemas tempo e espacialmente localizados.

No âmbito desses recursos que formam as estruturas de dominação, “as oportunidades de vida” (recurso autoritário) soam especificadamente interessantes, pois dão conta “das probabilidades de pura sobrevivência para os seres humanos em diferentes formas e regiões da sociedade”, incorporando toda sorte de “aptidões e capacidades” (GIDDENS, 2009, p. 307) acionadas pelos sujeitos. Essa categoria ajuda a compreender, por exemplo, porque as resistências identificadas entre os trabalhadores aparecem de formas variadas para as mesmas circunstâncias. Dentro deste contexto, são decisivos na chamada dialética do controle.

O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e de dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É a isso que chamo de *dialética do controle* em sistemas sociais (GIDDENS, 2009, p. 18-19, grifo do autor).

O destaque, aqui, fica por conta da faculdade de agência dos indivíduos frente às estruturas estabelecidas de dominação, em que, acionando os recursos que lhes são possíveis,

¹⁰⁰ Quanto a esta questão do exercício do poder na reprodução social, Giddens (2009) guarda notável semelhança com Foucault (2000) quanto à tendência de considerar o poder mais eficaz aquele que prescinde da violência para se efetivar. Muito embora, acredite que “a reabilitação do poder em Foucault [em oposição à abordagem de Parsons, concentrada excessivamente no consenso normativo], por outro lado, só é conseguida à custa de sucumbir a uma distorção nietzscthiana em que o poder é aparentemente anterior à verdade” (GIDDENS, 2009, p. 303)

tentam influenciar os dominadores ajustando, por exemplo, circunstâncias menos opressoras de exercício do poder.

Reconhecemos que, em certa medida, o edifício teórico de Giddens (2006, p. 287) guarda elevado nível de abstração, talvez, por que a maioria dos conceitos da teoria da estruturação tenha sido pensados para aplicação “a toda gama da atividade social”, o que os afastam de situações mais particularizadas. Em decorrência dessa condição, a mudança social aparece aí demasiado estreita quanto às inventividades facultadas aos sujeitos, dada certa tendência condicionante das estruturas dos sistemas (ainda mais forte se pensadas pelos termos da dualidade da estrutura). É de se imaginar, portanto, que neste desenho, há ações do tipo das resistências cotidianas subconsideradas, sobretudo, pelo fato de atuarem limitadamente na mudança da estrutura ou do sistema. Assim, nem a ideia de “posicionamento” (GIDDENS, 2006, p. 97) que remete às articulações estratégicas feitas pelos sujeitos em torno da ação significada nas relações de copresença; nem a categoria de “construções episódicas”, cuja aplicação à análise do cotidiano embora pareça frutífera, encontra impedimentos pela apresentação conjuntural em que é sugerida (GIDDENS, 2006, p. 287) parecem suficientes para cobrir essa fresta na teoria da estruturação.

O ganho essencial no desenho analítico que sugerimos, neste caso, diz respeito ao fato de que levando em consideração a composição teórica de Giddens (2009) sobre o poder e dominação, temos a possibilidade de incursionar na compreensão da resistência sem desprezar os condicionantes estruturais; ao mesmo tempo, utilizamos o conceito de resistência cotidiana (SCOTT, 2000) para cobrir o espaço das práticas sociais menos aparente à estrutura de dominação. Um arranjo que nos permite compreender essas ações ocultas ou menos visíveis, sem nos descolarmos, analiticamente, do bojo teórico-estrutural que nos balizamos até o presente momento. Por outro lado, essa articulação nos permite tomar a estrutura de poder (GIDDENS, 2009) subjacente às práticas cotidianas de resistência sem que isso nos conduza obrigatoriamente à rota prescrita das significações de classe, comportando a captura de outras variantes.

Por fim, um último elemento a ser considerando, antes de darmos espaço aos relatos dos trabalhadores, tem caráter mais metodológico e refere-se aos limites analíticos da análise de conteúdo para captação das formas de resistência cotidiana. Objetivamente falando, consideramos relativamente estreitas as possibilidades de abarcar as circunstâncias, fatores e significados por trás de situações como àquelas contidas nas falas dos atores escutados na pesquisa. Parece-nos bastante provável que, na abordagem de uma temática como essa, encontraríamos sérios entraves ao optarmos exclusivamente pela análise de conteúdo, em

virtude de que a quantificação dos indicadores contidos nas falas por mais que bem arquitetada às categorias de indexação, possuiriam uma abrangência restrita nesse caso. Diante da questão, optamos por um uso controlado da análise de conteúdo, utilizando-a para a compreensão de “quais instantes” a resistência dos trabalhadores emerge como prática social cotidiana de enfrentamento, deixando a observação dos significados a cargo de uma análise mais pontual sobre cada fala, descoladas de quantificações e mais próximas talvez da análise de discurso. Esse uso combinado pareceu-nos vantajoso, na medida em capta melhor o que cada uma dessas técnicas de análise poderia nos proporcionar a respeito da compreensão das formas de resistência cotidiana nas *packing houses*.

5.2 A organização social da produção e os trabalhadores das *packing houses*: processos e resistências

A trama relacional entre economia e globalização comporta articulações variáveis entre organizações capitalistas, tipos de racionalidade e forças sociais de produção. Sob a lógica da acumulação flexível (HARVEY, 2008), o capital distende e recompõe os espaços de produção e as forças de trabalho ao sabor das oportunidades de lucro. As economias nacionais passam a competir, enquanto espaços possíveis para a fixação e operação de capitais, tanto quanto seus territórios multifacetados vão se especializando na produção voltada para mercados dispersos pelo planeta. A este respeito, a globalização favorece sobremaneira ao “processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado” (IANNI, 2000, p. 57).

Para além da dispersão geográfica, M. Santos (1997, p. 214) sinaliza a existência de uma “guerra de lugares”, campo de disputa em que as vantagens competitivas de cada espacialidade, em suas múltiplas variáveis permitidas (quer seja país, região, território ou cidade), são realçadas por meio “dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizarem a imagem do lugar como “ímã” na atração do capital ou no destaque diferencial nas vitrines dos mercados. Nesse campo de disputas que é global, entram em jogo, na formatação local dos espaços, estratégias e articulações engenhosas que envolvem: grandes grupos financeiros e o poder decisório nas cadeias produtivas (DOLAN; HUMPHREY, 2000; HUMPHREY; SCHMITZ, 2001); atores e agentes locais interessados (SILVA, P., 2001) e também os aparelhos estatais (COELHO NETO, 2006a; DAMIANI, 1999). Os efeitos

acarretados por essas articulações nem sempre são promotores de benefícios, e quando o são, a tendência é que estes sejam distribuídos, assimetricamente, entre a população local.

A nova economia articulada em redes (CASTELLS, 1999a) favorece a emergência de novas regiões econômico-produtivas especializadas que passam a se articular nos circuitos e fluxos dos mercados globais. Contudo, o movimento histórico que culmina com esse modelo econômico é, em geral, “caracterizado pela deterioração das condições de trabalho e de vida para uma quantidade significativa de trabalhadores” (CASTELLS, 1999a, p. 345), pondo em questão, nessa ótica, os impactos advindos da globalização quanto à conformação desses novos espaços emergentes. Sendo assim, o surgimento e consolidação de regiões como o VSF faz parte dessa realidade econômica desenhada, nas décadas finais do século passado, a qual tem se mostrado diferencialmente rica em exemplo de utilização flexível do espaço, do tempo, da organização produtiva, da informação e igualmente do trabalho. Tendências que se referem às lógicas do capitalismo global e sua forma contemporânea particular de acumulação, mas que se efetivam operacionalmente em nível local, encerrando em cada espacialidade uma singularidade de relações e formas de organização social da produção.

No contexto da globalização, a compreensão de uma realidade econômica e social local passa a estar relacionada a uma série de dinâmicas que ocorrem desencaixadas espaço-temporalmente. Lembremos o fato de que “a globalização tem que ser entendida com um fenômeno dialético, em que eventos em um polo de uma relação muitas vezes produzem resultados divergentes ou mesmo contrários em outro” (GIDDENS, 2002, p. 27). Dessa dialética global/local surge o aguçamento de contradições econômicas (SANTOS, B., 2011; STIGLITZ, 2002), acirramento de disputas espaciais (SANTOS, M., 1997; SANTOS, T., 1998), difusão de riscos (BECK, 2010; CARAPINHEIRO, 2011), expansão de vulnerabilidades sociais (HESPANHA, 2011), dentre outras circunstâncias. Questões inextricavelmente ligadas ao fato de que a globalização faz avançar e/ou retroceder certos processos, características e condições de acordo com os interesses sobressalentes na “mistura de influências políticas e econômicas” que a constitui (GIDDENS, 2001, p. 43).

Neste sentido, as estruturas de dominação política e os mecanismos de apropriação econômica difundidos com a globalização influenciam as dinâmicas locais da fruticultura no VSF, quanto aos modelos de produção e formas de organização social do trabalho (CAVALCANTI, 1997; CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003). Sendo assim, possuem importância na compreensão das relações de poder e formas de resistência constituídas pelos trabalhadores das *packing houses* de manga. O desenvolvimento de novas formas de organização e gerenciamento da produção, assim como a prevalência de certas características

associadas ao trabalho nesses espaços de produção são resultantes de uma trama complexa de relações, as quais envolvem atores e interesses globais e locais. Sob esta perspectiva, as ações de resistência dos trabalhadores podem se constituir em confronto a condições e situações: de ordem puramente local; ou que estejam relacionadas, em alguma medida, com tendências e dimensões que extrapolam a mera casualidade local, isto é, fazem parte de “ressonâncias” globais. Por outro, a intensificação do trabalho ou seu excessivo controle podem gerar resistências que guardam certo grau de entrelaçamento com lógicas difundidas globalmente.

De acordo com G. Alves (2007, p. 259), o panorama contemporâneo do trabalho no Brasil, sob a nova forma do capitalismo global, compreende “determinações causais” de ordens distintas, uma delas correspondendo justamente aos elementos estruturais que atuam sobre a força de trabalho nacional, considerada enquanto parte integrante do mercado mundial. Essas determinações causais se configuram como aspectos cruciais do “sócio-metabolismo do capitalismo flexível” (ALVES, G., 2007, p. 127) instaurado na crise estrutural do capital, e são igualmente responsáveis pela modelação das formas essenciais de organização social do trabalho nas realidades produtivas locais. Sob esta leitura, as resistências dos trabalhadores das *packing houses* de manga poderiam ser apreendidas, a depender da situação, como formas de oposição a condições e lógicas estruturais do capitalismo de tipo flexível. Sob esse viés, poderíamos dizer, então, que essas resistências seriam manifestações individuais e/ou coletivas, episódicas e/ou permanentes que negam a “captura” integral da subjetividade dos trabalhadores tal como característico no modo de organização das forças sociais de produção.

Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório, constituído por um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social (ALVES, G., 2007, p. 188).

É possível apontar, neste caso, que a resistência pode se constituir como formas de manipulação racionalizada do comportamento (jogo de simulações ou dissimulação), as quais associam por meio de significações específicas a coerção e consentimento nas relações capital-trabalho, quer seja velada ou explicitamente. Isso nos leva a perceber que, no capitalismo flexível, a contradição e o conflito se tornam mais agudas e adquirem outras formas sociais, adentrando em dimensões invisíveis do cotidiano, como a subjetividade do trabalhador. Ainda nessa linha de pensamento, as resistências realizadas no plano cotidiano seriam formas estratégicas dos trabalhadores confrontarem as estruturas e os mecanismos que

operam a “desefetivação” (ALVES, 2007, 223) do ser genérico homem/mulher trabalhador, em uma condição sistêmica bem mais desafiadora face à arquitetura do capitalismo contemporâneo que tende a comprimir o corpo e a mente da força de trabalho.

As formas de organização produtiva predominantes nas grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF, embora possam variar quanto à apresentação de alguns elementos, tendem a disposições que exacerbam as dimensões de controle e intensificação do trabalho. Fatores estruturais da economia capitalista contemporânea favorecem essas disposições, de modo que o entendimento dessa realidade implica na apreensão da situação de vulnerabilidade do trabalho, ampliada por aspectos como: a “precarização” enquanto perda do estatuto social do trabalho por tempo indeterminado (CASTEL, 2013), cuja associação às políticas neoliberais na América Latina significou o desmonte de avanços e conquistas já tardiamente alcançados (ANTUNES, 2000); a condição de desemprego estrutural (ANTUNES, 2001) e a “emulação do medo” dele decorrente (ALVES, G., 2007, p. 197); e a predominância da incorporação do trabalho a partir de formas flexíveis de contratação (ANTUNES; ALVES, 2004; LIMA, 2008). Esses elementos do capitalismo contemporâneo merecem o devido destaque, aqui, em virtude de comporem o contexto do qual partem as resistências cotidianas dos trabalhadores investigados. E ainda que não constem explicitamente referenciados, fazem parte das ponderações que orientam estas ações de tal ou qual maneira.

Sendo assim, a realidade do trabalho nas *packing houses* de manga é afetada tanto por essa condição estrutural, quanto pelos dispositivos organizacionais de gerenciamento produtivo, os quais, embora partam de uma matriz relativamente uniforme, assumem traços singulares em suas aplicações práticas quando articulados com estratégias administrativas internas das empresas. Deste contexto, surgem as ações de resistências, engendradas pelos trabalhadores de maneiras diversas em respostas às situações e condições vivenciadas nas rotinas de trabalho. No universo social investigado, essas ações se mostraram de complexa apreensão, não apenas pela sutileza de algumas delas ou pela ocorrência esparsa dos acontecimentos, mas especialmente pela diversidade de sentidos e significações que associam em sua formação. Um tipo de operação administrativa da empresa pode ser aplicado sem a manifestação aparente de nenhuma relutância dos trabalhadores, até que, em um dado momento, sob determinadas condições, sua aplicação costumeira pode ser motivadora de uma reação opositora por parte dos trabalhadores, cuja riqueza de sentidos só se faz visível na apresentação das situações em que ocorrem.

5.2.1 Análise das práticas de resistência

A entrada da mangicultura de exportação do VSF nos mercados globais esteve diretamente atrelada à racionalização crescente do gerenciamento produtivo, em que parâmetros e nexos referenciados em cálculos de rentabilidade e produtividade passam a ser decisivos no desempenho competitivo das empresas (MARSDEN; CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1999). As modificações técnicas e organizacionais ocorridas nos ambientes das *packing houses* estiveram fundamentadas nesse mesmo padrão de racionalidade, compondo uma realidade de trabalho caracteristicamente distinta de formas tradicionais historicamente presentes no Nordeste. A literatura tem registrado o impacto dessas mudanças na conformação de um perfil novo de trabalhador adaptado às atividades e ritmos da fruticultura de exportação (CAVALCANTI, 1997, 1999c; CAVALCANTI; BENDINI, 2001).

Do ponto de vista histórico, tais mudanças nos espaços produtivos das *packing houses* foram mais intensas, no período compreendido entre 1995-2005. As observações de Cintra, Vitti e Boteon (2003) e Lacerda (2004) nos indicam que, embora as inovações e aperfeiçoamentos produtivos tangentes ao manejo da cultura da manga, tivessem se consolidado, já em meados dos anos 1990, os espaços de beneficiamento pós-colheita registraram a incorporação de melhorias mais expressivas ao final dessa década, estendendo-se até os primeiros anos do século XXI. A grande mudança qualitativa nesses espaços de processamento da manga esteve atrelada à introdução dos selos de certificação ao final, o que ocorre justamente, nesses dez anos, que marca a virada de século (ARAÚJO, G., 2011).

Os trabalhadores antigos entrevistados na pesquisa representam justamente um contingente profissional que atuou nesses tempos de consolidação produtiva e organizacional nas *packing houses* de manga. Estiveram imersos em uma realidade que não era mais aquelas dos primeiros galpões abertos e estruturalmente insuficientes, mas também não vivenciaram a condição aperfeiçoada de controle e rigidez normativa, presente nos espaços de trabalho contemporâneo. Em outros termos, atores sociais que vivenciaram uma fase intermediária entre o início rudimentar do processamento pós-colheita e a condição atual de elevado padrão tecnológico e qualitativo no beneficiamento dos frutos. Nessa condição, algumas das resistências que foram reportadas por esses atores guardam conexão com as “novas circunstâncias” de trabalho que passaram a vivenciar nas *packing houses*, sobretudo quando referenciadas comparativamente a uma memória de trabalho sobre atividades desenvolvidas nas áreas de campo. Certas situações motivadoras de resistências são comuns às falas de

trabalhadores antigos e contemporâneos. Há indícios de que esses trabalhadores antigos representam um contingente profissional que atuou no período de aperfeiçoamento produtivo e organizacional das *packing houses* de manga.

Entre os trabalhadores antigos, foi possível identificar diversas ações estratégicas utilizadas para evitar, amenizar ou burlar o cumprimento de requisitos protocolares quanto à utilização de uniformes e EPI's, e igualmente de normativas de sanidade. Esses requisitos se apresentam, compulsoriamente, aos trabalhadores como norma instituída e estão ligados a exigências de segurança e sanidade na manipulação de alimentos e no desempenho das atividades, para as quais se exige um perfil de trabalhador que aceite as indicações sem criar obstáculos. Contudo, esse processo que incorpora “exigências e formas de controle do trabalho e dos trabalhadores” (CAVALCANTI; ANDRADE; RODRIGUES, 2012, p. 77) não ocorreu com a “aceitação” imediata por parte dos atores sociais envolvidos. Esses trabalhadores acionavam diversas estratégias de rechaço às regras impostas nesses ambientes de produção (Quadro 13).

Quadro 13 – Estratégias utilizadas pelos trabalhadores antigos das <i>packing houses</i> contra os protocolos de segurança e sanidade	
Exigências dos protocolos	Estratégias reportadas nas falas dos trabalhadores antigos
Utilização de Uniformes	Perder/Esquecer o colete nos espaços do refeitório
	Danificar e inviabilizar o uniforme para o uso
Utilização dos EPI's	Esquecer intencionalmente os equipamentos
	Retirar os equipamentos durante as atividades
Não se alimentar ou fumar no ambiente de trabalho	Marcar chiclete escondido
	Se alimentar escondido
	Fumar escondido nas partes externas do ambiente de trabalho
Higienização das mãos	Burlar o processo de higienização
	Realizar o procedimento de forma negligenciada

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Elaborado pelo autor.

As entrevistas evidenciaram que o uso de uniformes era uma das exigências normativas que causavam desconforto entre as embaladoras. Logo, se constituído em uma regra com pouquíssima margem de tolerância a comportamentos desviados, as práticas de descumprimento das regras se restringiram aos momentos iniciais de sua implantação. Ainda assim, as embaladoras destacaram, em suas falas, algumas formas distintas de evitar o uso dos coletes de identificação (uniformes), tais como: alegar aos superiores perda ou o esquecimento dos mesmos no refeitório e, até mesmo, inviabilizar seu uso através de danos. A rigidez que essa norma assumiu nesses ambientes de produção e sua existência atual indica que essas ações não tiveram efeito objetivo na modificação da regra propriamente dita. A

relevância histórica dessas práticas sociais reside, para além dos significados múltiplos atribuídos pelas trabalhadoras, na representação da inconformidade com a regra instituída.

Pesquisador E: como era esse uniforme que a senhora utilizava?

Informante A5: Era o colete e a touca pra prender o cabelo. Tinha que usar os dois.

Pesquisador: Todo mundo?

Informante A5: É, as embaladoras tudo usava. A gente não gostava muito, mas tinha que usar, era obrigado.

Pesquisador: E não gostava por quê?

Informante A5: Tinha a questão do calor, principalmente de tarde. Era aberto na lateral, mas incomodava mesmo assim... tinha a touca que muita mulher de cabelão reclamava também... outras diziam que era feio o colete... tinha muita questão disso...

Pesquisador: Sei... mas acabava usando porque era obrigatório, correto?

Informante A5: É... mas mulher é bicho danado (risos) às vezes rasgava e dizia que enganchou na máquina, mesmo sabendo que ia ter que vestir outro... às vezes escondia e dizia que esqueceu no refeitório e quando foi olhar não estava mais.. sempre tinha um jeitinho né.

Pesquisador: E isso adiantava de quê se a empresa arrumava outro logo em seguida?

Informante A5: No começo eles deixavam passar e aí o funcionário ficava o resto do dia sem usar ou até mais de um dia até eles darem outro... Só que depois começaram a pegar no pé e ficar em cima e o pessoal também foi parando e se acostumou. (Informante A5, Mulher, 44 anos, Embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Palmer. Entrevista realizada em 11 de março de 2016).

Esse relato demonstra como a utilização do uniforme era percebida, incomodamente, por motivos diferentes entre as trabalhadoras, embora o desconforto térmico¹⁰¹ sobressaia entre os demais argumentos. A climatização que, hoje, é uma realidade nas grandes empresas de exportação de manga nem sempre esteve presente no cotidiano dos trabalhadores, assim como continua inexistente na maioria dos galpões de processamento de pequenos e médios produtores. Para além dessa questão, o fato é que as trabalhadoras utilizaram práticas veladas como resistência ao uso do uniforme. A informante A5 revela que o descontentamento quanto ao uso do uniforme também ocorria por razões pessoais como vaidade, ainda assim, igualmente motivador de estratégias engenhosas para não utilizá-lo, como escondê-lo e fingir ter perdido ou danificá-lo inviabilizando seu uso. A evidência maior é que esse tipo de regra comum, nas *packing houses* de hoje, sofreu resistências quando de sua implantação nesses ambientes de produção, estando diretamente relacionado às questões de gênero.

As mulheres nas linhas de embalagem da manga, tanto ontem como hoje, são vozes ativas que atuam no jogo de forças entre as conformações e tendências que se forjam nas instâncias globais e as dinâmicas locais de organização social do trabalho. Embora os homens

¹⁰¹ Tal condição foi identificada Dacanal et. al (2014) em avaliação do desempenho térmico de *packing houses* de uva do VSF, registrando picos de temperatura dentro dos galpões entre 13h e 16h, chegando próximo aos 30°C, mesmo com reguladores climáticos nos ambientes. A condição é bastante similar nas *packing houses* de manga, embora a climatização, comum nas grandes empresas, tenha diminuído significativamente essa situação.

também atuem neste mesmo sentido, as embaladoras, enquanto grupo funcional dentro das empresas, parecem emergir como “atores sociais” com maior poder de barganha junto às gestões das *packing houses* justamente por se tratar dos trabalhadores que atuam significativamente nas médias de produção. De acordo com Cavalcanti, Andrade e Rodrigues (2012, p. 83), as regiões globais como o VSF têm conformado uma realidade onde as resistências dos trabalhadores se atualizaram com o passar do tempo, estando inscritas “nos movimentos sociais e nas pautas dos sindicatos dos trabalhadores rurais, as quais registram os avanços e recuos dos trabalhadores e trabalhadoras”. Do mesmo modo, estas práticas de resistência cotidiana são reformuladas diante de novas circunstâncias que surgem perante os trabalhadores, ganhando, em muitos dos casos um traço de gênero marcante já que algumas das questões motivadoras transcendem uma pauta exclusivamente relacionada ao ambiente de trabalho.

Não é raro que ações de resistência cotidiana das trabalhadoras responsáveis pelo embalamento da manga de exportação se constituam por meio de elementos e significados diretamente ao gênero feminino. A questão da vaidade, suscitada acima é uma dessas possibilidades, assim como as referências contidas em muitas falas acerca da insatisfação quanto à prolongação da jornada de trabalho sem planejamento prévio, uma vez que essa condição afeta as rotinas dessas mulheres em seus lares.

Ainda assim, a frequência das justificativas referentes às resistências constituídas coletivamente repousam, em maior número, nas ocorrências que emergem de condições específicas do ambiente de produção, como notamos no relato da Informante A9, o qual destaca um caso em que as embaladoras aproveitaram determinada circunstância junto ao gestor geral da *packing house* e expuseram a dificuldade de seguir o protocolo quanto ao uso do uniforme diante do calor daquele dia. Essas “queixas coletivas” acabaram suscitando uma “abertura” no cumprimento da regra, e durante alguns dias, foi possível o trabalho sem o uso do uniforme.

Pesquisador: E como era ter que trabalhar com uniforme touca e aqueles procedimentos todos de higiene que têm nas *packing houses*?

Informante A9: Era uma coisa diferente, eu mesmo estranhei muito e fazia de tudo pra não usar no começo... a safra é mesmo na época do calor aqui na região... o senhor sabe... aí imagina esse calorão num ambiente sem vento nem nada e ainda por cima de calça, touca, bota e colete por cima... é ruim viu... tem que se acostumar pra poder aguentar, principalmente antes que não tinha os ventiladores aí era pior.

Pesquisador: E como fazia? Tinha que usar né, de todo jeito?

Informante A9: Era tinha que usar... mas a gente reclamava, às vezes, quando tava muito calor a gente reclamava... teve uma vez que voltando do almoço o gerente geral da *packing* veio falar com as meninas da embalagem aí uma puxou o assunto e as outras foram também reclamando e ficou aquele negócio alvoroçado todas

falando e outras gritando na bagunça... aí ele disse: pois vamos deixar sem colete até o fim da semana pra vê se melhora... depois climatizaram o ambiente aí não tinha mais como reclamar. (Informante A9, Mulher, 49 anos, Embaladora/Fiscal de linha, trabalhadora permanente na Empresa Tommy. Entrevista realizada em 23 de dezembro de 2015).

Essa ação de resistência coletiva traz um elemento interessante à discussão, na medida em que ressalta o modo como essas microações dos atores conseguem lograr êxito em determinadas circunstâncias. No caso específico, as trabalhadoras conseguiram através da pressão coletiva não organizada a suspensão temporária do uso do uniforme pelo restante da semana de trabalho, proporcionando a melhoria imediata da situação de desconforto. Aqui, nos parece bastante pertinente o destaque feito por Scott (2011, p. 223, grifo do autor) de que “a resistência cotidiana e informal, muitas vezes dissimulada, é em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos”. Em geral, as resistências cotidianas se constituem em contextos particulares e sem o horizonte de grandes mudanças a longo prazo; emergindo como uma expressão de insatisfação instantânea buscam, muitas das vezes, apenas um alteração prática que “amenize” certa condição (SCOTT, 2002).

Outro elemento importante é o fato de que as trabalhadoras se utilizaram da força do coletivo para manifestar algo que provavelmente não seria demonstrado com tanta veemência por qualquer uma delas isoladamente, ressaltando a ideia de que os subordinados tendem a se aglutinar quando a insatisfação é externada diretamente aos dominadores como forma de minimizar qualquer retaliação a respeito (SCOTT, 2000). Isso em virtude de que “a insubordinação ostensiva provocará, em praticamente qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser tão penetrante” (SCOTT, 2011, p. 223), pois a contestação pública das estruturas formais de hierarquia e poder geralmente são excessivamente danosas aos subordinados.

A utilização dos EPI's também foi algo relatado pelos trabalhadores antigos com algo incômodo e até mesmo desnecessário, sendo ainda mais inconveniente a cobrança demasiada quanto à sua utilização. Esse tipo de percepção apareceu de forma mais enfática entre os descarregadores, que manifestaram dificuldade em adaptar-se ao uso dos protetores auriculares e óculos de proteção. Uma forma de entendimento que levou à composição de ações de resistência que expressavam inconformismo quanto à obrigatoriedade do uso desses itens de segurança.

Pesquisador: E lá onde o Senhor trabalhava tinha muito controle e fiscalização?

Informante A4: Tinha sim... tinha aqueles negócio que era da rotina né? Do material que pode e não pode usar e como pode usar pra ficar tudo nos conformes

como queriam o povo que compra essa manga. Mas também tinha negócio de usar os equipamentos direito e não podia fumar, nem comer nada no setor. Era chei de coisinha que a gente tinha que fazer.

Pesquisador: E como era se não seguisse essas normas, por exemplo, de equipamentos de segurança e essas outras?

Informante A4: Aí reclamavam com a gente. Mas tinha coisa que a gente fazia mesmo reclamando... eu mesmo nunca usei o protetor do ouvido.. só usava a bota porque era obrigado... e a touca vez ou outra tinha trabalhador sem elas.

Pesquisador: E o encarregado não reclamava não?

Informante A4: Reclamava e dava suspensão às vezes, mas era muita gente que fazia isso, aí ele acabava aceitando sem punir, ficava mais naquele negócio: “rapaz, o protetor tem que usar na empresa”... e assim ia indo (risos) a gente fingia que esquecia e mostrava aquela preocupação, mas no final deixava de propósito né?

Pesquisador: Então era gente boa esse encarregado né? (risos)

Informante A4: É, mas quando a gente chegava um encarregado que era mais chato e vinha com muita reclamação por causa disso, aí é que o pessoal esquecia mesmo de colocar o protetor (risos). (Informante A4, Homem, 52 anos, Descarregador, trabalhador temporário na Empresa Kent. Entrevista realizada em 03 de março de 2016).

Nessa fala, além do inconformismo quanto à obrigatoriedade do uso dos protetores auriculares, o trabalhador destaca que muito da sua resistência quanto ao seu uso estava associada às cobranças excessivas por parte do seu superior imediato, motivo pelo qual reincidia sempre na prática de desfazer-se do equipamento durante o turno de trabalho, mesmo sob a ameaça de punição. O destaque neste caso fica para o fato de que a resistência acaba sendo construída em dois níveis: no primeiro a recusa à regra propriamente dita e ao seu controle compulsório, ao passo que, no segundo, a negação é ao poder de controle do encarregado do setor. Nesse caso, a dissimulação é ferramenta utilizada para justificar, na esfera pública das relações de poder, (SCOTT, 2002) a não utilização do equipamento.

Outro elemento importante é que essa prática de rejeitar o uso do protetor auricular e das toucas era algo comum entre os trabalhadores descarregadores, em sua maioria homens habituados ao trabalho em áreas de campo com menor rigidez quanto a esse tipo de regra. Esses “esquecimentos intencionais” não necessariamente foram práticas arquitetadas em comum pelos trabalhadores do setor, mas surgiam como formas representativas de um sentimento partilhado pela maioria deles. Por esse motivo e pela recorrente manifestação, essas formas se caracterizam como resistência cotidiana (SCOTT, 1985). Quando o Informante A4 destaca o fato de que sob uma fiscalização mais intensa os trabalhadores tendiam a ampliar a prática dissimulada do esquecimento na utilização dos EPI's, fica implícita uma relação proporcional de intensidade entre controle e resistência, na qual o grupo de trabalhadores tende a adaptar a prática frente à nova circunstância de controle. De acordo com Scott (2011, p. 224), “a natureza da resistência é grandemente influenciada pelas formas existentes de controle do trabalho” e pode ser tanto ampliada quanto retraída, mediante a

ponderação dos subordinados quanto às retaliações possíveis. No caso específico, o esquecimento intencional do uso dos protetores auriculares foi ampliado diante de um controle mais incisivo na figura de um novo encarregado, sugerindo que, considerando a situação, os atores avaliaram a retaliação possível pouco danosa às suas condições de trabalhadores ou que se portaram indiferentes a tal resposta e suas consequências.

Entre os trabalhadores antigos, as estratégias de objeção aos protocolos associam-se também à rejeição de uma condição de trabalho que seja excessivamente limitadora de suas condutas, manifestada nas falas que destacam o inconveniente das restrições quanto à alimentação nos espaços de produção. Tais restrições são amplas e se referem a situações como ingerir qualquer tipo de alimento ou bebidas¹⁰², incluindo chicletes e congêneres, nos espaços de produção e fumar nesses ambientes ou próximos a eles. Esses condicionantes se originam nos protocolos das certificações internacionais e se impuseram à realidade produtiva do VSF como requisito para o atendimento aos padrões de sanidade requeridos nos mercados globais. Uma condição que para ser alcançada implicou em maiores níveis de controle sobre os trabalhadores, mas que não deixou de envolver controvérsias. Os trabalhadores construíram “formas furtivas” de manter determinados hábitos, burlando algumas dessas restrições, como mascar chicletes escondido dos superiores ou fumar em áreas de menor circulação e difícil supervisão.

Um traço importante e diferencial a respeito das resistências empreendidas por embaladoras é o fato de que, entre essas, a junção do coletivo em torno das insatisfações parece ocorrer mais coesamente quando comparado aos descarregadores. Com base os relatos coletados, é possível apontar que as ações de resistência dos trabalhadores do gênero masculino “tendem” a ser conduzidas de modo menos coeso, sobretudo quando as refletimos como forma de expressão coletiva de insatisfação a determinada situação. Isso não implica dizer que estes atores sociais não constituem formas organizadas de resistência cotidiana, mas apenas que as expressões mais frequentemente relatadas apontam certa individualização nas formas reportadas pelos mesmos. Um contraponto a esta tendência são as práticas “dispersão coletiva e atraso no retorno às atividades” constituídas como enfrentamento direto às dinâmicas produtivas de intensificação do trabalho.

¹⁰² Esse tipo de restrição ocorre também nas áreas de campo onde a cultura está em estágio pré-colheita, ainda que na realidade o controle e a fiscalização no campo seja suavizada em face da própria dispersão espacial dos trabalhadores em relação aos seus supervisores e à possibilidade maior de camuflar práticas irregulares. No protocolo da certificação GlobalG.A.P., beber água é a única exceção à regra. Mesmo assim, na maioria das empresas, o Plano Interno de Avaliação de Riscos e Pontos Críticos de Controle delimitam acesso e ingestão de água a áreas específicas, evitando assim possíveis contaminações do fruto a ser exportado. Para tanto, exercem uma fiscalização mais ativa sobre os trabalhadores, coibindo ações diferentes do padrão estabelecido.

No que pesa a esta distinção da coesão coletiva das ações de resistência quanto a embaladoras e descarregadores, é preciso destacar que as trajetórias destes atores sociais é fator importante na conformação da referida diferença. Entre os trabalhadores descarregadores temporários, tanto antigos como contemporâneos, encontra-se um contingente de imigrantes, originados de Estados e/ou cidades circunvizinhas que se deslocam à região do VSF em época de safra para atuarem nas *packing houses*. Entre os indivíduos entrevistados que reportaram essa condição, todos já realizaram essa migração temporária por no mínimo três vezes, indicando certa estabilidade na contratação desses trabalhadores, em muito decorrente do costume com a função realizada e os ritmos de produção alcançados pelos mesmo. Uma realidade que se coaduna com as indicações dos Informantes S1 e S3, os quais destacaram que os trabalhadores que veem de outras cidades e Estados tendem a possuir altos índices de produtividade, assim como um “comportamento exemplar”. Este elemento de origem distinta dos trabalhadores pode ser elencado como um fator que interfere na composição de ações de resistência mais coesas entre eles, uma vez que os laços de sociabilidade entre estes estão bastante reduzidos aos momentos de trabalho e, algumas vezes, aos momentos de vivências nos alojamentos que partilham.

Entre as embaladoras entrevistadas, temporárias e permanentes, a totalidade é composta de residentes nos municípios de Petrolina e Juazeiro, muitas delas residindo próximas umas das outras. Aqui se nota uma realidade similar àquela destacada por Mota (2003), na qual laços de sociabilidade externos aos locais de trabalho acabam por contribuir para uma maior coesão dos atores sociais em torno de suas demandas nas realidades produtivas que partilham cotidianamente. Como salientado em outro momento, as relações sociais de vizinhança e parentesco, muitas das vezes são os caminhos pelos quais os indivíduos acessam os mesmos espaços de trabalho. Esses laços são decisivos na extensão do controle sobre esses trabalhadores, mas também são primordiais na convicção de certas ações de resistência tomadas coletivamente. O modo como as embaladoras se aglutinam em torno de determinadas circunstâncias, constituindo um enfrentamento às lógicas de gestão da produção e do trabalho empreendidas por certas empresas, deixa transparecer a ideia de que a coesão entre esse grupo parece ter se constituído com maior solidez, sendo possível que a sociabilidade externa ao ambiente das *packing houses* seja um fator que contribua positivamente a este coesão.

Embora as ações de resistência se coloquem no plano do “oculto”, confrontando veladamente um padrão de organização produtiva que amplia as restrições sobre a conduta dos trabalhadores, nem por isso atendem a todos os elementos necessários à classificação

como formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2000). Isso porque aparecem enquanto episódios isolados em apenas duas falas, sem menção direta a reincidências e/ou comportamento comum entre os demais trabalhadores. Deste modo, não figuram propriamente como formas de resistências cotidianas, uma vez que somente assumem esse caráter as práticas que se “tornam um padrão consistente, embora não coordenado” (SCOTT, 2002, p. 27). O significado dessas ações é algo que não deve ser ignorado, mesmo diante da sua manifestação episódica nas falas dos trabalhadores antigos, pois diz respeito, em certa medida, a estruturas de entendimento partilhadas também pelos trabalhadores contemporâneos.

Neste sentido, embora os trabalhadores contemporâneos não tenham mencionado situações de resistências constituídas em relação ao uso de EPI's e uniformes, o que indica a adaptação destes atores quanto a esses padrões protocolares e suas obrigações, ainda permanece latente entre esses certo incômodo quanto à rigidez das restrições de alimentação nos setores de produção.

Informante A4: Tem todas as restrições necessárias para a produção correta como o GlobalGap pede. A empresa segue tudo, mas você vê que tem coisa que é sem sentido demais...porque qual o problema de chupar um bombom ou chiclete durante o trabalho... Mas você vê... tudo isso é proibido e tem que seguir, todo mundo. Não pode nem levar um copo de água pra tomar no setor. É tudo aquela rigidez que tem que fazer certinho. (Informante C30, Homem, 29 anos, Montador de pallet, trabalhador temporário na Empresa Tommy. Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2015).

A este respeito, parece bastante interessante o fato de que, mesmo depois de tanto tempo de implantação dessa normativa dentro das *packing houses*, ainda hoje ela permanece relativamente “incompreendida” pelos trabalhadores. Isso nos faz pensar até que ponto os padrões e exigências que se apresentam a esses atores continuam distantes do tipo de percepção local que os trabalhadores do VSF possuem sobre o controle de certos aspectos no processo de produção. Em outras palavras, há indícios de que algumas rotinas das grandes empresas, implantadas por exigência dos mercados globais continuam a soar “descabidas” e excessivamente rígidas para os trabalhadores. O regramento demasiado e o controle exorbitante sobre a conduta dos trabalhadores parecem continuar a promover nexos estranhos à sociedade local (SANTOS, M., 1997).

As circunstâncias da realidade produtiva das *packing houses* atreladas às dinâmicas de intensificação e controle do trabalho estiveram presentes nas falas dos trabalhadores antigos e contemporâneos como condições contextuais para a emergência de ações de resistência

(Quadro 14). Em ambos os casos, embaladoras e descarregadores compõem o maior número de relatos sobre ações de enfrentamento (explícito ou velado) que surgem dessas situações, reafirmando a ideia de que essas funções por estarem diretamente atreladas à produtividade são as mais afetadas por tais dinâmicas. Neste caso, as táticas utilizadas pelos trabalhadores antigos como forma de resistir a essas dinâmicas, em muito se assemelham àquelas acionadas pelos trabalhadores contemporâneos. Muito embora, para estes últimos as formas de resistência se apresentem associadas, especificamente, a certas estratégias utilizadas pelas empresas para potencializar a fiscalização e a elevação do ritmo de produção. Sendo assim, nos parece bastante proveitoso analisar as falas de antigos e novos trabalhadores quanto às formas de resistência perpetradas em confronto a essas condições de monitoramento excessivo e uso intenso do trabalho.

Quadro 14 – Formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores das *packing houses* em relação às dinâmicas de controle e intensificação do trabalho

	Trabalhadores antigos			
	Intensificação		Controle	
	<i>Metas de produção</i>	<i>Ritmo de produção</i>	<i>Controle da qualidade</i>	<i>Protocolos de seg. e sanidade</i>
Situações práticas	Estabelecimento de metas elevadas	Aumento do ritmo de para alcançar metas	Fiscalização excessiva em relação ao manuseio adequado do fruto	Utilização de uniformes
		Diminuição de intervalos		Utilização de EPI's
Formas de resistência	Redução estratégica da produtividade	Atraso coletivo na volta do almoço	Erro proposital e dissimulação	Esquecer os uniformes ou EPI's
	Reclamações coletivas	Dispersão coletiva e atraso no retorno		Danificar o uniforme
				Retirar os EPI's durante as atividades
	Trabalhadores contemporâneos			
	Intensificação		Controle	
	<i>Metas de produção</i>	<i>Extensão da jornada de trabalho</i>	<i>Monitoramento da produtividade</i>	<i>Controle da comunicação</i>
Situações práticas	Estabelecimento de metas elevadas	Definição da realização de hora extra no final do expediente	Fiscalização excessiva dos deslocamentos	Censura e coibição da comunicação
	Ajustes sucessivos na meta diária		Cobranças excessivas quanto às metas	
Formas de resistência	Redução estratégica da produtividade	Recusa coletiva Trabalho de má qualidade	Dissimulação de mal-estar	Comunicação velada
				Chacotas e piadas com os fiscais

Fonte: Entrevistas realizadas na pesquisa. Elaborado pelo autor.

As práticas sociais construídas no cotidiano das relações de dominação pelos grupos subordinados podem incorporar uma grande variedade “resistências muy discretas que recurren a formas indirectas de expresión” (SCOTT, 2000, p. 44), tal como observamos na realidade das *packing houses* de manga no VSF. Trabalhadores antigos e contemporâneos forjaram táticas de resistência, estrategicamente acionadas em circunstâncias específicas, em

que o exercício do controle e a intensificação do trabalho são demasiados para serem tolerados ou quando são percebidos como uma ofensa à dignidade e é justamente nesse campo da percepção que residem diferenças relevantes.

No que se refere à dimensão da intensificação, as metas de produção foram reportadas por ambos os grupos de atores como condição que suscita ações de resistência, mas com apresentações distintas: aparecem de forma genérica nas falas dos trabalhadores antigos e assumem uma exemplificação mais pontual no caso dos contemporâneos. Atualmente, as metas de produção podem variar, algumas vezes ao longo do dia, em virtude da necessidade de atender novos contratos ou ajustar a produção para outro cliente cujo processamento não estava programado para o dia. Nessas ocasiões, tanto o controle quanto a intensidade do trabalho são ampliados, fomentando a fiscalização excessiva dos deslocamentos e as cobranças quanto ao atendimento das metas, realizados por fiscais e encarregados setoriais. Do mesmo modo, a censura à comunicação das embaladoras tende a ser ampliada nesses casos, como forma de inibir qualquer distração possível, orientando a atenção única e exclusivamente para o foco nas atividades de seleção e acondicionamento da manga. Uma condição que se apresenta mais severa quando comparada ao panorama relatado pelas antigas embaladoras, mas que não significou a elevação das formas de resistência engendradas em confronto a essa situação. Pelo contrário, as reclamações coletivas, que constam no repertório de práticas das trabalhadoras antigas foram abandonadas pelas embaladoras da atualidade. Uma das possíveis causas disso levantada pela Informante C25 é a constância da mudança das metas que não são mais estabelecidas como uma média diária a ser mantida na safra, mas que vai se ajustando conforme as programações variáveis, permitidas pelos novos arranjos de produção flexível (CASTELLS, 1999a).

Pesquisador: E quando as metas de produção são muito elevadas o que faz?

Informante C25: Quando as metas são altas demais, as trabalhadoras já sabem que não conseguem bater... só uma ou duas que fazem naquela loucura só pela produção... mas as demais parece uma coisa... começam a reduzir a produção... é uma coisa... todas começam a fazer menos... se a meta continua no outro dia... a mesma coisa... até que uma hora o encarregado recebe um novo plano e a meta já é outra... por que eles sabem que as embaladoras dão a produção bem dizer máxima... é interessante pra gente porque acima da meta a gente ganha por produção... só que eles vão lá e aumenta a meta...

Pesquisador: Aí diminui o extra que vocês ganham com a produção além da meta, correto?

Informante C25: Exatamente. Aí o senhor tinha me perguntado e não conversa não?... Não reclamam com a meta alta e tal? Pra quê se eles colocam lá do jeito que programam? Pra quê também, pra ser demitido, porque qualquer trabalhadora de safra que reclame dessas situações assim, pode ser mandada embora na hora... E ainda por cima hoje é muito normal mudar a meta no meio do dia... porque surgiu um imprevisto, ou que tem que colocar a manga tal pra sair logo que o cliente quer

antes o pedido... e aí vai. Eu sei por que estou lá direto, sei como é isso... agora quando as trabalhadoras reduzem a produtividade, começam a fazer menos, aí a meta é ajustada.

Pesquisador: E isso é combinado entre vocês? Por exemplo, ei vamos diminuir a produtividade que é pra baixar a meta. Tem isso?

Informante C25: Eu vou dizer assim pro senhor, tem e não tem. Às vezes as embaladoras temporárias que estão próximas trocam uma palavra ou outra, mas coisa que só a gente sabe e entende, porque se um fiscal ou encarregado souber aí é demissão... Mas no geral... eu vou dizer que é quase natural, se a meta é extrapolada demais, todas acham ruim, sem exceção, porque é menos ganho extra na produção e isso ninguém quer... Vamos dizer a gente faz lá na manga normal, sem ser embalada no papel, mais ou menos é 700 caixas meta do dia, aí o que passa disso vai contando como produção e a embaladora ganha cinco, seis, até sete centavos por caixa a mais... aí vem e estabelece a meta em 900, por exemplo... quer dizer, tira da gente duzentas caixas que podia ganhar de produção aí... (Informante C25, Mulher, 33 anos, Embaladora, trabalhadora permanente na Empresa Tommy. Entrevista realizada em 11 de janeiro de 2016).

Esse relato é bastante significativo e incorpora uma gama de elementos à discussão sobre as tensões que se formam nesse espaço tênue e conflituoso, no qual se estabelecem as metas de produção. Um aspecto importante é o fato de que o processamento das mangas de exportação tem assumido arranjos cada vez mais flexíveis de produção, comportando a mudança de metas de produção mais de uma vez por dia ajustando-se a novas demandas e reprogramações no planejamento. A contrapartida dessa condição é intensificação do trabalho que, neste caso, é estrategicamente camuflada na manipulação das metas, buscando a apropriação ampliada do trabalho pela “obrigação” do cumprimento da nova meta, reforçada pela expectativa de incorporar a bonificação por produção quando do atendimento dessa cota.

A realidade, aqui, diz respeito à utilização de estratégias administrativas “manipulatórias” de captura da subjetividade e subsunção das trabalhadoras (ALVES, G., 2007, 2011), na medida em que visam o controle do corpo (fiscalização excessiva dos deslocamentos) e da mente (ajustes sucessivos na meta diária; censura e coibição da comunicação) das embaladoras, “orientando-as” única e exclusivamente à persecução da meta estabelecida. E é possível pensar para além desses elementos, se considerarmos que muito do desempenho dos trabalhadores é conduzido na expectativa futura de renovação contratual na próxima safra, o que assevera ainda mais a autovigilância interna em prol do desempenho esperado pelos superiores. Observando a aplicação dessas metas sem o estímulo da bonificação salarial em atividades de campo na cultura da uva, G. Silva (2016, p. 105) destaca também a questão do estigma gerado em torno do trabalhador que não atinge as metas estabelecidas, pois nesses casos, “os trabalhadores as cumprem diante da pressão exercida pelos fiscais de campo e também pelo receio de serem vistos como preguiçosos ou incapazes [...]”.

O abandono das reclamações coletivas como formas de resistência aparece no relato da Informante C13 associado a dois aspectos: um que remonta à condição de instabilidade dos laços empregatícios que atinge a maioria desse contingente de trabalhadoras na atualidade, tornando extremamente arriscada as formas de manifestação pública de insatisfação, uma vez que “a insubordinação ostensiva provocará, em praticamente qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz” (SCOTT, 2011, p. 223); e outro que suscita a ineficácia dessa prática em uma conjuntura, na qual as metas podem mudar com mais frequência. Coadunando-se com essas informações, os depoimentos de S1, S2 e S3 apontam no sentido de que a condição contratual dos safristas permite eliminar facilmente qualquer trabalhador que seja identificado como “contestador”.

De acordo com Scott (2002, p. 11), “para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível”. Diante dessa realidade, as embaladoras contemporâneas parecem acessar basicamente a “redução estratégica da produtividade”, também comum entre trabalhadoras antigas, como tática para refrear o estabelecimento de metas sobrelevadas. Esse mecanismo se assemelha à ideia de “corpo mole” exemplificada por Scott (1985, 2000, 2011), consistindo em uma ação mais ou menos organizada entre as embaladoras que expressa o “contra-argumento” delas frente à meta imposta. O êxito dessa resistência reside na coesão das trabalhadoras em “uniformizarem a queda de rendimento”, pois só assim o sentido intencional dessa prática social impacta na gestão das empresas com a contundência suficiente, retornando a meta de produção a patamar aceitável pelas trabalhadoras.

De acordo com as informantes, a orquestração dessa prática é tão sutil quanto necessária, face ao controle que incide sobre a comunicação entre elas, olhares, gestos, e diálogos escondidos arrematam essa conduta “quase natural”, quando as metas apresentadas para cumprimento são percebidas “descabidas” ou “demasiadamente exploratórias”. Logicamente que esse tipo estratégia não entra em prática a todo instante, sendo acionado somente quando as trabalhadoras entendem que a nova meta extrapola um campo de ajuste “permitido à administração”, isto é, quando se apresentam abusivos. Essa prática foi relatada da mesma forma por trabalhadoras antigas e contemporâneas, indicando um tipo de resistência histórica, cujo modo de operação parece ter se perpetuado entre as gerações de embaladoras. Isso se efetiva na prática da seguinte maneira: se a empresa vem trabalhando com uma meta diária de 720 caixas/dia (90 caixas/hora), sendo alcançada por todas as trabalhadoras sem nenhum percalço, e altera, abruptamente, a meta de produção diária para 860 caixas/dia (107,5 caixas/hora), com base em qualquer pretexto, as trabalhadoras

imediatamente reduzem o ritmo da produção ou mantêm o mesmo de antes; de modo que a empresa acaba reajustando a meta, pois percebe que aquela cota não vai ser alcançada e essa percepção não tarda, pois os balanços parciais são feitos duas ou três vezes por turno e até a cada hora. Certamente que essa reacomodação da meta não ocorre sem que antes as empresas utilizem de todos os artifícios possíveis, acentuando a cobrança e a fiscalização e, até mesmo, estimulando com a promessa de uma bonificação extra à meta excedida mais vantajosa do que a habitual. Do outro lado, as trabalhadoras avaliam o desgaste e ponderam se há algum tipo de vantagem nas propostas sugeridas, ao mesmo tempo em que “fingem o empenho e aplicação” requeridos para o cumprimento da nova meta. Mas a “queda de rendimento geral” acaba tensionando o encolhimento da meta que pode não retornar ao mesmo nível de antes, mas se estabelece em uma faixa “de comum acordo”, caso contrário, o “baixo rendimento” permanece até que a acomodação da meta alcance um ponto suportável para as trabalhadoras.

Embora a manifestação pública de insatisfação seja pouco acionada entre os trabalhadores contemporâneos, o que sugere um contexto, no qual a retaliação às discordâncias manifestadas parece ser bastante presente, ainda assim as trabalhadoras contemporâneas fazem uso dessa ferramenta em dadas situações. Entre os relatos coletados, essa forma de objeção aparece quando, peculiarmente, a extensão da jornada de trabalho não está programada e acaba se tornando necessária, sendo informada às trabalhadoras, ao final do expediente de trabalho, quando os mesmos já se encontram na expectativa do retorno às suas residências. Esse tipo de situação, ao que parece, não ocorre fortuitamente, sendo decorrente, não da ausência de planejamento produtivo das empresas, mas antes, da tentativa de abarcar sempre novos contratos ou ajustar remessas específicas a pedido dos importadores.

Pesquisador: Sim... então me explique, por favor, quando tem essa informação de hora extra e vocês se mobilizam lá e dizem que não vão fazer, como é isso?

Informante C19: Tem sempre a programação certa já, é pelo volume que precisa na meta da semana lá nessa programação o encarregado sempre informa pelo menos um dia antes que vai ter hora extra pra gente já saber... mas às vezes chega quatro e meia da tarde e diz “a gente vai ter que fazer hora extra hoje para bater uma carga que precisa sair amanhã cedo... é tantas toneladas”. Se for pouca manga aí ninguém reclama não porque é bom também pra gente, tem a produção que a gente ganha em cima.

Pesquisador: E quando é que vocês recusam?

Informante C19: Quando é muito volume... coisa que vai levar três, quatro, cinco horas, aí fica ruim porque ninguém tinha programado, aí não leva janta nem nada... muita hora de pé... e tudo isso cansa também... muita gente é mãe, casada, tinha organizado outras coisas aí de repente tem que ficar na empresa até dez horas... sem ter avisado nada em casa. Aí acontece isso às vezes... o pessoal se junta e diz que não dá pra fazer... mas né sempre que isso acontece assim não.

Pesquisador: E tem vezes que mesmo sendo muito volume, vocês acabam ficando? Quando é que isso ocorre?

Informante C19: Tem, por exemplo quando é muito urgente aí eles aumentam o preço da produção, aumenta o valor da caixa, aí já anima o pessoal né... porque todo mundo quer fazer hora extra... é::... é dinheiro que aumenta no salário. A gente que é temporário precisa disso. A gente só não faz quando fica difícil mesmo... quando prejudica muito e mesmo assim ainda faz muitas vezes.... Tem vez que o encarregado geral chega e explica a situação da carga... que precisa ir ainda naquele dia e aí pede... fala com o pessoal direito aí acaba convencendo...

Pesquisador: Então depende muito do dia isso?

Informante C19: É. Tem vezes que umas querem fazer outras não... mas quando é muita tonelada pra sair da *packing* lá pras onze, aí é difícil... mesmo assim ainda tem vez que faz a hora extra pra processar só uma parte... e no outro dia já fica combinado de processar o restante. (Informante C19, Mulher, 24 anos, Embaladora, trabalhadora temporária na Empresa Keitt. Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016).

Conforme relatado, quando a extensão da jornada de trabalho aparece às trabalhadoras de modo intempestivo, nem sempre são aceitas de imediato, provocando reações como a “recusa coletiva” por parte das embaladoras. A desprogramação no ajuste da rotina de trabalho compromete as relações e atividades familiares, não sendo tolerada pelas trabalhadoras em determinadas circunstâncias. Nesses casos, também pesa o fato de que a extensão da jornada de trabalho pressupõe uma programação antecipada das trabalhadoras envolvendo o ajuste de atividades domésticas e/ou familiares, bem como a preparação das refeições extras, e justamente, por esse motivo precisam ser informadas com antecedência pela administração das empresas. Quando o volume de mangas a ser processado nessa hora extra é pequeno, as trabalhadoras aceitam o cumprimento da nova programação, mesmo que tenham sido informadas de última hora. O tempo para o processamento acaba sendo curto, uma ou duas horas, e qualquer inconveniente acaba sendo “compensado” pelo ganho salarial que é incorporado com a extensão da jornada, pois as trabalhadoras recebem o adicional de hora extra mais a bonificação por produção. Isso porque, no geral, quando as jornadas são estendidas, a meta diária já tem sido cumprida e toda caixa excedente é incorporada no cálculo do bônus por produção.

A extensão da jornada de trabalho é sempre bem vinda às trabalhadoras quando devidamente programada não comprometendo suas rotinas fora do ambiente de trabalho. A recusa coletiva é uma resistência que se coloca expressamente às dilatações do período normal de trabalho que ocorrem de forma não programada, àquelas que levam a jornada para mais de 12 horas. Embora os ganhos financeiros sejam estímulos à aceitação das jornadas estendidas, nestes casos, outros elementos são ponderados pelas trabalhadoras como questões familiares, o cansaço físico e até mesmo a possibilidade de cometer erros pela condição de desgaste, inclusive as retaliações possíveis de serem sofridas futuramente em virtude dessa negação. Ao observar a realidade dos trabalhadores das áreas de campo do VSF, G. Silva

(2016, p. 139) destaca que “os trabalhadores resistem à intensificação do trabalho ou ao menos negociam a forma como ela se realizará não meramente considerando os ganhos econômicos, mas avaliando o desgaste físico, a satisfação e o seu bem estar”. Comportamento presente também entre as embaladoras das *packing houses* de manga entrevistadas nesta pesquisa.

A realidade investigada salienta um aspecto destacado por Castel (2013) quanto à condição de flexibilidade produtiva, a saber, o fato de que essa conjuntura é alcançada à custa da destruição do trabalho seguro e de rotina fixa, cujas referências compreendiam estabilidade suficiente para que os trabalhadores organizassem a vida cotidiana além do mundo do trabalho. O universo da produção flexível remodela a forma de trabalho, requerendo por parte dos trabalhadores o abandono dos antigos “ideais”. Isso por que “a mão de obra só pode tornar-se realmente flexível se os empregados, efetivos ou em perspectiva, *perderem os hábitos adquiridos do trabalho cotidiano, dos turnos diários*, de um local permanente de trabalho e de uma empresa com colegas fixos [...]” (BAUMAN, 1999, p. 120, grifo nosso). Essa condição de flexibilidade da produção que as empresas do VSF põem em prática através de estratégias como ajustes constantes de metas de produção e extensão de jornadas de trabalho não programadas, provoca reações fortes dos trabalhadores e ainda que tendam a fixarem-se como práticas habituais, não se concretizam sem que antes sejam expressas por meio das resistências, públicas ou veladas, os infortúnios que trazem a esses atores sociais.

[...] as tentativas de acelerar ou intensificar os processos de trabalho produzem algumas das mais fortes e duras lutas entre os trabalhadores e a administração. Estratagemas como o trabalho por peça ou as bonificações de produção são considerados pela administração como sucessos parciais, porque os trabalhadores com frequência estabelecem suas próprias normas de trabalho, que, por sua vez, regulam o ritmo da produção (HARVEY, 2008, p. 211).

Esse tipo de conjuntura, na qual os trabalhadores contemporâneos estão imersos levanta novas questões do ponto de vista da reprodução social, diante de formas de trabalho flexíveis que comprimem ao máximo a capacidade de autonomia dos indivíduos, e asseverando-se ainda frente às condições incertas oferecidas pelos laços empregatícios da nova acumulação flexível.

O controle sobre a produtividade tende a ser ampliado para o atendimento de metas específicas, sendo acionado, neste casos, mecanismos diversos regulam os comportamentos e ações dos trabalhadores. Há indícios de que a operação excessiva dessas fiscalizações e cobranças geram resistências específicas utilizadas para amenizar esse tipo de situação, tendo sido relatado pelas embaladoras contemporâneas a “dissimulação de mal-estar” como forma

de suavizar as cobranças e as coibições quanto aos deslocamentos para tomar água ou ir ao banheiro. As trabalhadoras a fim de imprimir maior veracidade a tais “fingimentos”, solicitam aos superiores a ida aos setores médicos para monitoramento da pressão ou algo que atribua maior veracidade ao suposto “mal-estar”. No contexto de controle exacerbado sobre o trabalho intensificado, essa ação de “fingimento” se apresenta como “um testemunho da persistência e inventividade humana” (SCOTT, 2011, p. 223), sendo apontada como tática de uso comum entre as embaladoras.

Entre os trabalhadores antigos (descarregadores) é recorrente a apresentação do desconforto causado pelo controle excessivo sobre a qualidade do trabalho, quase sempre manifestado como “fiscalizações ríspidas e reclamações recorrentes” sobre o manuseio errado do fruto e as numerosas lesões encontradas. A depender da incidência e da forma como a fiscalização era realizada, os trabalhadores costumavam “fingir a atenção” ao que era dito pelos superiores e, em seguida, proceder à atividade, incidindo no erro propositadamente, à revelia do que havia sido exposto na abordagem do fiscal ou encarregado. Esse tipo de conduta pode parecer um tanto desarrazoado a princípio, pois, neste caso, o ato em si não consegue explicitar os sentimentos acionados atores para a composição do mesmo.

Pesquisador: Sim... e essa fiscalização de qualidade que o senhor falou antes, era como?

Informante A10: Era o encarregado que monitorava se a gente tava mexendo direito com a manga, sem machucar... se pegava as caixas direito se jogar brusco no pallet... essas coisas que era pra não machucar a fruta... porque essa manga de exportação era aquela que tinha que sair perfeita sem mancha... trancose [antracnose], sem queimadura do látex...

Pesquisador: Aí na sua função de descarregador ele ficava monitorando isso... e como era essa fiscalização, se identificasse erro ou coisa assim?

Informante A10: Aí reclamava... e ficava olhando se errava outras vezes... quando ele via o erro num aí ficava vendo mais né... mas quando essa reclamação era assim... demais com ignorância... aí a gente errava de propósito só de raiva... Porque tinha encarregado que tratava muito mal o pessoal... aí se tivesse isso era comum a gente derrubava de propósito...

Pesquisador: E não tinha medo de ser demitido não?

Informante A10: Tinha isso... mas fazia escondido de raiva ou fazia na frente mesmo sem tá muito preocupado, já tinha levado um grito antes... se saísse, pronto ia pra roça, pegava outra coisa, naquele tempo sempre tinha muita coisa pra se virar. (Informante A10, Homem, 45 anos, Descarregador/Montador de pallet, trabalhador temporário, Empresa Tommy. Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2015).

O relato destacado, embora bastante peculiar, não destaca uma situação isolada. As falas dos trabalhadores antigos, especialmente descarregadores, informam que, quando as abordagens dos superiores responsáveis pelo monitoramento da qualidade eram marcadas por reclamações excessivas ao trabalho realizado ou envolviam tratamentos ríspidos e ofensivos, era comum que esses atores praticassem “danos intencionais” aos frutos. As relações sociais

de produção que ocorrem no contexto das *packing houses* se formam na interação social, na qual a dominação e a autoridade podem operar excedendo o limite da prática convencionalmente legitimada (FOUCAULT, 2007) ou das possibilidades estruturalmente permitidas (GIDDENS, 2009). Quando o exercício do controle ocorre associado a uma dominação que viola a moral do trabalhador, essas circunstâncias acabam “gerando sentimentos de raiva e vingança” (MENEZES, 2002, p. 38), como no relato apresentado. Casos em que o exercício do poder ocorre de maneira truculenta, violando a moral e dignidade de trabalhadores, possuem vasto registro na literatura (HOBSBAWM, 1981; LOPES, 1976; SILVA, M., 2005, 2010), tendo sido observado também por Medel e Riquelme (1995), no contexto das *packing houses* de uva no Chile.

Embora a carga emocional nesse tipo de ação relatada pelo Informante A10 seja bastante elevada, traduzidas em sentimentos como raiva, ira, rancor e vingança, ainda assim, carregam uma expressão social imanente. Por esse motivo, tal prática pôde ser apreendida como uma forma de resistência cotidiana, na medida em que: para além dos sentidos subjetivos localizados em cada episódio, ela foi reportada como um tipo de conduta comum entre os indivíduos submetidos a esse tipo de controle; fundamenta-se em uma recusa (comum ao coletivo) de se submeter a uma relação de trabalho que envolvesse “humilhações”, “maus tratos” ou “reclamações acintosas”, na qual a referida ação aparece como contraexpressão de inconformismo; é realizada, na maioria dos casos, de forma velada, e só se tornando visível intencionalmente como forma de “deboche”, “despreocupação” com a repreensão sofrida ou ainda como forma de “irritar” o superior que havia realizado a repreensão.

Por fim, duas formas de resistência que se apresentaram nos relatos coletados chamam atenção por se aproximarem bastante dos arquétipos presentes em Scott (1985, 2002) sobre as formas de resistência cotidiana. A primeira delas se constitui como prática dos trabalhadores antigos e diz respeito às artimanhas utilizadas no dia a dia para conseguir ampliar o descanso em momentos de alto volume de produção. Os descarregadores relataram que, nos dias em que a produção se encontrava mais intensa e que as possibilidades de deslocamentos para ir ao banheiro ou tomar água eram bastante reduzidas, quando o intervalo era concedido, os trabalhadores davam um jeito de se dispersar pelos setores externos e internos da *packing house*, dificultando um controle visual por parte do encarregado do setor e a subsequente convocação ao retorno do trabalho.

Pesquisador: E como era esse momento do descanso

Informante A11: Quando a gente descarregava um lote aí tinha um descanso pequeno ali que era pro pessoal ir no banheiro, tomar água... fumar um cigarrinho lá fora...

Pesquisador: Durava quanto tempo mais ou menos?

Informante A11: Era pra ser no máximo cinco minutos eu acho... mas tinha vez que a gente fazia virar quinze, dez, uma vez deu quase vinte minutos (risos).

Pesquisador: Como assim? Pedia pro encarregado era?

Informante A11: Não... a gente dava um jeitinho lá... mas não era sempre não, só quando o trabalho tava muito pesado.

Pesquisador: Sei... mas e como era esse jeitinho?

Informante A11: Na hora que o encarregado liberava pra poder ir no banheiro aí todo mundo saía... e depois cada um ia prum canto diferente.. noutros setor, tinha descarregador que ia lá caixas [setor de montagem de caixas]... outros ficavam dentro do banheiro... eu mesmo ia pra fora da *packing* e ficava fumando, mas de onde eu tava olhava o setor e o encarregado podia me ver... porque eu também não podia fazer igual aos temporários que senão me prejudicava depois... aí ficava ali, mas não tinha como retornar o serviço só comigo e o encarregado... tinha que esperar os outros voltarem... ele ia atrás mas achava um ou outro...

Pesquisador: (risos) Essa daí era inteligente viu?

Informante A11: É porque o trabalho era muito pesado e naquele tempo muita coisa era só não mão... leva contentor pra cá e pra lá... depois tira as magas e descarrega, depois recolhe os contentores... era pesado, aí quando tava muito puxa... teve safra de a gente passar quase duas horas seguidas pra poder liberar pra descanso, aí a gente fazia isso às vezes. (Informante A11, Homem, 47 anos, Descarregador/Tratorista/Manejo de campo, trabalhador permanente, Empresa Maia. Entrevista realizada em 28 de novembro de 2015).

Como indica o relato, essa tática de dispersão era eficiente e possibilitava ganhos significativos na extensão do tempo de descanso, em períodos da produção em que o cansaço e o desgaste proveniente das atividades realizadas, ininterruptamente, eram maiores. Essa “artimanha” era prática social organizada, entre os descarregadores, e foi relatada de modo bastante homogêneo entre os trabalhadores antigos. Certamente que entrava em jogo a avaliação das retaliações possíveis de serem aplicadas pelos superiores imediatos, mas a força dessa conduta residia na organização do grupo de trabalhadores e na forma como conduziam a situação. Esse tipo de prática não é algo que possa ser repetido diversas vezes em um mesmo dia sem que haja inevitavelmente alguma punição sobre os trabalhadores.

Pesquisador: Tinha pausa para descanso no setor?

Informante A10: Tinha... não era aquele negócio cronometrado não... mas era uns cinco ou sete minutos...

Pesquisador: Sempre assim? De quanto em quanto tempo?

Informante A10: Depende do volume de produção... tinha que ser regular, mas como às vezes chegava muita manga pra colocar no processo e eliminar as que estavam ruim... aí demorava mais de uma hora às vezes... mas aí se um tivesse precisando ir antes no banheiro, ia. Mas geralmente a gente parava junto... aí dois ficavam no setor... outros iam com os contentores pra outro canto... e na hora de voltar mesmo todo mundo demorava mais... aí ganhava mais um tempinho... e voltava cada um com uma conversa diferente... eu fui fazer isso que fulano pediu... eu tava no banheiro... tive que ir beber água num sei aonde...

Pesquisador: E o encarregado não punia ninguém?

Informante A10: Reclamava muito, mas não punia não que ele não sabia se era verdade o que o pessoal tava falando.. aí acabava engolindo a conversa... e deixava

pra lá. (Informante A10, Homem, 45 anos, Descarregador/Montador de pallet, trabalhador temporário, Empresa Tommy. Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2015).

A dissimulação também era o outro aspecto associado ao êxito dessa prática social, pois o fato de cada trabalhador apresentar uma “desculpa” e retornar ao ambiente de trabalho “fingindo preocupação” pelo demora em regressar às atividades, gerava uma certa “dificuldade” do encarregado em identificar se a prática era orquestrada coletivamente, ou se tal ou qual sujeito estava mentindo ou falando a verdade. De modo que quase sempre essas práticas geravam apenas repreensões verbais, apreendidas como perfeitamente toleráveis face ao conforto de poder ter alongado o período de descanso.

A ocorrência de uma situação como essa, nos dias atuais, parece algo bem mais difícil, pois o controle sobre o tempo de intervalo é bastante rígido e extremamente racionalizado, calculado precisamente. Em hipótese alguma esse tempo pode suscitar a diminuição ou ausência de mangas chegando às esteiras para a embalagem. Há indícios de que, na época em que os trabalhadores antigos atuavam, as formas de controle eram mais frouxas e menos rígidas quanto à regulação do tempo, de modo que essas práticas ocorriam com recorrência no espaço deixado pelos mecanismos de monitoramento e fiscalização. As empresas aperfeiçoaram a estrutura organizacional e as formas de gestão do tempo e do contingente profissional são racionalizadas. Hoje, por exemplo, nos setores de descarregamento, o intervalo ocorre fragmentado por grupo de trabalhadores, dificultando uma situação na qual todos abandonam o ambiente de trabalho simultaneamente, como reportado nos relatos dos trabalhadores antigos. Quando se aproxima do fim do lote que está sendo colocado na esteira de processamento, o encarregado libera dois ou três funcionários por vez, condicionando o intervalo dos demais ao retorno daqueles que saíram antes.

Essa mudança, aparentemente simples, acabou por minar a prática social de dispersão e atraso no retorno das atividades como forma de resistência. A gestão racional do tempo e do corpo nos ambientes de produção é peça chave para o desenvolvimento de técnicas aperfeiçoadas de controle sobre os trabalhadores. Essas técnicas aplicadas nos contextos das *packing houses* minguaram a forma de resistência da “dispersão coletiva”, pois geraram aquilo que Giddens (2009 p. 208) denomina como coerção estrutural, isto é, a “fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou uma pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância”. De que maneira poderiam os descarregadores contemporâneos colocarem em prática a dispersão e o atraso ao retorno das atividades se os limites para a execução dessa prática foram restringidos por formas aperfeiçoadas de

monitoramento das condutas. Na realidade de hoje, face ao mecanismo implementado, o regresso do trabalhador ao setor, dentro prazo delimitado, passa a ser duplamente monitorado, pois tanto o supervisor/encarregado exerce-o no nível institucional diretamente, quanto os demais trabalhadores, cujo “descanso” está condicionado ao seu retorno acabam por cumprir esse papel indiretamente. Por outro lado, essa nova tecnologia do controle (FOUCAULT, 2007) desagrega os indivíduos, facilitando o exercício do monitoramento e minando a coesão entre os mesmos em ações políticas coordenadas. Isso porque a fiscalização direta do superior ocorre a todo instante, e agora, nem mais no momento do intervalo, os sujeitos têm a possibilidade de estarem todos juntos sem a incidência da fiscalização. Neste sentido, os espaços para a composição de um discurso oculto (SCOTT, 2002) ficaram ainda mais restringidos.

A outra forma de resistência cotidiana emblemática encontrada nas *packing houses* é a “comunicação velada” que se apresenta como um artifício utilizado pelas embaladoras contemporâneas para minimizar a censura e coibição dos diálogos entre elas, durante a produção. Conforme apresentamos anteriormente, esse controle exercido sobre a comunicação das trabalhadoras visa tanto a diminuição da articulação política das mesmas, quanto o direcionamento da atenção delas exclusivamente para a atividade produtiva, aumentando o uso intensivo do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade.

Pesquisador: E como é essa... questão que você falou... do controle das conversas entre as embaladoras?

Informante C33: Assim... não é que não possa conversar senão vai ser demitido... é que quando tem muita produção e essa preocupação com a meta e qualidade do produto aí as fiscais ficam monitorando e quando vê as embaladoras conversando um pouco ou rindo ou qualquer coisa aí elas vão e pedem pra prestar atenção no trabalho e deixar a brincadeira para a hora do almoço...mas você sabe... mulher gosta de conversar, e ficar trabalhando o tempo todo sem poder falar nada é complicado... só ali embalando embalando embalado... ninguém é uma máquina né meu filho?

Pesquisador: É verdade... e então, como é que faz, fica sem conversar?

Informante C33: A gente dá um jeitinho, né... fala de canto de boca... fala mais baixo que o normal... e vai conversando sem mexer a cabeça nem fazer muito gesto que é pra não ficar muito na cara...assim também se vier falar alguma coisa aí a gente diz: “e por um acaso você tá vendo eu parar o trabalho porque tô conversando?” (risos). (Informante C33, Mulher, 35 anos, Embaladora, trabalhadora temporária, Empresa Maia. Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2015).

Esse relato é bastante representativo de como essas práticas se constituem em um ambiente que não coíbe integralmente os diálogos, mas que acaba tornando as conversas e os diálogos passíveis de repreensões e, por esse motivo, as trabalhadoras acabam criando maneiras de lidar com essa situação. Sob essa condição, as embaladoras contemporâneas desenvolveram “composições comunicativas” que são realizadas de maneira muito sutil, de

difícil visualização por parte das fiscais. Estas composições envolvem uma série de vários “hábitos e habilidades” que são utilizados de forma conjugada, tais como: falar movimentando minimamente os lábios; falar sem direcionar o olhar para a interlocutora, falar sem alterar os movimentos ligados à atividade laboral; controlar os gestuais ligados às expressões do diálogo; e falar baixo. Todos esses elementos associados criam uma fenda no exercício do monitoramento direto, executado em primeira instância pelas fiscais de linha, possibilitando a realização de diálogos durante a jornada de trabalho.

Todavia, a engenhosidade do controle é muito bem empregada pelos agentes dominadores, de modo que as empresas desenvolveram novas estratégias específicas para lidar com as situações de comunicação na linha de produção das embaladoras, para além da fiscalização direta que, por sinal, gera bastante desgaste nas relações interpessoais entre embaladoras e fiscais de linha. Essas novas formas são tão astutas quanto ardilosas, pois não apenas diminuem as possibilidades de diálogos, mas trazem um desconforto psicológico e uma elevação da competição entre as trabalhadoras.

Nas observações de campo e nos diálogos com os informantes secundários conseguimos identificar algumas dessas práticas: a primeira delas diz respeito ao rodízio das trabalhadoras nas esteiras de produção, alterando a ordem de posicionamento de cada uma delas frequentemente, impedindo a proximidade à mesma colega de trabalho por mais de uma semana; a segunda forma é a mudança arbitrária da posição das trabalhadoras nas linhas de embalagem, ocorrendo, não raro, a disposição de trabalhadoras com menos afinidades pessoais ou “rivais” lado a lado, cessando por completo os diálogos e, ainda por cima, alimentando a competição entre elas, quase sempre estimulada pelas fiscais de linha ou encarregados; a terceira forma encontrada é propriamente decorrente da incorporação de certo tipo de esteiras de produção cuja forma de disposição das trabalhadoras favorece a competição entre elas, pelos melhores frutos¹⁰³.

A coerção estrutural aqui é tão válida quanto no exemplo anterior, sendo “resultante da contextualidade da ação, isto é, do caráter dado de propriedades estruturantes vis-à-vis com

¹⁰³ Nesse tipo de maquinário o volume é todo dispersado em uma plataforma retangular de aproximadamente quatro metros por dois metros e meio, na qual esteiras de aproximadamente trinta centímetros recobrem a superfície girando em sentido longitudinal com movimentos alternados entre uma esteira e outra. Nesse modelo, as mangas vão circulando e acabam estando disponíveis para mais de duas trabalhadoras ao mesmo tempo, exigindo mais presteza, e atenção para coletar as mangas de melhor qualidade e coloração, pois isso significa menos tempo montando uma caixa e, assim, maior produtividade. Considerando a origem econômica dessas trabalhadoras e uma estrutura onde o incentivo ao pagamento extra por produção é uma realidade, cada manga daquela acaba sendo “alvo de disputa” entre elas. Conforme suscitado pelo Informante S8, esse tipo de disputa na “boca da esteira” (local onde chegam as mangas, logo, onde existe a maior concentração de itens com qualidade) não permite que ninguém converse, “pois elas querem saber de produzir e fazer dinheiro, e ali não tem como perder tempo conversando”

atores situados” (GIDDENS, 2009, p. 208). Em outros termos, as possibilidades abertas às trabalhadoras para perpetrar formas de comunicação em uma situação, em que um simples piscar de olhos pode significar mais tempo, esperando uma manga ideal para compor uma caixa, são diminuídas. Os elementos da organização social do trabalho nessas empresas são amoldados de modo que os sujeitos sejam comprimidos no tempo de trabalho a conduzir suas atenções exclusivamente, para as atividades laborais.

Buscando um arremate para as discussões realizadas neste capítulo, é possível destacar que as diversas formas de resistências encontradas nos ambiente das *packing houses* podem se constituir em relação a condições e situações de ordem puramente local, ou que estejam relacionadas, em alguma medida, com tendências e dimensões que extrapolam a mera circunstância local, isto é, fazem parte de “ressonâncias” globais. Entendemos assim que o uso abusivo da autoridade ou o assédio moral podem gerar resistências, mas que em nada tem a ver com a globalização. Por outro lado, as resistências contra as estratégias de intensificação do trabalho e os mecanismos de controle institucionalizados em uma empresa guardam algum grau de entrelaçamento com as lógicas globais difusamente influentes nos contextos produtivos.

A integração social diz respeito à interação em contextos de co-presença. As conexões entre as integrações social e de sistema podem ser traçadas no exame dos modos de regionalização que canalizam, e são canalizados por, percursos tempo-espaço adotados por membros de uma comunidade ou sociedade em suas atividades cotidianas. Tais percursos são fortemente influenciados por (e também reproduzem) parâmetros institucionais básicos dos sistemas sociais em que estão implicados (GIDDENS, 2009, p. 148).

Na fala dos trabalhadores entrevistados na pesquisa, essas ações de resistência nem sempre são explícitas ou referem-se a atitudes coordenadas e construídas em conjunto com os demais atores afetados. Os atos de resistência podem se construir em relação a ocasiões mais restritas como, por exemplo, em uma comunicação verbal demasiada acintosa realizada por um fiscal a uma embaladora, mas também pode surgir a partir da mobilização de um grupo maior que, em determinado dia, se recusa a fazer jornada extra por conta de metas ampliadas e informadas ao final do turno de trabalho. Muitas das vezes, essa resistência se efetiva no cotidiano, a partir de atos simples, porém não menos reveladores, que expressam a insatisfação quanto à determinada questão, se constituindo, por assim dizer, em um vocabulário bastante específico por meio do qual os discursos e as ações desses trabalhadores são forjados. São circunstâncias e ações desenvolvidas de maneira específica como prática

social significada, representando estados de consciência e posicionamentos (individuais e/ou coletivos) dos limites de atuação do controle e intensificação do trabalho, por eles tolerados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização é uma questão que está relacionada com a vida dos sujeitos de forma dialética (GIDDENS, 2012), constituindo-se enquanto motor de mudanças, (re)invenções e articulações que abrange variadas dimensões da sociabilidade humana. Os fenômenos a ela atrelados têm atuado em distintas instâncias e espacialidades, a partir de configurações que relacionam tempo-espaço de múltiplas formas. De acordo com Bauman (1999), a globalização é analiticamente desafiadora e nem sempre se apresenta facilmente decifrável aos campos de conhecimento. Do mesmo modo, a apreensão conceitual não conduz a consensos, como se observa na literatura sociológica (HELD; MCGREW, 2001), havendo margem para diferentes interpretações a seu respeito, as quais carregam implicações particulares quanto à utilização.

Partimos do pressuposto de que a globalização é melhor compreendida como um conjunto de fenômenos que dizem respeito à “interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais à distância com contextualidades locais” (GIDDENS, 2002, p. 27). Refere-se a uma dialética que coloca em contato o “local” e o “global”, produzindo, muitas das vezes, resultados paradoxais, como representa, por exemplo, a ampliação das condições de risco (BECK, 2010) ou a extensão de vulnerabilidades (HESPANHA, 2011). Nesse viés, discutir questões que tangem aos impactos de processos globais, requer um foco analítico capaz de perceber que práticas e condições sociais de escala local se articulam com a dinâmica global (SASSEN, 2010). Distanciam-se do nosso olhar, não raras às vezes, justamente por adentrar em recônditos do mundo social que estão além do explicitamente perceptível.

Deste modo, uma investida analítica que pretenda dar conta de processos sociais relacionados à globalização necessitará traçar vínculos analíticos capazes de dialogar entre si, mas, acima de tudo, capazes de cobrir as dimensões que o objeto de estudo suscita em seu recorte, facilitando, por conseguinte, as respostas às questões geradas em torno deste. Partindo dessa premissa, realizamos a articulação teórica que tomou corpo neste estudo, a fim de compreender extensões distintas da realidade do trabalho no contexto das *packing houses* das grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF.

A globalização dos sistemas agroalimentares foi responsável pela emergência de regiões e territórios, assim como esteve atrelada à valorização de certos itens e aspectos da realidade. O surgimento de um novo perfil de consumidor foi algo que contribuiu para a composição dessa realidade, sobretudo no âmbito dos alimentos frescos (CAVALCANTI, 1999). Sob esta perspectiva, a ampliação das relações entre múltiplos espaços de produção e

de consumo passa a fazer parte do contexto contemporâneo. Novos circuitos e fluxos se estabelecem, permitidos pelas redes de comunicação e pela produção flexível, estabelecendo mercados globais em torno de segmentos específicos (CASTELLS, 1999a). Uma configuração que permite que locais de produção sofram influências de diversas grandezas de nexos e lógicas globais que dizem respeito tanto às formas de organização da produção quanto aos padrões e especificações técnicas dos produtos.

No contexto da globalização dos sistemas agroalimentares, diversas regiões da América Latina presenciaram, a partir dos anos 1980, a expansão de negócios rurais não tradicionais, os quais foram responsáveis por introduzirem novos padrões produtivos nestes espaços. Foi neste movimento em que agroindústrias de beneficiamento de produtos não tradicionais, as fábricas de acondicionamento e câmeras frias de hortaliças, bem como as *packings* de embalagem de frutas, se espalharam e modificaram a face de territórios produtivos específicos. A produção de hortaliças em regiões mexicanas (GÓMEZ-CRUZ, 1991), assim como as modificações no mercado de trabalho, na estrutura agrária e nas técnicas de produção ocorridas no Chile, a exemplo das áreas de cultivo de uva no Vale do Aconcágua (RODRÍGUEZ; VENEGAS, 1989; GÓMEZ; ECHENIQUE, 1988), ilustram parcialmente, a dimensão dessas transformações que marcaram a porção latina do continente Americano ao final do século XX.

A emergência da produção frutícola de exportação do VSF se insere nesse processo em que a globalização permite a ascensão de novas regiões e a conexão destas em diversos circuitos produtivos e comerciais. As relações de produção nas modernas *packing houses* de manga do VSF representam uma parte da complexa cadeia de processos e fluxos dos sistemas agroalimentares articulados em nível global. Constituídas sob a lógica do capitalismo racionalizado, os modelos de organização e relações da produção nesses ambientes se constituem como formas especiais para se refletir acerca do aperfeiçoamento das estratégias de organização e gerenciamento social do trabalho. As prerrogativas qualitativas requisitadas pelos mercados globais se associam a modelos empresariais de gestão aplicados nos ambientes de trabalho e acabam por promover duras modificações na realidade vivida pelos trabalhadores. Sob esta lógica, a fruticultura de exportação do VSF, pensada a partir da mangicultura, é uma realidade produtiva em que o processo de racionalização e desenvolvimento gerencial-organizacional reflete não apenas o controle e domínio técnico da atividade agrícola, mas também o controle e domínio dos trabalhadores envolvidos no beneficiamento dos itens. Na dinâmica de reprodução do capitalismo global, “as forças

produtivas e as relações de produção adquirem outras possibilidades de desenvolvimento intensivo e extensivo” (IANNI, 2001, p. 217).

É dentro deste contexto, por exemplo, que o estudo realizado dialoga com os indicativos feitos por Cavalcanti (1999, p. 29) sobre a dilatação da lógica “*just in time*” na agricultura voltada aos sistemas agroalimentares globalizados. A técnica e a razão passam a ajustar aos ritmos e exigências dos mercados não apenas a natureza, mas igualmente o trabalho e as estratégias de gestão. O domínio das técnicas e tecnologias de produção, atrelado aos modelos de organização e gerenciamento do trabalho marcados pela permanente elevação da produtividade são marcas da agricultura de exportação praticada no VSF. Por um lado, esta configuração permite que as empresas consigam alargar períodos de colheita, induzir floração precoce e encurtar o tempo de entressafra, assim como promover e estimular o amadurecimento mais rápido do fruto, tudo isso na expectativa de melhores resultados comerciais frente às flutuações de mercado. A outra face deste contexto diz respeito ao uso intensificado da mão de obra e ao demasiado controle exercido sobre os trabalhadores, alcançados por meio de estratégias de gerenciamento e organização social do trabalho potencializadas pela fragilidade da condição contratual de um razoável contingente empregados temporários. É este tipo de contexto laboral observado dentro do universo das *packing houses* que permite às empresas exportadoras do VSF elevados níveis de produtividade e o atendimento às demandas surgidas abruptamente no mercado.

É esta flexibilidade produtiva que articula o domínio técnico da produção agrícola com uma organização social do trabalho calcada em elevados padrões de produtividade e no uso intensificado da mão de obra que caracteriza a realidade investigada nesta pesquisa. Neste sentido, conforme apontado por Cavalcanti e Bendini (2001, p. 342), a fruticultura de exportação do VSF ao ampliar sua integração e intensificar a modernização tecnológica em prol de uma maior flexibilidade produtiva, “transforma las características no sólo de la producción agraria sino también del mercado de trabajo regional”. O predomínio do trabalho temporário nas *packing houses* responde a uma estrutura de produção marcadamente flexível que tem se tornado característica das regiões frutícolas de exportação. Além disso, essa condição de trabalho temporário tem sido a forma de ingresso de um grande contingente feminino nos últimos dez anos (OIT, 2011). Em verdade, esse retrato laboral do trabalho temporário feminino tem sido comum em várias regiões frutícolas de exportação da América Latina, colocando em evidência a ampliação dos postos de trabalho nessas áreas rurais e, ao mesmo tempo, a precariedade destes empregos gerados pelas “novas atividades agrícolas” face à reprodução e persistência dos altos níveis de pobreza dos trabalhadores (OIT, 2012).

Segundo Venegas (1995, p. 127), este processo marcaria “la redefinición del trabajador agrario estacional o temporal, su constitución en un estrato autónomo de la estructura laboral agraria”. Uma dinâmica que precisa ser observada com maior cuidado acerca dos traços que assume em cada região. As dinâmicas encontradas no VSF sugerem arranjos que problematizam essa apreensão dos trabalhadores temporários como estrato laboral completamente autônomo. Como suscitado na pesquisa, mesmo entre trabalhadores temporários é possível enxergar uma lógica de repetição dos laços empregatícios/contratuais com uma mesma empresa e até mesmo a formação de certos vínculos de sociabilidade que ajudam à reprodução prolongada dessas relações de trabalho, sugerindo que as dinâmicas contemporâneas do trabalho no VSF são marcadas pela pluralidade de arranjos (CAVALCANTI; MORAES; FEITOSA, 2015). Lembramos aqui o fato de que “[...] o mesmo vasto processo de globalização do mundo é sempre um vasto processo de pluralização dos mundos” (IANNI, 2000, p. 112).

Em meio a este panorama da globalização dos alimentos, as certificações internacionais desempenham um papel fundamental, na medida em que difundem lógicas e padrões “globais” a serem introduzidos nas realidades produtivas “locais”. Atuam como instrumento de controle, na medida em que apresentem obrigatórias as adequações a padrões de qualidade, ao mesmo tempo em que funcionam como mecanismos de comunicação, atrelando “significados distintivos” a produtos, empresas e espacialidades. Neste sentido, aglutinam e difundem informações aos atores e agentes que se relacionam nos mercados globais. Sua efetivação como “ficha simbólica” (GIDDENS, 1991) no contexto da cadeia dos alimentos frescos pressupõe a condição a valorização de determinados aspectos técnicos como a rastreabilidade e a qualidade da produção. Sob uma perspectiva mais crítica, tais elementos refletem o domínio de determinadas tendências na cadeia dos alimentos frescos, em que as grandes redes varejistas dos países do Norte exercem a capacidade decisória no estabelecimento daquilo que se deve produzir e de qual maneira (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005).

O reconhecimento dos processos e sujeitos por eles responsáveis, no que se refere à produção de alimentos é uma condição alcançada pela rastreabilidade, a qual atua significativamente na confiança das relações estabelecidas nos mercados globais. “O controle sobre as mercadorias produzidas se materializa por meio das certificações, que agem como um passador e rótulo para o reconhecimento dos produtos ou para o seu rechaço nas gôndolas dos supermercados mundiais” (CAVALCANTI; DIAS, 2015, p. 283). Todavia, no caso da produção de mangas do VSF, observamos também que a rastreabilidade facilita o exercício do

controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras, principalmente sobre as embaladoras, provocando, inclusive, um estado de permanente autovigilância, na medida em que dilata o tempo, o espaço e o agente de controle sobre a atividade por elas realizadas.

Os atributos qualitativos agregados às mangas através dos processos realizados nas *packing houses*, estão todos relacionados direta e indiretamente com a rígida organização e controle das atividades e trabalhadores envolvidos. Nesses espaços de produção, os atributos de regulação do processamento das frutas para exportação, premissa do novo modelo agroalimentar (FRIEDLAND, 1994b), são alcançados através de contundentes restrições aos trabalhadores. A rastreabilidade que parte dos protocolos globais operantes no sistema agroalimentar, se efetiva enquanto modeladora da produção na esfera local, impelindo uma condição de controle consentido. As empresas executam esse controle a partir da fixação e valorização dos procedimentos institucionalizados, através dos quais se articula uma forma particular de domínio do capital na produção (ANTUNES; ALVES, 2004). Neste sentido, na realidade investigada, tal mecanismo de controle, quando exercido no contexto das *packing houses* contribui para a subsunção da subjetividade dos sujeitos, na medida em que cria um estado de vigilância permanente durante e depois do processo produtivo, pois as embaladoras carregam consigo a preocupação com o trabalho realizado e que agora está sujeito ao monitoramento em outro espaço e tempo.

Questionando em que medida as exigências produtivas, difundidas e requeridas para a participação nos mercados globais, reverberaram mudanças nas condições de trabalho de homens e mulheres que atuam nas *packing houses*, foi possível perceber que as “ressonâncias da globalização” se entrelaçam com as condições locais de organização social da produção, conformando contextos específicos. A realidade que se forma é particularmente marcada pela elevação significativa do controle sobre os trabalhadores, assim como pelo uso intensificado do trabalho. Duas condições que se articulam com maior veemência em período da safra, quando os ajustes “instantâneos” para atendimento a demandas de mercado repercutem, costumeiramente, em situações onde o trabalhador passa a ter sua conduta quase que integralmente monitorada em prol de maior produtividade.

É neste contexto, por exemplo, que a ampliação do exercício do controle se materializa em formas de regramento das condutas através de formas aperfeiçoadas que articulam tanto as instâncias protocolares institucionalizadas nas empresas, quanto os mecanismos de coerção que compelem os sujeitos a direcionarem suas atenções quase que exclusivamente para as atividades de trabalho. A coibição dos deslocamentos para ir ao banheiro ou para beber água, assim como as coações quanto à comunicação dos trabalhadores

fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, tendo se mostrado uma realidade mais duramente enfrentada por embaladoras e descarregadores. Essas “orientações” administrativas, muitas das vezes, são revestidas pelo discurso da preocupação com a qualidade da produção, a fim de que soem menos autoritárias aos sujeitos. Contudo, não deixam de refletir uma dura realidade que apresenta aos trabalhadores das *packing houses* de manga de exportação.

Do mesmo modo, os descarregadores e as embaladoras são os trabalhadores sobre os quais mais incidem mecanismos de monitoramento, assim como são aqueles submetidos ao maior número de verificações de aspectos do trabalho que realizam. No que se refere ao caráter das fiscalizações diretas que atuam sobre esses atores, foi possível perceber que: são exercidas de maneira permanente; averiguam a conformidade técnica do trabalho realizado e podem ser atreladas a orientações instrutivas, orientações corretivas, repreensões (brandas ou enfáticas) e repreensões seguidas de sanções. Com base nos indicativos apresentados, é possível dizer que os relatos dos trabalhadores antigos revelam um passado em que a fiscalização direta sobre o seu trabalho era realizada de forma mais branda. Segundo os mesmos relatam, o controle nas *packing houses*, antigamente, era exercido de maneira mais frouxa, sua apresentação era menos sofisticada do que a versão existente atualmente.

No nível protocolar, os procedimentos de higienização, a utilização dos uniformes e EPI's, assim como o cumprimento dos horários são dimensões cujo controle foi ampliado ao longo dos anos, identificados pela variação nas formas como os trabalhadores antigos e atuais reportam a presença deles em suas falas. Os requisitos exigidos pelas certificações internacionais estabelecem a manutenção de registros e instrumentos de operação constante sobre os trabalhadores, independentemente da função exercida dentro da *packing house*. A menção mais branda a este tipo de procedimento de controle entre os trabalhadores antigos, assim como o desconhecimento de alguns desses protocolos como obrigatórios, sugerem um cumprimento apenas parcial desses requisitos em tempos anteriores.

Essa diferença entre as percepções de antigos e novos trabalhadores se apresenta também no que se refere ao controle do ritmo de produção, comportamento pessoal, descansos e intervalos, assim como deslocamentos para beber água e/ou para ir ao banheiro. Neste sentido, é possível dizer que os trabalhadores atuais das *packing houses* são mais monitorados que antigamente, tanto pela dimensão protocolar quanto pela dimensão comportamental. Entre os trabalhadores antigos, a categoria das embaladoras é aquela que possui uma percepção de intensidade do controle mais próxima da realidade existente atualmente. Esse panorama é distinto nos relatos de trabalhadores antigos e contemporâneos

quanto às formas de manifestação do controle percebidas por cada um desses grupos de trabalhadores, sublinhando claramente os distintos perfis que se formaram em cada período.

Os princípios que orientam a produção de acordo com os padrões dos selos de certificação pressupõem uma organização da produção com base na segmentação dos processos e trabalhos, facilitando a operacionalização individual do controle (BONANNO; CAVALCANTI, 2012). O processo produtivo nas *packing houses* investigadas tem como base o acompanhamento integral e inspeções regulares atuando diretamente sobre os trabalhadores. Operadores de câmara fria e montadores de pallets possuem uma rotina fixa, na qual as principais mudanças se relacionam à intensificação do trabalho nas jornadas estendidas. As atividades de descarregadores e embaladoras envolvem maiores possibilidades de falha, sendo aqueles passíveis de exacerbação do controle nos momentos de intensificação do trabalho, cujos resultados refletem diretamente no aumento do volume de produção.

O aumento do controle individualizado e das cobranças quanto ao ritmo e à produtividade está, quase sempre, atrelado às metas de produção que agora podem variar ao longo do dia, segundo as demandas dos mercados, refletindo na condição de produção flexível. Embaladoras e descarregadores são “estimulados” pelo pagamento por produtividade e são aqueles que sofrem mais severamente a intensificação do trabalho e as cobranças acerca do atendimento das metas estipuladas pelas empresas.

No período de safra a realidade de intensificação do trabalho é asseverada. A produção e as atividades laborais são estruturadas de forma que o trabalho seja realizado em patamares de intensidade sobrelevados, os quais são alcançados pelos mecanismos de regulação dos trabalhadores. Porém, o contexto econômico e a condição de empregabilidade do mercado contribuem severamente para que a intensificação se torne uma condição aceita pelos atores sociais.

É requerido dos trabalhadores das *packing houses* uma capacidade adaptativa instantânea que diz respeito à aprendizagem rápida das funções a serem exercidas, assim como da capacidade de apreender novas tarefas e desempenhá-las com a mesma qualidade. Os trabalhadores são constantemente acionados a realizarem múltiplas tarefas durante a jornada de trabalho, sendo essa uma das formas de manifestação da intensificação do trabalho nos dias de hoje. Essa condição multitarefa, de um modo ou de outro, acaba atingindo a maioria dos trabalhadores, pois em algum momento do contrato de trabalho são acionados a desenvolverem outras tarefas, para além das suas incumbências básicas, nem que seja para cobrir a ausência temporária de outro funcionário. A realidade é que essas estratégias são acionadas para que o ritmo produtivo não seja diminuído em hipótese alguma. A condição de

desemprego estrutural (ANTUNES, 2001) acaba fazendo dessa condição algo mais perverso, pois essa polivalência do trabalhador acaba se apresentando como pré-requisito ao perfil do contratado.

A discrepância do poder nas relações sociais de produção favorece o exercício do controle, de forma acentuada sobre os trabalhadores, assim como a intensificação do trabalho destes. Contudo, as formas de resistência desses atores surgem como estratégias para confrontar não apenas a dimensão imediata das relações de poder, mas também como expressão do inconformismo quanto aos padrões e lógicas de exploração “globais” que modelam a produção “local”. Neste sentido, entre os trabalhadores antigos as ações de resistência se constituíam para evitar, amenizar ou burlar o cumprimento de requisitos protocolares quanto à utilização de uniformes e EPI’s, e igualmente de normativas de sanidade, requisitos que se apresentavam compulsoriamente aos trabalhadores, mas como nexos alheios à suas realidades anteriores de trabalho.

A pressão coletiva não organizada também surgia antigamente como um recurso para alcançar determinadas condições de trabalho frente às gestões das *packing houses*. Dessa maneira, algumas das resistências cotidianas se formavam particularmente associadas a determinadas situações, mas nem por isso deixavam de significar o inconformismo às condições de trabalho. Nos casos relatados pelas trabalhadoras antigas, ficou visível que a força do coletivo e a manifestação pública da insatisfação ocorriam com mais frequência do que hoje em dia. É possível apontar que os trabalhadores antigos construíram práticas de resistência, cujas expressões são significativamente reveladoras de uma “negação” ao controle comportamental e ao excessivo monitoramento sobre as condutas. Não raramente também tomavam formas coletivas de expressão. Entre os trabalhadores contemporâneos, a manifestação pública de inconformismo é extremamente rechaçada pelas instâncias superiores, levando as práticas de resistência para a esfera dos sentidos velados. Ao mesmo tempo, esses sujeitos se deparam com novos artifícios que as empresas põem em prática para dificultar a mobilização dos indivíduos. Em verdade, muito do controle atualmente exercido sobre a conduta dos trabalhadores visa minar a articulação política dos mesmos.

Conforme demonstramos nos capítulos desta tese, os processos atrelados à globalização trazem à tona uma realidade dinâmica e complexa referente ao contexto econômico da fruticultura de exportação do VSF. Articulando formas flexíveis de produção e trabalho, e inovações tecnológicas e comunicacionais, essas dinâmicas se manifestam concretamente no plano local através de impactos diversos no mundo do trabalho. No âmbito das *packing houses* de manga as mudanças nas formas de organização, gerenciamento e

controle da produção trouxeram a conformação de um ambiente marcado pelo: aperfeiçoamento de mecanismos de fiscalização e monitoramento interligados a padrões, lógicas e requisitos difundidos pelos mercados e, ao mesmo tempo, pela intensificação do uso do trabalho. Essa realidade conformada, por influências diretas e indiretas dos processos da globalização, influencia o cotidiano laboral de homens e mulheres que atuam nesses ambientes de produção. E embora sejam constantemente relacionados a aspectos positivos como a melhoria das estruturas de trabalho ou a diminuição da condição do trabalho informal, esses processos globais facilitam e estimulam uma condição de trabalho marcadamente controlada e intensificada.

O debate que foi iniciado com a análise da formação dos mercados globais e a consequente integração de territórios e segmentos produtivos específicos nos seus circuitos, perpassando pela inserção particular do VSF e da mangicultura de exportação no chamado mercado global. Incorporando a reflexão em torno das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, em especial aquelas que se processaram nas *packing houses* das grandes empresas produtoras e exportadoras de manga do VSF, trouxemos à tona as ambiguidades da globalização, visível nos impactos positivos e negativos às formas de trabalho e aos trabalhadores. Finalizamos com a dimensão das ações de resistência e seu significado nas atuais condições do trabalho frente aos padrões decorrentes da globalização econômica e suas dimensões locais.

Na tentativa de somar ao campo científico dos estudos rurais sobre a globalização, reuniram-se aqui também algumas ideias e reflexões que ocorreram ao pesquisador quando do estudo da realidade selecionada. Estas, por sua vez, ao mesmo tempo em que congregam as principais considerações sobre a realidade em estudo, à guisa de conclusões, também pretendem, apontar algumas possibilidades no que tange à melhoria do campo acadêmico que se debruça sobre as questões do trabalho no universo rural face ao fenômeno da globalização, as quais constituem desafios para a continuidade do nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

ALAMI, Sophie.; DESJEUX, Dominique.; GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ALTSCHULER, Bárbara. “Malo” para muchos y “bueno” para pocos: disputas, asimetrías y fronteras en la configuración social de la vitivinicultura mendocina actual. In: Escuela de verano sobre desigualdades interdependientes en América latina. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, Brasil, 1 al 5 de nov. de 2010, p. 1-15. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/ponencia_b_altschuler_escuela_de_verano_desigualdades> Acesso em: 09 mar. 2016.

ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 409-428, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/tes>. Acesso em: 9 mar. 2016.

_____. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **Org & Demo**, Marília-SP, v.7, n.1/2, p. 89-108, 2006. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/index>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

_____. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **RET - Revista Estudos do Trabalho**. Marília-SP, ano 5, n. 8, p. 1-31, 2011. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>. Acesso em: 9 mar. 2016.

_____. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho - a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013. Disponível em: <www.pucrs.br/textos/>. Acesso em: 9 mar. 2016.

ALVES, Ricardo Elesbão. et al. Colheita e pós-colheita. In: GENÚ, Pedro J. de C.; PINTO, Alberto Carlos de Q. (Eds.). **A cultura da mangueira**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 381-406.

ALVES, Selma Maria Rodrigues de Andrade. **Trajetórias de vida e mobilidade dos trabalhadores do núcleo 4 do projeto Senador Nilo Coelho em Petrolina – PE**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa- MG, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufv.br/handle/123456789/4152>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

ANTLE, John M. Benefits and costs of food safety regulation. **Food Policy**, vol. 24, p. 605–623, 1999. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/foodpol>. Acesso em: 08 out. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999a.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999b.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Comp.). **La ciudadanía negada:** políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 35-48. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. A questão do emprego no contexto da reestruturação do trabalho no final do século XX. In: HORTA, Carlos Roberto.; CARVALHO, Ricardo Augusto. (Orgs.). **Globalização, trabalho e desemprego:** um enfoque internacional. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. p. 38- 47.

ANTUNES, Ricardo.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares. (Ed.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995. p.125-156.

ARAÚJO, Guilherme J. F. **Análise das certificações agrícolas no polo frutícola Petrolina-PE/Juazeiro-BA - Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <repositorio.ufpe.br/>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento:** o caso dos perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, semiárido brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BARTRA, Armado. Marginales, polifônicos, trashumantes: los campesinos del milenio. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Júlio César. (Orgs.). **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 85-104.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 189-217.

BAUER, Martin W.; AARTS, Boas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 39-63.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George.; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 17-36.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt.; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. A reinvenção da política: rumo à teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott.; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 11-88.

BENDINI, Mónica.; PESCIO, Cristina.; PALOMARES, Marta. El mercado de trabajo y los cambios técnicos en la fruticultura argentina: las trabajadoras de los galpones de empaque de manzanas y peras. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 49-60.

BENDINI, Mónica. Entre maçãs e peras: globalização, competitividade e trabalho. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1999. p. 99-124.

BENDINI, Mónica.; TSAKOUMAGKOS, P. Región agroexportadora, complejo alimentario y producción familiar: controles y resistencias. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coords). **Territorios y organización social de la agricultura**. Argentina: La Colmena, 2003. p. 41- 57.

BENDINI, Mónica.; CAVALCANTI, Josefa Salete. B.; LARA FLORES, Sara Maria. Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. **Tratado Latino-americano de Sociología**. México: Anthropos Editorial, 2006. p. 247-263.

BENDINI, Mónica.; STEIMBREGER, Norma G. Dinámicas territoriales y persistencia campesina: redefinición de unidades y espacios de trabajo de los crianceros en el norte de la Patagonia. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 3, p. 59-76, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3330/333027081005.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

BENDINI, Mónica. et al. Continuidad y relevancia de un proceso histórico: los trabajadores golondrinas. XI Jornadas Argentinas de Estudios de Población. **Anais Eletrônicos...** Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Neuquén, 2011, p. 1-21. Disponível em: <<http://www.aacademica.org/000-091/67.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BENENCIA, R.; QUARANTA, G. Producción y trabajo en frescos de exportación en Argentina. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coords.). **Territorios y organización social de la agricultura**. Argentina: La Colmena, 2003. p. 83- 106.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 51-71.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Desenho territorial dos trabalhadores da fruticultura no município de Mossoró-RN. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n.1, p. 99-108, 2012a. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012b. Disponível em: <<http://www.repositorio.unesp.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco**. São Paulo: Livros da Terra/Oxfam, 1996.

BONANNO, Alessandro et al. (Ed.). **From Columbus to Conagra: the globalization of agriculture and food**. Lawrence: University of Kansas, 1994.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e Pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1999. p. 25-74.

_____. La globalización agro-alimentaria: sus características y perspectivas futuras. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 190-216, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/uruguay/DS/revista20.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2016.

BONANNO, Alessandro.; CAVALCANTI, Josefa Salete B. **Globalization and the time-space reorganization: capital mobility in agriculture and food in the americas**. Bingley: Emerald, 2011.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete B. Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in Northeastern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Cardiff-UK, v. 19, n. 1, p. 37-55, 2012.

BONANNO, Alessandro.; CAVALCANTI, Josefa Salete B. **Labor Relations in Globalized Food: Research In Rural Sociology and Development**. Bingley-UK: Emerald Group Publishing Limited, 2014.

BORGES, Ângela Maria C.; DRUCK, M. Graça. Crise Global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, p. 22-43, 1993. Disponível em <www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=349>. Acesso em: 08 mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre.; CHAMBOREDON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BUAINAIN, Antônio Márcio.; DEDECCA, Claudio Salvadori. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, José Garcia.; VIERIA FILHO, José E. Ribeiro.; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Agricultura Brasileira:** desempenhos, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. p. 123-153.

BUONFIGLIO, Maria C. Dilemas do trabalho no final do século XX: desemprego e precarização. In: HORTA, Carlos Roberto.; CARVALHO, Ricardo Augusto. (Orgs.). **Globalização, trabalho e desemprego:** um enfoque internacional. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. p. 48- 57.

BUSTAMANTE, Paula M. A. Cares. A fruticultura no Brasil e no Vale do São Francisco: vantagens e desafios. **REN - Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 1, p. 153-170, jan./mar. 2009. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CACCIAMALI, M. Cristina. Proceso de informalidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 3, p. 95-110, set./dez., 2000. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/proceso-de-informalidad-y-sector-informal-reexamen-de-una-discusi%C3%B3n-cacciamali-maria-cristina/10001790624>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CAMPANHOLA, Clayton.; SILVA, José F. Graziano. **O Novo Rural Brasileiro:** uma análise nacional e regional. Jaguariúna-SP: EMBRAPA, 2000. v. 1.

_____.; _____. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro:** Novas Atividades Rurais. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004a. v. 6

_____.; _____. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro:** Novas Ruralidades e Urbanização. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004b. v. 7.

CAMPBELL, Rex. Global transformation and agriculture. **The Rural Sociologist**, Macomb-USA, v. 10, n. 3, p. 22-28, 1990. Disponível em: <<http://chla.library.cornell.edu/c/chla/browse/title/5075626.html#1940>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CARAPINHEIRO, Graça. A globalização do risco social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2011. p. 193-230.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão de obra:** ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARVALHO, Felipe S. Estrela de. **Regulação pública e exploração do trabalho rural: relações de assalariamento na fruticultura irrigada do Submédio São Francisco**. Faculdade de Direito, UFBA, 2011. (Monografia de Conclusão de Curso).

_____. Os precários frutos da modernização: relações de assalariamento na fruticultura irrigada do submédio São Francisco. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. **Anais eletrônicos...** Niterói, UFF, 2012. p. 1-28. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/gt07.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, Maria Flora.; BRANDÃO, Carlos Antônio.; GALVÃO, Antônio Carlos. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 303-362.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2.

_____. **Fim de Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999c. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 3.

_____. Tecnologia da Informação e capitalismo global. In: GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 81-112.

CASSUNDÉ JÚNIOR, Nildo Ferreira.; ARAÚJO, Fernanda Roda de S. A exportação de mangas brasileiras: uma análise sobre as oportunidades e distorções comerciais. In: III Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Brasil, 2006. **Anais Eletrônicos...** Brasil. Covimbra, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. In: _____. **Natureza, história e cultura: repensando o social**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993. p. 61-67.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; FERREIRA IRMÃO, José. Globalização, integração regional e seus impactos sobre a agricultura familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale do São Francisco, NE - Brasil. In: Encontro Nacional do PIPSA, 17, 1994. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, v. 1, p. 59-72.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 2, p. 105-118, 1995.

_____. Globalização, novas regiões de produção agrícola, e desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 24/25, p.109-121, jan./dez. 1996.

_____. Frutas para o mercado global. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. El trabajo femenino en la agricultura de exportación: las trabajadoras en la producción de uva-Brasil. In: BENDINI, Mónica.; BONACCORSI, Nélicas. (Orgs.). **Con las Puras Manos**. Buenos Aires: La Colmena, 1998, v. 01, p. 77-94.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 155-171, 1999a.

_____. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente**. Recife: Cidade Universitária, 1999b.

_____. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1999c.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; SILVA, A. C. B. Globalização, Estratégias Produtivas e o Trabalho de Homens e Mulheres na Fruticultura de Exportação: o Caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1999. p. 259-281.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; BENDINI, Mônica I. Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 339-362.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MOTA, Dalva Maria.; SILVA, Pedro C. Gama. Mirando hacia el Norte: clase, género y etnicidad en los espacios de fruticultura del Nordeste de Brasil. **Areas**, Espanha, v. 22, p. 161-181, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/298826>> Acesso em: 07 mar. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MOTA, Dalva Maria. Trabalho na fruticultura irrigada do Nordeste do Brasil. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coords.). **Territorios y organizacion social de la agricultura**. Buenos Aires: La Colmena, 2003a. p.107-122.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MOTA, D. M. Nuevos espacios agrícolas y trabajadores rurales en Brasil. In: BENDINI, Mónica.; CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MURMIS, Miguel.; TSAKOUMAGKOS, Pedro. (Orgs.). **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003b, p. 237-259.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MOTA, Dalva Maria da.; SILVA, Pedro C. Gama. Novas dinâmicas global/local: empresas, agricultores familiares e trabalhadores nos novos contextos de frutas tropicais. In: XXIV International Congress of Latin American Studies Association. **Anais Eletrônicos...** Dallas, LASA, 2003. p. 1-31. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/CalvacantiJosefaSaleteBarbosa.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Globalização e Ruralidade. In: WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004. p. 17-32.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MOTA, Dalva. M.; SILVA, Pedro. C. G. Novas dinâmicas Global /Local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: Editora Universitária, 2006, v. 1, p. 79-99.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. et al. Mercado de trabalho em novas áreas produtoras de frutas: Brasil e Argentina. In: VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural. **Anais...** Quito, ALASRU, 2006, v. 1. p. 1-23. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/82669/1/04-GT.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Dinâmicas sociais e os novos desafios da globalização: circulação de mercadorias, populações e capitais. In: GOMES DA SILVA, Aldenor.; CAVALCANTI, Josefa Salete B. Cavalcanti.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009, v. 1, p. 57-68.

_____. Trabalho e mobilidade no mundo globalizado. In: MENEZES, Marilda A.; GODOI, Emilia Pietrafesa. (Orgs.). **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume, 2011, v. 1, p. 137-159.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; ANDRADE, Berlano B. F.; RODRIGUES, Victor. Mulheres e trabalho na agricultura de exportação: questões atuais. **Antrhopológicas**, Recife, ano 16, v. 23, p. 67-88, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. et al. **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da cidadania**. Recife: Editora UFPE, 2014a.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. et al. Dinâmicas sociais no Território Sertão do São Francisco-PE. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; NIEDERLE, Paulo André. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014b, v. 1, p. 153-236.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; NIEDERLE, Paulo André. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a**

política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014a, v. 1, p. 135-152.

_____. De los extremos de la calidad y la permanente vulnerabilidad: los trabajadores del Valle de São Francisco, en el nordeste de Brasil. In: CÁNOVAS, Andrés Pedreño. (Org.). **De cadenas, migrantes y jornaleros: Los territorios rurales en las cadenas globales agroalimentarias**. Madrid: Talasa Ediciones S.L., 2014b, v. 1, p. 219-236.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; BONANNO, Alessandro. Conclusions: Labor Between exploitation and resistance. In: BONANNO, Alessandro.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (Orgs.). **Labor Relations In Globalized Food: Research in Rural Sociology and Development**. Bingley - UK: Emerald Group Publishing Limited, 2014. v. 1. p. 269-290.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; MORAES, Alberto Dias; FEITOSA, Rodolfo R. S. Trabalhadores rurais e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil. In: RIELLA, Alberto.; MASCHERONI, Paola. **Assalariados rurales**. Montevideo-Uruguay: CLACSO, 2015. p. 49-72.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; DIAS, G. H. S. Cadeias globais de alimentos, redes de atores e qualidades na produção de frutas para exportação: elos entre Brasil e Alemanha. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 21, p. 221-247, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. Globalization of food and labor: challenges for sociology In: **SID**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 64-78, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://diagramaeditorial.com.br/sid/index.php/sid/article/view/16/20>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CICOLELLA, Pablo José. Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração: os casos do MERCOSUL e do corredor andino. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 296-307.

CINTRA, Renata Ferreira.; VITTI, Aline.; BOTEON, Margarete. Análise dos impactos da certificação das frutas brasileiras para o mercado externo. In: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais Eletrônicos...** Juiz de Fora-MG, 27 a 30 de julho de 2003. p. 1-8. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/pdf/certificacao.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CHIAPPE, Marta B.; MARTELO, Emma Zapata. Globalización, género y comunidades rurales: un estudio en Tlaxcala, México. In: BRUMER, Anita.; PIÑEIRO, Diego. (Orgs.). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 335-360.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 2000.

COELHO NETO, Agripino Souza. Políticas territoriais e impactos socioespaciais e econômicos: a irrigação pública na região do médio São Francisco baiano. In: II Encontro de Economia Baiana. **Anais...** Salvador: UFBA/SEI, v. 1, 2006a, p. 1-18.

_____. A irrigação no médio São Francisco e a produção da seletividade socioespacial.

Desenvolvimento regional: análise do Nordeste e da Bahia. Série Estudos e Pesquisas n. 73. Salvador, SEI, p. 113-125, 2006b. Disponível em:

<https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_coelhoneto_irrigacao_meios_aofrancisco.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA (CODEVASF). **Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco**. Brasília: Codevasf, 1996.

_____. **Plataforma para o Futuro**. Revista Codevasf 2005-2006. São Paulo: Instituto FNP, 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Indicadores da Agropecuária**. Brasília: Conab, ano XXIV, n. 10, out. 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FRANCA, Máira A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro:** evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COSTILLA, Lucio Oliver. O novo na sociologia latino-americana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 244-273, jul./dez. 2005.

CRAVIOTTI, Clara V. **Reestructuración de la agricultura y "nueva ruralidad":** La conformación de agentes agrarios en las producciones de alto valor. Tese (Doctorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006. Disponível em: <repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/.../uba_ffyl_t_2006_828451.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CUNHA, Marina Silva. Os empregados da agricultura brasileira: diferenciais e determinantes salariais. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 46, n. 03, p. 597-621, jul./set. 2008.

DACANAL, Cristiane. et al. Avaliação de desempenho térmico de packing houses de frutas no semiárido nordestino. In: XV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. **Anais eletrônicos...** Maceió-AL, 12 a 14 de nov. 2014. p. 2040-2050. Disponível em: <<http://doi.org/10.17012/entac2014.310>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

DAL ROSSO, Sadi.; CARDOSO, Ana Cláudia M. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 631-650, set./dez. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300631>. Acesso em: 08 mar. 2016.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAMIANI, Octávio. **Beyond Market Failures:** irrigation, the State, and non-traditional agriculture in Northeast Brazil. Dissertation (Doctor of philosophy in economic development)

– Department of Urban Studies and Planning/MIT, Massachusetts, 1999. Disponível em: <<http://www.mit.edu/~tendler/fs/theses/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Diversificação agrícola e redução da pobreza: a introdução no Nordeste brasileiro de produtos agrícolas não-tradicionais de alto valor e seus efeitos sobre pequenos produtores e trabalhadores rurais assalariados. **REN - Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p.42-84, jan./mar. 2003. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren>. Acesso em: 08 mar. 2016.

DEDECCA, Claudio Salvadori.; BALTAR, Paulo E. de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DE LA O, María Eugenia.; GUADRRAMA, Rocío. Género, proceso de trabajo y flexibilidad laboral en América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Teorías Sociales y Estudios del Trabajo: nuevos enfoques**. México: Anthropos Editorial, 2006. p. 289-308.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. ; SILVA, J. F. G. **Novo Rural: Uma abordagem Ilustrada**. Pinhais-PR: Editora Expoente Ltda, 2002a. v. 1.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. ; SILVA, J. F. G. **Novo Rural: Uma abordagem ilustrada**. Londrina-PR: Editora do Norte Ltda, 2002b. v. 2.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-1169&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2012. p. 15-41.

DESLAURIERS, Jean-Pierre.; KÉRISIT, Michele. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 127-153.

DIAS, Gustavo Henrique Souza. **O Trabalho e os Trabalhadores nos Bastidores da logística**. Um estudo sobre a Globalização dos Alimentos: o caso de uma firma de transporte refrigerado na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DOLAN, C.; HUMPHREY, J. Governance and trade in fresh vegetables: the impact of UK supermarkets on the African horticulture industry. **Journal of Development Studies**, v. 37, n. 2, p. 147-156, 2000. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/loi/fjds20>>. Acesso em: 08 out. 2016.

DRUCK, Graça.; FRANCO, Tânia. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.115, p.139-154, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0100-1574/Ing_pt/nrm_iso.>. Acesso em: 08 mar. 2016.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Good practice in the design, management and operation of a fresh produce packing-house**. Bangkok – Thailand: FAO Regional Office for Asia and the Pacific, 2012.

FAUX, Jeff.; MISHEL, Larry. Desigualdade e economia global. In: GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 137-162.

FAVARETO, Arilson. A expansão produtiva em regiões rurais: há um dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In: GASQUES, José Garcia.; VIERIA FILHO, José E. Ribeiro.; NAVARRO, Zander. **Agricultura Brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 213-235.

FEITOSA, Rodolfo R. S. **Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor à empresa agrícola no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

FERREIRA, Antônio Casimiro. Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re)pensar o direito das relações laborais. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 257-297.

FERREIRA, Celine B.; ARAÚJO, Jair.; LIMA, José Ricardo F de. Eficiência Técnica na produção de manga em Petrolina. In: III Encontro Pernambucano de Economia – Políticas para o desenvolvimento estadual. **Anais Eletrônicos...** Recife, nov. 2014. Não paginado. Disponível em: <www.coreconpe.org.br/iiienpecon/> Acesso em: 08 mar 2016.

FILGUEIRAS, Heloísa A. C. et al. Características da fruta para exportação. In: FILGUEIRAS, Heloísa A. C. (Org.). **Manga: pós colheita**. Brasília: Embrapa, 2000a. p. 14-21.

FILGUEIRAS, Heloísa A. C. et al. Colheita e manuseio pós colheita. In: FILGUEIRAS, Heloísa Almeida C. (Org.). **Manga: pós colheita**. Brasília: Embrapa, 2000b. p. 22-37.

FILGUEIRAS, Heloísa A. C. et al. Proposta de Classificação de Frutas para Dados de Comércio Internacional no Brasil. **Proc. Interamer. Soc. Trop. Hort.**, Brasília, DF, v.47, p.

80-83, out. 2003. Disponível em:

<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/arquivos/artigo_660.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 17, p. 211-229, 2004. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

FRANÇA SILVA, Sabrina Ângela. Precarização e flexibilidade do trabalho agrícola em área de fruticultura irrigada: os trabalhadores rurais do Projeto Baixo-Açu (RN/Brasil). In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT21-Sabrina-%C3%82ngela-FRAN%C3%87A-Silva.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

FREIDBERG, Susanne. Cleaning up down South: supermarkets, ethical trade and African horticulture. **Social and Cultural Geography**, vol. 4, p. 27-43, 2003. Disponível em: <www.tandfonline.com/toc/rscg20/current>. Acesso em: 07 out. 2016.

_____. Supermarkets and imperial knowledge. **Cultural Geographies**, vol. 14, n. 3, p. 321-342, 2007. Disponível em: <<http://cgj.sagepub.com>>. Acesso em: 08 out. 2016.

FRIEDLAND, W.H. The new globalization: the case of fresh produce. In: BONANNO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W.H. et al. (Eds.). **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Lawrence: University Press of Kansas, 1994a. p.210-231.

_____. The global fresh fruit and vegetable system: an industrial organization analysis. In: McMICHAEL, P. (Ed.). **The global restructuring of agro-food systems**. London: Cornell University Press, 1994b. p.173-189.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 64-89.

GASKELL, George.; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas públicas: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 470-490.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Westport: Praeger, 1994. p. 95-122.

_____. International Trade and Industrial Upgrading in the Apparel Commodity Chain. **Journal of International Economics**, vol. 48, n. 11, p. 37-70, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/00221996>>. Acesso em: 08 out. 2016.

GEREFFI, G. et al. Introduction: globalisation, value chains and development. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, p. 1-12. 2001. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/publications/ids-series-titles/ids-bulletin>>. Acesso em 08 out. 2016.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n.1, p. 78-104, feb. 2005. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/loi/rip20>>. Acesso em: 08 out. 2016.

GEREFFI, G.; FERNANDEZ-STARK, K. Global Value Chain Analysis: a Primer. **CGGC** – Center on Globalization, Governance e Competitiveness, Durham-USA, p. 1-40, may. 2011. Disponível em: <www.cggc.duke.edu/>. Acesso em: 08 out. 2016.

GIARRACA, Norma.; TEUBAL, Miguel. Democracia y neoliberalismo en el campo argentino: una convivencia difícil. In: GRAMMONT, Hubert C. (Org.). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 69-94.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony.; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. Uma conversa. In: _____.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004b. p. 13-80.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott.; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 89-166.

GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott.; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

GLOBALG.A.P. **Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento**. Sistema Integrado de Garantia da Produção (IFA) – Introdução (Versão 4.0, Aug. 2013). Disponível em: <http://www.GlobalG.A.P.org/export/sites/default/.content/galleries/documents/130829_gg_ifa_intro_v4_0-2_pt.pdf>. Acessado em: 12 jul. 2014.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES DA SILVA, Aldenor. Trabalho e Tecnologia na Produção de Frutas Irrigadas no Rio Grande do Norte. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.). **Globalização, Trabalho e meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1999, v. 1, p. 307-340.

GÓMEZ, Sérgio.; ECHENIQUE, Jorge. **La agricultura chilena**: las dos caras de la modernización. Santiago/Chile: FLACSO, 1988.

GÓMEZ, Sérgio. Dilemas de la sociología rural frente en la América Latina de hoy. **Documentos de trabajo**. Serie estudios sociales / FLACSO, Santiago, Chile, n. 31, p. 1-43, ago. 1992. Disponível em: <<http://flacsochile.org/biblioteca/pub/memoria/1992/000490.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

GÓMEZ-CRUZ, Manuel Angel. **La producción de hortalizas en México y el TLC**. Chapigño/México: CIESTAM, 1991.

GOULART, Daniel Franco. **Certificações privadas como requisito de acesso a canais europeus de distribuição**: o caso do GlobalGAP na manga do Vale do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

GOULART, Daniel Franco.; SANTANNA, Ricardo M.; MOURINHO, Lucia M. G. Tendências internacionais e suas influências na governança de cadeias agrícolas: o caso do GlobalGAP e da fruticultura do Vale do São Francisco. **REN** – Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 507-522, abr./jun. 2013. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren>. Acesso em: 08 mar. 2016.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 95-124.

GUEDES, Maria do Socorro Barbosa.; SENA, Marcos.; TOLEDO, Sebastião. Certificação como uma estratégia competitiva internacional dos produtores de frutas no Brasil. In: VII Encontro da Sociedade de Economia Ecológica. **Anais Eletrônicos...** Fortaleza, 2007. p. 1-24. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/>. Acesso em: 08 mar. 2016.

GUIMARÃES, Nadya.; GEORGES, Isabel. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p. 83-134, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n32/n32a04.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3772&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HELD, David.; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HENDERSON, Jeffrey. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís-MA, v. 8, n. 15, p. 1-16, 2011. Disponível em: <www.ppgcsoc.ufma.br/>. Acesso em: 08 out. 2016.

HEREDIA, Beatriz.; PALMEIRA, Moacir.; LEITE, Sérgio P. Sociedade economia do “agronegócio” no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 25, n. 74, 159-196, out. 2010.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 161-196.

HIRATA, Helena.; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, Centro de Recursos Humanos/ UFBA, v. 15, n. 37, p. 47-80, 2001. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=130>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

HOBBSBAWM, E. Os destruidores de Máquinas. In: HOBBSBAWM, E. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p. 15-32.

HUGS, Alex. Learning to trade ethically: Knowledgeable capitalism, retailers and contested commodity chains. **Geoforum**, vol 31, p. 1008-1020, 2006. Disponível em: <www.journals.elsevier.com/geoforum>. Acesso em: 08 out. 2016.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Governance in global value chains. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, p.1-12, 2001. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/publications/ids-series-titles/ids-bulletin>>. Acesso em: 08 out. 2016.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JACCOUD, Mylène.; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 254- 294.

JOLIVET, Marcel. A vocação atual da Sociologia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-25, nov. 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/133/129>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

KAGEYAMA, Ângela A. et al. **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro**: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas: UNICAMP, 1987. 121p. (mimeo)

KAGEYAMA, Ângela A.; SILVA, J. F. G. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília/DF: IPEA, 1999, p. 113-224.

KELLE, Udo. Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 393-415.

KONEFAL, Jason.; MASCARENHAS, Michael.; HANATAKA, Maki. Governance in the global agro-food system: Backlighting the role of transnational supermarket chains. **Agriculture and Human Values**, vol. 22, p. 291–302, 2005. Disponível em: <<http://web.clas.ufl.edu/users/rhaynes/afhvs/>>. Acesso em: 08 out. 2016.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KUTTNER, Robert. O papel dos governos na economia global In: GUIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 211-234.

LABA, Vanessa Vasquez. La vulnerabilidad social de los/as asalariados/as citrícolas y sus familias en la provincia de Tucumán. **Lavboratorio** - Revista de Estudios sobre Cambio Social, Buenos Aires, ano 5, n. 14, p. 17-21, out. 2004. Disponível em: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/salvia/lavbo/textos/14_3.htm>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LACERDA, Marta A. Dantas de. **As exportações de manga do pólo Petrolina/Juazeiro no período de 1990-2002**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

LACERDA, Marta A. Dantas de.; LACERDA, Rodrigo Dantas de. O cluster da fruticultura no polo Petrolina/Juazeiro. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Aracajú, v. 4, n. 1, não paginado, 2004. Disponível em: <<http://joaootavio.com.br/bioterra/detalhe/volume-4/30/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa Sociológica. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 33, n. 4, p. 871-883, 1998. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2016.

LANG, Tim. The complexities of globalization: The UK as a case study of tensions within the food system and the challenge to food policy. **Agriculture and Human Values**, vol. 16, n. 2, p. 169–185, 1999.

LARA FLORES, Sara Maria. La feminización del trabajo asalariado en los cultivo de exportación no tradicionales en América Latina: efectos de una flexibilidad salvaje. In: LARA

FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 13-24.

_____. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana**. México: Juan Pablo, 1998.

_____. El trabajo en la agricultura: un recuento sobre América Latina In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Teorías Sociales y Estudios del Trabajo: nuevos enfoques**. México: Anthropos Editorial, 2006. p. 323-343.

LAWRENCE, Geoff.; BURCH, David. Supermarket own brands, supply chains and the transformation of the agri-food system. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. vol. 13, n. 1, p. 1-18, 2005. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/>>. Acesso em: 8 out. 2016.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, João Policarpo R.; MIRANDA, Érico Alberto A. Fruticultura irrigada no Vale do São Francisco: incorporação técnica, competitividade e sustentabilidade. **REN - Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. esp., p. 611-632, nov. 2001. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LIMA, Maria Auxiliadora Coêlho. et al. **Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009. Disponível em: <http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_electronica/downloads/SDC222.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LEITE, Ângelo Antônio Macêdo. **O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE: o trabalho na contramão do discurso dominante**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – PPGE/UFSCAR, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

LIMA, Jacob. Cenários sobre o presente do trabalho. **RET - Revista Estudos do Trabalho**, Marília, SP, ano 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/4Jacob%20Carlos%20Lima.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LIMA, Fernando Herrera.; PRIES, Ludger. Trabajo, migraciones y producción sociológica en América Latina: un panorama no exhaustivo. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Teorías Sociales y Estudios del Trabajo: nuevos enfoques**. México: Anthropos Editorial, 2006. p. 344-366.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOEILLET, D. The european mango market: a promising tropical fruit. **Fruits**. Paris, v. 49, n. 5-6, p332, 1994.

LOPES, José .S. Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOURENÇO, Edvânia A de S. O mundo do trabalho adocece. **RET** - Revista Estudos do Trabalho, Marília, SP, ano 2, n. 3, p. 1-36, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/ArtigoEdvaniaAngela.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1361>> Aceso em: 07 de mar. de 2016

MAIA, Lindalva Silva Correia Maia.; MORAES, Ionete Cavalcanti de. Impactos da modernização agrícola na renda dos pequenos produtores da fruticultura irrigada do polo Petrolinense-PE. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. **Anais eletrônicos...** São Luís – MA, 2007. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, J. S. B.; FERREIRA IRMÃO, I. J. Globalization, regionalization and quality: the socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley. Brazil. **International Journal of Sociology and Food**, Cardiff-UK, n. 5, 1996. p. 85-114.

MARSDEN, Terry K. Globalização e Sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1999. p. 75-98.

MARSDEN, Terry K.; FLYNN, A.; HARRISON, M. Introduction: regulation, retailing and consumption: deregulating states and concerned consumers. In: MARSDEN, T.; FLYNN, A.; HARRISON, M. **Consuming Interests**: The Social Provision of Foods. London: UCL Press, 2000. p. 1-10.

MARSDEN, Terry K. Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring pathways from denial to sustainable rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 49, n. 2, p. 113-131, 2009. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_50.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, Josefa Salete B. Globalization, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 39-68, 2001. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.201.7388&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 07 mar. 2016.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1982. Livro 1, v. 1.

_____. Características essenciais do sistema capitalista. In: IANNI, Octávio. (Org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1996. p. 76-80. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

MAZOYER, Marcel.; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEDEIROS, Simone. **Resistência e rebeldia nas fazendas de café de São Carlos – 1988 a 1914**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

MEDEL, Julia.; RIQUELME, Verónica. La estacionalidad del empleo y la salud de las temporeras de la fruticultura en Chile. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 147-162.

MENEZES, Marilda A. de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=0>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MENEZES, Marilda A. de.; GODOI, Emilia Pietrafesa. (Orgs.). **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cadeia produtiva de frutas**. Brasília: MAPA/SPA, Série Agronegócios, v. 7, 2007.

_____. **Instrução Normativa/SARC nº 012, de 18 de Setembro de 2003**. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de setembro de 2003. Disponível em versão on line: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/in%20sarc%20manga.doc>. Acesso em 08 de mar. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao03032011023538.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

MILLSTONE, Erik.; ZWANENBERG Patrick van. The Evolution of Food Safety Policy-making Institutions in the UK, EU and Codex Alimentarius. **Social, Policy and Administration**, vol. 36, n. 6, p. 593-609, 2002. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1467-9515](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1467-9515)>. Acesso em: 08 out. 2016

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **RBIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 49, p. 95-121, 2000.

_____. Resistência cotidiana, fugas e a dominação negociada: os campeiros escravizados do Rio Grande do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v.33, n.2, p. 29-52, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=0>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

MOREIRA, Manuel Belo. **Globalização, Agricultura e Zonas Rurais Desfavorecidas**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2001.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOTA, Dalva Maria da. Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis, SE. **Raízes**, Campina Grande, ano 18, n. 20, p. 63-75, nov. 1999. (publicado em jul. 2001). Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=0>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

_____. Trabalho temporário no projeto de fruticultura irrigada platô de Neópolis, SE. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 113-134, mai./ago. 2001. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8845/4976>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050321154429.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MURMIS, Miguel; BENDINI, Monica. Imágenes del campo latinoamericano en el contexto de la mundialización. In: BENDINI, Monica. et al. (Orgs.). **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003. s/p.

NETO, Francisco P.; SANTOS, Carlos A. F.; COSTA, João G. Cultivares. In: EMBRAPA. Cultivo da Mangueira. Sistemas de Produção 2, Boletim Eletrônico, Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

NEWBY, Howard. El desafio de la sociología rural en la actualidad. **Comércio Exterior**, México, v. 32, n. 4, p. 347-356, abr. 1982. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/658/1/RCE1.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

NOVICK, Martha.; CARILLO, Jorge. Eslabonamientos productivos globales y actores locales: debates y experiencias en América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Teorías Sociales y Estudios del Trabajo: nuevos enfoques**. México: Anthropos Editorial, 2006. p. 243-267.

NUNES, Jordão Horta. Neutralidade ou impregnação teórica na observação: implicações metodológicas nas ciências sociais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fchf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres.; OLIVEN, Ruben G.; MACIEL, Maura Eunice.; ORO, Ari P. (Orgs.). **Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Política Trabalhista e Relações de Trabalho no Brasil: da era Vargas ao governo FHC**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral 2011**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2011.

_____. **Panorama Laboral 2012**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2012.

_____. **Panorama Laboral 2013**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2013.

_____. **Panorama Laboral 2014**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2014.

_____. **Panorama Laboral 2015**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2015.

PAIVA, Lázaro Eurípedes. **Cultivo da Mangueira**. Boletim eletrônico EMBRAPA Semiárido. Petrolina, 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira/propagacao.htm>> Acesso em: 07 mar. 2016.

PAULINO, S. R. H.; JACOMETI, W. A. Certificação na agricultura: possibilidades de diversificação e interação para o desenvolvimento da produção regional. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, n. 14, p. 95-103, jul./dez. 2006.

PEGLER, Lee. Cadeias de valor sustentáveis e trabalho: dos conceitos à prática. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís-MA, v.12, n.24, jul/dez. 2015. Disponível em: <www.ppgcsoc.ufma.br/>. Acesso em: 08 out. 2016.

PENHA, Thales Augusto M. **Estrutura e dinâmica do sistema agroalimentar: uma análise dos mercados de fruticultura dos polos irrigados Açú-Mossoró e Petrolina-Juazeiro**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PEREIRA, Mônica Aparecida.; CARMO, Roberto Luiz do. Da agricultura de sequeiro a fruticultura irrigada: condicionantes associados ao dinamismo regional no contexto de Petrolina – PE e Juazeiro – BA. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **Anais eletrônicos...** Caxambú-MG, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_1/abep2010_2446.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIMENTEL, Carlos Roberto M.; ALVES, Ricardo Elesbão.; FILGUEIRAS, Heloísa Almeida C. Mercado internacional de manga: situação atual e perspectivas. In: FILGUEIRAS, Heloísa Almeida C. (Org.). **Manga: pós colheita**. Brasília: Embrapa, 2000. p. 9-13.

PIMES. **Impactos econômicos da irrigação sobre o polo Petrolina-Juazeiro**. Recife: Editora universitária da UFPE, 1991.

PINTO, Alberto Carlos de Queiroz.; COSTA, João Gomes.; SANTOS, Carlos Antônio Fernandes. Principais variedades. In: GENÚ, Pedro J. de C.; PINTO, Alberto Carlos de Q. (Eds.). **A cultura da mangueira**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 93-116.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 154-211.

PIRES, Maria Luiza; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Imagens da fruticultura do Vale do São Francisco: Cooperativas, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamento da crise global. In: CRAVIOTTI, Clara. (Coord.). **Tramas productivas y agentes sociales en la fruticultura globalizada**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2012, p. 223-246.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 215-253

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAMOS, Soraia de Fátima. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina -PE/Juazeiro-BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001.

REARDON, Thomas.; FARINA, Elizabeth. The rise of private food quality and safety standards: illustrations from Brazil. **International Food and Agrobusiness Management Review**, vol. 4, p. 423-421, 2002. Disponível em: <www.ifama.org/About-IFAMR/>. Acesso em: 08 out. 2016.

REARDON, Thomas.; TIMMER, C. Peter.; BARRET, Christopher B.; BERDEGUÉ, Júlio. The rise of supermarkets in Africa, Asia and Latin America. **American Journal of Agricultural Economics**, Cary-USA, vol. 85, n. 3, p. 1140-1146, 2003. Disponível em: <ajae.oxfordjournals.org/>. Acesso em: 08 out. 2016.

REIS, José. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 105-132.

REIS, Thais B.; MORAES, Maria D. C. Meio ambiente de trabalho em empresas agropecuárias nos cerrados piauienses: disciplinamento do corpo e resistência de trabalhadores/as rurais. **Revista Jurídica da Presidência**. v. 13, n. 99, p. 111-131, fev./mai. 2011. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

RIELLA, Alberto.; ROMERO, Juan. Nueva ruralidad e empleo no-agrícola en Uruguay. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coords). **Territorios y organización social de La agricultura**. Argentina: La Colmena, 2003. p. 157-164.

RIELLA, Alberto.; MASCHERONI, Paola. (Orgs.). **Assalariados rurales**. Montevideo-Uruguay: CLACSO, 2015.

ROBERTSON, Roland. **Globalização: teoria crítica e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRÍGUEZ, Daniel.; VENEGAS, Sylvia. **De praderas a parronales, un estudio sobre la estructura agraria y el mercado laboral en Vale de Aconcagua**. Santiago/Chile: GEA – UAH, 1989.

ROLDÁN, Martha. ¿Hacia dónde la cuestión del empleo, la reestructuración del trabajo y las asimetrías de género en el contexto del desarrollo fin de siglo XX? Reflexiones desde la Argentina. In: HORTA, Carlos Roberto.; CARVALHO, Ricardo Augusto. (Orgs.). **Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001. p. 67-91.

SALAMEA, Lucia.; WATERS, William F. La cuestión de género en la reestructuración de la agricultura ecuatoriana. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 35-48.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2001.

_____. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 25-104.

SANTOS, Gilnei C. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, SP, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141380502010000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 mar. 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 72-76.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional: indagações prospectivas. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 116-124.

SENNNET, Richard. Ruas e escritórios: duas fontes de identidade. In: GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 249-268.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday practices of resistance**. New Heaven: Yale University, 1985.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2000.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002. p. 10-31. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raízes/volumes.php?Rg=7>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. Exploração normal, resistência normal. **RBCP - Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5. p. 217-243, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a09n5.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SIQUEIRA, Deis.; BANDEIRA, Lourdes.; AMIN, Mostafa. Mujeres trabajadoras rurales: salud, reproducción y ciudadanía en Brasil. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 163-180.

SILVA, Camila de Almeida. **“O que a gente quer pra um, a gente quer pro outro”**: uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, Guilherme José Mota. **Os frutos da resistência**: sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, José F. Graziano. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia.; VIERIA FILHO, José E. Ribeiro.; NAVARRO, Zander. **Agricultura Brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 157-184.

SILVA, Maria A. Moraes. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. **RELET - Revista latinoamericana de Estudios del trabajo**, Campinas, año 10, n. 17, p. 31-54, 2005.

_____. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo.; SILVA, Maria. A. Moraes. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25-65.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. Caso de Brasil. In: BAQUERO, Fernando Soto.; KLEIN, Emílio. (Coords.). **Empleo y condiciones de trabajo de mujeres temporeras agrícolas**. Roma-Italy: FAO, 2012. p. 85-144. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2508s.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e representações. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial nos perímetros irrigados do submédio do Vale do São Francisco**: o caso dos perímetros Nilo Coelho e Bebedouro. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufu.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SOROS, George. A nova arquitetura financeira global. In: GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**: convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 127-136.

SOUTO JÚNIOR, José Fernando. O vale encantado do São Francisco: desenvolvimentismo e sindicalismo rural (1990 - 2008). **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.3, n.2, p.1-15, 2011. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/redd/article/download/4435/3934>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Se parar a fruta apodrece: fordismo e sindicatos no Vale do São Francisco. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.7, n.1, p. 1-20, jul./dez. 2013. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/redd/article/download/6384/5029>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SOUSA, Darcon. Usos do conceito de resistência cotidiana, de James Scott na análise do universo das organizações empresariais: perspectivas e problematizações. **Raízes**, Campina Grande, v.33, n.2, p. 137-149, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=0>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SOUZA, Maria Adélia de A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 21-28.

SOUZA, José da Silva. et al. Aspectos socioeconômicos. In: GENÚ, Pedro J. de C.; PINTO, Alberto Carlos de Q. (Eds.). **A cultura da mangueira**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 19-30.

STEIMBREGER, N.; RADONICH, M.; BENDINI, M. Expansiones de fronteira agrícola y transformaciones territoriales: procesos sociales diferenciales. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. (Coords.). **Territorios y organización social de la agricultura**. Argentina: La Colmena, 2003. p. 17 – 31.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

SUÁREZ, Blanca. Las manos más hábiles de los empaques: el aguacate y el mango en Michoacán. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 103-121.

SUBERCASEAUX, Ximena Valdés. Cambios en la división sexual del trabajo y en las relaciones de género entra la hacienda y la empresa exportadora en Chile. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 61-72.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. **Sociologias**. Porto Alegre, PPGS – UFRGS, p. 77-84, 1993.

TEUBAL, Miguel. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. In: GIARRACA, Norma. (Comp.) **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 45-66.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Los Estudios Laborales en América Latina al inicio del siglo XXI. **Revista Ciencia**, México, Universidad Autónoma de Querétaro, v. 2, n. 2, p. 3-24, 2009. Disponível em: <http://www.uaq.mx/investigacion/revista_ciencia@uaq/ArchivosPDF/v2-n2/Estudios.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2016.

TORRES, Raymond. Un mundo laboral en transformación. **Trabajo** – Revista de la OIT, Ginebra, OIT, Número Especial, p. 10-12, 2015.

TUBIO, Maurício. **El impacto de las transformaciones agrarias sobre el empleo rural en el Uruguay**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 1-30. (Programa Regional de Becas CLACSO) Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20110120123348/tubio.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

VALENCIA, Adrian Sotello. Superexploração e precarização do trabalho na década de 2000. **RET - Revista Estudos do Trabalho**, Marília-SP, ano 2, n. 3, p. 1-23, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/3AdrianValencia.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2016.

VALLE, Luciano M. Trabajo flexible en las nuevas zonas bananeras de Ecuador. In: FLACSO. **La Gobernabilidad en América Latina**: balance reciente y tendencias a futuro. Los 43 aportes más representativos de las unidades académicas de la FLACSO en El 2004. Ecuador: FLACSO, 2004. p. 1-25. (Formato CD) Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Ecuador/flacso-ec/20121026032831/valle.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENEGAS, Sylvia. Las temporeras de la fruta en Chile. In: LARA FLORES, Sara Maria. (Coord.). **El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995. p. 123-146.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Racionalização e globalização: uma leitura a partir de Max Weber. **Raízes**, Campina Grande-PB, ano XVIII, n. 19, p. 37-48, mai. 1999.

_____. Uma nova espacialidade para o desenvolvimento rural: a territorialidade das novas atividades agrícolas. In: SABOURIN, Eric.; TEIXEIRA, Olivio Alberto. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 91-112.

VOLCKER, Paul. O mar do sistema financeiro global. In: GIDDENS, Anthony.; HUTTON, Will. (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 113-126.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric.; TEIXEIRA, Olivio Alberto. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 60-85, 2009. Disponível em: <www.r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/308/304>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth B.; CAVALCANTI, J. S. B.; NIEDERLE, P. A. Olhares cruzados sobre os Territórios Sertão do São Francisco e Paraná Centro. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa.; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel.; NIEDERLE, Paulo André. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014, v. 1, p. 325-336.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Unb, 2000. v. 1.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2001. v. 1.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WILKINSON, Jonh. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 147-174, abr. 2002.

_____. The final foods industry and the changing face of the global agro-food system. **Sociologia Ruralis**, vol. 42, n. 4, p. 329-346, 2002. Disponível em: <www.ruralsociology.eu/?cat=5>. Acesso em: 07 out. 2016.

_____. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

WYZYKOWSKY, Jair.; ARAÚJO, José Linconl P.; ALMEIDA, Clovis Oliveira de. Mercado e comercialização. In: GENÚ, Pedro J. de C.; PINTO, Alberto Carlos de Q. (Eds.). **A cultura da mangueira**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 433-444.

VITAL, Patricia Katherine Ramos.; CRISOSTOMO, Antonio Pires. Análise dos critérios de implementação da certificação agrícola face às exigências para exportação. In: XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção. **Anais Eletrônicos...** Fortaleza-CE, 13 a 16 de outubro de 2015. p. 1-17. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_207_229_27249.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ZIPCIOGLU, Patrícia Alejandra. La fragilidad de la “cuestion social”. Precariedad laboral y vulnerabilidad social. **Lavboratorio** - Revista de Estudios Sobre Cambio Social, Buenos Aires, ano 5, n. 14, p. 5-9, out. 2004. Disponível em: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/salvia/lavbo/textos/14_7.htm>. Acesso em: 09 mar. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Caracterização geral das empresas observadas na pesquisa

As empresas observadas na pesquisa figuram entre doze maiores produtoras e exportadoras de manga da região do Vale do São Francisco – VSF, tendo esta classificação sido tomada com base no histórico dos últimos cinco anos em valores negociados. Para a obtenção de tal informação, consultamos o banco de dados da Secretaria do Comércio Exterior - SECEX, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, quanto ao catálogo nacional de empresas por faixa de valor exportado. Neste sentido, as empresas aqui listadas, estiveram presentes entre as maiores negociantes com o mercado externo considerando a exportação de mangas. É preciso destacar, contudo, que a maioria destas grandes empresas tem a tendência de cultivar também uvas para negócios com o mercado internacional e/ou nacional, assim como realizar investimentos na criação de plantas agroindustriais para beneficiamento da uva ou outras culturas na forma de sucos concentrados. A formação destes complexos faz parte de uma espécie de novo ciclo produtivo que tem influenciado a região nos últimos anos, o qual tem se correlacionado com as dinâmicas de expansão e contração das áreas de cultivo da manga e da uva, tal sejam as expectativas e planejamento de negócios adotados por estas empresas. Assim, os custos e lucros são calculados e confrontados, ponderando-se se as maiores expectativas de lucros são mais favoráveis na exportação *in natura* das frutas ou no processamento destas e venda subsequente em mercados nacionais e internacionais.

Estas dinâmicas fazem parte das ponderações estratégias utilizadas pelas empresas no sentido de manterem a competitividade e a rentabilidade dos negócios em tempos de enfrentamento de crises no mercado global. Conforme apresentam Pires e Cavalcanti (2012), a própria associação e formação de cooperativas por parte de alguns exportadores suscitam uma série de estratégias que entram em cena, e se tornam artifícios relevantes na manutenção dos empreendimentos a partir de 2008. As empresas investigadas gerenciam suas áreas de cultivo e investimentos ponderando os cenários futuros dos mercados. Dentro deste contexto, investem em novos equipamentos, constroem complexos agroindustriais integrados às suas produções, assim como ampliam ou retraem suas áreas de cultivo quer sejam da manga, da uva ou de outras culturas visando à dinamização dos negócios e à incorporação de maiores rendimentos. Foi sob esta perspectiva que utilizamos a série histórica dos últimos cinco anos para apreender os principais empreendimentos nesta seara, considerando que a simples observação do comportamento destas em um ano poderia não representar adequadamente a

significância delas no contexto geral, uma vez que o encolhimento das áreas de produção de manga tem sido comum nos últimos três em algumas dessas empresas.

Com o intuito de manter resguardado o anonimato dos informantes da pesquisa, optamos por adotar padrão similar de identificação utilizado por Mota (2003), criando pseudônimos para cada uma destas empresas. Sendo assim, cada uma delas foi classificada com nome de uma variedade de manga de exportação daquelas existentes em produção no VSF. Além destas empresas nas quais pudemos realizar as observações e conduzir o contato com alguns informantes, buscamos a aproximação junto a outras empresas, nas quais a recepção para a recorrente observação nos foi negada. Quando não, os agendamentos e contatos realizados giravam em torno de resolução nenhuma que favorecesse o andamento da pesquisa, motivo pelo qual circunscrevemos a nossa observação a estas discriminadas adiante.

Como agentes econômicos que atuam em um mercado de notória competitividade global, como apresentado por P. Silva (2001), Cavalcanti (2009) e Cavalcanti e Dias (2015), os contatos com os quais mantivemos contato nestas empresas não nos possibilitaram acesso às informações detalhadas referentes à produção, valores exportados, número de trabalhadores totais, número de trabalhadores temporários, e outros elementos de natureza similar. Isso em virtude de não serem autorizados para tal repasse ou terem a instrução de negar tal acesso em virtude de se tratar de informações administrativas estratégicas, às quais não poderia ser concedido o acesso. Por esta circunstância, os dados numéricos de área cultivada, volume exportado e média de trabalhadores nas *packing houses* em época de safra, foram conseguidos através de ponderações e aproximações realizadas pelo pesquisador com base nos relatos apresentados pelos Informantes Secundários contatados em cada uma das empresas. O mesmo aconteceu para a informação pertinente aos principais importadores, onde em alguns casos, os informantes nos concederam apenas informações genéricas, sem a discriminação dos países de destino no continente europeu. Embora a maioria destas empresas possuam outras áreas de cultivo e algumas delas processem uva em *packing houses* à parte e/ou beneficiem-na em sucos concentrados, buscamos compilar os dados de maneira isolada tratando especificamente a produção e beneficiamento da manga.

Segue abaixo quadro de caracterização geral das empresas observadas na pesquisa destacando alguns elementos relevantes à identificação de cada uma delas no âmbito da produção de mangas. Os aspectos tangentes à dimensão do trabalho realizados nas *packing houses* e impacto sobre a rotina dos trabalhadores foram abordados no corpo da tese quando oportuno.

Quadro 15 - Caracterização geral das empresas investigadas na pesquisa

Nome da empresa	Local	Área com manga ²	Varied. ¹	Volume exportado ²	Principais importadores	Média de trab. na p. house na safra ²	Atuação histórica e características
Empresa Haden	Petrolina-PE	Aprox. 800ha	P/TA/H	Aprox. 24.000t	Portugal, Holanda, Polônia	Aprox. 300	Início das atividades em 1996; Comercializa praticamente o ano todo; Planos de escalonamento da produção; Também produzia uva, mas reduziu drasticamente as áreas de cultivo, ficando praticamente com a manga como única cultura.
Empresa Kent	Petrolina-PE	Aprox. 600ha	P/KT/TA/KN/EV	Aprox. 18.000t	EUA, Japão e Europa ³	Aprox. 300	Início das atividades em 1998; Visava mercado interno e externo; Produzia e comprava manga de outros fornecedores no início; Desde 2000 exporta apenas a própria produção; Produz apenas manga.
Empresa Palmer	Petrolina-PE	Aprox. 360ha	P/KN	Aprox. 10.500t	EUA, Canadá, África e Europa ³	Aprox. 250	Início das atividades em 1989; Tem reduzido as áreas de manga nos últimos anos expandindo os cultivos de uva e coco; Possui atualmente complexo agroindustrial de produção de suco.
Empresa Keitt	Petrolina-PE	Aprox. 400ha	P/KN/TA	Aprox. 12.000t	EUA, França, Holanda, Alemanha, Bélgica, Inglaterra e Japão	Aprox. 250	Início das atividades em 1986 com melão e outras culturas; Início da produção de manga em meados dos anos 1990; Exportação de manga começou por volta de 2005.
Empresa Tommy	Juazeiro-BA	Aprox. 200ha	P/KN/TA	Aprox. 6.000t	EUA e Europa ³	Aprox. 200	Início das atividades em 1993 já com produção de mangas; Exportação ininterrupta de manga desde 1993; - Produção também de uvas para exportação; Atua também na Argentina com a produção de maçãs para exportação.
Empresa Maia	Casa Nova-BA	300ha	P/KT/TA/KN/H	Aprox. 9.000t	EUA e Europa ³	Aprox. 250	Início das atividades em 1988 com produção de mangas e uvas destinadas à comercialização no mercado brasileiro e no exterior; Exportação iniciada em meados dos anos 1990; Produção também de uvas para exportação; Possui atualmente complexo agroindustrial de produção de suco de uva.

¹ **Variedades cultivadas:** P = Palmer / TA = Tommy Atkins / KT = Keitt / KN = Kent / H = Haden / EV = Espada Vermelha

² Números aproximados com base nas informações concedidas ao pesquisador, referentes ao ano de 2015.

³ Os informantes nas empresas não forneceram os detalhes quanto aos países de destino.

APÊNDICE B – Informantes da Pesquisa

Esta pesquisa teve suas atividades de campo desenvolvidas entre 2013 e 2016. Nesse período, contatamos diversos atores sociais envolvidos com o ambiente produtivo da fruticultura do VSF. Serviram de base para análise, as informações concedidas por dois grupos de atores: os Informantes Secundários e os Informantes Primários. Cada um desses indivíduos foi identificado no corpo do texto por um código específico preservando suas identidades, conforme padrão abaixo exemplificado:

- a) Informantes Secundários: Informante S + número de identificação
 - b) Informantes Primários: Informante A + número de identificação
- Informante C + número de identificação

Informante Secundários da Pesquisa

Estes atores estiveram e/ou estão em atuação no contexto da fruticultura de exportação do VSF, tendo nos fornecido tanto informações relevantes, quanto indicações de pontos pertinentes a serem observados para a compreensão do objeto estudado. As informações coletadas junto a estes atores foram sistematizadas em notas específicas agregadas no diário de campo. Quando possível (na maioria dos casos) foram tomadas imediatamente no transcurso da conversa e sistematizadas *a posteriori*.

Quadro 16 – Lista de informantes secundários da pesquisa

Código Informante	Situação atual	Características relevantes no contexto da fruticultura de exportação
Informante S1	Gestor técnico de produção na Empresa Palmer	- Está na empresa há cinco anos. - Possui formação superior em agronomia. - Já trabalhou na recepção dos frutos remetidos pela empresa à Europa, tendo posto fixo por temporada na Holanda. - Já trabalhou na gestão de qualidade da manga de exportação, possuindo grande conhecimento do processamento de <i>packing house</i> dessa fruta, bem como dos instrumentos de monitoramento e fiscalização ali utilizados. - Já foi gestor geral da <i>packing house</i> de uvas de exportação. - Assumiu recentemente a gestão técnica de produção da área cultivada com uvas.
Informante S2	Gestor Geral da <i>Packing House</i> da Empresa Haden	- Está na empresa há aproximadamente nove anos. - Possui formação técnica em informática e tecnológica em logística e administração. - Assumiu a gestão da <i>packing house</i> nos últimos dois anos. - Embora a formação profissional não seja na área de agricultura acumulou dentro da empresa os conhecimentos técnicos necessários ao gerenciamento do processamento da manga de exportação.
Informante S3	Gestor Geral da	- Está na empresa há aproximadamente seis anos.

	<i>Packing House</i> da Empresa Kent	- Possui formação técnica em agricultura. - Atua na gestão da <i>packing house</i> há quatro anos. - Anteriormente trabalhava na área de campo gerenciando as atividades de manejo na cultura da manga.
Informante S4	Gestor técnico de produção na Empresa Tommy	- Está na empresa há aproximadamente 7 anos. - Possui formação técnica em agricultura - Atuou tanto na área de produção (fazenda) como na área de processamento (<i>packing house</i>). - Em época de safra possui grande atividade junto à <i>packing house</i>.
Informante S5	Consultor técnico de produção e qualidade na Empresa Maia	- Trabalhou na mesma empresa onde atualmente presta consultoria por mais de dez anos. - Enquanto funcionário da empresa ocupava o posto de gerente da área de campo destinada à cultura da manga. - Possui formação superior em agronomia. - Atuou durante vários anos na gestão de qualidade da fruta exportada, apreendendo desde o processo de produção até a fase de processamento na <i>packing house</i>. - Há aproximadamente dois anos presta consultoria fixa à empresa nas questões pertinentes à produção e manejo da manga, assim como na gestão de qualidade do produto final.
Informante S6	Consultor técnico independente na produção de mangas	- Possui mais de dezesseis anos de experiência com produção de mangas na região do VSF. - Atualmente trabalha como consultor independente, prestando serviços a grande e médias empresas na área de manejo da manga. - Já trabalhou como consultor técnico nas Empresas Keitt, Kent e Tommy. - Possui grandes conhecimentos sobre os modos de gestão de produção e qualidade utilizadas pelas empresas de exportação do VSF. - Conhecimento aprofundado sobre as questões técnicas de certificação para acesso ao mercado externo.
Informante S7	Funcionário de importadora e distribuidora nos EUA	- Trabalhou durante dois anos na recepção da manga oriunda do VSF, em uma filial localizada em Los Angeles. - Possui formação técnica em agricultura. - Atuou diretamente na inspeção e monitoramento de qualidade das frutas importadas do VSF. - Realizava contatos junto aos fornecedores da região, passando informações de preferências e requisitos de qualidade dos lotes a serem embarcados.
Informante S8	Antigo gerente de produção na Empresa Keitt	- Possui dezenove anos de experiência na área de agricultura, trabalhando sempre na região do VSF em várias empresas. - Trabalhou durante sete anos na Empresa Keitt como gerente da área de campo na produção de mangas. - Era responsável na empresa pela checagem e monitoramento da adequação técnica de produção visando à manutenção dos selos de certificação.
Informante S9	Proprietário de uma área de produção de manga para o mercado nacional	- Possui uma área com 80ha destinados à produção de mangas para o mercado nacional. (empresa de médio porte) - Produz mangas das variedades Tommy Atkins e Kent, vendidas quase que integralmente para a região Sudeste em centros de distribuição. - Produz essa cultura na região do VSF há pelo menos 10 anos. - Tentou acessar o mercado externo, mas afirma serem elevados os custos de processamento pós-colheita.
Informante S10	Proprietário de uma empresa de médio porte de manga de exportação	- Possui uma área de 90ha com variedades Keitt e Tommy Atkins para exportação. - Realiza o processamento da manga em uma <i>packing house</i> alugada em tempo de safra.

		- Concedeu poucos dados sobre a questão da terceirização do embalamento, afirmando apenas que tanto a <i>packing house</i> quanto sua área de produção são certificadas quanto aos padrões exigidos pelos importadores. - Informou que comercializa com a Europa e com a Argentina. - Apresentou diversas informações pertinentes às dificuldades de exportação da manga para os médios produtores, ressaltando as questões de cumprimento aos padrões de exigência e os elevados investimentos de manutenção dos selos de certificação, assim como a necessidade de possuir estrutura de beneficiamento pós-colheita própria.
Informante S11	Membro da diretoria do sindicato dos técnicos agrícolas de Pernambuco	- Possui formação técnica na área de agricultura - Já atuou como consultor técnico em diversas propriedades de pequeno, médio e até mesmo de grande porte na mangicultura do VSF. - Filiado ao sindicato há mais de 8 anos. - Tem muito contato com técnicos que atuam nas <i>packing houses</i>, possuindo notável conhecimento dos processos de contratação da mão de obra temporária utilizada pelas grandes empresas de exportação. - Intermediou o contato com o Informante S9
Informante S12	Membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolina	- Trabalhador rural filiado ao sindicato há 6 anos, nascido no município de Petrolina. - Tem 38 anos, casado, dois filhos. - Trabalhador que já atuou como safrista e permanente em fazendas de exportação de manga e uva. - Trabalha nas atividades de campo relacionadas aos manejos e tratamentos de adubação, nutrição, e irrigação nessas culturas. - Atualmente é contratado permanente de uma propriedade de médio de uvas de mesa no Projeto Senador Nilo Coelho.
Informante S13	Membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolina	- Trabalhador rural filiado ao sindicato há 10 anos, nascido no município de Lagoa Grande-PE, mora em Petrolina há 25 anos. - Tem 44 anos, casado, 4 filhos. - Já trabalhou nas áreas de campo em grandes fazendas produtoras de manga no VSF. - Realizava atividades referentes ao manejo da planta, como adubação, aplicação de defensivos, podas e outras atividades desta natureza. - Trabalhou nessas fazendas de manga entre 2000 e 2009. - Possui muito conhecimento dos tratos e das condições de trabalho existentes nessa realidade produtiva.

Informantes primários da pesquisa

A pesquisa que fundamentou esta tese utilizou como base para a análise de conteúdo os dados provenientes das entrevistas realizadas com os trabalhadores das *packing houses*, antigos e contemporâneos. Os trabalhadores contemporâneos entrevistados estiveram em atividade na safra de 2015. Por outro lado, os trabalhadores antigos escutados estiveram em algumas das safras ocorridas entre 2000 a 2005. Alguns dos trabalhadores antigos permanentes desenvolviam atividades nas *packing houses* apenas na safra, enquanto nos demais períodos, atuavam nas atividades de campo. No caso dos trabalhadores antigos com duas funções, essa situação ocorre quando o mesmo indivíduo trabalhou, em uma mesma

empresa, em safras seguidas, desempenhando atividades diferentes. Entre as fiscais de linha contemporâneas, algumas delas acumulam além da função básica, a participação nas equipes de controle de qualidade das empresas.

Quadro 17 – Lista de informantes primários da pesquisa							
Trabalhadores contemporâneos das <i>packing houses</i>							
Código	Sex ¹	Idade	E.C. ²	Escol. ³	Emp.	Vínculo ⁴	Funções que desempenha
Informante C1	M	26	S	ETI	Haden	Temp.	Montador de pallets
Informante C2	F	44	C	EMC	Haden	Perm.	Embaladora
Informante C3	F	28	S	ETC	Haden	Temp.	Embaladora
Informante C4	M	34	C	EMC	Haden	Perm.	Operador de Câmara Fria
Informante C5	M	27	S	EMI	Haden	Temp.	Descarregador
Informante C6	M	25	S	EMC	Haden	Temp.	Descarregador
Informante C7	F	22	S	EMC	Kent	Temp.	Embaladora
Informante C8	F	24	S	ETC	Kent	Temp.	Embaladora
Informante C9	F	39	C	EMC	Kent	Temp.	Fiscal de Linha
Informante C10	M	33	D	EMC	Kent	Temp.	Operador de Câmara Fria
Informante C11	F	28	S	EMC	Kent	Temp.	Fiscal de Linha
Informante C12	M	24	S	EMC	Kent	Temp.	Montador de pallets
Informante C13	F	25	S	ETI	Palmer	Temp.	Embaladora
Informante C14	F	27	S	EMC	Palmer	Temp.	Embaladora
Informante C15	F	29	C	ETC	Palmer	Perm.	Fiscal de linha
Informante C16	M	30	C	EMC	Palmer	Temp.	Descarregador
Informante C17	M	26	S	EMC	Palmer	Temp.	Descarregador
Informante C18	F	28	C	ETI	Palmer	Temp.	Fiscal de Linha
Informante C19	F	24	S	EMC	Keitt	Temp.	Embaladora
Informante C20	F	26	C	EMC	Keitt	Temp.	Embaladora
Informante C21	M	31	C	ETC	Keitt	Temp.	Descarregador
Informante C22	M	27	S	EMC	Keitt	Temp.	Descarregador
Informante C23	F	25	S	EMC	Keitt	Perm.	Fiscal de linha
Informante C24	M	32	C	ETC	Keitt	Perm.	Operador de Câmara Fria
Informante C25	F	33	C	ETC	Tommy	Temp.	Embaladora
Informante C26	M	32	D	ETC	Tommy	Temp.	Operador de Câmara Fria
Informante C27	F	24	S	EMC	Tommy	Temp.	Embaladora
Informante C28	M	21	S	EMI	Tommy	Temp.	Descarregador
Informante C29	M	25	S	EMC	Tommy	Temp.	Descarregador
Informante C30	M	29	C	EMI	Tommy	Temp.	Montador de pallets
Informante C31	F	28	C	ETC	Maia	Perm.	Fiscal de linha/Cont. Qualidade
Informante C32	F	30	S	EMI	Maia	Temp.	Embaladora
Informante C33	F	35	D	EMI	Maia	Temp.	Embaladora
Informante C34	M	28	D	EMC	Maia	Temp.	Descarregador
Informante C35	F	27	C	ESI	Maia	Perm.	Fiscal de linha/Cont. Qualidade
Informante C36	M	22	S	EMI	Maia	Temp.	Montador de pallets
Trabalhadores antigos das <i>packing houses</i>							
Catálogo	Sex ¹	Idade	E. C. ²	Escol. ³	Emp.	Vínculo ⁴	Funções que desempenhava
Informante A1	M	49	D	EMC	Haden	Perm.	Operador de Câmara Fria
Informante A2	M	48	C	EMI	Haden	Temp.	Descarregador

Informante A3	F	46	C	EFI	Kent	Temp.	Embaladora
Informante A4	M	52	C	AN	Kent	Temp.	Descarregador
Informante A5	F	44	V	EFI	Palmer	Temp.	Embaladora
Informante A6	M	50	C	EMI	Palmer	Perm.	Descarregador/ Manejo de campo
Informante A7	M	40	C	EMI	Keitt	Perm.	Operador de Câmara Fria/manejo de Campo
Informante A8	M	45	C	EFC	Keitt	Temp.	Descarregador/Montador de pallets
Informante A9	F	49	C	EMI	Tommy	Temp.	Embaladora/Fiscal de linha
Informante A10	M	45	C	EMI	Tommy	Perm.	Descarregador/Montador de Pallet
Informante A11	M	47	D	EFC	Maia	Perm.	Descarregador/Tratorista/ Manejo de campo
Informante A12	F	41	C	EFC	Maia	Temp.	Embaladora

¹**Sexo:** M = Masculino / F = Feminino; ²**Estado Civil:** D = Divorciado(a) / C = Casado(a) / S = Solteiro(a) / V = Viúvo(a); ³**Nível de Escolaridade:** AN = Analfabeto / EFI = Ensino Fundamenta Incompleto / EFC = Ensino Fundamental Completo / EMI = Ensino Médio Incompleto / EMC = Ensino Médio Completo / ETI = Ensino Técnico Incompleto / ETC = Ensino Técnico Completo / ESI = Ensino Superior Incompleto / ESC = Ensino Superior Completo; ⁴**Tipo de Vínculo:** T = Temporário / P = Permanente

APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com os trabalhadores das *packing houses*

Eixo I - Perfil Geral do Trabalhador

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu nível de formação escolar?
4. Qual o seu estado civil?
5. Tem Filhos? Quantos?
6. Com quem você mora?
 - Composição dos membros da residência.
 - Entre os residentes, quais membros são ativos financeiramente.

Eixo II – Trabalho na fruticultura do VSF e inserção como trabalhador nas *packing houses* de manga

7. O Sr(a) trabalha na área da fruticultura aqui no VSF desde quando?
8. O Sr(a) poderia detalhar esta sua trajetória de trabalho na fruticultura do VSF?
9. Aqui na região do Vale do São Francisco quais foram seus principais trabalhos no ramo da fruticultura?
 - Períodos
 - Empresas
 - A condição contratual
 - Funções/Atividades
 - Culturas com as quais trabalhou
 - Outros detalhes
10. Como se deu a inserção do(a) Sr(a) em trabalhos/atividades nas *packing houses* de manga?
 - Histórico
 - Circunstâncias
 - Redes de contato e relações utilizadas

Eixo III – Regime de trabalho nas *packing houses* de manga

Perguntas de 11 a 13 → Direcionadas aos trabalhadores atuais das packing houses

11. Em qual empresa o(a) Sr(a) trabalha atualmente?
12. Nesta última empresa sempre trabalhou na *packing house*?
 - Caso a resposta seja não, indagar sobre que atividade desenvolvia antes, e a partir de quando passou a trabalhar na *packing house*
13. O(a) Sr(a) é trabalhador fixo ou safrista nesta empresa?
 - a. Se for trabalhador fixo
 - i. Há quanto tempo é contratado fixo nesta empresa?
 - ii. Como se tornou um trabalhador fixo da empresa?
 - iii. Quais as vantagens e desvantagens em ser um trabalhador fixo?
 - Há maiores expectativas quanto ao trabalho prestado
 - Maior nível de compromisso
 - Há maior nível cobrança
 - Há diferença no tratamento entre trabalhadores safristas e fixos
 - iv. O(a) Sr(a) passou por algum treinamento específico antes de desempenhar a função para a qual foi contratado(a)?
 - Como foi esse treinamento
 - Qual o propósito
 - Quantas vezes ocorreram
 - v. O trabalhador fixo ganha o mesmo salário de um trabalhador safrista que desempenha função idêntica?
 - Diferenças
 - Há alguma reação dos trabalhadores em caso de diferenças
 - vi. O(a) Sr(a) poderia nos informar em média quanto ganha de salário atualmente por mês?
 - Recebe algum bônus por produção
 - b. Se for trabalhador safrista
 - i. Há quantas safras seguidas trabalha nesta empresa?
 - ii. Como é que funciona esse contrato de safrista?
 - Como ocorre a contratação na safra
 - Há alguma intermediação

- iii. Quais as vantagens e desvantagens em ser um trabalhador safrista?
 - Há menos expectativas quanto ao trabalho prestado
 - Há menor nível de compromisso
 - Há maior nível cobrança
 - Há diferença no tratamento entre trabalhadores safristas e fixos
- iv. O(a) Sr(a) quando entrou na empresa passou por algum treinamento específico antes de desempenhar a função para a qual foi contratado(a)?
 - Como é esse treinamento
 - Qual o propósito
- v. A empresa demora em assinar a carteira de trabalho do safrista?
 - Como funciona esse processo burocrático
 - Os demais safristas são regularmente contratados
- vi. O trabalhador safrista ganha o mesmo salário de um trabalhador fixo que desempenha função idêntica?
 - Diferenças
 - Há alguma reação dos trabalhadores em caso de diferenças
- vii. O(a) Sr(a) poderia nos informar em média quanto ganha de salário atualmente por mês?
 - Recebe algum bônus por produção

Perguntas de 14 a 16 → Direcionadas aos trabalhadores antigos das packing houses

14. Em qual(is) empresa(s) o(a) Sr(a) trabalhou na *packing house* de manga?
- Períodos
 - Funções
 - Outros Detalhes
15. Na empresa foco (empresa dentre as observadas na pesquisa) sempre trabalhou na *packing house*?
- Caso a resposta seja não, indagar sobre que atividade desenvolvia antes, e a partir de quando passou a trabalhar na *packing house*
16. O(a) Sr(a) era trabalhador fixo ou safrista nesta empresa?
- a. Se era trabalhador fixo
 - i. Quanto tempo foi contratado fixo nesta empresa?
 - ii. Como se tornou um trabalhador fixo da empresa?
 - iii. Quais eram as vantagens e desvantagens em ser um trabalhador fixo?
 - Havia maiores expectativas quanto ao trabalho prestado
 - Havia maior nível de compromisso
 - Havia maior nível cobrança
 - Havia diferença no tratamento entre trabalhadores safristas e fixos
 - iv. Na época, o(a) Sr(a) passou por algum treinamento específico antes de desempenhar a função para a qual era contratado(a)?
 - Como foi esse treinamento
 - Qual o propósito
 - Quantas vezes ocorreram
 - v. Na época, o trabalhador fixo ganhava o mesmo salário de um trabalhador safrista que desempenhava função idêntica?
 - Diferenças
 - Havia alguma reação dos trabalhadores em caso de diferenças
 - vi. O(a) Sr(a) poderia nos informar em média quanto ganhava de salário por mês?
 - Recebia algum bônus por produção
 - b. Se for trabalhador safrista
 - i. Há quantas safras seguidas trabalhou nesta empresa?
 - ii. Como era que funcionava esse contrato de safrista?
 - Como ocorria a contratação na safra
 - Havia alguma intermediação
 - iii. Quais eram as vantagens e desvantagens em ser um trabalhador safrista?
 - Havia menos expectativas quanto ao trabalho prestado
 - Havia menor nível de compromisso
 - Havia maior nível cobrança
 - Há diferença no tratamento entre trabalhadores safristas e fixos
 - iv. Na época, o(a) Sr(a) como safristas quando entrou na empresa passou por algum treinamento específico antes de desempenhar a função para a qual era contratado(a)?

- Como foi esse treinamento
- Qual o propósito
- v. Na época, o senhor enquanto safrista tinha contrato formal/carteira assinada?
- vi. A empresa demorava em assinar a carteira de trabalho do safrista?
 - Como funcionava esse processo burocrático
 - Os demais safristas eram regularmente contratados
- vii. Na época, o trabalhador safrista ganhava o mesmo salário de um trabalhador fixo que desempenhava função idêntica?
 - Diferenças
 - Havia alguma reação dos trabalhadores em caso de diferenças
- viii. O(a) Sr(a) poderia nos informar em média quanto ganhava de salário por mês?

Eixo IV – Características do trabalho nas *packing houses* de manga

Perguntas de 17 a 32 → Direcionadas aos trabalhadores atuais das *packing houses*

17. Qual a sua função que o(a) Sr(a) realiza na *packing house*?
 - Quais atividades estão envolvidas
 - Qual relação dentro do processo produtivo de beneficiamento da manga
18. O que é mais importante na atividade que o(a) Sr(a) desenvolve?
 - Habilidades mais acionadas
 - Desgaste físico
 - Nível de precisão requerido
 - Outros elementos
19. Existe algum momento onde o(a) Sr(a) desenvolve outra atividade/função que não seja aquela para a qual foi contratado?
 - Quando isso ocorre/Frequência
 - Como ocorre
 - Qual o comportamento do(a) Sr(a) em relação a isso
20. O(a) Sr(a) utiliza algum EPI para desenvolver sua atividade?
 - Qual
 - A empresa lhe fornece o equipamento adequado e em boas condições
21. O(a) Sr(a) utiliza algum tipo de uniforme?
 - Detalhes
22. O(a) Sr(a) utiliza algum tipo de identificação?
 - Detalhes
23. Como é a jornada de trabalho do(a) Sr(a)?
 - Ida ao trabalho
 - Procedimentos antes de entrar em atividade de trabalho
 - Intervalos/Hora do almoço
 - Fim da jornada de trabalho
24. Como se organizam as atividades no setor em que o(a) Sr(a) trabalha?
 - Trabalhadores envolvidos e ações associadas realizadas
25. Como é a relação pessoal que o Sr(a) mantém com os demais trabalhadores do setor?
26. Estes outros trabalhadores estão lá no setor há quanto tempo?
 - Detalhes
27. Como é a organização da chefia no seu setor?
 - Possui chefia imediata
 - Como é realizada
 - Outros detalhes
28. Na *packing house*, em geral, como se dão as relações de chefia e comando?
 - Todos os setores possuem supervisores/fiscais
 - A quem se reportam em ordem hierárquica
29. Existe algum tipo de fiscalização direta sobre o seu trabalho?
 - Qual/Como/Quem realiza
 - Em que consiste a fiscalização
 - Avalia que aspectos
 - a. Como a fiscalização atua sobre o(a) Sr(a) se houver algum problema sobre o trabalho que está desenvolvendo?
 - Detalhes
 - b. Se a fiscalização identifica falha ou erro do(a) Sr(a) no desempenho da função, o que acontece?

- Detalhes
 - c. Se o(a) Sr(a) cometer um erro/falha que traga algum tipo de prejuízo ao processo produtivo do setor ou da packing house como um todo, o que acontece?
 - Detalhes
30. Essa fiscalização observa só o trabalho e a produção? Há algum outro aspecto que é monitorado?
- Há intervenção/limitação na comunicação entre os trabalhadores
 - Outros detalhes
31. Existe algum tipo de identificação/registro da atividade que o(a) Sr(a) desenvolve na *packing house* para ser incorporado na rastreabilidade do produto?
- Como ocorre
 - Qual o objetivo dessa identificação
 - Impressões
32. Existe troca de trabalhadores no setor em que o Sr(a) trabalha?
- Motivos
 - Frequência

Perguntas de 33 a 48 → Direcionadas aos trabalhadores antigos das packing houses

33. Qual era a função que o(a) Sr(a) realizava na *packing house*?
- Quais eram atividades estão envolvidas
 - Qual relação dentro do processo produtivo de beneficiamento da manga
34. O que era mais importante na atividade que o(a) Sr(a) desenvolvia?
- Habilidades mais acionadas
 - Desgaste físico
 - Nível de precisão requerido
 - Outros elementos
35. Existia algum momento onde o(a) Sr(a) desenvolvia alguma outra atividade/função que não fosse aquela para a qual tinha sido contratado?
- Quando isso ocorria/Frequência
 - Como ocorria
 - Qual era comportamento do Sr(a) em relação a isso
36. Na época, o(a) Sr(a) utilizava algum EPI para desenvolver sua atividade?
- Qual
 - A empresa lhe fornecia o equipamento adequado e em boas condições
37. O(a) Sr(a) utilizava algum tipo de uniforme?
- Detalhes
38. O(a) Sr(a) utilizava algum tipo de identificação?
- Detalhes
39. Como era a jornada de trabalho do Sr(a)?
- Ida ao trabalho
 - Procedimentos antes de entrar em atividade de trabalho
 - Intervalos/Hora do almoço
 - Fim da jornada de trabalho
40. Como se organizavam as atividades no setor em que o Sr(a) trabalhava?
- Trabalhadores envolvidos e ações associadas realizadas
41. Como era a relação pessoal que o Sr(a) mantinha com os demais trabalhadores do setor?
42. Estes outros trabalhadores estavam no setor há quanto tempo, em média?
- Detalhes
43. Como era a organização da chefia no seu setor?
- Possuía chefia imediata
 - Como era realizada
 - Outros detalhes
44. Na *packing house*, em geral, como se davam as relações de chefia e comando?
- Todos os setores possuíam supervisores/fiscais
 - A quem se reportavam em ordem hierárquica
45. Existia algum tipo de fiscalização direta sobre o seu trabalho?
- Qual era/Como era/Quem realizava
 - Em que consistia a fiscalização
 - Avaliava que aspectos

- a. Como a fiscalização atuava sobre o(a) Sr(a) se houvesse algum problema sobre o trabalho que estava desenvolvendo?
 - Detalhes
 - b. Se a fiscalização identificasse falha ou erro do(a) Sr(a) no desempenho da função, o que acontecia?
 - Detalhes
 - c. Se o(a) Sr(a) cometesse um erro/falha que trouxesse algum tipo de prejuízo ao processo produtivo do setor ou da *packing house* como um todo, o que acontecia?
 - Detalhes
46. Essa fiscalização observa só o trabalho e a produção? Há algum outro aspecto que é monitorado?
- Há intervenção/limitação na comunicação entre os trabalhadores
 - Outros detalhes
47. Existia algum tipo de identificação/registro da atividade que o(a) Sr(a) desenvolvia na *packing house* para ser incorporado na rastreabilidade do produto?
- Como ocorria
 - Qual o objetivo dessa identificação
 - Impressões
48. Existia troca de trabalhadores no setor em que o Sr(a) trabalhava?
- Motivos
 - Frequência

Eixo V – Estrutura da *packing house*, ritmos de trabalho e períodos de produção

Perguntas de 49 a 63 → Direcionadas aos trabalhadores atuais das packing houses

49. Como é a estrutura geral da *packing house* em que o(a) Sr(a) trabalha?
- Detalhes sobre os setores e integração entre os mesmos
50. Como é a estrutura do setor em que o(a) Sr(a) trabalha?
- Características e condições do ambiente
 - Outros Detalhes
51. Como são as estruturas disponíveis aos trabalhadores?
- Banheiros/Refeitório/Outros ambientes
 - Detalhes quanto à qualidade e suficiência
 - a. Essas estruturas estão sempre em condições adequadas de uso?
52. Como são organizados os intervalos durante a jornada de trabalho no seu setor?
- Limitações
 - Detalhes
 - a. Esse procedimento é o mesmo pra todos os setores ou existe alguma diferença
 - Detalhes
53. Como é organizada a pausa para a refeição?
- Detalhes
54. Como são organizadas as saídas ocasionais para ir ao banheiro ou tomar água?
- Limitações
 - Contagem do tempo
 - a. Esse procedimento é o mesmo pra todos os setores ou existe alguma diferença
 - Detalhes
55. Como se estabelecem os ritmos de produção no seu setor ou na atividade que o(a) Sr(a) desenvolve?
- É atribuído unicamente pelas orientações de uma chefia imediata
 - É atribuído com base em volume/ritmo de um processo anterior
 - Tem ligação direta ou indireta com a capacidade de processamento de maquinários
56. Os ritmos de produção que se estabelecem na jornada de trabalho possuem relação com metas de produção pré-estabelecidas?
- Sim/Não
 - São informadas antes do início da jornada de trabalho
 - São monitoradas durante a jornada de trabalho
57. Existe alguma mudança na organização da produção quando se processa a manga para o mercado nacional?
- Sim/Não
 - Qual
 - a. Estas alterações provocam alguma mudança em relação ao seu trabalho?
 - Detalhes
58. Ocorrem situações onde ao longo da jornada de trabalho os ritmos de produção são alterados?
- Quando ocorre isso

- Como essa alteração de ritmo se realiza
- Os trabalhadores são comunicados
- Existe alteração na fiscalização sobre o trabalho em decorrência dessa alteração
- Outros Detalhes

59. Ocorrem situações onde ao longo da jornada de trabalho onde acontece alguma interrupção inesperada no processo de produção?

- Quando isso ocorre, qual é o motivo?
- O que acontece com a produção quando isso ocorre?
- O que acontece com os trabalhadores do seu setor quando isso ocorre?
- Este tipo de ocorrência é comum?

Apenas para os trabalhadores fixos

60. Existe alguma diferença técnica/operacional no trabalho que o(a) Sr(a) desenvolve entre os períodos de safra e entressafra?

- Sim/Não
- Qual/Como se processa
- Principais impactos
- Outros Detalhes

61. Existe alguma diferença nos ritmos de produção no setor em que o(a) Sr(a) desenvolve suas atividades, considerando os períodos de safra e entressafra?

- Sim/Não
- Qual/Como se processa
- Principais impactos
- Outros Detalhes

62. Existe alguma diferença nos níveis de fiscalização/monitoramento em torno do trabalho que o(a) Sr(a) desenvolve, considerando os períodos de safra e entressafra?

- Sim/Não
- Qual/Como se processa
- Principais impactos
- Outros Detalhes

63. Existe algum tipo fiscalização externa realizada sobre as *packing houses*?

- Quem realiza
- Como são
- Quando ocorrem
- Impactos sobre as rotinas de trabalho

Perguntas de 64 a 77 → Direcionadas aos trabalhadores antigos das *packing houses*

64. Como era a estrutura geral da *packing house* em que o(a) Sr(a) trabalhava?

- Detalhes sobre os setores e integração entre os mesmos

65. Como era a estrutura do setor em que o(a) Sr(a) trabalhava?

- Características e condições do ambiente
- Outros Detalhes

66. Naquela época, como eram as estruturas disponíveis aos trabalhadores?

- Banheiros/Refeitório/Outros ambientes
- Detalhes quanto à qualidade e suficiência
- a. Essas estruturas estavam sempre em condições adequadas de uso?

67. Como eram organizados os intervalos durante a jornada de trabalho no seu setor?

- Limitações
- Detalhes
- a. Esse procedimento era o mesmo pra todos os setores ou existia alguma diferença
- Detalhes

68. Como era organizada a pausa para a refeição?

- Detalhes

69. Como eram organizadas as saídas ocasionais para ir ao banheiro ou tomar água?

- Limitações
- Contagem do tempo
- b. Esse procedimento era o mesmo pra todos os setores ou existia alguma diferença
- Detalhes

70. Como se estabeleciam os ritmos de produção no seu setor ou na atividade que o(a) Sr(a) desenvolvia?

- Era atribuído unicamente pelas orientações de uma chefia imediata

- Era atribuído com base em volume/ritmo de um processo anterior
 - Tinha ligação direta ou indireta com a capacidade de processamento de maquinários
71. Os ritmos de produção que se estabeleciam na jornada de trabalho possuíam relação com metas de produção pré-estabelecidas?
- Sim/Não
 - Eram informadas antes do início da jornada de trabalho
 - Eram monitoradas durante a jornada de trabalho
72. Existia alguma mudança na organização da produção quando se processava a manga para o mercado nacional?
- Sim/Não
 - Qual
- b. Estas alterações provocavam alguma mudança em relação ao seu trabalho?
- Detalhes
73. Ocorriam situações onde ao longo da jornada de trabalho os ritmos de produção eram alterados?
- Quando ocorria isso
 - Como essa alteração de ritmo se realizava
 - Os trabalhadores eram comunicados
 - Existia alteração na fiscalização sobre o trabalho em decorrência dessa alteração
 - Outros Detalhes
74. Ocorriam situações onde ao longo da jornada de trabalho acontecia alguma interrupção inesperada no processo de produção?
- e. Quando isso ocorria, qual era o motivo?
 - f. O que acontecia com a produção quando isso ocorria?
 - g. O que acontecia com os trabalhadores do seu setor quando isso ocorria?
 - h. Este tipo de ocorrência era comum?

Apenas para os trabalhadores fixos

75. Existia alguma diferença técnica/operacional no trabalho que o(a) Sr(a) desenvolvia entre os períodos de safra e entressafra?
- Sim/Não
 - Qual/Como se processava
 - Principais impactos
 - Outros Detalhes
76. Existia alguma diferença nos ritmos de produção no setor em que o(a) Sr(a) desenvolvia suas atividades, considerando os períodos de safra e entressafra?
- Sim/Não
 - Qual/Como se processava
 - Principais impactos
 - Outros Detalhes
77. Existia alguma diferença nos níveis de fiscalização/monitoramento em torno do trabalho que o(a) Sr(a) desenvolvia, considerando os períodos de safra e entressafra?
- Sim/Não
 - Qual/Como se processava
 - Principais impactos
 - Outros Detalhes

APÊNDICE D – Considerações sobre os dados e construção das categorias

O exercício de construção do conhecimento sociológico é tarefa árdua que pressupõe a reflexão da metodologia a ser utilizada em tal processo, bem como a compreensão adequada dos limites e implicações que são intrínsecos ao conhecimento construído a partir de um dado aparato metodológico. Deve sempre estar no horizonte do pesquisador o fato de que qualquer “margem de criatividade” consentida pelo uso de metodologias qualitativas, não prescinde dos rigores normativos do uso apropriado de qualquer ferramenta. Há que se dosar, neste caso, o “espírito imaginativo” com propensão a conclusões instantâneas. O fator frequência, possível de ser atrelado a determinados episódios, quando possível, deve ser analisado tomando-o em paralelo com outra evidência do campo, primando pelo princípio da razoabilidade. Dentro deste contexto, abaixo seguem algumas considerações específicas sobre a sistematização dos dados em cada uma das formas de apresentação no corpo da tese.

- Para a composição do Quadro 3, realizamos apenas a contagem simples das ocorrências onde havia reportado por algum trabalhador as limitações referentes aos ambientes físicos.
- Para a composição Quadro 4, igualmente realizamos uma contagem simples das ocorrências de aspectos indicativos de controle na norma IN/SARC nº12/2003.
- Para a elaboração do Quadro 5, tomamos como referência os dados apresentados pelos trabalhadores, assim como as observações de campo e os relatos dos informantes secundário. A intenção, neste caso, era traçar um panorama geral demonstrativo da série de procedimentos e processos que são fiscalizados nas *packing houses* das empresas investigadas.
- Para a montagem do Quadro 6, procedemos com o cômputo da frequência das ocorrências contidas nas falas dos trabalhadores em relação aos tipos de intervenção prática da fiscalização direta, agregando-as segundo as referências a cada forma de fiscalização.
- Na elaboração do Quadro 7, congregamos as ocorrências comuns de controle entre trabalhadores antigos e contemporâneos. Neste caso, a ideia era transmitir a informação de que quais trabalhadores não reportaram em suas falas determinadas formas de controle.

- Para composição do Quadro 8, tomamos como referência os dados apresentados pelos trabalhadores e as observações de campo para construir um quadro categórico sintetizados das formas de controle e aspectos monitorados. A intenção, neste caso, era montar um quadro geral procedimentos e processos que são fiscalizados segundo as três grandes dimensões de controle observadas.
- No Quadro 9, expomos a frequência de falas em que há expressões interpretativas associadas às condutas de controle sobre a comunicação, entre as embaladoras antigas e novas. Neste caso, a unidade de codificação foi a frase.
- Na construção do Quadro 10, intencionamos demonstrar as relações associativas que as embaladoras realizam na caracterização do seu próprio trabalho. Neste caso, detivemos na observação da frequência das associações em frases devidamente estruturadas no transcurso da fala.
- Na construção das figuras 2 e 3, interessou-nos a expressão da intensidade da percepção de cada grupo de trabalhadores acerca das áreas de atuação do controle. Neste caso, a unidade de codificação foi a ideia expressa nos turnos das falas.
- Para a montagem do Quadro 12, a intenção e os procedimentos adotados foram os mesmos em relação à composição do Quadro 7. Neste caso, apenas, intencionávamos, expor quais os trabalhadores em que há a expressão da dimensão da intensificação do trabalho e relacionada a que circunstância.
- Para a composição do Quadro 13, intencionávamos demonstrar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores antigos das packing houses contra os protocolos de segurança e sanidade. Neste caso, a unidade de codificação foi a ideia expressa nos turnos das falas e a ocorrência na fala de mais de um sujeito.
- No Quadro 14, realizamos um mapeamento das falas dos trabalhadores e sintetizamos as ocorrências reportadas de resistência, segundo as situações de onde emergem.

ANEXOS

ANEXO A – Volumes de produção e exportação de mangas, mangostões e goiabas dos maiores países exportadores 2003-2013

Quadro 18 – Produção e Exportação de Mangas, Mangostões e Goiabas - Principais países (2003-2013)											
Produção – Volume (toneladas)											
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	925.018	949.610	1.002.211	1.217.187	1.272.184	1.154.649	1.197.694	1.189.651	1.249.453	1.175.735	1.163.000
Índia	12.733.200	11.490.000	11.829.700	12.663.100	13.734.000	13.997.000	12.750.000	5.026.700	15.188.000	16.196.000	18.002.000
México	1.362.000	1.573.000	1.679.472	2.045.687	1.911.267	1.716.537	1.509.272	1.632.649	1.827.314	1.760.588	1.901.871
Tailândia	1.955.308	1.975.016	1.802.665	2.093.223	2.302.686	2.374.165	2.469.814	2.550.595	2.793.640	2.985.530	3.141.950
China	3.570.513	3.842.196	4.249.996	4.091.332	3.715.292	3.976.716	4.140.290	4.135.293	4.519.380	4.567.247	4.620.000
Exportação – Volume (toneladas)											
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	138.189	111.181	113.882	114.694	116.271	133.944	110.355	124.380	126.568	127.132	122.178
Índia	179.179	156.222	222.622	256.874	240.858	274.854	286.775	260.484	229.192	214.640	263.918
México	216.316	212.505	195.210	232.382	236.004	226.083	232.643	275.366	287.771	297.295	338.169
Tailândia	8.098	33.097	1.519	11.386	61.026	61.608	144.079	144.556	152.285	196.441	252.904
China	21.411	9.844	2.845	7.298	6.190	4.931	7.454	5.976	6.310	4.861	7.790
Exportação - Valores (US\$ 1000)											
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	75.744,00	64.304,00	72.654,00	86.052,00	90.102,00	119.122,00	97.686,00	119.645,00	141.210,00	137.925,00	147.993,00
Índia	85.307,00	93.100,00	122.710,00	157.198,00	163.622,00	224.979,00	210.556,00	228.654,00	201.356,00	166.894,00	204.310,00
México	117.200,00	108.794,00	86.565,00	99.363,00	119.187,00	111.214,00	136.942,00	163.479,00	205.653,00	254.007,00	302.509,00
Tailândia	4.550,00	15.825,00	4.534,00	8.397,00	34.231,00	37.375,00	71.410,00	80.972,00	96.345,00	128.139,00	180.242,00
China	6.632,00	6.761,00	4.208,00	7.137,00	10.533,00	11.615,00	12.753,00	13.463,00	16.643,00	14.907,00	17.265,00

Fonte: FAO/FAOSTAT. Elaborado pelo autor.

ANEXO B – Extensão das áreas plantadas de manga nas regiões do Brasil 1990-2014

Quadro 19 - Área plantada de manga - Total nacional e regiões (1990-2014) (ha)						
Ano	Total Nacional	Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste
1990	45.545	17.122	23.024	1.785	412	3.202
1991	47.261	17.261	25.335	1.803	420	2.442
1992	49.315	19.590	26.485	1.902	445	893
1993	54.266	21.339	28.044	2.065	441	2.377
1994	58.064	25.252	28.280	1.968	525	2.039
1995	57.160	24.776	28.302	2.004	519	1.559
1996	62.426	26.960	31.098	2.027	531	1.810
1997	65.130	29.980	31.298	1.462	500	1.890
1998	67.672	32.366	31.191	1.505	564	2.046
1999	63.584	33.049	26.409	1.437	634	2.055
2000	68.107	35.186	28.893	1.572	770	1.686
2001	67.661	36.625	27.491	1.426	741	1.378
2002	67.591	37.254	26.279	1.476	821	1.761
2003	68.455	40.529	25.175	1.098	670	983
2004	73.239	45.992	24.776	1.024	792	655
2005	71.343	46.901	22.116	977	766	583
2006	78.485	54.972	21.185	972	842	514
2007	79.246	55.297	21.912	886	823	328
2008	79.009	55.685	21.328	844	799	353
2009	75.416	53.139	20.295	830	824	328
2010	76.636	53.139	21.786	628	747	336
2011	76.389	51.712	23.027	674	714	262
2012	73.692	50.533	21.837	324	687	311
2013	70.718	48.931	20.492	205	730	360
2014	70.688	49.845	19.754	183	649	257

Fonte: IBGE/Produção Agrícola. Elaborado pelo autor

ANEXO C - Exportação de manga brasileiras em volume e valores - Principais mercados (Série Histórica 2004-2015)

Quadro 20 - Volume e valores exportados de manga – Principais mercados brasileiros (2004-2015)

	2015		2014		2013		2012		2011		2010	
	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)
P.Baixos	65.482.562	65.585.532	67.008.651	62.252.431	67.727.543	59.237.245	61.310.065	63.281.241	61.999.670	63.245.294	49.941.877	60.941.757
U.S.A.	33.858.054	31.918.172	24.264.582	22.677.968	20.997.736	23.952.266	19.250.101	24.351.998	20.874.113	24.928.929	18.733.377	24.610.488
U.K	27.966.944	12.021.642	20.655.957	9.039.067	13.029.468	5.632.936	16.402.963	8.536.156	16.349.080	8.677.887	11.923.644	8.492.202
Espanha	23.309.746	20.583.511	21.760.819	17.135.697	21.220.020	16.924.950	18.427.830	15.783.842	16.331.903	13.619.324	14.224.067	12.822.049
Portugal	12.977.907	10.084.105	11.235.765	7.742.413	9.265.614	6.122.274	6.686.286	4.618.143	9.491.144	4.920.925	10.667.803	6.830.752
Canadá	7.486.630	6.451.450	7.199.087	6.002.945	4.732.480	4.391.669	5.202.786	4.766.543	4.199.270	3.999.584	2.817.605	3.145.951
Alemanha	2.279.524	1.165.578	2.485.715	1.098.160	1.961.799	966.477	1.891.701	989.538	2.120.393	1.134.972	1.868.326	1.065.505
Argentina	2.021.006	1.361.664	1.907.783	1.320.768	1.731.570	1.188.216	1.804.217	1.410.624	1.445.425	1.310.880	1.049.259	980.352
Chile	1.519.956	1.085.184	697.426	500.860	1.006.735	572.208	1.014.958	651.788	818.735	633.464	669.053	475.840
Franca	917.811	347.534	971.876	394.833	2.865.887	1.222.491	2.035.850	938.357	2.617.749	1.278.692	4.146.555	2.500.772
Gana	906.342	1.176.766	933.529	1.244.703	584.024	661.849	390.278	439.317	700.226	769.694	1.042.246	1.094.400
Japão	670.124	235.218	1.029.469	345.002	1.246.059	416.473	1.989.133	627.047	1.856.423	565.295	1.564.434	590.546
	2009		2008		2007		2006		2005		2004	
	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	Valor (US\$)	Peso (Kg)
P. Baixos	39.845.432	52.374.718	50.878.069	66.509.830	39.971.552	53.986.613	37.311.996	52.513.186	32.948.776	52.255.813	29.177.668	49.249.868
U.S.A.	18.317.858	23.598.162	22.953.094	26.045.365	15.437.058	24.548.655	17.324.304	23.370.773	14.652.009	26.339.539	12.410.837	27.018.835
U.K	8.653.516	8.711.677	10.041.972	10.582.786	7.529.838	10.340.364	7.774.290	11.234.664	5.408.962	8.500.076	4.240.147	6.840.045
Espanha	9.812.981	9.444.395	8.728.551	8.623.041	6.583.662	7.313.602	5.015.824	6.910.252	3.551.993	5.546.318	2.610.582	3.615.332
Portugal	8.256.148	5.924.672	11.650.119	9.329.867	8.513.695	8.532.765	9.256.267	10.371.545	9.844.024	11.319.895	7.341.761	9.591.671
Canadá	3.176.790	3.173.172	4.150.521	4.411.154	3.621.939	4.835.278	2.932.941	3.837.015	2.180.852	3.645.728	2.590.757	4.631.196
Alemanha	2.405.777	2.072.312	3.862.892	2.842.182	1.409.264	942.912	1.191.822	1.160.436	1.138.975	1.796.012	806.402	1.447.249
Argentina	908.787	848.448	632.286	641.712	422.206	486.720	504.842	653.760	548.846	983.780	453.588	836.700
Chile	210.879	166.176	227.991	220.224	217.238	240.768	106.156	131.328	130.150	153.022	65.208	89.102
Franca	2.451.047	1.794.363	2.786.250	2.791.023	3.315.129	2.843.465	2.639.232	2.058.347	1.364.706	1.474.530	1.151.237	970.267
Gana	4.660	8.108	603.677	147.775	673.697	330.667	680.657	693.439	464.816	405.093	344.854	378.270
Japão	1.120.492	405.755	857.890	317.582	905.303	401.562	890.627	340.829	57.444	30.956	0	0

Fonte: SEXEC/Agrostat. Elaborado pelo autor.